



*As indústrias e o espaço em Caxias do Sul. O chaminé em primeiro plano pertence à Fábrica de Produtos Químicos Veronese, que iniciou com Luiz Veronese em 1911 e continua em atividade até hoje, 1995.*

(Foto de Joel Jordani)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O processo de industrialização  
em Caxias do Sul (RS) e suas  
implicações espaciais (1875-1930)**

**Maria Helena Della Giustina Baldisserotto**

**Orientador:**

**Prof. Doutor Hoyêdo Nunes Lins**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Área de concentração:**

**Desenvolvimento Regional e Urbano**

**Florianópolis – SC  
Março – 1995**

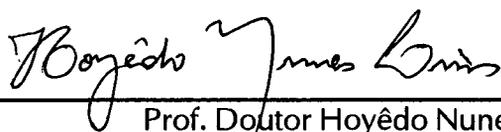
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

# O processo de industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas implicações espaciais (1875-1930)

**Maria Helena Della Giustina Baldisserotto**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada pela comissão examinadora em 8 de março de 1995.



Prof. Doutor Hoyêdo Nunes Lins – Orientador



Prof. Doutor Armen Mamigonian



Prof. M. Sc. Ivo Sostisso

Florianópolis – SC / Março – 1995

*“A concepção da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem da idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na Filosofia, mas na Economia da época de que se trata.”*

**ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Seção III, p. 54.**

*“Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”.*

**Milton Santos. Espaço e Sociedade. Vozes 1979.**

# O processo de industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas implicações espaciais (1875-1930)

## SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO .....	11

### **CAPÍTULO 1 – Considerações Teórico-metodológicas**

1.1 – O Marco Geral: Imigração e Industrialização.....	17
1.1.1 – Migrações: Mobilidade Espacial da força de trabalho.....	22
1.1.2 – Desenvolvimento Capitalista no Brasil e Imigrações.....	24
1.1.3 – O Brasil e a Imigração .....	30
1.2 – Fundamentação Teórica do Estudo Empírico.....	33
1.2.1 – Introdução.....	33
1.2.2 – A Questão da Passagem de uma Economia Agrícola para uma Economia Industrial.....	34
1.2.3 – O Problema da Dimensão Espacial da Industrialização de Caxias.....	39
1.3 – Material e Metodologia da Pesquisa.....	44

### **CAPÍTULO 2 – A gênese da Colônia Caxias no Marco das Migrações para o Rio Grande do Sul (1875-1889)**

2.1 – O Rio Grande do Sul e o Planalto Gaúcho como Destino dos Fluxos Migratórios.....	46
2.2 – A Colônia dos “Fundos de Nova Palmira”.....	51
2.3 – A Formação da Sócio-Economia Local.....	52
2.4 – O Espaço Colonial: Organização Interna e Relações Regionais.....	63
2.5 – A Chegada de Novos Imigrantes a Caxias.....	69
2.6 – A Colônia Caxias e a Província do Rio Grande de S.Pedro.....	75

## **CAPÍTULO 3 – Rumo à Industrialização (1890-1910)**

3.1 – Passagem da Economia Baseada na Pequena Produção Mercantil para a Industrialização em Bases Capitalistas.....	78
3.2 – Origem do Capital e Formação do Proletariado Local: As Classes Sociais.....	91
3.3 – A Società Operaia Príncipe di Nápoli.....	93
3.4 – O Estado.....	95
3.5 – A Metalúrgica Abramo Eberle: Um Marco na Vida Local.....	100
3.5.1 – Um Pouco Sobre a Cronologia da Empresa.....	101
3.5.2 – A Estrutura de Trabalho na Eberle.....	108
3.5.3 – O Capital e o Mito da Eberle.....	112
3.6 – A Dimensão Espacial da Industrialização de Caxias.....	114
3.7 – Estrutura Sócio-Produtiva Caxiense e sua Inserção na Economia do Rio Grande do Sul....	126

## **CAPÍTULO 4 – Caxias do Sul: Núcleo Industrial (1911-1930)**

4.1 – Caxias e a Ferrovia.....	132
4.2 – O Vinho: Do Alambique à Indústria.....	138
4.3 – Consolidação do Caráter Industrial de Caxias.....	143
4.4 – As Empresas que Caracterizam o Núcleo Industrial Caxiense.....	149
4.5 – Dimensão Espacial de Caxias no Período 1911-1930.....	150
4.6 – O Espaço Territorial de Caxias, da Colônia a 1930.....	153

CONCLUSÃO.....	155
----------------	-----

ANEXO 1.....	159
--------------	-----

ANEXO 2.....	184
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	186
-------------------	-----

# SUMÁRIO DAS TABELAS

1 – Exportações Gaúchas antes e depois da inserção da economia imigrante.....	76
2 – N° Estabelecimentos década de 1890 em Caxias.....	80
3 – N° Estabelecimentos até 1910.....	81
4 – N° Estabelecimentos que deixam de operar.....	82
5 – Incremento nos Transportes em Caxias.....	82
6 – Arrecadação Pública Caxiense. 1890.....	97
7 – Arrecadação Municipal de Caxias - década de 20.....	98
8 – Percentagem de Impostos sobre a Arrecadação-1926.....	98
9 – Percentagem de Impostos sobre a Arrecadação-1927.....	98
10 – Principais Mercados Exportações Gaúchas.....	130
11 – Importações e Exportações Caxienses.....	147

# SUMÁRIO DOS GRÁFICOS

1 – Nº Imigrantes chegados à Colônia Caxias.....	51
2 – Travessões na Sede da Colônia Caxias.....	56
3 – O Sítio Urbano da Colônia Caxias.....	63
4 – Representação Gráfica da Sede da Colônia.....	64
5 – A Colônia Caxias e as Vias de Comunicação Regional.....	67
6 – Eberle: Recrutamento de mão-de-obra.....	105
7 – Faturamento da Empresa Eberle.....	106
8 – Investimentos da Empresa Eberle.....	107
9 – Expansão da Empresa Eberle e sua Especialização.....	108
10 – Causas de Dispensa dos Empregados da Met. Eberle.....	111
11 – Nacionalidade dos Empregados da Eberle.....	112
12 – Produção Caxiense em 1908.....	126
13 – A Produção Caxiense na Economia Gaúcha.....	128
14 – Exportações de Vinho do Rio Grande do Sul.....	129
15 – Exportações de Caxias (1914,1915,1916).....	144
16 – Exportações de Caxias (1922,1927,1928).....	145

# SUMÁRIO DOS MAPAS

1 – RS - Municípios existentes até 1872.....	47
2 – Terras destinadas à Colonização no RS.....	50
3 – Terras destinadas à Colonização por Imigrantes Italianos no RS.....	52
4 – O Território da “Colônia Caxias”.....	55
5 – Caxias na Região.....	68
6 – Mercado Regional de Caxias-1907.....	119
7 – Cidades de Procedência de Mão-de-Obra.....	120
8 – Micro-Regiões de Procedência da Mão-de-Obra.....	121
9 – Localização das Indústrias Caxienses.....	122
10 – Localização das Indústrias Caxienses – Área Rural.....	121
11 – Localização das Indústrias Caxienses – Área Urbana.....	122
12 – A Ferrovia e a Urbanização em Caxias.....	123
13 – Caxias e a Ferrovia.....	133
14 – Conformação Espacial do Município de Caxias do Sul ao final do período em estudo (1930)..	152
15 – Evolução Territorial de Caxias do período colonial a 1930.....	153

# RESUMO

O processo de industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas implicações espaciais (1875-1930) é o tema da dissertação de mestrado a ser apresentada publicamente no dia 08.03.95, por Maria Helena Della Giustina Baldisserotto, como conclusão do Curso de Pós-graduação em Geografia no CCH da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano. O estudo analisa o processo sócio-espacial que ocorreu no nordeste do Rio Grande do Sul, a partir da criação do núcleo colonial “Fundos de Nova Palmira”, pelo governo Imperial brasileiro no último quartel do século XIX.

Fazendo parte do programa de imigração proposto pelo governo do Brasil para substituir a mão-de-obra escrava, o referido núcleo foi povoado em grande parte por imigrantes subvencionados, em sua maioria de origem italiana. Das atividades iniciais de fundamentação agrícola, o grupo evolui para a indústria, vindo a ocupar após algumas décadas, lugar destacado na economia gaúcha. Integrado à atividade dos imigrantes alemães já estabelecidos no Vale do Rio dos Sinos, forma com eles um eixo industrial e econômico do grande dinamismo, que se liga a Porto Alegre, e contrasta com a economia criatória da Campanha Gaúcha, que tinha até então no porto de Rio Grande o seu centro comercial.

A origem do capital e a formação de classes sociais, a presença do Estado, as primeiras indústrias locais e sua espacialização, são pontos enfocados no trabalho. A uva produzida pela pequena propriedade mercantil que se transforma em vinho inicialmente por um processo artesanal, passa a ser matéria-prima para as indústrias vinícolas organizadas em bases capitalistas. O papel desempenhado pelos comerciantes de gêneros coloniais nesta trajetória, permite ao capital mercantil fundamentar o processo industrial.

A construção do ramal ferroviário vem intensificar as importações e as exportações, e a espacialização desta atividade torna-se presente no processo de urbanização. A divisão econômica e social do espaço atua também como condicionante a novas atividades, verificando-se que o espaço ora se comporta como constrangimento, ora como produto social.

# ABSTRACT

The industrial process in “Caxias do Sul” and its environment implications (1875-1930) is the subject of a dissertation which is going to be publically presented on 03-08-95 by Maria Helena Della Giustina Baldisserotto as her Master’s degree thesis in Geography, in the field of Urban and Regional Development, at “Universidade Federal de Santa Catarina”. The thesis analyzes the social-environmental process that took place in the northeast of “Rio Grande do Sul” since the creation of “Fundos de Nova Palmira” settlement center, by the Brazilian Imperial government at the end of the 19<sup>th</sup> century.

As part of the program proposed by the Brazilian government to substitute the slave labour, most of this center was settled by subsidized immigrants, mainly italians. From the agricultural activities the group develops to industrial ones, and after some decades it gets an important position at the economy of “Rio Grande do Sul”. Them, combined with the Germany immigrant’s activities at “Vale do Rio dos Sinos”, it establishes a vigorous economical and industrial center connected with “Porto Alegre”, and contrasts with the breeding economy in “Campanha Gaúcha”, whose trade center was “Rio Grande” harbor until then.

This research also focus the construction of the social levels. The capital origin, the influence of the Stake, the first local industries and their environment. In the beginning the wine was produced in small farms by a manual process, then the grape grown in these farms became raw material for the wine industries with capitalist bases. The period allows the capital to support the industrial process.

The railroad constructions increase the import and export business, and its environment becomes part of the urbanization process. The environment economic and social sharing also takes part as check that the new activities, and we can check that the environment sometimes acts as a social produces and sometimes as a constrained factor.

# INTRODUÇÃO

Temas que envolvem o processo histórico-espacial da formação social brasileira precisam ser analisados tendo em conta as questões da imigração em massa que ocorreu no país durante algumas fases de sua história. A substituição do trabalho compulsório pelo emprego de uma mão-de-obra livre estava no centro de muitas mudanças ocorridas na sociedade no decorrer do século XIX, estendendo seus efeitos também pelo século seguinte. Também o povoamento deste território, especialmente de suas áreas consideradas estratégicas, como fronteiras políticas que eram motivos de conflitos característicos da época, mereceriam atenções especiais. As disputas que envolviam Portugal e Espanha, deixavam o Rio Grande do Sul, vizinho da Colônia do Sacramento, como um ponto vulnerável à garantia territorial. A Lei de Terras e as pressões externas sobre a abolição do tráfico negreiro desde 1850, vinham contribuir para a solidificação do sistema de propriedade privada como premissa do Modo Capitalista de Produção. Os imigrantes e os negros libertos comporiam a força de trabalho que daria continuidade à acumulação de recursos provenientes do café, então o grande produto comercial brasileiro.

No Rio Grande de São Pedro, a experiência realizada com a instalação do núcleo de pequenos proprietários imigrantes alemães em 1824, em São Leopoldo, demonstrava ser positiva: os imigrantes produziam, diversificando a produção gaúcha; dinamizavam o comércio e também mantinham laços comerciais com a Alemanha. A partir desta experiência, muitas outras “colônias” de imigrantes foram criadas, quer pelo Império, quer pela Província, quer mesmo por particulares. Com a suspensão da imigração pelo governo alemão, o recurso foi esperar por outros povos.

A Itália, além de muito interessada nas questões internas da unificação política, ingressava no processo industrial através de sua região norte. Ao mesmo tempo, convivendo com o processo de decomposição do feudalismo e o advento de relações capitalistas de produção, via desalojados muitos pequenos produtores que perderam a terra em que produziam e não eram absorvidos pela indústria emergente. A pressão social cresce e a esfacelada estrutura italiana acaba por admitir a saída em massa. A partir de 1870 começam a desembarcar no Brasil grupos e famílias de imigrantes pobres, subvencionados pelo governo brasileiro e aptos para o trabalho.

A atividade latifundiária-pastoril, predominante no Rio Grande do Sul, ocupara as áreas de morfologia plana, mais adequadas ao pastoreio, e desprezara a encosta do planalto, com seus terrenos escalonados e cobertos de vegetação densa. Esta foi a área ocupada a partir de 1875 por imigrantes italianos, onde se instalou o núcleo oficial colonial “Fundos de Nova Palmira”, hoje Caxias do Sul. A antiga colônia tem atualmente 290.968 habitantes e uma área de 1.369,59 Km<sup>2</sup>,

divididos em quatro regiões administrativas (Ana Rech, Desvio Rizzo, Galópolis e Forqueta), e seis distritos rurais onde predominam atividades pastoris (Criúva, Fazenda Souza, Vila Oliva, Vila Seca, Santa Lúcia do Piaí e Vila Cristina). O território que compõe os seis distritos rurais foi incorporado durante o processo, pois não estava incluído no núcleo oficial inicial. E dois municípios (Farroupilha e Flores da Cunha) que faziam parte dos lotes coloniais, emanciparam-se.

A função industrial de Caxias é reconhecida por sua atividade setorial predominante: a indústria, que representa 47,36 % de sua renda interna. No setor agrícola, conta com 1,63 %; no comércio, 11,43 % e, nos serviços, 39,58 %. Caxias do Sul é responsável por 3,99 % da renda global do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. A indústria do município encontra-se diversificada, dos ramos têxtil e alimentício ao metal-mecânico - seu ramo mais forte -, o que comprova o consumo de 28,12 % do total de aços planos empregados no Estado no ano de 1987.<sup>2</sup> Energia, água e transportes são vulneráveis a crises de abastecimento. A população economicamente ativa é de 103.227 habitantes, 48,61 % atuando no setor industrial.<sup>3</sup> As exportações caxienses representaram US\$ 109.180.783 em 1991<sup>4</sup>, contribuindo em 1980 com 3,56 % da renda interna do Rio Grande do Sul.<sup>5</sup>

A estrutura espacial da cidade apresenta uma área de Distrito Industrial margeando a rodovia RS-25, no sentido leste-oeste e muitas outras indústrias localizando-se ao longo da Rodovia BR-116, no sentido norte-sul. O núcleo urbano, com seu traçado geométrico inicial foi preservado, enquanto a periferia vem sendo ocupada de modo acelerado e espontaneamente, apontando para um quadro de aproximadamente 190 loteamentos irregulares e 107 núcleos de sub-habitação. A primitiva área rural tem se conservado com as pequenas propriedades agrícolas e alguma atividade vitivinicultora, de modo geral.

Todos estes desafios urbanos e administrativos devem ser vistos como decorrência de um processo anteriormente iniciado. Daí a preocupação de, por meio desta pesquisa, resgatar aspectos significativos da Geografia Econômica Caxiense.

Trata-se de uma análise do processo econômico ocorrido em Caxias do Sul, RS, desde sua origem até 1930. Este interesse se prende ao fato de se verificar que a função industrial desempenhada por esta cidade tem se destacado no setor industrial regional. Julga-se fundamental resgatar esta origem para, identificando os atores e relacionando os fatos, compreender o processo, situando os seus momentos mais importantes no tempo e no espaço. Acredita-se que as relações sociais, ocorridas em diferentes escalas, fundamentaram os atos que permitiram a acumulação de um pecúlio, que por sua vez, pôde ser investido no setor produtivo industrial local. Como surgiram

---

1. FEE. Agregados Econômicos. RS III Série.P.A. 1986

2. BRUGALLI, Alvino Melquides. Caxias Grande do Sul. Dados e Números do Primeiro Pólo Econômico do Interior do Rio Grande. De Zorzi/UCS. 1988

3. IBGE Censo de 1990

4. CACEX - CIC

5. FEE, op. cit.

as primeiras empresas? Qual a origem do capital? Como se formou o mercado de consumo e o de trabalho? As etapas deste processo e as influências recebidas e também produzidas pelo espaço geográfico foram também analisadas. Os mecanismos intrínsecos, isto é, as leis gerais do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista certamente estiveram presentes no processo, assim como condições específicas do local, do momento histórico e das diferentes classes sociais envolvidas que participaram em diferentes graus e intensidade, o que o trabalho científico procurou identificar. Conhecer os fundamentos sócio-econômicos do processo de industrialização caxiense, implica verificar como se deu a passagem de uma economia de base agrícola para uma economia industrial. Significa verificar até que ponto a atividade de pequena produção mercantil agrícola dos colonos imigrantes serviu de suporte econômico na origem da forma de produção industrial em Caxias. Também se pôde confirmar a espacialização como resultado e como condição do processo sócio-econômico.

Portanto, o que se constitui em objeto de investigação neste estudo é o processo sócio-econômico espacial que se inicia com a criação, pelo Governo Imperial do Brasil, de um Núcleo Oficial de Colonização em terras devolutas da borda oriental do Planalto Meridional, no nordeste do Rio Grande do Sul. É a partir daí que Caxias do Sul entra na história. Ao voltar às origens, este estudo questionou algumas situações concretas destes momentos, como:

Que características estavam presentes na atividade agrícola dos primeiros tempos?

Como e por que se constitui, a partir de uma equitativa divisão de terras, um proletariado que precisa vender sua força de trabalho? A partir de quando?

Por que a classe social que acumula decide aplicar seus recursos em indústria? Como e onde surgiram as primeiras empresas?

Tem fundamento o mito localmente difundido de que o trabalho faz crescer economicamente? Ou a explicação do sucesso econômico está na origem italiana dos cidadãos?

Que atividade econômica ou atividades econômicas precederam a acumulação? Foi o vinho que deu suporte econômico à indústria?

Qual o papel desempenhado pelo Estado neste processo?

De que modo o espaço geográfico participa e de que modo assimila o mesmo processo?

Em suma, trata-se de uma investigação sobre o desenvolvimento do caráter industrial de Caxias do Sul. Ou seja: quer se mostrar como, por que e com que repercussões, ao nível inclusive espacial (interno a Caxias e sua Região e da relação entre Caxias e outras escalas territoriais), um

núcleo de imigrantes no sul do Brasil é elevado à condição de núcleo de dinamismo industrial.

Assim, investigar aspectos da sócio-economia caxiense, dos primórdios até sua consolidação como núcleo industrial do Rio Grande do Sul, destacando ao mesmo tempo as implicações deste processo na produção do espaço local e regional, constitui o foco principal das atenções da presente pesquisa. O empenho destes trabalhos tem se orientado no sentido de:

- estudar a evolução sócio-econômica em Caxias do Sul;
- relatar a sua inserção nos planos regional e nacional;
- destacar aspectos significativos da produção do seu espaço;
- relacionar o processo de industrialização com a produção do espaço em Caxias do Sul;
- descrever e interpretar o surgimento das primeiras indústrias locais.

O conhecimento da origem de uma situação real que evidencia este espaço como preponderantemente industrial, torna-se de grande interesse para quem se preocupa em relacionar o cotidiano social com a espacialização das relações sociais através de formas geométricas materializadas. Julga-se importante voltar no tempo, uma vez que, na literatura local, há lacunas de produção científica sobre a gênese, e que este momento cada vez mais distancia-se no tempo, tornando-o por conseguinte mais complicado quanto à conservação de suas fontes. Urge que se registrem sob diferentes visões, os fatos particulares.

Tendo em vista que a grande quantidade de estudos sobre esta região têm enfoque histórico, julga-se importante a visão geo-econômica como uma contribuição ao conhecimento inter e transdisciplinar. Esta contribuição poderá também ser estendida ao Curso de Geografia da Universidade de Caxias do Sul, que, por falta de candidatos, encontra-se suspenso, sem perspectivas de retomar à atividade. Somam-se ainda razões de curiosidade acadêmica sentidas pela pesquisadora durante a participação no Curso de Mestrado em Geografia na UFSC, relacionadas à economia e ao espaço.

Na bibliografia referente à industrialização do Rio Grande do Sul, diferentes autores não apresentam uma unanimidade de pontos de vista. Com o intuito de participar do debate, ofereceu-se como contribuição a realidade empírica de Caxias do Sul, tanto para contribuir nos esclarecimentos, quanto em formulações de novos questionamentos. As controvérsias mais representativas têm se situado quanto à origem das indústrias, à formação do mercado, à acumulação do capital. A industrialização teria sido fruto do “espírito” de iniciativa ou competência do europeu chegado? Eram eles já capitalistas? Qual a participação na origem das indústrias locais por parte dos agricultores, grande maioria, nas constantes “ondas” de imigração?

O tempo definido para ser abrangido pela pesquisa tem como marco inicial a implantação

do núcleo colonial no último quartel do século XIX (1875), encerrando-se em 1930. Este período parece indicar que o grupo social em foco consegue estruturar suas indústrias pioneiras e impor-se regionalmente com função industrial reconhecida.<sup>6</sup>

Esta dissertação contém quatro capítulos, nos quais se apresentam os resultados da pesquisa empírica sobre um aspecto da Geografia Econômica de Caxias do Sul. No primeiro capítulo, são feitas algumas colocações de cunho teórico-metodológico, tendo em vista conceituações específicas e distintas, cujos termos requerem posicionamentos claros e objetivos que lhes atribuam valor interpretativo o mais real possível.

Os dois vocábulos que compõem o centro de nossa investigação são portanto: Imigração e Industrialização.

O tema migração merece a nosso ver não só uma conceituação como, sobretudo, uma interpretação à luz do movimento social mais amplo ocorrido historicamente quando a Europa sofre as mudanças sociais na transição da forma de produção feudal para a forma de produção capitalista.

A questão espacial como objeto da geografia, é teorizada para que o espaço (parte e condição dos próprios fenômenos sociais) tenha esta compreensão no presente estudo, já que contribui para sua dinâmica, ao mesmo tempo em que é produzido pela vida social em curso.

O segundo capítulo apresenta o espaço da Colônia Caxias e sua organização interna no período inicial (1875-1899), cuja divisão histórica obedece um pouco à análise feita das origens industriais do Rio Grande do Sul, por Eugênio Lageman.<sup>7</sup> Com o mesmo, foi possível identificar e relacionar os dois primeiros períodos da vida sócio-econômica do nosso objeto de estudo.

No terceiro capítulo, analisa-se a passagem da atividade econômica local de base agrícola para a atividade de base industrial e sua inserção na economia rio-grandense.

O quarto capítulo mostra como a economia caxiense se consolida como um dos núcleos industriais do Rio Grande do Sul, integrando a região centro-norte do Estado, que por sua vez, assume o predomínio do dinamismo econômico rio-grandense à época.

Assim, na retrospectiva histórica da sociedade caxiense, verifica-se que a preponderância do setor agrícola nos primeiros tempos é substituída pela atividade industrial. Sendo que a atividade agrícola permite a acumulação de recursos e a formação de um capital mercantil que, associado a algum pecúlio acumulado na própria pequena produção, financiou o surgimento das indústrias

---

6. SINGER, Paul. *Desenv. Econômico e Evolução Urbana*. Cia. Edit. Nac. 2 ed. 1977 p. 184: "cidade industrial integrante do pólo econômico dinâmico do sul desde a Primeira Grande Guerra..."

7. LAGEMAN, Eugênio. *A Industrialização no Rio Grande do Sul*. Um estudo histórico. Relatório de Pesquisa nº4 URGS. IEPE 1978

pioneiras locais. No decorrer deste processo, a articulação da pequena produção agrícola, da atividade artesanal, enfim, do “quase modo de produção doméstica” denominado por Lipietz,<sup>8</sup> ao modo de produção capitalista - sempre presente embora em diferentes graus de dominação -, oportunizou o aparecimento de trabalhadores, constituindo um mercado de força de trabalho saído destas pequenas explorações, para trabalhar nas indústrias emergentes.

Verificar a formação e origem do capital que foi aplicado na indústria, a gênese industrial e sua possível evolução do artesanato, também poderão ser contribuições ao debate regional. A presença do Estado na organização desta economia tem sido igualmente investigada para a compreensão do processo.

Sabendo-se que a estrutura social dirige e orienta a vida comunitária e que o espaço não é um substrato neutro onde se possam inscrever as ocorrências, mas é também um condicionante à materialização de novos fatos sociais, as relações sócio-econômicas ocorridas no tempo indicado, no território caxiense, permitiram reconhecer a individualidade sócio-espacial de Caxias do Sul, isto é, a sua Geografia.

---

8. LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. Nobel 1988

## CAPÍTULO I

# Considerações teórico- metodológicas

## 1.1 – O marco geral: imigração e industrialização

Entre os objetivos da imigração no Brasil, Paul Singer identifica a presença de interesses capitalistas no financiamento da colonização de áreas de países “novos”. A análise que Singer faz sobre Porto Alegre, RS, aponta uma divisão inter-regional de trabalho no Brasil, em que as exportações de café possibilitam, através de divisas, que comerciantes e cafeicultores importem do Rio Grande do Sul banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo, etc. Com os recursos deste comércio, o Rio Grande compra no mercado nacional café e açúcar e importa produtos estrangeiros. O mercado de produtos estrangeiros, apresentando produtos superiores aos artesanais locais, permitiu a substituição de importações pela indústria local. Assim,

*“o processo de industrialização no Rio Grande do Sul consiste na substituição destes artigos importados por produtos manufaturados localmente.”<sup>10</sup>*

Foi o desenvolvimento da agricultura comercial que oportunizou aos colonos a indispensável capacidade aquisitiva externa, sob a forma de recursos monetários. O escambo cede lugar à compra e venda e a economia colonial se monetariza na medida em que se liga ao mercado nacional. Os produtos importados entraram

*“prontamente nas colônias, e em curto período aniquilaram o artesanato local.”<sup>11</sup>*

---

9. SINGER, Paul. op. cit.

10. Idem, p. 146, 7

11. Ibidem, p. 168

Singer ainda atribui a este comércio de importação e exportação, a responsabilidade pelo fim do artesanato nas colônias do Rio Grande do Sul, e não à indústria, porque esta só surge mais tarde (1890).

Sandra Pesavento<sup>12</sup> reconhece as diferentes economias que prevaleceram no Rio Grande do Sul até o final do séc. XIX, quais sejam: a economia criatória da zona da Campanha, voltada para a produção de charque, e a colonial-imigrante do centro-norte do estado. A primeira, desde o séc. XVIII, produzia charque, couros e sebo, sob forma escravista, exportando para vários estados brasileiros e também para o exterior.<sup>13</sup> As charqueadas sofrem um duro golpe com o fim da escravidão, mas se refazem por meio dos curtumes, que lhes dão continuidade. Utilizam os subprodutos da pecuária, beneficiam o couro e produzem os arreios. Especialmente fixados no eixo Rio Grande-Pelotas, formariam o primeiro padrão de acumulação da indústria gaúcha. O segundo seria constituído logo após, na área de colonização-imigração do centro norte do Estado, tendo como entreposto comercial Porto Alegre, baseado na pequena propriedade e no artesanato. O couro adquirido nas charqueadas ou nas estâncias, passa a ser aproveitado através do artesanato familiar em torno de São Leopoldo, RS, surgindo ali a indústria coureiro-calçadista.

Já em 1888, Pedro Adams Filho estabeleceu-se com produção e comércio de calçados, percorrendo o estado com carroça, levando o mostruário de seus produtos e realizando as “encomendas”. Estes pequenos proprietários artesãos eram impossibilitados de exercer a atividade pastoril e, evitando concorrer com os grandes proprietários, dedicavam-se à agricultura, avicultura e suinocultura. Os bois e os cavalos eram apenas os seus meios de transporte e tração.

Esta autora discorda de Singer quanto às relações que se travaram entre as duas economias do Rio Grande do Sul. Para Singer, elas eram

*“dicotômicas e desligadas”;... “O sul criador exportava para o resto do Brasil ou para o exterior couros, charque, sebo, etc; o centro e norte agrícolas exportavam trigo, aguardente, linho. Ambas as sociedades mantinham vínculos comerciais com o Rio ou com a Europa, através de Portugal, mas não entre si... Nada indica que tenha havido qualquer integração econômica no Rio Grande do Sul, pelo menos até o nosso século, quando a indústria toma vulto.”<sup>14</sup>*

Para Pesavento, estas diferentes economias estavam vinculadas:

*“Desde cedo registraram-se trocas entre a zona da pecuária tradicional e a*

---

12. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pecuária e Indústria. Formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Edit. Movimento. P.A. 1986

13. O primeiro navio parte do Rio Grande em 1876 levando charque gaúcho para os EUA.

14. SINGER, op. cit. p. 146, 7

*colonial imigrante.*"<sup>15</sup>

As diversas fábricas gaúchas de sabão e velas também atestam a vinculação entre as atividades. A Companhia União Fabril, casa fundada em 1873 pelo comerciante Carlos Guilherme Rheingantz, na cidade de Rio Grande, já em 1875 mandava vir da Europa máquinas importadas para tecer a lã provinda da ovinocultura da tradicional zona pecuária. Operando de modo capitalista, dava emprego a cem (100) operários.

Esta autora ressalta ainda, a especificidade gaúcha no que se refere à formação do mercado de mão-de-obra. É que o imigrante é também pequeno proprietário e não totalmente livre e despossuído dos meios de produção e subsistência. Por este motivo, a mão de obra era encaminhada às indústrias de forma lenta e gradativa. No seu modo de ver, foram pré-requisitos de origem na pecuária que possibilitaram uma organização capitalista das indústrias gaúchas:

- a comercialização de produtos da pecuária;
- a vinda de imigrantes burgueses (vinculada à comercialização dos produtos pecuários, portanto, no contexto da pecuária). O imigrante não vinha para resolver problemas da oligarquia regional sulina; vinha para trabalhar para si mesmo. Mas, a autora aponta o comércio como o maior beneficiário em detrimento do pequeno produtor colonial, e a acumulação do comércio como responsável pela importação de produtos estrangeiros, o que desestimula o artesanato familiar dos núcleos coloniais.

Mamigonian<sup>16</sup>, em seu estudo do processo de industrialização de Blumenau, S. Catarina, por imigrantes alemães, identifica no imigrante europeu

*"uma nova concepção de trabalho: o agricultor proprietário de 25 ha. e contando com o seu próprio trabalho e o de sua família...os comerciantes que estabeleceram o contato com o mundo exterior eram, também alemães...o alemão era a língua falada nesta região e esta coesão foi uma das bases do sucesso industrial."*<sup>17</sup>

Entre outras causas da industrialização de Blumenau, citam-se:

*"...pessoas mais qualificadas que abandonaram a Alemanha mais freqüentemente após as crises dos séculos XIX e XX...as crises econômicas européias...contribuíram para a industrialização desta cidade."*<sup>18</sup>

15. PESAVENTO, op. cit. p. 55

16. MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. Revista Bras. de Geogr. IBGE RJ 1965 nº3

17. Idem, p. 395, 6

18. Ibidem, p. 397,8

Os comerciantes provinham de situações muito modestas. Com a venda dos manufaturados e compra dos produtos coloniais, freqüentemente dirigiam as casas de importação e exportação, dominando o comércio local,

*“...esses comerciantes vitoriam-se graças ao espírito de iniciativa comum a todos eles.”*

Também são evidenciadas neste trabalho de Mamigonian outras características, como: o aprovisionamento de matérias-primas em mercados distantes e o fornecimento de seus produtos manufaturados para o mercado interno brasileiro (SP e RJ). A mão- de- obra para a indústria provinha da agricultura, tendo se tornado excedente pelo empobrecimento dos solos e pelas partilhas por sucessão. Sem desconsiderar fatores exógenos no processo de industrialização brasileiro, o mesmo autor refere:

*“Os mercados europeu e norte-americano criaram os estímulos necessários à produção do café e a Europa forneceu milhões de imigrantes que se inseriram de várias maneiras nesta economia e foram o núcleo principal da industrialização paulista e brasileira. Enquadrados num país latifundiário e escravista, acabaram realizando um capitalismo incompleto, ao mesmo tempo que o mercado nacional assim criado atraiu os grandes capitais internacionais, que os expulsaram da Europa cem anos atrás.”<sup>19</sup>*

De acordo com este pensamento, os imigrantes contribuíram com a industrialização no Brasil porque

*“vivendo em seus países de origem, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, etc, dentro de estruturas econômicas-sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino...estas partidas maciças esvaziaram a vida econômica de inúmeras regiões agrícolas, estimulando nelas saídas de artesãos e comerciantes...”<sup>20</sup>*

Lageman<sup>21</sup> apresenta valiosas contribuições sobre a origem industrial no Rio Grande do Sul e discute se a origem é resultado de uma evolução do artesanato - tema polêmico entre vários autores - ou se a indústria gaúcha provém do comércio. O autor define-se pela não generalização, uma vez

---

19. MAMIGONIAN, Armen. O Processo de Industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia. mar. 1976 n°50, p.99

20. Idem, p. 89, 90

21. LAGEMAN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In DACANAL, J.H. (org). RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. 1980 p. 114-133

que considera que muitas indústrias têm derivado do capital comercial, como também, algumas podem ter evoluído do artesanato. Também refuta como derivadas muitas vezes de associações de capital. Sobretudo, Lageman reconhece a importante participação dos imigrantes como dinamizadores da economia gaúcha, e portanto, com participação direta na industrialização do estado.

Também importante é a contribuição da análise feita por Telmo Moure<sup>22</sup>. Ele admite a supremacia do comércio sobre o setor produtivo agrícola e entende que o capital comercial dá a sustentação ao surgimento das indústrias. Moure aponta como uma contradição o fato de que o capital comercial ao ser aplicado na indústria, expropria sua base produtiva geradora, a pequena propriedade imigrante, isto é, seus recursos são acumulados em detrimento do produtor primário.

Um trabalho que classifica o pequeno produtor agrícola como um tipo especial não capitalista, mas, a serviço do capital, é o de Tavares dos Santos.<sup>23</sup> Tem por base empírica uma comunidade do município de Bento Gonçalves, RS, de 1880 a 1960 e reconhece que a renda territorial (absoluta e diferencial) gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser transformada em capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração.

O processo de trabalho camponês apresenta uma “*composição de valor baixa*” porque a força de trabalho é o elemento com maior peso na produção camponesa. A mediação do crédito bancário leva à penetração de mercadorias industriais e as condições desiguais nesta troca permitem transferência do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial. A tecnologia exigida na produção do vinho força os produtores à condição de agricultores produzindo somente a matéria- prima, a uva. Consta que a burguesia industrial efetua, com a ajuda do Estado, a exploração do sobretrabalho camponês, via preços de tabela dos produtos agrícolas. Acredita o autor que é ideológica a justificativa de que o proprietário dos meios de produção e da terra é autônomo, porque se efetiva sua subordinação ao modo de produção capitalista.

Esta visão do camponês como trabalhador de tipo específico para o capital é também a de Maria Nazareth Baudel Wanderley<sup>24</sup>, quando explica a permanência da exploração familiar como parte da própria dinâmica do capitalismo e não da dinâmica da transição de um modo de produção a outro. Para Maria Nazareth, a forma particular da produção camponesa, quando subordinada ao capital, desaparece, é eliminada, e o que surge é um novo tipo de trabalhador não proletário para o capital.

A relação entre os temas imigração e industrialização no Brasil é encontrada em muitos autores, já que a mão de obra assalariada, além de atuar no mercado de trabalho, participa da

---

22. MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In DACANAL, J.H. (org). RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. 1980. p. 91-122

23. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. Hucitec. SP. 1978

24. WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O Camponês: Um Trabalhador para o capital. Campinas. SP. 1979. mimeo.

economia brasileira também como mercado de consumo. O Brasil sofre na metade do século XIX um golpe nas relações de produção de sua economia colonial exportadora escravista. Pressões externas levam à proibição do comércio dos escravos sobre cujo trabalho se fundamentava a produção agro-exportadora. A partir de 1860, o café é o grande produto de exportação do Brasil, mas com sérias dificuldades quanto à mão de obra. É uma época de inovações na nação brasileira, sobretudo na consolidação das relações de produção burguesas: A Lei de Terras, oficializando a propriedade privada da terra e a sua transformação em mercadoria, e a substituição do trabalho compulsório pela mão-de-obra “livre”. A burguesia emergente interessava resolver o problema de braços para a lavoura comercial. Imigração e colonização passam a ser discutidas no país. Isto é, a pequena propriedade poderia se tornar viável quando a grande propriedade ficava anti-econômica. É neste momento de ruptura da tradicional estrutura fundiária do país, que Caio Prado Júnior<sup>25</sup> situa os germes da industrialização, e não no ápice da produção e da comercialização do café.

Este autor também estabelece a distinção entre os termos “imigração e colonização”, ao dizer que a imigração tem em vista a mão-de-obra necessária para as fazendas de café, em substituição aos braços escravos; enquanto a colonização comporia um sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. Assim, colonizar teria objetivos mais amplos, a médio e longo prazos e ligar-se-ia a povoamento, diversificação da produção, branqueamento da população, etc. Já a imigração seria uma resposta mais imediata ao problema da mão-de-obra para garantir a continuidade da produção e do comércio do café.

O primeiro surto industrial brasileiro ocorreu com o Encilhamento (1889-1900): crédito liberal e dinheiro barato. O mercado interno, constituído pelos imigrantes assalariados, a queda de câmbio do último decênio do século e o protecionismo nas tarifas aduaneiras, são apontadas por Singer como condições para o início da indústria nacional.

Também Dean<sup>26</sup> atribui importância ao assalariamento dos imigrantes e à intensidade da economia de mercado originária do café, como circunstâncias históricas favorecedoras para a industrialização de São Paulo.

### **1.1.1 – Migrações: mobilidade espacial da força de trabalho**

Dentro do quadro histórico que envolve a Europa entre os séculos XV e XX, a desagregação das relações de produção feudais abre caminho para a definição das relações capitalistas de produção. As grandes descobertas da navegação facilitam a aproximação dos diferentes lugares no mundo e a

---

25. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Brasiliense. 37 ed.

26. DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. 1880-1945. Difel

instalação de um vigoroso sistema de trocas mercantis. Como consequência, profundas modificações sócio-econômicas e espaciais se verificam. Em espaços e tempos próprios, as relações sociais que se estabelecem alterarão o sistema de propriedade da terra, dos meios de produção, do emprego da força de trabalho e das relações do homem com o meio físico. Estes espaços e momentos particulares permanecerão encadeados num processo amplo e geral. Assim, as migrações internacionais se enquadram num processo geral, conforme os estudos de Lênine<sup>27</sup> sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Partindo de sua compreensão do desenvolvimento do capitalismo como resultado da circulação mundial das mercadorias, não vê uma nação capitalista sem mercado externo e tem sua preocupação nas contradições internas de uma formação social. Por isso, em seu estudo sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Lênine identifica:

a) uma divisão espacial do trabalho, com uma relação estreita entre a divisão do trabalho em geral e a divisão territorial do trabalho. Na Rússia, a tendência de localização da fábrica fora das cidades demonstrou que a força de atração na mobilização dos trabalhadores formava um novo espaço ao seu redor em muito menor tempo do que levava a formação das cidades.

*“O desenvolvimento do capitalismo na Rússia não poderia ser compreendido sem esta análise dos espaços em que se implanta, e das relações de produção que esta localização traduz. O desenvolvimento do capitalismo é também nascimento e desenvolvimento do espaço capitalista com as suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção.”<sup>28</sup>*

b) A mobilidade espacial do trabalho é vista por Lênine como elemento constitutivo do modo de produção capitalista. A mobilidade do trabalho é processo espacializado de constituição das relações de produção capitalistas: processo espacializado de constituição da força de trabalho pelo êxodo rural para os centros industriais, ou pela transformação dos camponeses em operários agrícolas e também processo de constituição de outras classes que completam a configuração capitalista, a burguesia rural e a classe dos produtores de mercadorias na agricultura.

Portanto, o deslocamento espacial da população é manifestação concreta das modificações ocorridas no interior da sociedade onde as classes se diferenciam: alguns se tornam capitalistas e outros perdem a propriedade dos seus meios de produção, precisando vender a sua força-trabalho ao capitalista.

*“Assim, a ‘liberdade’ adquirida pela força de trabalho não é mais do que o*

27. LÊNINE, V.I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Edit. Ariel. Barcelona, 1974.

28. GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Edit. Estampa. Lisboa 1977. Cap. 10: Análise das migrações operárias em Lênine. p. 367-404

*início de uma nova alienação para os homens aos quais ela pertence, o início de uma longa série de violências do sistema industrial.*”<sup>29</sup>

A Itália, geograficamente inserida neste contexto, não poderia deixar de receber e refletir algumas etapas deste processo, evidentemente particularizado. No século XIX, lutando internamente pela unificação política, sentindo todos os problemas econômicos decorrentes deste fato, ingressando através da região norte, no processo industrial e ao mesmo tempo convivendo com as modificações introduzidas com a transição do feudalismo para o capitalismo, tem no seu quadro social muitos produtores rurais desalojados de sua condição e meios de produzir que não são absorvidos pela indústria que surge. A pressão social cresce e culmina com a migração em massa de seu povo. No Brasil, a partir de 1870 começam a desembarcar numerosos grupos de italianos entusiasmados com a perspectiva oferecida pelo governo brasileiro de se engajarem no novo espaço.

## **1.1.2 – Desenvolvimento Capitalista no Brasil e Imigrações**

A grande movimentação migratória no Brasil, portanto, está relacionada com as modificações sociais internas de afirmação do sistema capitalista de produção: a oficialização da terra como mercadoria (1850) e a substituição do trabalho compulsório pela mão-de-obra livre. Segundo Ianni<sup>30</sup>, a imigração ao Brasil prende-se à internacionalização das relações capitalistas de produção, além da transformação da força de trabalho de uma coisa, de um objeto, o escravo, em mercadoria.

A década de 1850 é inovadora em iniciativas sociais e é também um marco no desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Idéias de nacionalismo e indústria se associam com o intuito de vencer a dependência externa, especialmente britânica, que invade o país através de seus manufaturados e de seus capitais. A primeira metade do século é de estagnação, mas logo o café oferece um impulso exportador e possibilita um desenvolvimento. Ao analisar a industrialização de S. Paulo, Dean<sup>31</sup> aponta os diversos progressos sociais e econômicos originários do comércio externo do café, como estradas de ferro, melhoramentos portuários (Santos), companhias hidrelétricas para fornecimento de energia, vinda de técnicos europeus, surgimento de escolas superiores (Direito - 1830, Engenharia, Medicina, Biologia), sem dúvida benefícios sociais que contribuiriam para um desenvolvimento industrial, como

*“condições essenciais para haver industrialização”.*<sup>32</sup>

---

29. Idem, p. 397

30. IANNI, Octávio. Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana. Anais do I e II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Caxias do Sul. 1975 e 1976. ISBIEP

31. DEAN, Warren. A Industrialização de S. Paulo. (1880-1945). Difel.

32. Idem, p. 15

O café exige braços para o trabalho agrícola e a imigração vem estabelecer o novo padrão de acumulação na nova relação com o proprietário fundiário, uma vez que de 1860 a aproximadamente 1890, o café apresenta saldos ponderáveis na balança do comércio, no Vale do Paraíba do Sul, exportado pelo Rio de Janeiro. De 1894 em diante, o planalto paulista é o maior produtor e o porto de Santos, seu exportador. O decênio de 1870-1880 foi marcado como um dos de maior prosperidade nacional. Durante este tempo, muitas tentativas para atrair mão-de-obra imigrante foram realizadas. Há nesta segunda metade do século XIX, especialmente em S.Paulo com o impulso do café, um grande esforço manufatureiro. A partir de 1906, o Brasil vive do café. Com a guerra, o país é forçado a produzir o que necessita. As inovações tecnológicas, o dinheiro da lavoura, a energia farta e barata, levam S.Paulo a ter um surto positivo e a impulsionar o Brasil. Caio Prado Júnior reconhece nestas mudanças

*“...a maior transformação econômica da história brasileira, resultado da emancipação política. Grande parte destes investimentos são especulação estimulada pela súbita liberação dos capitais dantes investidos no tráfico africano e pela inflação de crédito e emissões de papel-moeda... Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros passos...Esta acumulação capitalista provém sobretudo da agricultura, cuja prosperidade é notável e oferece larga margem de proveitos.”<sup>33</sup>*

Apesar da falta de um mercado amplo, ao final do Império, o Brasil consegue um relativo progresso industrial, um início do processo de concentração de capitais.

O capital estrangeiro, especialmente o inglês, aparece em empreendimentos, como ferrovias, aparelhamentos portuários e obras urbanas, com o apoio do Estado que se compromete em empréstimos externos. No próprio ano da Proclamação da República - 1889 - o governo imperial traz de Londres o último e mais volumoso empréstimo da época do Império, aproximadamente vinte milhões de libras.<sup>34</sup>

Caio Prado Júnior considera a presença de capitais externos como favorecedora da industrialização nacional e a ausência de mercado interno como fator impeditivo. Para ele, a imigração contribuiu com a industrialização brasileira, de acordo com sua referência:

*“De menor importância, mas assim mesmo de grande expressão no futuro...é a colonização estrangeira no Extremo Sul do país; particularmente no Rio Grande do Sul...Ao contrário de S.Paulo...o imigrante encontra facilidades para aquisição de pequenas propriedades e é nestas condições que se estabelece...Constitui-se assim nesta parte do Brasil, um Setor cuja organização econômica e social é bem distinta da do resto do país: Grande parcelamento da*

33. PRADO JÚNIOR, Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. Brasiliense. 5 ed. 1957. p. 192-194

34. MANCHESTER, Alan K. Preeminência Inglesa no Brasil. Brasiliense. 1973

*propriedade fundiária, ausência do latifúndio; em vez de grandes lavouras, do tipo do café, do açúcar ou do algodão, que produzem sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades de caráter local e destinadas ao abastecimento interno do país; cereais, vinho, produtos de granja, etc... Isto terá a princípio pequena significação na economia geral brasileira, mas começará a impor-se com o tempo e hoje, um século decorrido daquele início, já pesa sensivelmente na vida econômica do Brasil.”<sup>35</sup>*

Os colonos do café trabalhavam por salários pagos em dinheiro. Arrendatários com contratos anuais, desejavam um dia ser proprietários de terra. Supriam suas necessidades no armazém da fazenda, que servia também de fonte de lucro para o fazendeiro. Os proprietários das fazendas de café, podiam viver nas cidades, porque outros trabalhavam por eles, e assim dedicavam-se a atividades imobiliárias, bancárias, fomento de estradas de ferro e exportação. Este fato é inclusive destacado por Warren Dean como fundamental, um verdadeiro embrião da produção industrial. Foram enfim, múltiplas e diferentes experiências, bem como variados os resultados que se registraram nesta relação entre trabalho e capital, nas fazendas de café.

Já bem diferentes foram as experiências com a imigração nos locais em que se formaram núcleos de pequenos proprietários imigrantes, como é o caso dos estados meridionais do Brasil. Beneficiada pela distância e influência dos grandes proprietários de terras, a pequena propriedade desempenhou logo o papel de abastecedora e diversificadora da produção para o consumo urbano: verduras, frutas, flores, aves, ovos, tiveram desde cedo grande aceitação.

*“A pequena propriedade está preenchendo uma função que no passado, sobretudo nos períodos de apogeu da grande lavoura, cabia à importação. Era do estrangeiro que nos vinha a maior parte dos gêneros de abastecimento de que o país necessitava.”<sup>36</sup>*

Portanto, esta alteração da estrutura fundiária brasileira, que tem um progresso difícil, mas seguro, oferecerá as condições para germinar o processo de industrialização no Brasil, assegura Caio Prado, e não o ápice da produção ou da comercialização do café.

Iglesias<sup>37</sup> indica o período entre 1914 e 1924 como de progresso econômico no Brasil, porque antes disso os produtos - geralmente semi-acabados - que entravam eram apenas montados no país. Depois deste tempo, com a recuperação da economia externa, os EUA voltam-se para a América Latina como fornecedores, concorrendo com a produção local e contribuindo para a crise

35. PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit. p. 202, 204

36. Idem, p. 254

37. IGLESIAS, Francisco. A Industrialização Brasileira. Brasiliense

que culmina em 1930.

O momento do nascimento e consolidação do capital industrial brasileiro, é ampliado e situado por Cardoso de Mello<sup>38</sup> no período compreendido entre 1888 e 1933.

Este autor prioriza as condições internas de desenvolvimento do país no processo industrial; atribui à falta de mão de obra livre, no fim da economia colonial, o não surgimento, naquele momento, da indústria nacional. Não havia um contingente populacional disposto a deixar de produzir sua própria subsistência como pequeno produtor para se sujeitar ao trabalho assalariado para sobreviver.

Dentro do grande movimento capitalista que engloba o mundo Nikolai D. Kondratieff assinala a existência de ciclos econômicos observáveis a partir do final do século XVIII. Estes ciclos se identificam como períodos de expansão, desgaste e substituição de bens de capital fixo, em que se pode observar num período aproximado de 50 anos, duas fases: ascendente, quando da expansão, e descendente, quando da desaceleração na produção destes bens. León Trotsky divergia em alguns pontos, como o fato de que as ondas longas não eram decorrentes das leis internas da dinâmica capitalista, mas de condições externas, como descoberta de recursos naturais, ampliação do mercado mundial, guerras, etc. Ernest Mandel atribui poder de engendrar a fase ascendente ou descendente à flutuação na taxa média de acumulação de capital produtivo, reduzindo o fator cíclico de tais movimentos. Atribui importância à composição orgânica do capital, à flutuação da taxa de mais valia e à alterações no tempo de rotação do capital.

Segundo estes autores, basicamente, são quatro as ondas longas de conjuntura: da última década do século XVIII ao final da primeira metade do século seguinte; daí ao final do século XIX; deste ponto ao final da Segunda Guerra Mundial e a quarta, do final da guerra até hoje.

Ignácio Rangel, ao relacionar a formação social brasileira com os ciclos longos da economia capitalista, destaca o primeiro movimento de substituição de importações que ocorre no interior das fazendas no período de 1800 a 1850 (durante a fase “b” do 1º Kondratieff) quando diminui o comércio exterior brasileiro.

O movimento interno de substituição de importações ocorre quando a importação fica restringida, o que induz à industrialização do Brasil.

Na fase descendente do segundo ciclo longo de Kondratieff (1870-75 a 1890-96) houve no Brasil um esforço de substituição de importações urbanas artesanais e manufatureiras, através da utilização da mão-de-obra escrava e livre e também uma substituição natural no interior das fazendas, embora mais modesta do que a do 1º Kondratieff. Muitos artesanatos se transformam em manufaturas, utilizando mão-de-obra escrava especializada (negros de aluguel) e trabalhadores

---

38. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. 7 ed. Brasiliense. 1988

urbanos livres, como muitos imigrantes recém chegados. Estes artesanatos/manufaturas eram dispersos nas grandes cidades brasileiras. Uma pequena produção mercantil pôde se desenvolver e um mercado interno incipiente se forma. Precisou-se substituir importações com emprego intensivo de mão-de-obra com processos pré-industriais: métodos artesanais nas atividades de transformação, construção civil rotineira e agricultura primitiva. Esta indústria nascente crescerá com as fases de expansão do comércio internacional (1890-96 a 1914-20).

A terceira onda larga de Kondratieff, em sua fase ascendente, prioriza novamente a agricultura de exportação, mas o café começa a sobrar no mercado, desestimulando as inversões brasileiras no setor exportador. Há novo esforço interno para substituir as importações e a partir da década de 1920 (fase “b” do 3º Kondratieff), novas e grandes inversões em moldes capitalistas foram feitas (não mais ao nível da fazenda e sua autarcia, nem em pequenas oficinas especializadas). O país já conta com mercado interno estruturado e favorecido pela pequena produção mercantil, em que a imigração estrangeira tem parte importante, e a moeda nacional já está em circulação. Fazem-se as inversões com aumento da compra de força-de-trabalho, aumentando o volume de salários pagos, dinamizando o mercado interno.

Ao final do período do terceiro ciclo longo de Kondratieff, começa-se a preparar as grandes mudanças no Brasil. As rupturas no aspecto político e no econômico conduzirão a uma nova organização social. O processo de industrialização toma corpo e serve também para integrar as diversas economias regionais.

As controvérsias sobre a imigração foram constantes entre governo e classe dominante, conforme os interesses próprios e mais imediatos. Em vista disso, muitos escravos libertos e imigrantes-proprietários, ainda que contribuíssem para o povoamento territorial, não eram bem vistos pelos fazendeiros. Não lhes interessava povoar e ocupar vazios territoriais para obter mão-de-obra a longo prazo, mas, colonizar para o capital, rapidamente. Com isto, privilegiou-se a vinda de imigrantes subvencionados, que fossem pobres, agricultores e dóceis, obedientes a preceitos religiosos.

O pronunciamento feito no Senado do Brasil em 1888 pelo fazendeiro, senador e ministro do Império, mais tarde banqueiro e industrial, Antonio Prado, também presidente da Repartição Geral de Terras, - órgão encarregado de promover e estabelecer imigrantes, demonstra a posição dos grandes proprietários a respeito da mão-de-obra necessária para substituir a escravidão:

*“...a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de S.Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada, se for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de*

terras... ”<sup>39</sup>

E, ainda:

*“Imigrantes com dinheiro”, disse francamente o Conselheiro Antonio da Silva Prado, “são inúteis para nós”.<sup>40</sup>*

Com o grande número de imigrantes recebido nas condições exigidas pelos fazendeiros de café, especialmente entre 1885 e 1888,

*“...os salários puderam então, cair substancialmente e a expansão cafeeira tomou grande impulso”.<sup>41</sup>*

Para Paul Singer, as investidas dos fazendeiros à cidade de S.Paulo, quando da chegada de centenas de colonos imigrantes que procuravam emprego agrícola, com a finalidade de recrutar mão de obra, fizeram de S.Paulo um mercado de fatores - capital e trabalho - para a indústria. Diz Singer:

*“A industrialização de um país sub-desenvolvido, isto é, dotado de uma estrutura econômica colonial, consiste na transferência de atividades manufatureiras do Setor de Subsistência para o Setor de Mercado Interno, no qual suas características (tecnológicas, econômicas e sociais) são completamente alteradas”.<sup>42</sup>*

São Paulo realiza a transferência das manufaturas das fazendas e da agricultura de subsistência, constituindo um mercado interno, em duas etapas, segundo Singer: a primeira - de 1850 em diante -, aumentando consideravelmente a produção para o mercado externo e importando os manufaturados; a segunda, realiza-se na última década do século XIX. Nela, os produtos importados começam a ser substituídos e os produtos da indústria nacional já encontram um mercado interno. Situa-se, portanto, para Singer, entre 1881 e 1894, a gênese do capital industrial de S.Paulo.

Entre os fatores que favoreceram esta acumulação, estão: o café, “o encilhamento”<sup>43</sup>, o mercado interno que se formou com o assalariamento da mão de obra empregada no café e as

---

39. PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República, IN MARTINS, J. de Souza. Empresários e Trabalhadores de Origem Italiana no Desenvolvimento Industrial Brasileiro entre 1880 e 1914: O Caso de S. Paulo. Revista Dados. RJ. vol 24, número 2. 1981, p. 241

40. HALL, Michael McDonald. The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914. Columbia University, Ph D. 1969, p. 102: “Immigrants with money, he frankly stated, are not useful to us”. Também citado por Cardoso de Mello, op. cit. p. 86

41. HALL, Michael M. op. cit. p. 101

42. SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Cia. Edit. Nac. 1977, p. 41

43. Designação de movimento sócio-econômico ocorrido no Brasil entre 1889 e 1891: “Contratos de imigração a dar com pau, localização de milhares de famílias européias em todas as terras devolutas imagináveis, um nunca acabar, metade da Europa puxada a reboque para aqui, sem estôrvo, nem dificuldade, que não fossem superados...Requerimentos rabiscados sobre a perna, no intervalo de ruidosas palestras, entre duas fumaças de perfumado havana nos gabinetes ministeriais, sem indicação certa dos lugares, tudo no ar, às cegas, às tontas, e logo transferidos por bom dinheiro, centenas, senão milhares contos de réis a companhias que, da noite para o dia, surgiam como irisados e radiantes cogumelos após chuvas e enxurradas, vivificavam os incontáveis micróbios da podridão e dos esterquilínios.

Travavam a responsabilidade do país em somas pavorosas e brincava-se com o crédito, o nome e o porvir da nação...” Visconde de Taunay. O Encilhamento. Ed. Melhoramento. 1983. O.R. Biblioteca da UFSC

medidas econômicas, como a queda do câmbio e o protecionismo das tarifas aduaneiras - através da política aduaneira que punia com taxas elevadas a importação de produtos similares aos nacionais e isentava matérias primas e equipamentos. A imigração contribuía tanto para o aumento da população, como também para o aumento da taxa de crescimento do produto total e *per capita*<sup>44</sup>. Em 1894, 71 % dos trabalhadores na cidade de S.Paulo eram estrangeiros.

A última década do século XIX prepara ainda para a prosperidade com a remodelação do Rio de Janeiro, o seu saneamento, realizado por Oswaldo Cruz e o aparecimento da alta literatura, com Machado de Assis.

### 1.1.3 – O Brasil e a imigração

Vendo-se as migrações internacionais como formas de mobilidade espacial de mão-de-obra, e o interesse do Brasil em mudar a forma de trabalho compulsório pelo trabalho “livre”, no bojo da transformação da grande exploração escravista colonial em capitalista comercial, pode-se intuir que muitos interesses se cruzavam tanto interna quanto externamente. Tanto seria possível para o Brasil assegurar a continuidade da produção latifundiária exportadora, como criar mercados para a produção industrial européia.

Martins<sup>45</sup> destaca a maneira como o nosso país se situa com referência a estas questões:

*“...a política de colonização nasceu e desenvolveu-se, freqüentemente de forma precária em meio a muitas crises, subordinada aos interesses capitalistas nacionais e de substituição do trabalho escravo dentro de uma conjuntura internacional. Provavelmente por este motivo os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade. Foram confinados a terrenos desfavoráveis.”*

A pequena propriedade agrícola era inserida numa economia agro-exportadora e latifundiária, com características de grupo social homogêneo no centro do país, onde diferenças étnicas, religiosas ou culturais não constituíam empecilho. O sistema de colonização teve sucesso no extremo sul do país: Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, longe da grande lavoura, para quem interessava muito mais a imigração. Os governos das províncias do sul incentivaram a colonização por meio de imigrantes por que tinham em vista mais o aspecto de povoamento e diversificação de sua produção, e um incremento então, de suas rendas públicas.

Com a propaganda feita no exterior, diante da possibilidade de se tornarem proprietários fundiários e estimulados por notícias de familiares já instalados no país como imigrantes, muitos

44. GRAHAM, Douglas M. Migração Estrangeira e a Questão da Oferta de Mão de Obra no Crescimento Econômico Brasileiro (1880-1930). Est. Econ. IPE-USP v.3 n° 1 abr. 1973. p. 7-64

45. MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência, p. 99

migrantes europeus dirigiam-se para o Brasil no séc. XIX, com recursos próprios, em condições econômicas mais favoráveis e de modo espontâneo.<sup>46</sup> No Brasil, os agricultores imigrantes pobres eram encaminhados às fazendas de café ou aos núcleos oficiais. Já os imigrantes de condição melhor podiam escolher onde se fixar.

A criação dos núcleos oficiais foi estimulada no período compreendido entre 1858 e a década de 70, época em que também ocorre o deslocamento da preeminência da produção do café do norte para o centro da província de S. Paulo e o deslocamento do comércio de café do porto do Rio de Janeiro para o porto de Santos. Este fato ocasionou também a redução da cultura de alimentos (como no caso de Atibaia e Bragança) e um aumento na demanda ocasionado pela urbanização da cidade de S. Paulo: sua população aumentou em 50 % entre 1872 e 1886.

As influências políticas dos cafeicultores fazem cessar a imigração subvencionada e a criação de núcleos a partir de 1879, sendo retomada a partir de 1887, mas, direcionada de modo maciço para as fazendas de café.

Petrone<sup>47</sup>, que relacionou as diversas tentativas de núcleos de colonização e imigração no nosso país, assinala que:

*“No Brasil, como em toda a América e em outras áreas, interesses agrários atraíam os imigrantes não só para contarem com abundante oferta de braços, mas também para conseguir a valorização fundiária a baixo custo, obtida pelo trabalho do pequeno proprietário...interesses agrários que se confundiam com os capitalistas.(...) Espaços vazios, terras desocupadas, sem muito valor para as atividades econômicas (Como em S. Paulo, para o café, no Rio Grande do Sul, para a pecuária), vão sendo integrados aos interesses do capitalismo e...surge na sociedade brasileira uma ‘classe média’ com um papel específico a desempenhar”.*<sup>48</sup>

Tivemos uma experiência com pequena propriedade em 1818, na Província do Rio de Janeiro, com imigrantes suíços: a Colônia de Nova Friburgo. Recebiam os lotes com a condição de se dedicarem à produção agrícola, garantindo o abastecimento do vizinho núcleo urbano, o Rio de Janeiro. Não obteve o sucesso esperado porque os imigrantes adotaram o esquema produtivo do café; transferiram-se para Macaé e Cantagalo, cujos terrenos eram mais planos e os solos mais férteis. Progrediram individualmente quando passaram a produzir para o mercado externo, em propriedades maiores e com o auxílio de escravos.

46. HÖRMEYER, Joseph. O Rio Grande do Sul de 1850. Edit. EDUNI-SUL. 1986, p. 85

47. PETRONE, Maria Thereza Schorer. O Imigrante e a Pequena Propriedade. Brasiliense. 1959

48. Idem, p. 19, 20

Uma outra experiência com imigração em pequenas propriedades, desta vez com alemães, foi feita em 1824, com a fundação de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Os colonos recebiam os lotes gratuitamente, mas não podiam exercer a atividade criatória: deveriam se dedicar à agricultura. As terras que lhes foram destinadas tinham sido desprezadas pela pecuária e constituíam um ponto estratégico do território nacional, já que, povoadas, resguardariam a Colônia do Sacramento mais ao sul, e asseguravam a posse do Rio Grande de São Pedro, disputado por portugueses e espanhóis.

Em 1829, o governo imperial funda a Colônia de S. Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, com imigrantes procedentes, em sua maioria, de Bremen. Deste contingente, desassistido e abandonado, muitos acabaram deixando aquela área. Também nesta província se verifica o descompasso administrativo entre o Governo Geral e o Provincial. Sob o Ato Adicional de 1834, o regente Diogo Antonio Feijó autorizou os governos provinciais a providenciarem transporte e manutenção dos núcleos de imigração. Segundo o Prof. Walter Piazza<sup>49</sup>, com a Lei nº 11 de 05/05/1835, a Província de S. Catarina recomeça a colonização e permite inclusive sua execução por empresas individuais ou companhias nacionais ou estrangeiras. Desse modo, Demaria e Schutel implantam a Colônia Nova Itália, em 1836. Três outros núcleos federais foram criados no período republicano em território catarinense: Anitápolis (antigo Lauro Müller), Esteves Júnior (hoje município de Major Gercino) e Rio Branco, hoje Guaramirim.

*“Os seus começos apresentam um dos paradoxos havidos com os trabalhos de colonização: a fim de povoar a área considerada devoluta e torná-la agrícola e produtiva, a primeira providência do governo foi ter de expulsar certo número de ocupantes das terras que, com suas famílias, ali mantinham suas lavouras” ...<sup>50</sup>*

Em 1849, a Colônia Dona Francisca (Joinville) foi criada em terras cobertas de mangues (era dote da princesa D. Francisca, casada com o príncipe de Joinville), que foram loteadas e vendidas aos colonos alemães. A colônia desenvolveu-se e integrou-se à economia nacional.

Também no Espírito Santo, em 1847, imigrantes alemães formaram a Colônia de Santa Isabel e produziram café. Depois de 1870, com italianos, constatou-se que o café podia também ser produzido em pequenas propriedades, e o Espírito Santo chegou a ocupar o terceiro lugar na produção de café em 1928.

---

49. PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua História. Edit. UFSC/Lunardelli. 1983  
50. CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Edit. Landes. 1970, p. 293

# 1.2 – Fundamentação teórica do estudo empírico

## 1.2.1 – Introdução

O núcleo industrial ora em análise se fundamenta sobre uma área de colonização oficial constituída por imigrantes de origem italiana distribuídos em pequenas propriedades fundiárias. Portanto, a questão da imigração é vista como uma presença de mão de obra colocada em disponibilidade pelo processo de aprofundamento das relações capitalistas de produção nas nações centrais do sistema capitalista. Lênine no seu estudo sobre o capitalismo na agricultura da Rússia, analisou a organização da economia social russa no seu conjunto, não se detendo apenas no espaço das pequenas propriedades rurais, e verificou que se opera uma destruição do velho campesinato, baseado na propriedade nobiliária e no trabalho compulsório (corvéia). A aparição de desigualdades patrimoniais e o surgimento de tipos novos de população rural constituirão a base de uma sociedade onde dominam a economia mercantil e a produção capitalista, segundo Lênine.

*“A divisão social do trabalho é a base de todo o processo dedesenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo. A separação da indústria transformativa da extrativa, a separação da manufatura da agricultura, transforma a agricultura em indústria, isto é, em ramo da economia que produz mercadorias. Esse processo de especialização que separa as diferentes classes de transformação dos produtos, constituindo um número maior de ramos da indústria, se manifesta também na agricultura, criando zonas agrícolas especializadas, originando a troca entre os produtos da agricultura e indústria, assim como entre os diferentes produtos agrícolas.”<sup>51</sup>*

O capitalismo se desenvolve “destruindo completamente” o campesinato de tal forma que as mais importantes unidades de produção passam à categoria de empresas capitalistas, e as menores desaparecem e liberam um proletariado. As velhas formas de produção são substituídas por formas capitalistas de produção e surge uma burguesia e uma pequena produção mercantil. Quando a produção mercantil se transforma em capitalista, libera uma parte dos produtores de seus meios de produção e isto supõe a passagem destes meios de produção para outras mãos, transformando-se em capital. São produzidos, assim, em forma de mercadorias, os mesmos produtos que antes já eram consumidos pelo produtor. Este fato amplia o mercado interior. Surgem novos instrumentos, matérias-primas,

---

51. LÊNINE, V.I. O Desenv. do Capitalismo na Rússia. Trad. José Lain Entralgo. Ed. Ariel. Barcelona, 1974

meios de transportes, etc. Quanto mais arruinado o camponês, mais necessidade ele tem de adquirir no mercado, sendo-lhe necessário mais recursos pecuniários, que ele só poderá adquirir vendendo o que lhe resta, a força de trabalho. É inevitável o fato de que

*“em toda sociedade capitalista, uma minoria de pequenos produtores se enriquece e se transforma em burguesia, enquanto que a maioria acaba de se arruinar, se transforma em trabalhadores assalariados, se empobrece ou vive eternamente no limite da condição proletária.”<sup>52</sup>*

Gaudemar<sup>53</sup>, aprofundando o estudo de Lênine sobre as migrações operárias na Rússia, conceitua mobilidade da força de trabalho como manifestação concreta do processo histórico pelo qual a força de trabalho dos homens se constitui como mercadoria, perdendo o seu caráter de bem inalienável, para ser empregada na valorização do capital. Deste modo, os migrantes, ao se instalarem no novo espaço, apresentam elementos trazidos do local onde se encontravam inseridos. A migração acelera portanto a decomposição do campesinato nas regiões de emigração e transporta elementos desta decomposição para as regiões de colonização.

## **1.2.2 – A questão da passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial**

Ao tempo em que na Europa se desagregavam as velhas relações feudais e se estabeleciam relações burguesas de produção, profundas modificações alteravam a sociedade e o espaço. Na relação do homem com o meio, em que se estabelece o modo de produzir e de viver, vemos que

*“as sociedades históricas são formações que por um lado combinam modos de produção e por outro organizam as relações entre a sociedade local e outras sociedades, as quais se manifestam pela existência de relações de comércio a longa distância.”<sup>54</sup>*

Na combinação entre os modos de produção nas formações sociais, há dominação de um modo de produção, que se articula com um conjunto complexo de outros modos de produção que a ele ficam submetidos. Assim, ao analisar uma formação social concreta é imperativo que se identifiquem os modos de produção e as formas de articulação entre eles.

---

52. “...dans toute société capitaliste il y ait une infime majorité de petits producteurs qui s’enrichissent, “font leur chemin” et se transforment en bourgeois, tandis que l’immense majorité finit de se ruiner, se transforme en ouvriers salariés, se paupérise ou vit éternellement à la limite de la condition prolétarienne.” LÉNINE. Le Développement du capitalisme en Russie, (Œuvres complètes, Editions du Progrès, Moscou, 1969, t. 3 p. 20, IN CAVAILHÉS, Jean. L’analyse léniniste de la décomposition de la paysannerie. IN Critiques de l’Economie Politique, 23. Travail et Emploi. jan-mars. p. 110-142 1976, p. 120

53. GAUDEMAR, Jean-Paul de. op. cit.

54. AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual. Forense. RJ. 1976

No caso em estudo, tem-se uma organização social do grupo migrante em torno de uma pequena produção mercantil atrelada ao modo de produção capitalista.

Uma pequena produção simples se caracteriza por uma organização econômica de igualdade entre os pequenos produtores livres, que trocam suas mercadorias visando apenas a reprodução da unidade produtiva. Continuam eles, senhores das suas condições de produção.

Em sociedades pré-capitalistas combinam-se elementos, como:

- dominância de um modo de produção comunitário ou tributário;
- existência de relações mercantis simples com âmbito limitado;
- existência de relações de comércio a longa distância.

Há nestas sociedades uma coexistência estável dos diversos modos de produção, articulados e hierarquizados, o que não ocorre em formações capitalistas onde predominam o Modo de Produção Capitalista (MPC) e a produção de mercadorias. Nesse caso, o MPC tende a ser exclusivo,

*“submete os outros, transforma-os, tirando-lhes sua funcionalidade própria para a submeter à sua, sem que para isso as destrua radicalmente.”<sup>55</sup>*

Também expressa sua dominância ao constituir-se em um sistema mundial em que as formações (centrais ou periféricas) são ordenadas num único sistema. Servolin<sup>56</sup> observa que

*“...nas sociedades ocidentais, depois da decomposição do feudalismo, a pequena produção mercantil jamais funcionou sem ser em coexistência com o modo de produção capitalista e sob sua dominação.”*

Um dos estudos sobre relações entre modos de produção nas formações sociais que destacamos, é o de Rey<sup>57</sup>. Este autor, com base no texto de Marx<sup>58</sup>, teoriza sobre a penetração do capitalismo no mundo rural como

*“ a problemática da transição de um modo de produção a um outro como um processo de articulação de modos de produção diferentes no seio de uma formação*

---

55. Idem, p. 17

56. SERVOLIN, Claude, L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, IN TAVERNER, Yves; GERVAIS, Michel; SERVOLIN, Claude (sous la direction de), L'Univers politique des paysans dans la France contemporaine, Cahiers de la fondation nationale des sciences politiques, 184. Paris. Armand Colin, 1972, p. 53: "...dans les sociétés occidentales, depuis de la décomposition de la féodalité, la petite production marchand n'a jamais fonctionné qu'en coexistence avec le mode de production capitaliste et sous sa domination."

57. REY, Pierre-Philippe. "Sur l'articulation des modes de production", dans Les Alliances de Classes. Paris. Maspero. 1973

58. MARX, Karl. O Capital. Bertrand do Brasil. L.1, vol II p. 865. Neste texto, Marx trata da transformação dos meios de subsistência do lavrador em mercadorias e os pequenos lavradores em assalariados, e o papel da indústria na separação da agricultura e da indústria doméstica, formando o mercado interno para o capital.

*social onde, a um dado momento, um domina sobre os outros.*”<sup>59</sup>

Rey propõe esta transição em três estágios distintos, durante os quais o MPC desestrutura os demais modos existentes impondo-lhes a sua lógica e a sua unidade, aprofundando a dominação.

No primeiro estágio, o capitalismo procura romper o circuito fechado da agricultura e do artesanato. Por meio de um mecanismo não econômico, que é a propriedade fundiária, expulsa os camponeses das terras feudais e obriga-os a se proletarizar nas manufaturas que surgem. Obriga o arrendatário a levar sua produção ao mercado a fim de extrair renda monetária. Substitui-se, portanto, o agricultor e o artesão pelo arrendatário e pelas manufaturas.

Num segundo momento, o desenvolvimento do grande capital industrial destrói completamente o artesanato; penetra em certos ramos agrícolas, liberando de muitos serviços o pequeno produtor e forçando os pequenos produtores de subsistência a integrar o mercado capitalista por meio do aprovisionamento de seus bens de produção.

Num terceiro estágio, a dominação do capital sobre a agricultura é mais profunda, determinando certo consumo produtivo de matérias primas agrícolas e formas de consumo da população não agrícola específicas. Nesta fase, o capitalismo compete com a pequena exploração nos setores dominantes da agricultura de subsistência. Esta fase ocorre de modo progressivo. Neste terceiro estágio, já não se precisa mais do papel da propriedade fundiária, como geradora de renda e origem da mão-de-obra.

Historicamente, diz Rey, a evolução do MPC atribuiu à propriedade fundiária diferentes funções:

No primeiro momento ela era necessária. Os camponeses que eram expulsos do campo proletarizavam-se imediatamente junto às manufaturas que surgiam, enquanto a produção agrícola transformava-se em mercadoria, gerando renda em dinheiro.

Num segundo momento, ela ainda permanece. O capitalismo destrói o artesanato rural (que antes fornecia matéria-prima às manufaturas) e faz dos camponeses parcelários dependentes do mercado para o próprio aprovisionamento de seus meios de produção e consumo. Como ao capitalismo não interessam todos os ramos de produção para competir a um só tempo, emprega recursos extra-econômicos e mantém a propriedade fundiária em alguns locais. Simultaneamente, assegura a força de trabalho de que necessita para sua reprodução sempre mais ampliada. Assim, são permitidas remanescências da produção camponesa, como a bovinocultura, e são criados impostos como forma de proletarizar ainda mais. A propriedade fundiária muda de função: não é mais posta ao serviço do capital como coletora de renda ou expropriadora.

Num terceiro momento, a propriedade fundiária torna-se “nefasta e supérflua” porque

---

59. REY, Pierre-Philippe. op. cit. p. 87: “la problématique de la transition d’un mode de production à un autre comme procès d’articulation de modes de production différents au sein d’une formation sociale où, à un moment donné, une dominante s’inverse.”

agora o capitalismo pode competir com a pequena exploração camponesa ou arrendatária nos setores dominantes da agricultura de subsistência.

Também Lipietz<sup>60</sup> analisa as modalidades de articulação entre os modos de produção em França, sob a dominação do MPC articulado a modos pré-capitalistas, reconhecendo que

*“em seu desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista atravessa vários estádios sucessivos nos diferentes ramos (...) O modo de produção capitalista tem sempre necessidade de uma relação extra-econômica para “tomar pé” em uma formação pré-capitalista; ele deve romper a auto-suficiência e o circuito fechado do artesanato e da agricultura. Os mecanismos econômicos não bastam para isto. Somente o modo de produção feudal apresentava uma tal relação extra-econômica interna: a propriedade fundiária. Em outras situações, a ‘colonização’ deverá empregar uma força exterior.”*<sup>61</sup>

Para Claude Servolin, a coexistência ativa da agricultura no MPC, toma o aspecto de uma divisão de tarefas em que

*“...a pequena exploração sofre o efeito destrutor do sistema [capitalista]; desde que a pequena exploração supre a economia de subsistência, desde que as prestações em espécie pesam sobre ela, torna-se presa do capital usurário que acaba desapossando o camponês de sua terra e fazendo dele um proletário.”*<sup>62</sup>

Com efeito, diz Servolin, uma formação social organizada pelo capitalismo industrial tem constrangido a pequena produção mercantil agrícola (ppma) a uma evolução rápida e profunda, exigindo altas somas de dinheiro para investimentos na produção e levando a uma intensificação produtiva de trabalho e da produção, tendo ainda o agravante de sujeitar cada vez mais o produtor à baixa remuneração pelo seu trabalho. Surge a necessidade da participação do Estado, que neste caso incumbe-se de assegurar o funcionamento harmonioso e a reprodução da coexistência entre os dois modos de produção. O Estado determinará em grande parte, tanto o valor da força de trabalho, quanto o preço dos produtos alimentares. De outro modo, as características próprias da produção agrícola, tais como a propriedade fundiária, a força de trabalho familiar e a produção para subsistência, seriam barreiras ao triunfo completo das relações de produção capitalistas. Na França, o Estado, desta maneira, satisfaz as exigências mais importantes do MPC na produção agrícola. Ele realiza um grau satisfatório de socialização da produção fazendo do conjunto dos produtos agrícolas, mercadorias, e permitindo a aplicação da ciência na produção e na acumulação

60. LIPIETZ, Alain. O capital e seu Espaço. Nobel. 1988

61. Idem, p. 35 e 40. Grifos do autor.

62. SERVOLIN, Claude. IN TEVERNER, Yves e outros. op. cit. p. 43

de capital. Este Estado de fato assegura aos capitalistas um certo número de vantagens importantes. A manutenção da forma de exploração individual permite às indústrias agrícolas e alimentares resolver um dos dilemas do capitalismo: a tendência de explorar ao máximo os equipamentos existentes e o cuidado de colocar os progressos técnicos em obra igualmente o mais rápido possível. A pequena produção mercantil (ppm) é assim “reestruturada”, já que a propriedade individual e a força de trabalho familiar prosseguem mesmo quando “integradas ao MPC”.

Kuznets<sup>63</sup> estudando a contribuição entre os diferentes setores econômicos de uma nação e a contribuição destes ao crescimento econômico das nações, aponta a contribuição da agricultura, dizendo:

*“...se um setor contribui diretamente ao aumento do comércio exterior, contribui também, indiretamente ao aumento do produto per capita e às transformações estruturais que se sucedem dentro da nação.”*<sup>64</sup>

Assim, o primeiro tipo de contribuição da agricultura ao crescimento econômico de uma nação é o do incremento do produto dentro do próprio setor, tanto em relação ao aumento do produto total líquido ou bruto, ou como contribuição ao aumento do produto per capita. Mas, também pode a agricultura contribuir através do mercado: quando a agricultura oportuniza o surgimento de outros setores na economia ou quando permite à economia participar do comércio internacional e de outros fluxos internacionais de natureza econômica. A agricultura oferece parte de seu produto nos mercados interno e externo, em troca de outros bens produzidos por outros setores. Isto é, adquirindo bens de outros setores e oferecendo seu produto. Portanto, a agricultura facilita o nascimento e o desenvolvimento dos demais setores e também dos fluxos internacionais com a aplicação da moderna tecnologia (fertilizantes, maquinaria e força mecânica). Isto supõe um incremento da “comercialização” do processo produtivo dentro da agricultura, como reflete o constante aumento das compras que outros setores fazem àquela. Uma coisa é a contribuição da agricultura dentro do próprio setor e outra é a sua contribuição indireta ao aumento do produto total e per capita, isto é, o desenvolvimento dos setores não agrícolas. Também o crescimento do produto agrícola por trabalhador por causa do progresso técnico, permite a

*“liberação de grande proporção de produto líquido, como base para a demanda de bens de consumo ou de bens de produção, dos outros setores e dos países estrangeiros”.*

Esta contribuição da agricultura através do mercado tem grande importância na fase inicial do crescimento econômico de uma nação,

*“diminuindo por sua própria natureza, à medida que o crescimento do país começa a acelerar-se.”*<sup>65</sup>

63. KUZNETS, Simon. Crecimiento Económico y Estructura Económica. Ed. Gustavo Gili S.A. Barcelona. 1970 (Ciencia Económica)

64. Idem, p. 278

65. Ibidem, p. 287,9

Há ainda, a contribuição através dos fatores que Kuznets atribui a um setor quando empresta ou transfere recursos aos demais. Uma maneira apontada é através da carga fiscal imposta à agricultura quando é superior aos benefícios que esta obtém do Estado. Outra maneira de transferir capital consiste na utilização dos recursos originados no setor agrícola para financiar o desenvolvimento econômico dos não-agrícolas. Nas fases iniciais do crescimento econômico nacional, a participação da agricultura no produto nacional total é muito grande, porém a renda per capita do setor agrícola é claramente inferior à do setor não-agrícola. Através dos fatores de produção também ocorre a contribuição da agricultura aos demais setores, por meio do trabalho. Neste ponto, o autor ressalta a magnitude dos movimentos migratórios, tanto internos à nação, transferindo mão-de-obra entre os setores, como externos, constituídos pelas migrações internacionais.

Vergopoulos<sup>66</sup> atribui ao Estado a função de encaminhar os valores extraídos da atividade agrícola para a indústria, quando se coloca como gerenciador dos preços agrícolas através de mecanismos adequados, fazendo com que os investimentos voltem-se para a indústria e não invistam na agricultura, regularizando os preços agrícolas em função do Modo de Produção Capitalista (MPC) urbano. É o Estado, diz ele, quem

*“...encarrega-se, através de complexa política adequada de assegurar a transferência dos valores da agricultura para a indústria”.*<sup>67</sup>

### **1.2.3 – O problema da dimensão espacial da industrialização de Caxias**

Partimos do conceito de espaço como um

*“...conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida.”*<sup>68</sup>

A dinâmica, o movimento que cria as formas, atribuindo-lhes um conteúdo, é ditada pela sociedade. A essência do espaço é social. Ele não é apenas formado por coisas, objetos geográficos, naturais ou artificiais. É tudo isto, mais a sociedade. O conteúdo dos processos sociais altera constantemente as formas e, por sua vez, ganha nova dimensão ao ser incorporado na forma. Espaço é por isso, o somatório de forma e conteúdo, em permanente movimento dialético, um

---

66. VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme. IN AMIN, Samir e VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Paz e Terra. 1977

67. Idem, p. 113

68. Santos, Milton. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica, IN O Espaço em Questão. (Terra Livre, 5) AGB/Marco Zero, SP 1988, p. 16

influenciando o outro.

Ao analisar o espaço geográfico sob o capitalismo, Smith<sup>69</sup> define-o como

*“ a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção ”.*

Para contemplar a análise das implicações espaciais da industrialização de Caxias, a pesquisa privilegiou a atuação da sociedade como condutora e agente do processo sócio-espacial. Quando relaciona espaço e sociedade, formas e ação, Milton Santos<sup>70</sup> assinala que preocupar-se mais com as formas que com a formação é ignorar a dinâmica social que cria e transforma as formas.

A estrutura social, as formas espaciais e os fluxos, são os elementos do espaço<sup>71</sup>, mas a sociedade dá origem às formas e aos fluxos. Estes elementos permitem que o espaço seja fragmentado, como quando se justapõem diferentes usos do solo. Permitem também que o espaço seja algo articulado, uma vez que cada parte fragmentada não existe por si só, mas sim, em relação às demais. Os elementos também projetam no espaço o complexo social do(s) modo(s) de produção. Além de projetar a estrutura social, este mesmo espaço pode se constituir em um condicionante social, já que materializado, perdura, influenciando novas práticas sociais.

Sendo a estrutura social o agente dinamizador das formas e dos fluxos, destacar na análise, formas ou fluxos significaria apenas descrever a paisagem, enquanto que apontar as leis sociais que regem, organizam e reproduzem um sistema, é assegurar a análise da espacialidade dos fenômenos sociais. A espacialidade traduz a articulação entre natureza e sociedade, cujas categorias se encontram entremeadas para permitir a existência do ser e do todo social. Coraggio<sup>72</sup> não considera o espaço como uma categoria diretamente de ordem social, mas reconhece a impossibilidade da existência das formas espaciais, ou as relações de posição ou movimento sem o substrato espacial, isto é, fora do espaço.

*“O espaço é constitutivo das coisas físicas, [que por sua vez são] o suporte nas relações sociais; é condição de existência delas.”*

Assim, uma formação real complexa se constitui de uma trama de determinismos de diversas ordens do real, como físicos, naturais ou sociais. Entre as diferentes espacialidades é

---

69. SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Bertrand do Brasil. 1988, p. 30

70. SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Vozes, 2 ed. 1979, p. 13.

71. CORREA, Roberto Lobato. Conferência UFSC em 30/08/93. O Espaço Urbano: Uma Interpretação.

72. CORAGGIO, José Luiz. Territorios en Transición. CIUDAD. Centro de Investigaciones. Quito. Ecuador, 2 ed. 1988, p. 23

possível uma articulação.<sup>73</sup> A lógica será decifrada a partir das leis específicas de organização e reprodução dos sistemas. Para se analisar um sistema, é necessário verificar as configurações espaciais<sup>74</sup> de cada um dos elementos físicos do sistema, bem como suas posições relativas no interior do mesmo. A totalidade espaço seria desmembrada em seus elementos para fins de análise, confrontando a interdependência entre os seus elementos.

O espaço geográfico é visto assim como um produto social: não pode ser abstraído da sociedade. Com a idéia de produção do espaço, torna-se mais simples o entendimento da unidade entre espaço e sociedade. Ainda que as normas sociais sejam a-espaciais, a atividade humana é ligada à terra, à natureza. Através de suas ações, a sociedade produz o espaço. Ao invés de viver, atuar ou trabalhar no espaço, produz-se o espaço, vivendo, atuando, trabalhando. É o

*“espaço da atividade humana”; é... “um resultado direto da produção material”.*<sup>75</sup>

Não há simples interação entre espaço e sociedade. Há o comando pela lógica própria do capitalismo que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade. O desenvolvimento do capitalismo realiza a transformação contínua do espaço natural - espaço absoluto herdado - no espaço relativo produzido.<sup>76</sup>

O espaço em si pode ser dado originalmente, mas a organização - uso e significado - é um produto de tradução, transformação e experiência social. Soja<sup>77</sup> vê na estrutura do espaço organizado<sup>78</sup>, a representação de um componente dialeticamente definido das relações gerais de produção, relações que são simultaneamente sociais e espaciais. Existe uma homologia completa e igualmente saliente da estrutura de classe tradicionalmente definida e, portanto, do conflito de classes e transformação estrutural. Uma estrutura assim homóloga dentro das relações espaciais de produção pode existir na divisão do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas. - uma estrutura que é bem apreendida no conceito de desenvolvimento desigual. No entanto, as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia, não se separam das relações sociais de produção. Os dois grupos de relações têm origens no modo de produção e são dialeticamente entrelaçados e inseparáveis. (São estruturas horizontais e verticais do modo de produção). Portanto,

---

73. Articulação significando o lugar, o grau, e a intensidade com que certos fenômenos, objetos ou pessoas se relacionam com outros.

74. Configuração: qualquer distribuição, casual ou legal, regular ou irregular.

75. SMITH, Neil. op. cit. p 123

76. Idem, p. 115, onde, caracterizando espaço absoluto como o que independe da matéria, um vácuo, um receptáculo universal no qual os objetos existem e os eventos ocorrem, e o espaço relativo, como não independente da matéria, Smith identifica as relações espaciais como relações entre partes específicas da matéria, portanto, relativas ao movimento, ao comportamento e à composição da matéria e dos eventos materiais. “A separação do espaço relativo e do espaço absoluto ofereceu os meios pelos quais um espaço social poderia ser separado do espaço físico, sendo o espaço social definido não em relação a uma natureza primeira independente e exterior, mas, a uma segunda natureza, humanamente produzida.”

77. SOJA, Edward W. The Socio-Spatial Dialectic. Annals of the Association of American Geographers. vol. 70, nº 2, june 1980. U.S.A. p. 207-225

78. Espaço organizado: o que é mediado socialmente; onde um processo social reforça ou conserva; ou que seja produto de atos voluntários em função de objetivos propostos.

uma formação espacial determinada vai expressar os diferentes modos de ocupação e uso do território levados a efeito pelas sociedades humanas.

*“O conceito de formação espacial está profundamente relacionado à formação econômico-social, podendo-se dizer que há uma certa correspondência entre ambas.”*<sup>79</sup>

Também Amin<sup>80</sup> relaciona estes termos, quando diz:

*“As formações sociais são estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos.”*

Combinando-se os fatores sócio-econômicos de forma organizada e de acordo com certa lógica determinada pela sociedade, tem-se um todo onde podem se manifestar unidade e diversidade, harmonia e contradição, continuidade e descontinuidade. Todos estes aspectos são transferidos para o âmbito da formação espacial.

A dominância de um modo de produção leva os modos dominados a se alterarem constantemente. Se a dominação é exercida pelo modo capitalista de produzir, as mudanças serão constatadas na propriedade dos meios de produção e na reprodução do capital e da força de trabalho. Este processo leva à divisão social do trabalho que se refletirá na Divisão Social do Espaço (D.S.E.)<sup>81</sup>. Esta divisão social do espaço estabelecerá os lugares de ocupação para a atividade produtiva, separando a agricultura do artesanato e distinguindo os lugares de moradia dos trabalhadores e dos proprietários dos meios de produção. Também a natureza técnico-econômica das instalações requeridas para as atividades específicas quer de produção, quer de circulação ou mesmo de consumo, determinará uma Divisão Técnico-Econômica do Espaço. Esta estrutura se combina com uma Divisão Econômica e Social do Espaço (D.E.S.E.) bastante visível sob o capitalismo. Ela permite distinguir a cidade do campo e pode ser oficialmente estabelecida pelo Estado ao definir juridicamente o perímetro urbano.

A cidade é o local por excelência para se verificar a Divisão Econômica e Social do Espaço. Observar o equipamento urbano e o uso do mesmo pela população é uma forma de avaliar o quadro de vida desta sociedade. A atuação do poder público tanto pode confirmar esta divisão do espaço urbano, como neutralizá-la com medidas políticas.

79. BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. Espaço e Sociedade. Uma abordagem teórica. Ensaios FEE.P.A. 1(1):45-61. 1986, p. 59

80. AMIN, Samir. op. cit. p. 12

81. LIPIETZ, Alain. Le Tribut Foncier Urbain. François Maspero. Paris. 1974

Assim, ao analisar o espaço concreto da industrialização de Caxias, fragmentamo-lo sempre que necessário e relacionamos a interdependência dos seus elementos, os fluxos e as formas, de acordo com cada momento histórico relevante de seu processo. As fases de fragmentação-reconstituição da totalidade revelarão as características sociais que têm orientado a materialização de suas formas-conteúdo. A divisão econômica e social do espaço, além de mostrar as implicações do espaço no processo industrial, emerge como reflexo ou produto desse processo. Dialeticamente.

## 1.3 – Material e metodologia da pesquisa

O material utilizado pela pesquisa constituiu-se de fontes históricas documentais, cartográficas, fotográficas e também, de depoimentos colhidos em entrevistas realizadas junto aos descendentes dos imigrantes, a fim de resgatar aspectos sociais da população alvo, que vivenciou o aparecimento das primeiras indústrias locais. Muitos destes documentos foram consultados no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul (AHM), em seus diversos departamentos e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, onde se encontram dados sobre a imigração e onde os Relatórios Técnicos de governos e autoridades públicas podem ser consultados. Na FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão estatístico oficial do país, na FEE (Fundação de Economia e Estatística) do Rio Grande do Sul, através de sus estudos e publicações periódicas. Na UCS (Universidade de Caxias do Sul), tanto em sua Biblioteca Central, quanto em seu Setor de Documentação (CEDOC).

As entrevistas realizadas pela pesquisadora junto a colonos e a industriais locais, testemunhos da vida social à época, ficaram registrados no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

Dentro do possível, foram reconstituídos aspectos da vida cotidiana para serem confrontados com a teoria e facilitar a compreensão do processo, num movimento constante de prática-teoria-prática, dentro do objetivo de verificar uma realidade social concreta para realçar os fatos sociais em sua essência. Através do espaço geográfico socialmente produzido, procurou-se ler quais as contribuições da sociedade que orientou e realizou este processo, já que

*“O espaço sócio-econômico concreto se apresenta, ao mesmo tempo, como articulação dos espaços analisados, como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e enquanto espaço-concreto já dado, como um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações sociais.”<sup>82</sup>*

O espaço dá a dimensão concreta das práticas sociais e as diferenças no padrão tecnológico permitem verificar o grau da relação homem/natureza no decorrer da história. O espaço geográfico não existe independentemente das práticas sociais; é o espaço da reprodução das relações de produção, o espaço da atividade humana, que considera também as propriedades que fogem dos processos de produção social (biológicos, físicos, etc).

Identificado o modo de produção dominante na sociedade local, foram constatadas as relações sociais intra-regiões, bem como a organização social local quando assume a tarefa de fortalecer as forças produtivas locais. A partir destes dados, procurou-se seguir os passos dos

---

82. LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. 1988, p. 25

agentes privados, os capitalistas, para observar como se vai inscrevendo e produzindo o espaço, ampliando e diversificando o desenvolvimento das indústrias. Através dos fluxos e das formas, reconheceu-se as alterações que a Divisão Econômica e Social do Espaço realizou num movimento constante entre o real e a teoria.

Não só os mecanismos econômicos foram verificados, mas também a participação do Estado no processo, como super-estrutura político-ideológica capaz de intervir, apoiando ou redirecionando o curso dos acontecimentos.

Com Racine<sup>83</sup>, podemos afirmar que o modo de produção da vida material domina o desenvolvimento da vida social, política e intelectual e que a essência do homem é o conjunto das suas relações sociais e não uma abstração de um indivíduo isoladamente. Fragmentar esta realidade real em seus elementos particulares para fins de análise, tem sido um procedimento empregado sempre que necessário.

Partindo-se do levantamento das primeiras indústrias caxienses, chegou-se às origens das mesmas. Quantas, quais, e quem eram os seus fundadores. De que forma acumularam recursos e por que a opção escolhida foi a de aplicá-los na indústria. Também se verificou a localização espacial destes empreendimentos e as características mais comuns entre eles.

Os fatores responsáveis pela constituição de um mercado de trabalho foram identificados, uma vez que o grupo social era aparentemente homogêneo nas suas condições materiais e técnicas, isto é, constituído de pobres e agricultores.

---

83. RACINE, Jean Bernard. Discours géographique et discours idéologique: perspectives épistémologiques et critiques. Heródote. n° 6 avril-jun. 1977 p. 109-159

# A gênese da Colônia Caxias no marco das migrações para Rio Grande do Sul (1875-1889)

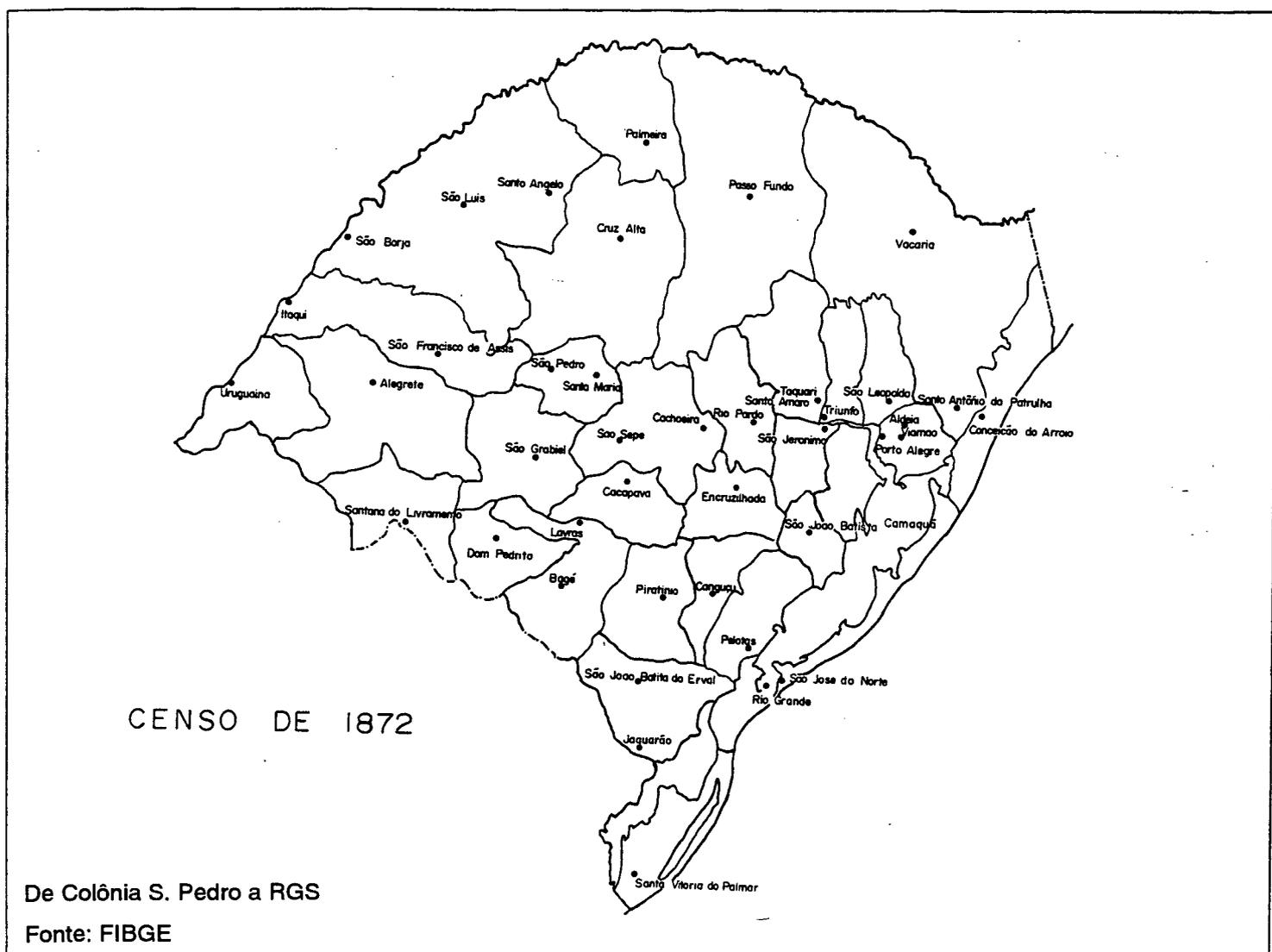
## 2.1 – O Rio Grande do Sul e o Planalto Gaúcho como destino dos fluxos migratórios

Envolvido em sua atividade criatória e desenvolvendo uma pecuária extensiva, o sul era visto muito mais como uma fronteira militarizada para o Brasil, do que como região produtora integrada ao resto da nação. Iniciou sua experiência com imigrantes ainda no séc. XVIII. Tendo como interesse maior o povoamento de seu território contra os ataques dos espanhóis e garantindo o povoamento das Missões, a Coroa envia para o litoral sul-brasileiro, casais de açorianos. O programa constava do deslocamento dos Açores e da Madeira, de 4.000 casais que receberiam generosamente um quarto de légua em quadra para principiar uma agricultura. Os homens não deveriam ter mais de 40 anos e as mulheres, mais de 30. O êxito deste empreendimento não aconteceu. Em primeiro lugar, não chegou todo este número de pessoas, e em segundo lugar, muitos deles abandonaram a tricultura para abraçar a atividade charqueadora, que, especialmente no Rio Grande, tomava vulto.

Desde aquele tempo, verifica-se no Rio Grande a diferença entre a imigração e a colonização com relação ao restante do país: a vinda daqueles imigrantes não era motivada pela substituição da mão de obra escrava na pecuária ou nas charqueadas. Eles vinham para trabalhar para si mesmos, como pequenos proprietários. Daí que a imigração alemã e italiana, empreendidas mais tarde, também não competiram com os pecuaristas do sul.

Os alemães foram localizados a partir de 1824 na antiga Feitoria do Linho Cânhamo (S.Leopoldo) e estenderam-se em novos núcleos às margens do Rio Jacuí, depressão central do RS. Nos primeiros tempos dedicados a uma agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar, evoluíram para uma agricultura comercial a partir de 1840, com a qual abasteceriam a capital da província; mais tarde, exportavam para o centro do país, Buenos Aires e até mesmo Hamburgo (Alemanha). Além destes gêneros agrícolas (milho, feijão, batata, mandioca, trigo), as colônias especializaram-se também na produção de toucinho e da banha.

### Localização dos Municípios existentes no Rio Grande do Sul em 1872



A partir de 1869, quando os italianos foram instalados na escarpa do Rio Grande do Sul, tem-se a criação de Conde d'Eu (atual Garibaldi) e de Dona Isabel (Bento Gonçalves). Em 1870, foi a vez da Colônia aos "Fundos de Nova Palmira" (Caxias do Sul); em 1884, Alfredo Chaves

(hoje município de Veranópolis); em 1885, São Marcos; em 1887, Silveira Martins, Mariana Pimentel, Barão do Triunfo e Vila Nova. Em 1888 surge Antonio Prado e, em 1889, Guarani. Como se vê, é a zona escarpada do planalto, ainda devoluta e coberta de matas, que é destinada aos núcleos de colonização.

Hörmeyer<sup>84</sup> refere a um lado da questão política da colonização na província do Rio Grande de São Pedro, com relação à localização destes núcleos em locais onde servissem para comprimir os silvícolas aí residentes, e, dessa forma, obrigá-los à fixação e à civilização, evitando assim a molestação dos alemães proximamente estabelecidos. Também cita o outro lado, segundo o qual, por pressão britânica sobre a abolição e para evitar levantes como os existentes no Haiti, as províncias do sul deveriam se precaver com uma população branca, militarizada, para abafar possíveis motins de escravos.

Os lotes foram vendidos aos italianos imigrantes a crédito, diferentemente dos lotes fornecidos aos imigrantes alemães que se fixaram no Rio Grande do Sul. Algum subsídio foi prometido aos colonos italianos, bem como trabalho e remuneração pela abertura das vias de comunicação. Ao chegarem, encontraram já organizada uma rede de comercialização sob domínio dos alemães, que, se no primeiro instante favoreceu os italianos, no momento seguinte, facilitou a acumulação em mãos dos alemães.

Esta dinamização, como um todo, foi, sem dúvida, uma contribuição importante dos imigrantes à economia provincial porque à época, a pecuária se encontrava relativamente estagnada.

O governo provincial parece ter adotado dos portugueses as tradicionais tentativas de conversão dos índios que habitavam as florestas no planalto rio-grandense. Eis o que diz o Relatório do vice-presidente da Câmara, Patricio Correa, à Assembléia, em outubro de 1854:

*“...Apesar de todos os empenhos feitos a respeito, ainda não se pôde atrair os índios a sedes permanentes...Abandonemos, portanto, os índios a sua própria sorte, tratando-os com bondade, mas não nos oneremos com gastos nenhuns, por mais magnânimos que sejam, para fazê-los participar da luz e dos benefícios de uma civilização que eles mesmos jamais aceitarão. Depois que o aumento de nossa população tenha restringido os índios por todods os lados a um espaço pequeno e seus meios auxiliares obtidos pela caça não mais sejam suficientes, quando surgirem neles novas necessidades que não mais podem ser satisfeitas pelos antigos meios, então também entre eles a civilização entrará por si, vigorosa e duradouramente. Por enquanto não se poderá fazer*

---

84. HÖRMEYER, Joseph. op. cit. p. 85. Ver também AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos. A Nação/Dac/Sec 1975

*melhor uso do fundo destinado a sua conversão, do que formar um destacamento de pedestres, como já existiu; mas desta vez em forma de colônias militares para a proteção de nossos concidadãos contra os ataques dos índios... ”<sup>85</sup>*

A decisão nº 211, constante da circular de 24/04/1869 enviada pelo Ministro da Agricultura Commercio e Obras Públicas aos Presidentes de Províncias, instrui sobre Relatórios de medições de terras devolutas em que devem constar

*“...produtos naturais ou não, acidentes geográficos, estradas, caminhos, picadas, aldeias, vilas, casas isoladas, animais; recolher e enviar amostras de solos, etc tudo o que possa concorrer para o desenvolvimento da agricultura, do commercio e da indústria do país” <sup>86</sup>*

Assim é que, em maio de 1869, Luiz Antonio Feijó Júnior, estancieiro no município de Triunfo, recebeu do Presidente da Província de S. Pedro, Dr. João Sertório, seu amigo pessoal, a incumbência de explorar as imensas glebas que iam dos fundos da Fazenda Nova Palmira, até os confins da freguesia de N. Sra de Oliveira (hoje Vacaria), de onde deveria colher amostras de solo para que fossem analisadas por técnicos do Império. Para esta missão, requerera ao governo três léguas de terra para, sob seu domínio, colonizar. Fez a viagem e recebeu do Dr. Sertório a resposta de que as amostras de solo analisadas eram ótimas para o cultivo do trigo e da videira. Feijó vendera sua fazenda em Triunfo e com seus filhos, escravos e peões, estabelecera-se próximo das áreas previstas para colônias. Seu amigo, o capitão Antonio Machado de Souza, caçador e cicerone na viagem, também recebeu duas léguas de terras.

Na realidade, estas terras já eram conhecidas. Adami<sup>87</sup> registra que, em 1867, Carlos Von Koseritz<sup>88</sup> teria desenterrado urnas funerárias de um cemitério indígena no ex-Campo dos Bugres, localidade escolhida como sede urbana de Caxias do Sul.

As colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel foram criadas em 1869 pela Província com colonos italianos, apesar de, antes destes, já outros imigrantes como poloneses, libaneses, russos e franceses, espontaneamente terem ali se estabelecido. Neste tempo, diz Roche<sup>89</sup>, muitos atritos existiam entre os governos Imperial e Provincial, e estas duas colônias acabaram sendo devolvidas ao Império (1876) em vista dos altos custos para a província.

85. Idem, p. 81, 2

86. Documentos e Leis do Império. O. R. Biblioteca da UFSC

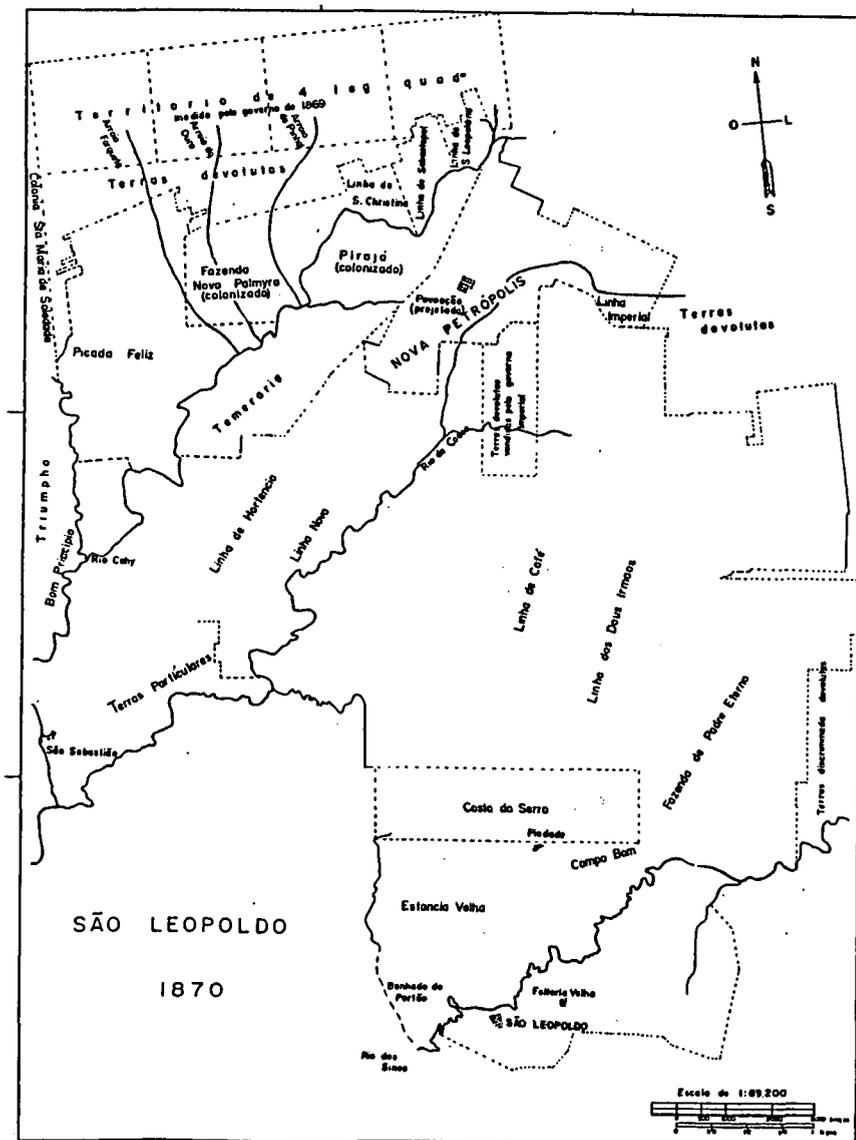
87. ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul 1864-1970. Paulinas, p. 169

88. KOSERITZ, C. Von., era jornalista e deputado provincial do RS, atuante na colônia alemã de S. Leopoldo; em 1883, juntamente com Hermann Blumenau, Hugo Gruber e Alfredo d’Escragnolle Taunay, compunham a Sociedade Central de Imigração. O maior objetivo de tal sociedade era organizar com a Imigração Européia, uma classe média para fazer frente e destruir os latifúndios, impondo o sistema de pequena propriedade. HALL, Michael M. Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. Revista de História. SP. vol III, n° 105. 1976

89. ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Globo, 1969

Thales de Azevedo<sup>90</sup> cita que, através de autoridade pública provincial, que antes ocupara o poder junto ao Império, soube-se de idéias correntes no país de que o progresso viria com uma mão-de-obra livre e branca e que este fato encorajava uma nova experiência no Campo dos Bugres. Pelo Ato Imperial de 09/02/1870,

*“O Governo Imperial “concede” à Província, dois territórios de quatro léguas em quadro, cada um, em terras devolutas entre o Rio Cai, os Campos de Vacaria, e o município de Triunfo, para serem convenientemente colonizadas. Estes territórios perfaziam 32 léguas de área sendo cada um de 16 léguas quadradas - 696.960.000 m<sup>2</sup> ou 144.000,00 braças<sup>2</sup>. Isto não quer dizer, que foram concedidas todas as terras devolutas, desde o Rio Cai até os Campos de Vacaria e o município de Triunfo, mas quer dizer, que foram apenas 32 léguas quadradas de terras devolutas entre estes limites”.*<sup>91</sup>



O mapa apresenta as quatro léguas de terra que o Governo Imperial cede à Província de S. Pedro, em 1870, para serem colonizadas.

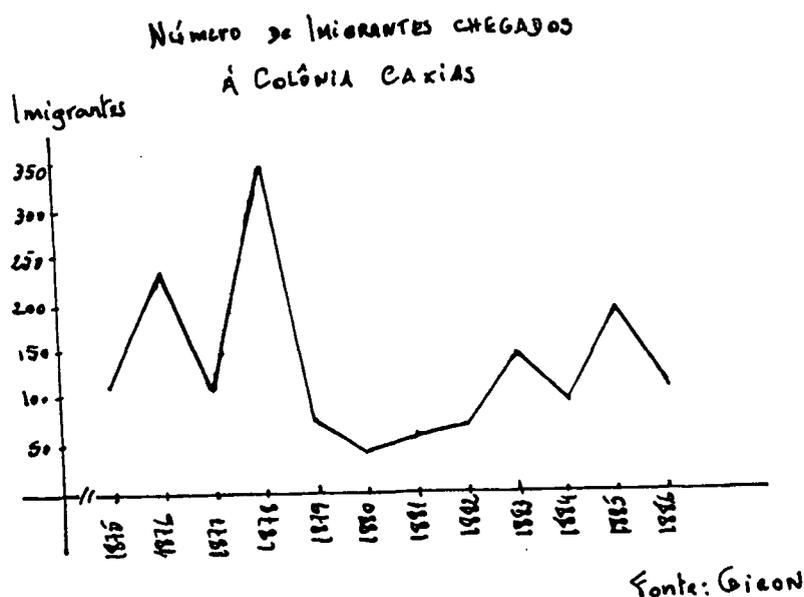
Fonte: AHM

90. AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos. A Nação/Dac/Sec 1975

91. RECH, Roberto F. Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias. Fase Colonial 1875-1884. Monografia. UCS, p. 27

## 2.2 – A colônia dos “Fundos de Nova Palmira”

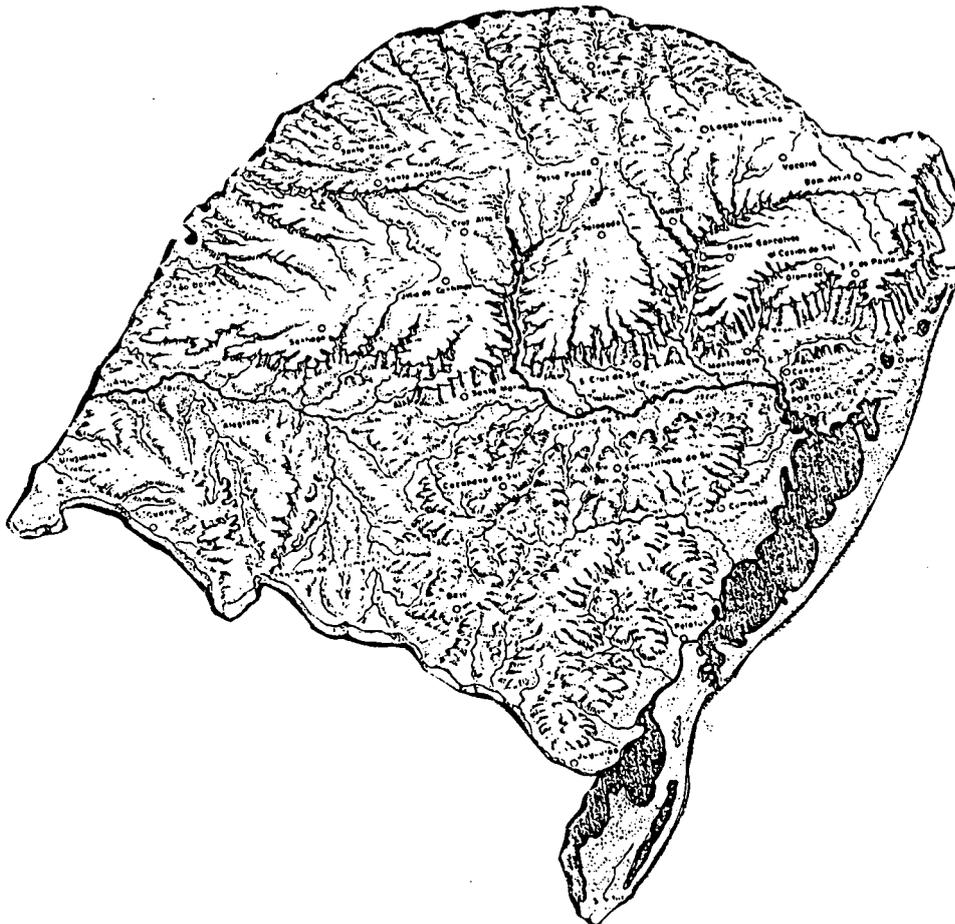
A colônia dos “Fundos de Nova Palmira” começou a ser ocupada com imigrantes italianos em 1875<sup>92</sup>. Situava-se entre os Campos de Cima da Serra (ao norte) e as colônias alemãs de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz (ao sul). Compreendia um território de 16 léguas quadradas. Em cada légua havia os travessões, que eram caminhos, a partir dos quais se demarcavam os lotes. Os lotes tinham tamanhos variados. Aproximadamente 2.500 lotes compunham esta colônia, sendo que de 1875 a 1886 foram distribuídos 1.600 deles. Os lotes foram sendo ocupados a partir da primeira légua. No Travessão Santa Thereza, sede urbana, a ocupação se deu a partir de 30 de maio de 1876. A fixação do preço dos lotes ficava a cargo do Diretor da Colônia com aprovação do Presidente da Província. A maioria dos lotes foi vendida por três réis a braça quadrada. A área, em geral, era de 15 a 35 ha. e o colono podia adquirir todo o lote ou em partes, conforme sua condição econômica. Geralmente adquiriram um lote inteiro. O maior número de imigrantes italianos chegou no ano de 1878, diminuído após. O gráfico a seguir evidencia o número de imigrantes chegados à Colônia Caxias, de 1875 a 1886:



92. Não foi localizado por nós o documento de sua fundação. Tudo indica que foi criada pelo Governo Imperial. GIRON, Loraine S. Caxias do Sul: Evolução Histórica. UCS/EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, p. 23, escreve: “A Colônia Caxias, com o nome de “Colônia situada aos Fundos de Nova Palmira”, bem como a de Conde D’Eu e Princesa Isabel, surgem com o aviso do governo, datado de 09 de fevereiro de 1870, que cede à Província as terras devolutas situadas na região das matas. A partir deste aviso do governo imperial é iniciada a demarcação das terras.”

## 2.3 – A formação da sócio-economia local

A formação da sócio-economia da atual Caxias do Sul começa a ser verificada no período imperial da vida brasileira, de 1875 a 1889, em que o grupo imigrante ocupa e se instala no território que lhe fora designado: a borda do Planalto Meridional, com relevo acidentado e vegetação densa, conforme o mapa a seguir:



Mapa do relevo do Rio Grande do Sul onde se verifica a borda do Planalto Meridional Brasileiro, território destinado à colonização.

Atividades como derrubada de árvores, destocamentos, preparo da madeira, construção de moradias e estradas internas, foram desenvolvidas pelos colonos sob a fiscalização e eventual pagamento de serviços pelo Estado brasileiro através da Comissão de Terras. As fotos a seguir ilustram este fato:

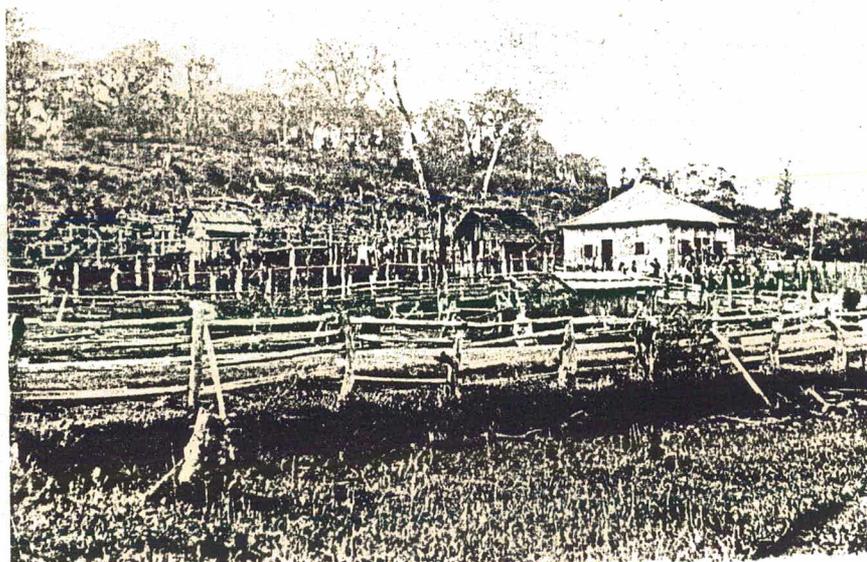
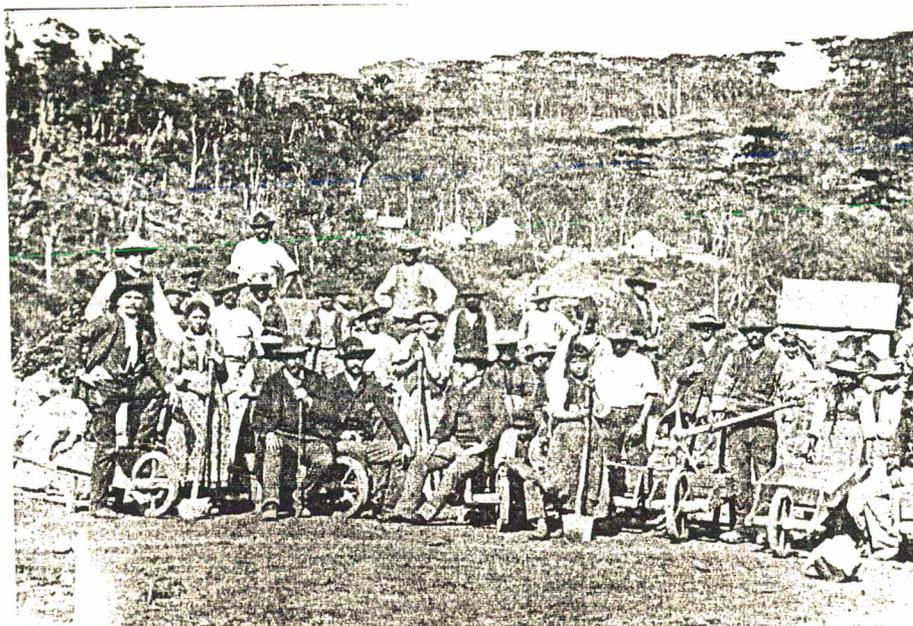


Foto nº 1 e foto nº 2. Testemunham os trabalhos durante o tempo de instalação dos imigrantes italianos. A foto número 1 mostra uma “frente de trabalho”, provavelmente para abertura de estradas, em que os imigrantes trabalhavam como jornaleiros para o Estado. A foto número 2 apresenta algumas instalações das famílias imigrantes nos lotes rurais.

A instalação das famílias podia levar de dois meses até dois anos. A homogeneidade sócio-econômica e cultural do grupo (maioria analfabeta e de escassos recursos econômicos) levava as pessoas a freqüentes demonstrações de solidariedade, fartamente encontradas na literatura regional.<sup>93</sup>

Uma vez instalados, era necessário prover o sustento, dedicando-se ao preparo do terreno, plantio e colheita de cereais e outros tipos de alimentos. Além da subsistência familiar e de seus eventuais dependentes, o grupo tinha em mente a liquidação da dívida contraída a fim de assegurar-

93. Ver, por exemplo, AZEVEDO, Thales. op. cit.

se da posse efetiva do terreno. Para a concessão do título “provisório”, era necessário ter iniciado a atividade agrícola e

*“ter amortizado pelo menos 20% do débito para com os cofres públicos”.*<sup>94</sup>

O título “definitivo” dependeria da quitação da dívida assumida com o lote, sementes e algumas ferramentas adiantadas para o amaino imediato da terra.<sup>95</sup>

Na espera pelas primeiras colheitas, qualquer meio que concorresse para reunir economias era aproveitado:

*“Nos primeiros anos, antes de se estabelecer com casa de comércio, Vittorio contava que trabalhara para 157 patrões. Gostava de anotar tudo o que fazia. Trabalhou para patrões fazendeiros, empreitadas, contratos com outros imigrantes, fazendo cercas de pedras (taipas), açudes, boeirões, roças, etc. Trabalhou entre outros lugares, em Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula, Vacaria, Bom Jesus e na região de Passo do Socorro”.*<sup>96</sup>

Envolvidos na agricultura de subsistência, os colonos plantavam especialmente o milho, feijão, trigo e batatas. É o que atesta o Ministro da Agricultura do Brasil<sup>97</sup>, apenas quatro anos após a implantação deste núcleo colonial:

*“É animador o estado da lavoura, consistindo as principais plantações em milho, feijão e batatas. Para o preparo dos produtos, construíram-se 6 moinhos (a vapor um dos quais). A indústria extrativa explora excelentes madeiras (pinheiro)”.*

O território destinado para a localização da Colônia Caxias compunha-se de 144.000 braças quadradas, o equivalente a dezesseis léguas quadradas. Cada légua contém, portanto, 36 Km<sup>2</sup>, ou 1 300 ha. Em média, cada légua comportava 132 lotes. Os travessões eram em número de 72 ao todo; serviam para medir os lotes e também como comunicação entre eles.

---

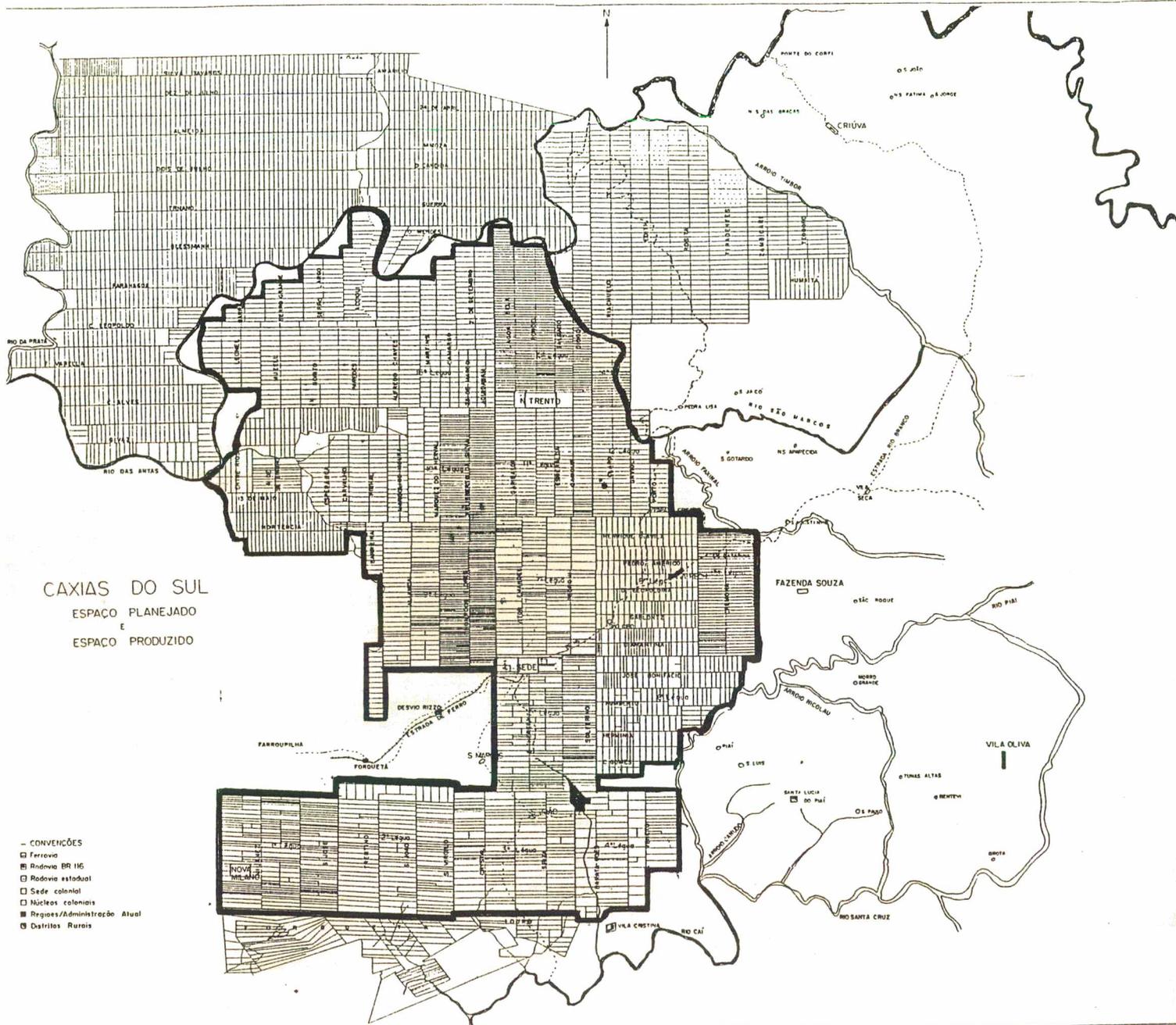
94. GIRON, Loraine S. op. cit.

95. É o caso por exemplo de GIUSEPE PANCERI. Chegou na 6<sup>a</sup> légua em 17/05/1885. Valor do lote: 193 \$320; aditamento: 38 \$664. Total débito: 231 \$984

96. MORETTO, Paulina Soldatelli. A Caminhada dos Soldatelli. UCS 1991 Edição da autora, p. 52, 3, onde consta também: Vittorio Soldatelli chegou à Colônia Caxias em 1878, com 23 anos. Localizou-se no lote A da 15<sup>a</sup> légua. A data do título provisório é: 04/03/1882

97. Relatório João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Ministro e Secretário de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, RJ, Brasil, 1879, p. 114.5

## Território destinado à “ Colônia Caxias”



Fonte: AHM

Enquanto os lotes rurais destinavam-se à agricultura e congregavam-se ao redor de uma capela católica formando pequenos núcleos coloniais, os da área urbana eram de tamanho diferente e distribuídos a partir de 1876. Para a sede, fora destinado um sítio ao norte da 5ª légua, compondose de 66 lotes urbanos dispostos ao longo de dois travessões: O de Santa Thereza e o Solferino. O primeiro com 42 lotes, e o segundo com 24, conforme mostra o gráfico a seguir:

Travessão Santa Tereza			Travessão Solferino
Logradouro	SEDE	Logradouro	
			60
			66
			64
			63
			62
			61
			60
			59
			58
			57
			56
			55
			54
			53
			52
			51
			50
			49
			48
			47
			46
			45
			44
			43

Escala 1 20 000



Foto número 3. A Sede Urbana de Caxias do Sul em 1885.

A sede da colônia era passagem de novas levas de imigrantes que se dirigiam para as léguas subseqüentes, bem como tropas de cargueiros que conduziam mercadorias entre P. Alegre e os Campos de Cima da Serra. Aos domingos, o centro do povoado atraía colonos de toda a vizinhança.

Alguns depoimentos a seguir expressam a situação sócio-econômica dos primeiros anos

98. GIRON, Loraine S. op. cit. p. 33

desta comunidade:

*“No início a vida foi difícil para todos, pois havia falta de víveres, de recursos, de remédios então, nem se fala. Faltava até fazenda para confeccionar roupas... Começaram logo derrubando árvores, construindo suas casas e plantando tudo o que podiam. De início ficaram morando todos juntos...A primeira casa que construíram aqui foi com os pinheiros que derrubaram a machado e para fazer as tábuas, usaram pequenos machadinhos, tudo feito à mão...logo plantaram um pequeno parreiral. Plantaram também milho, trigo, batatas, verduras e também linhaça, pois era muito aproveitada...A Ângela tinha uma pequena casinha perto da residência, onde guardava o linho. Ela batia, fiava e tecia o próprio linho. Era uma maneira muito primitiva de tecer as fazendas. Com esta fazenda faziam os sacos para levar o milho e o trigo para moer, os colchões, que eram enchidos com a palha do milho e também faziam lençóis.”<sup>99</sup>*

Ao tentar adquirir pregos para construir seu rancho de madeira, quando de sua chegada, em 1882, Felice Veronese, com 23 anos, não possuía os duzentos réis necessários e não obteve o crédito do comerciante por suspeitar de sua não permanência, porque era solteiro. Após seu casamento (1883), ampliou o parreiral, a produção, e tornou-se o maior produtor de vinhos da região. Seu vinho era procurado por negociantes de P.Alegre e, mais tarde, também do RJ e SP. Montou também uma olaria e uma pedreira.

*“[Domênica] fazia todas as tarefas junto com os filhos mais velhos (eram dez ao todo). Fazia um pão feito em casa...com farinha moída em moinho próprio. Fazia queijo e cuidava da plantação de verdura, da horta, dos animais, aves, porcos e tirava leite das vacas; fazia o serviço doméstico...fazia a polenta para quando os rapazes voltavam da roça famintos por causa do trabalho. Os rapazes roçavam e cuidavam da vinha e de árvores frutíferas. Luiz, que começara a empregar a pólvora na pedreira, com o auxílio do irmão, quando tinham tempo, procuravam atender às encomendas de foguetes para as festas da Igreja...Duas das irmãs costuravam a roupa dos rapazes; outra cuidava dos afazeres da casa... [o velho pai] não queria que seu filho mais velho se afastasse da colônia, com receio de que ele levasse consigo os irmãos e faltasse assim braços para a lavoura. Luiz observava no fabrico do vinho de seu pai, que a matéria tartárica*

---

99. MORETTO, Paulina Soldatelli. op. cit. p. 21. Relato da viúva de Ângela e Antônio-Tognon-Soldatelli, imigrantes italianos, 38 e 30 anos respectivamente, chegados ao Brasil em 29/05/1878, lote n° 13, 15<sup>a</sup> léguas da Colônia Caxias.

*era desperdiçada e iniciou seus estudos e experimentos em química. Convenceu seu tio a lhe emprestar dez contos de réis e a ficar como seu sócio. Luiz viajou à Itália em 1910 e em 1911, com livros e maquinários trazidos de lá, instalou sua fábrica de produtos químicos na sede de Caxias...com a morte do pai...a colônia foi vendida.”<sup>100</sup>*

Junto com os primeiros imigrantes italianos(14/06/1875), veio para Caxias também o **português vendista**, Antonio José Ribeiro Mendes, que, como funcionário da firma Botelho e Cia., de P.Alegre, concessionária por concorrência pública, fornecia ferramentas e gêneros de primeira necessidade aos imigrantes.

Muitos colonos negociavam também bens pessoais trazidos da Itália. Todo o excedente era trocado ou levado ao mercado. Além da plantação para subsistência, havia também alguma atividade criatória como a de aves para o consumo (frangos, ovos) e animais usados para transporte ou tração:

*“Nas feiras dominicais, após a missa, todos punham e expunham as mercadorias trazidas de suas quintas: a funilaria de Gigia Bandéra (Luisa Eberle), já estabelecida, era o local onde os colonos vinham se abastecer no ramo latoeiro e onde Abramo (Eberle) ajudava sua mãe no balcão. Também se armavam tendas para escambo dos produtos da colônia contra ferramentas para lavoura, arriamentos, pertences de funilaria, tecidos e bijuterias. Entre os produtos trazidos pelos colonos figuravam em primeira linha, os cereais e as frutas, ovos, galinhas, queijos e salames. Também se negociava carne de porco e cabrito. Um dos negócios mais movimentados nessas feiras dominicais, era o da venda de animais, cavalos e muares. Quem os vendia era Vicente Rovea. Estas feiras foram perdendo a animação à medida que este comércio ia se fazendo portas a dentro nas mercearias. Seu desaparecimento marca o final de uma etapa na vida de relações da colônia que crescia.”<sup>101</sup>*

Realmente, a partir da década de 90 há pedidos registrados para a construção de Quiosques na praça Dante, como pontos fixos de comércio, especialmente de manufaturados. Exemplos: o de Dal Prá, o de Chittolina, o de Ungaretti, de Sassi. Neles se vendiam desde bebidas importadas até artigos de luxo como, luvas, perfumes, rendas, etc. Foram demolidos por volta de 1909-1910 para o ajardinamento da praça. Eram em número de quatro, um em cada canto da mesma praça. Muitos anúncios destes pontos fixos de comércio encontram-se nos jornais da época, como:

100. MASCIA, Nelli Veronese. De um Imigrante Nasce um Químico. UCS. 1887. p. 25 e seguintes

101. FRANCO, Álvaro. Abramo já Tocou...- A Epopéia de um Imigrante - SP. 1943, p. 67

### ***Kiosque KIM-KIM***

*Superior café de dia ou de noite e bebidas estrangeiras e nacionais de várias qualidades.  
No jardim da Praça Dante.*

O Caxiense 06/11/1897

### ***Quiosque Bazar Familiar Annuncio Ungaretti***

*Praça Dante. Grande Torração: luvas de seda, pelica e fio escócia: 60 pares a 1 \$500 o par, rendas de filó, valenciana e linho (600 peças). Bordados finos, rendões para cortinas, etc. Rendas de vidrilho a 300 réis o m. Sedas para vestidos (a 2 \$500 o mt.) chitas, camisas (a 4 \$000 cada) colarinhos, gravatas de seda e piquet; chapéus de sol, meias, aventais, grinaldas, extratos, etc. Vendas somente a dinheiro. O freguês verá que Annuncio quando anuncia, é porque pode manter a palavra.*

O Cosmopolita 03/12/1904



Foto número 4. O Quiosque de Anúncio Ungaretti junto à praça principal da sede urbana, denominado BAZAR FAMILIAR - NOVIDADES.

Renzo Grosselli<sup>102</sup>, analisando a instalação de núcleos de italianos no Paraná entre 1870 e 1940, diz que, apesar dos métodos e alguma de tecnologia já apreendida na Europa, os imigrantes chegados ao Brasil precisaram adaptar-se, muitas vezes retornando a métodos primitivos como a derrubada e a queimada das florestas para a organização sócio-produtiva.

102.GROSSELLI, Renzo M. Dove Cresce l'Araucaria. Ed. a cura della provincia autonoma di Trento. p. 205: "L'emmigrazione trentina, ed italiana in genere, non disponeva che di capitali minimi, risultato della vendita (o svendita) degli scarsi beni che il contadino possedeva in patria. Ma la maggior parte del denaro era stata spesa nelle lunghe attese nei porti d'imbarco, durante un viaggio estenuante su navi in cui era speso necessario per essere forniti di razioni di cibo sufficienti alla sopravvivenza. Ora, in colonia, tutto era da fare, molte le cose era necessario procurarsi...Era necessario danaro liquido...Per anni, decenni, la preoccupazione costante dei nuovi arrivati sarebbe stata la sopravvivenza. Tutto il tempo doveva essere occupato per la soddisfazioni dei bisogne primari...Generalmente lo facero adottando metodi di lavoro, specie in agricoltura, che mutuarono dalla realtà brasiliana. La necessità li contrinse ad abbandonare per unna generazione o a perdere definitivamente, l'uso di sistemi e tecnologie più avanzati che pur erano stati loro in Europa".

No Relatório que faz das condições de vida dos colonos em Caxias, publicado na Itália, no Bolletino del Ministero degli Affari Esteri em junho 1899, diz o Conde Pietro Antonelli <sup>103</sup> :

*“As importações provêm quase todas de firmas alemãs de P.Alegre, através de seus caixeiros viajantes a cavalo duas ou três vezes por ano levando modelos de produtos de fabricação alemã...Os vinhos europeus começam a fazer séria concorrência, devido aos baixos preços com que são importados. O nacional era vendido a 1200 réis, hoje, caiu para 300 réis. As doenças da videira e o transporte são inimigos da indústria vinícola. Os pequenos barris com capacidade para 150 litros, construídos pelos negociantes do vinho, são carregados em carretas até São Sebastião, expostos ao sol, estragando facilmente...Os alemães absorvem grande parte das exportações e importações entre o estado do RS e a Europa...Muitos colonos procuram aumentar sua propriedade, investindo as poucas economias na aquisição de outras terras para os filhos. Algumas famílias possuem 2 ou 3 colônias inteiras. Quase todos garantiram um bom sustento, uns poucos, 5 ou 6 apenas, tiveram a sorte de conseguir acumular um capital de 150 mil libras. Bem mais numerosos são, pelo contrário, os que formaram um capital entre 20 e 40 mil libras. Os demais, que formam a grande maioria, são senhores da terra que adquiriram e que agora estão valorizadas. A maioria dos colonos tem, pois, tudo o que é necessário para um agricultor: uma vaca, 2 bois, 2 ou 3 burros, porcos, galinhas, alguns salames, farinha de trigo em abundância, e a cantina abastecida de vinho para todo o ano. A única coisa que falta ao colono é a melhora econômica. É verdade que não faltam gêneros coloniais, mas, sua abundância, ao contrário...não traz nenhuma vantagem para o colono, obrigado a vender sua produção por preço irrisório ao negociante. Este ainda exige que receba como pagamento gêneros de consumo e não dinheiro. Este sistema de escambo - chamado de troca -, priva o colono de recursos pecuniários. Sujeito ao oscilar contínuo dos preços no mercado de P.Alegre, o negociante baixa sempre mais para aquisição de produtos, e o colono, obrigado pela necessidade, acaba por aceitar. Mal vestidos, parecem mendigos.”*

---

103. ANTONELLI, Pietro. Bolletino del Ministero degli Affari Esteri, junho de 1899. IN: DE BONI, Luiz A. A Itália e o Rio Grande do Sul. IV EST/EDUCS 1983 p. 49, 50

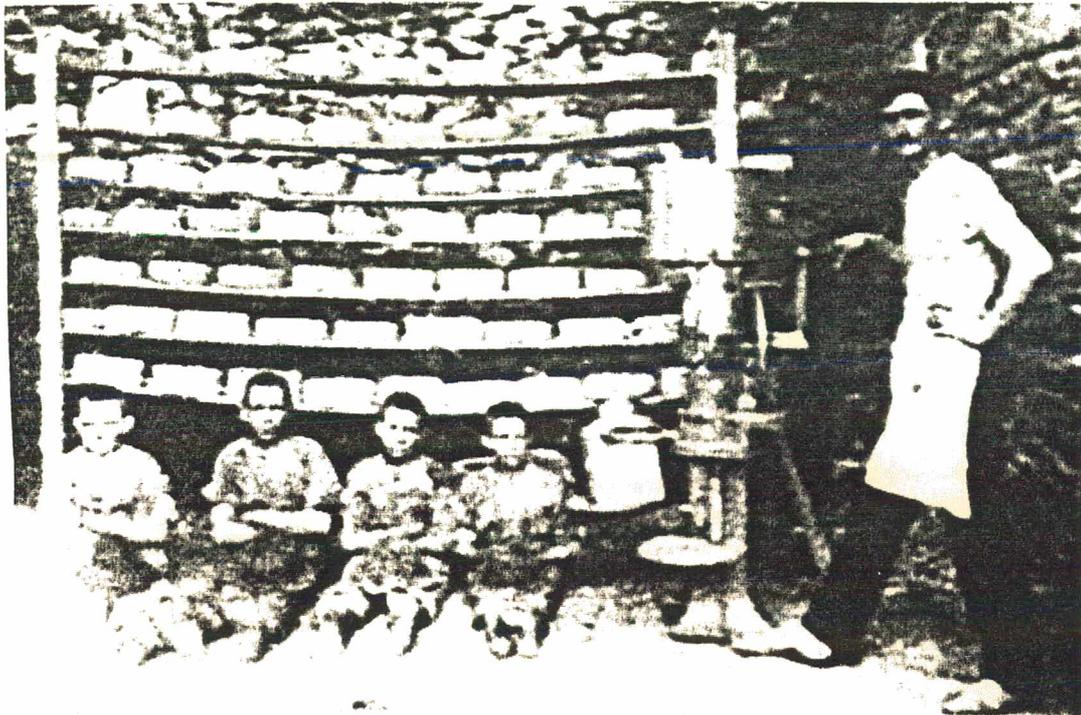


Foto número 5. Produção comercial de queijos de Abel Postali (à direita em pé). S. Martinho da 2ª légua. Época estimada da foto: Início do século.

Configura-se, portanto, na Colônia Caxias uma pequena produção mercantil em que convivem resquícios de artesanato e produção doméstica, transferidos com a imigração, e uma agricultura de subsistência e mercantil. Para efeito de nosso estudo, definimos esta pequena produção mercantil (PPM) como apresentando as seguintes características:

- o trabalhador direto é o proprietário e “possuidor” de todos os meios de produção e do produto;
- a finalidade de sua produção é a subsistência de sua família. A circulação para ele não pode ser senão uma circulação simples (meio de troca de valores de uso; Mercadoria 1 - Dinheiro - Mercadoria 2). O produtor troca os produtos de seu trabalho contra os objetos úteis de valor igual.

Sabendo-se que os modos de produção foram historicamente combinados nas diferentes sociedades e que as relações entre as sociedades conferem a condição de “formações”, tem-se que formações sociais são

*“... estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um modo de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos.”<sup>104</sup>*

104. AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual. p. 12

Esta pequena produção mercantil que se organizou na formação social estudada articula-se com o modo de produção capitalista (MPC), que a domina. O deslocamento da força-trabalho representada pela migração internacional é um reflexo da afirmação do MPC; As duas características apresentadas acima não permitem constituir em Caxias uma ppm como um modo de produção puro, porque: a mesma propriedade da terra, condição de trabalho para o produtor, precisou ser “adquirida” em troca de dinheiro, e constantemente é resgatada por meio de tributos<sup>105</sup>. A outra característica de uma ppm só tem sentido nas formações sociais em que a ppm funcione de modo autônomo. Basta que apareça o capital, ainda que sob a forma primitiva de capital mercantil, e fica comprometida tal característica. A presença do comércio de importados, desde os primeiros tempos da fundação do núcleo colonial, faz o papel de integrador entre diferentes formações sociais, e portanto, articulador entre os modos de produção.

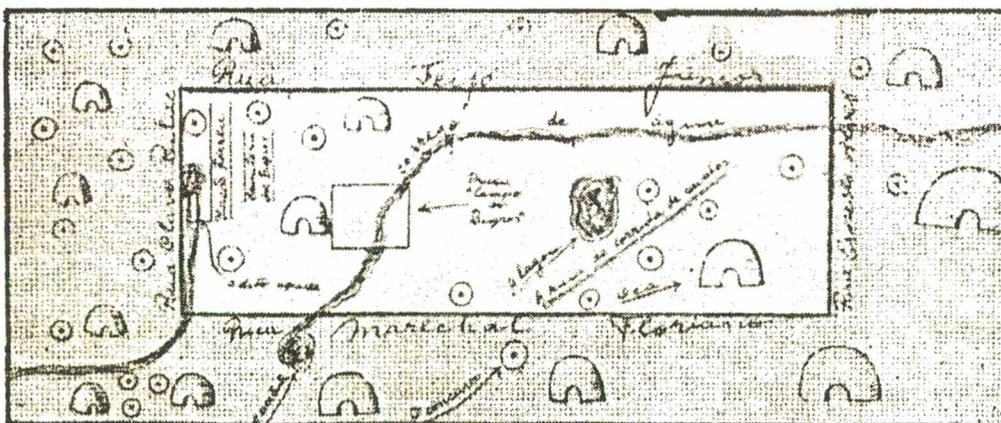
---

105. REY, Pierre-Philippe. op. cit.

## 2.4 – O espaço colonial: organização interna e relações regionais

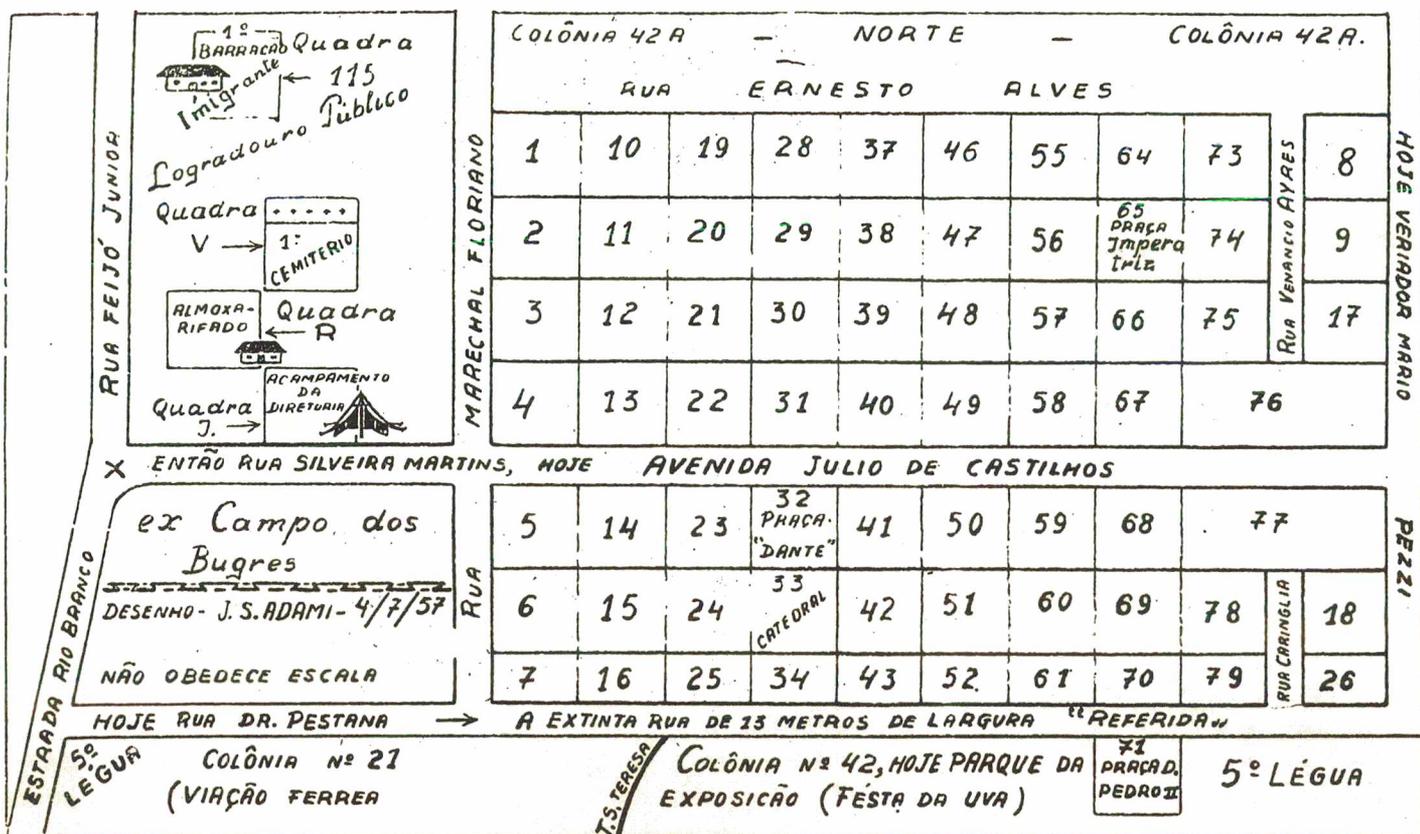
O espaço físico ocupado pela Colônia Caxias era constituído de solo pouco profundo e propenso à erosão. A excessão era a área dos vales dos rios onde uma camada de solo de aluvião se acumulara. O clima era úmido e frio, típico sub-tropical com variações em razão da altitude que é de aproximadamente 700 metros acima do nível do mar. A morfologia do terreno, longe de permitir o uso de equipamento agrícola, exigia o trabalho braçal. Os lotes, demarcados em traçado retilíneo sobre superfície acidentada, não contemplavam aspectos geo-morfológicos ou hidrológicos. As vias de acesso eram precárias e se desconheciam nas proximidades jazidas minerais ou fontes de energia convencionais suficientes para induzir um desenvolvimento industrial. Esta área permanecia relegada pela atividade pastoril dominante no RS do séc. XIX.

A organização sócio-espacial local apresentava uma ocupação uniforme de pequenas propriedades rurais e/ou urbanas que se justapõem em unidades de exploração familiar ao longo dos travessões nas dezesseis (mais tarde dezessete) léguas oferecidas. A inexistência de profundas distinções sociais nos primeiros tempos se reflete numa organização espacial sem grandes disparidades, obedecendo ao projeto e aos interesses dos promotores de tal empreendimento. As unidades urbanas diferem das rurais não só no tamanho dos lotes mas também em razão da finalidade a que se destinam. As urbanas se dispõem sob um ordenamento pré-estabelecido, com traçado geométrico planejado conforme a planta elaborada por A. Gonçalves, da Comissão de Terras. Concluída e aprovada ainda em 1876, em seguida foram distribuídos os seus lotes. A área destinada à sede da colônia (centro urbano) é parte norte da 5ª légua, Travessão Santa Thereza, cujo sítio fora localizado como uma “clareira artificial”, provavelmente usada pelos silvícolas que habitavam a região. Por este fato foi denominada clareira de “Campo dos Bugres”. Ela enquadrava-se entre as atuais ruas Olavo Bilac, Feijó Júnior, Ernesto Alves e Marechal Floriano.



Este desenho de Adami<sup>106</sup> representa a clareira artificial onde se localizaria a sede urbana de Caxias. Nela se fixaram as sedes dos poderes públicos locais na época, como o barracão para recepção ou alojamento aos imigrantes, o almoxarifado e o acampamento da Diretoria representante da Comissão de Terras.

106. ADAMI, J. Spadari. op. cit. p. 38



Representação gráfica da sede urbana feita também por Adami<sup>107</sup>. Partindo-se da clareira, estendia-se o traçado dos lotes urbanos no sentido leste da vila. Identificam-se as quadras urbanas e o espaço destinado à Praça Dante Aliguieri.

Já em 1883, por ocasião do recenseamento pré-emancipação, a sede urbana contava com 400 casas e uma igreja. A população total da colônia era de 10.000 habitantes.

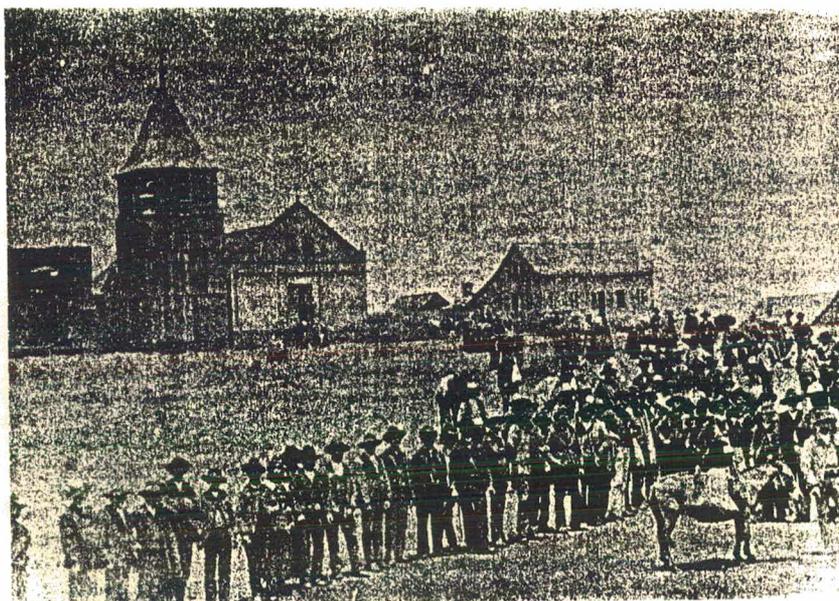


Foto nº 6. Primeira igreja, ainda construída em madeira, situada já na Praça Dante. Portanto, um centro urbano que não é mais o da "clareira primitiva", mas que é deslocado no sentido leste da vila. Esta igreja antecedeu a atual Catedral Diocesana de Caxias e foi destruída por um incêndio

107. Idem, p. 143

em 1886. Caxias torna-se freguesia<sup>108</sup> em 1884, desmembrada da Paróquia de São José do Hortêncio da Feliz ( São Sebastião). Vê-se à direita da igreja, a “Posta do Curtolo”, como era chamada a dependência pública dos Correios. Também já se situara nesta praça a Intendência Municipal e o Almojarifado do Governo; portanto, a sede dos poderes constituídos.

Outros centros dinâmicos se formaram: Nova Milano, na Primeira Léguas, era ponto de passagem obrigatória, e Nova Trento, entre a 15ª e a 11ª léguas, que surge espontaneamente da vida rural. Consolidam-se ambos e mais tarde (1924) esta constitui a sede do atual município de Flores da Cunha, enquanto que a primeira, em 1935, formará o município de Farroupilha.

Os meios de comunicação internos à colônia, os chamados “travessões”, ligavam entre si os lotes rurais. Tinham direção norte-sul e leste-oeste e mantinham-se em precárias condições, motivos de constantes reivindicações dos colonos. Seriam necessários ainda construir 149.890 metros deles para que as comunicações se realizassem em qualquer época do ano, adverte o Intendente Manoel Barata Góes, em seu Relatório de prestação de contas de 1883. Com relação às regiões limítrofes, havia ao sul a estrada Rio Branco, a mesma por onde chegavam os imigrantes e que acabou se constituindo no mais importante eixo comercial dos primeiros anos. Ligava a colônia a São Sebastião, tinha a extensão de 64 Km e condições de trafegabilidade precárias: constava de uma “picada” aberta na mata que permitia a passagem a cavalo ou a pé. A estrada prosseguia para nordeste da vila até o Rio das Antas e assegurava o abastecimento da zona do campo. A leste da vila foi construída a estrada Conselheiro Dantas para formalizar esta comunicação, especialmente com São Francisco de Paula e Vacaria. Construídos inicialmente 3,2 Km, restariam ainda 23. Esta estrada, partindo da sede da colônia, seguia rumo este até perder-se nos Campos de Cima da Serra. O picadão foi iniciado em 12/12/1876 sob a direção do Engenheiro Raymundo Duarte Bezerra, então Diretor em Chefe da Colônia Caxias e denominado quando já estrada de rodagem, “Conselheiro Dantas”. Teve um trecho concluído e inaugurado oficialmente em 27/05/1883, pelo Intendente Manoel Barata Góes.

---

108. Freguesia: reconhecimento “civil” pelo governo, da paróquia.

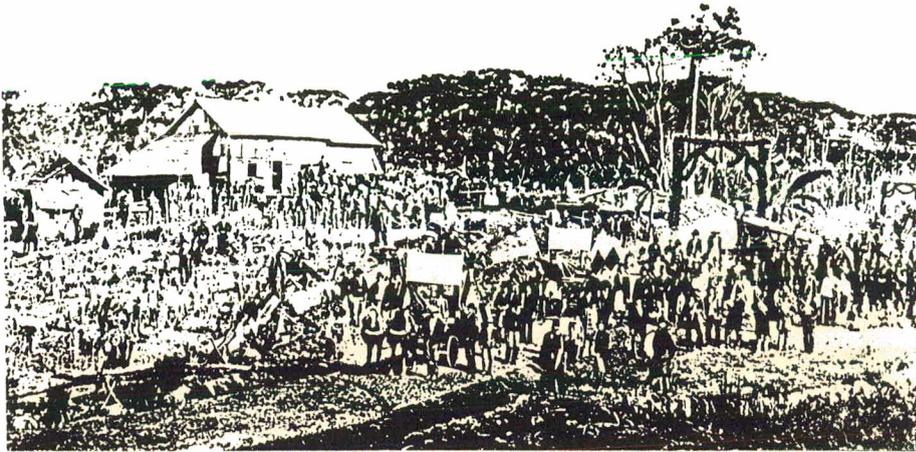
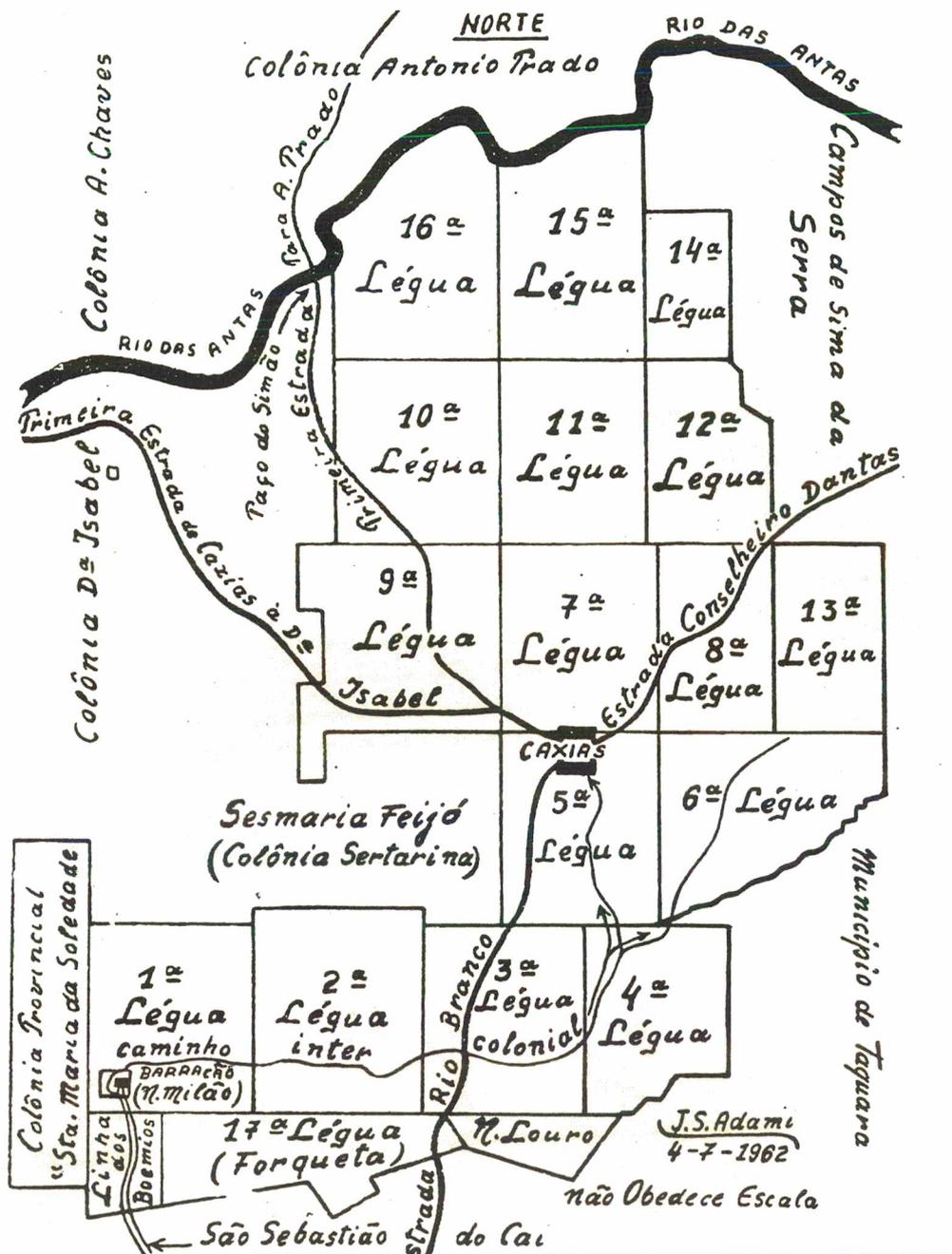


Foto nº 7. Aspectos comemorativos da inauguração de um trecho da Estrada Conselheiro Dantas, com recepção à comitiva vinda de P.Alegre. Em primeiro plano, encontra-se uma diligência e, logo atrás, uma faixa escrita: **Viva Caxias**. Vê-se também um grupo de pessoas com instrumentos marciais; à direita, algumas senhoras e um grupo de crianças agachadas.

No sentido oeste, a ligação possível era com a colônia D. Isabel, apesar de que, dos 11 Km de extensão da estrada, apenas sete estavam concluídos. Estes fluxos expressos conforme gráfico de Adami a seguir foram dominadores da economia colonial durante os seus primeiros anos de formação, sendo que o mais importante foi o do sul, de onde provinha o abastecimento da vila, da colônia e da zona do campo. Julgamos que a intensidade deste fluxo comercial e a dependência econômica com relação a S. Sebastião do Cai foram os fatores para a anexação da Colônia Caxias a este município como seu 5º distrito, até sua emancipação colonial, em 1884.

## A Colônia Caxias e as vias de comunicação regional

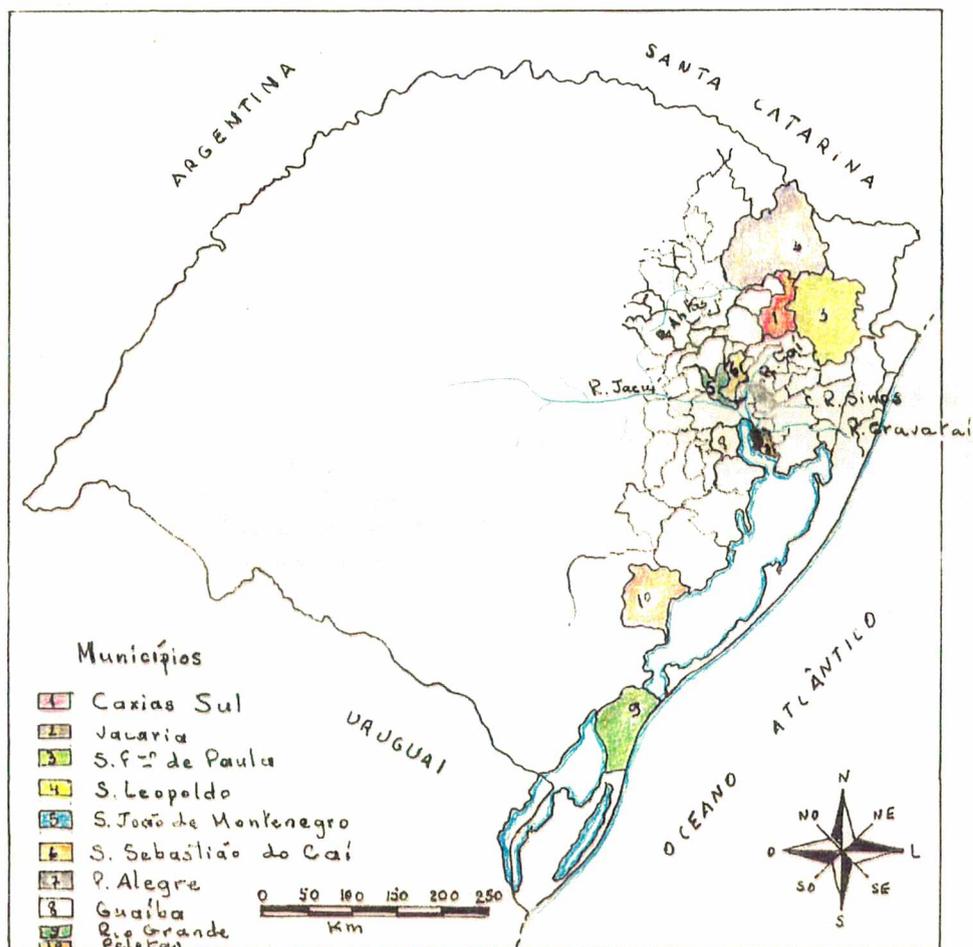


Ainda no séc. XIX foi construído o “Desvio do Morro”, uma alternativa da Estrada Rio Branco que desviava a vertente íngreme do planalto, passando pelo povoado chamado “Il Proffondo”, mais tarde Galópolis. Os pedidos para esta providência junto ao poder público foram justificados pela necessidade de se passar com as máquinas adquiridas para a cooperativa de tecelões utilizando-se de propriedades particulares.

Para a Colônia Caxias, Cai representava exatamente o ponto de intersecção das trocas entre a colônia e a província, enquanto P. Alegre servia como porto de importação e exportação desta economia. Em menor escala, havia também possibilidades de trocas com a região a leste e a

norte de Caxias, isto é, com a região de campos (Vacaria e S. Francisco de Paula), tanto na prestação de serviços artesanais, quanto no fornecimento dos manufaturados que subiam o planalto, oriundos de Porto Alegre.

### Caxias do Sul na Região



## 2.5 – A chegada de novos imigrantes a Caxias

Na década de 80 do séc. XIX, chegam à Colônia Caxias alguns imigrantes italianos em condição diferente dos primeiros, que eram de pobreza extrema e aptidão para o trabalho agrícola. Os que chegam depois que o Governo Central suspende a subvenção (1879), já vêm com recursos próprios e com intenções de enriquecer.<sup>109</sup> Entusiasmados com a América e com a propaganda feita na Europa, trazem consigo produtos estrangeiros de extrema necessidade para ser comercializados no Brasil. Muitos deles tornam-se líderes políticos e econômicos de Caxias. Participaram da classe dominante como pioneiros da industrialização, cujas empresas operam ainda hoje no município. O momento histórico da sua chegada certamente foi fundamental, pois encontraram uma economia mais organizada do que os primeiros. Se das fileiras da ppm saíram alguns nomes com algum pecúlio reunido, a aplicação destes recursos na atividade manufatureira e industrial só ocorreu mais tarde, com a chegada destes imigrantes retardatários. E como o capital necessita de pontos de apoio locais para agir concretamente, estes imigrantes que vivenciavam uma etapa histórica de decomposição do campesinato na Itália e um grau próprio de integração ao modo de produção capitalista (MPC), participarão como os primeiros capitalistas em Caxias.

Entre os imigrantes chegados à Colônia Caxias, destacaram-se, como dinamizadores pioneiros da economia local:

**Irmãos Rossato (1884-1886):** Paolo, Antonio, Vittorio e Marcelino. Pioneiros na indústria do vinho desde 1889. Sua cantina tornou-se a maior no gênero na época. Dedicaram-se também à moagem de trigo e milho, ao comércio de produtos coloniais, à loja de fazendas e armazém de secos e molhados. O vinho dos irmãos Rossato chegou a P. Alegre em uma carreta, cujas rodas Paolo pedira ao pai que trouxesse da Itália, e que, ao serem transportadas no lombo de jumentos de S. Sebastião ao Campo dos Bugres, foram motivo de riso por parte dos tropeiros. Logo mais, em 1914, os Rossato abrem filial em P. Alegre. Em uma das cartas a seu pai, Paolo Rossato escreve em 07/05/1884:

*“...a posição do campo é favorável: os ares e as águas são bons e dá de tudo: milho, trigo...Lamento muito ter partido sozinho da Itália, pois se meus irmãos e pais estivessem aqui, teríamos encontrado a mina de ouro...quem tem que trabalhar em terras arrendadas e pagar aluguel de casa, que deixe tudo aí, pois poderá ter aqui sua terra...Digam ao miserável [Bernardo Lora] que se quiser 80 ou 120 m<sup>2</sup> de terra que venha para cá e lhe darei.”<sup>110</sup>*

109. Ver nota de rodapé nº 82

110. DE BONI, Luís A. La Mérica. Escritos dos Primeiros Imigrantes Italianos. UCS/EST 1977

**Antonio Pieruccini:** embora estabelecido primeiramente no RJ (1876), chega em 1881 a Nova Trento, com mais dois irmãos, e à Vila Santa Thereza em 1883. Sua experiência no Rio de Janeiro foi como mascate e aqui chegando, dedicou-se ao comércio de produtos coloniais (Vacaria e Lages), atingindo S. Simão, em S. Paulo, em lombo de burro, transportando vinho em barris, já em 1898. Ao regressar de suas viagens de comércio, trazia também couros para negociar no Vale dos Sinos. Em 1907 inicia o plantio de viníferas. Montou também uma tanoaria para os seus vinhos e mais tarde ampliou o negócio para o ramo de suínos.

**Giuseppe Eberle:** chega a Caxias em 1884. De origem agrícola, também aprendera quando soldado a ser barbeiro e, com um velho amigo na Itália, a fazer alambiques de cobre. Avisado por conhecidos já estabelecidos no Campo dos Bugres, vendeu sua terra vêneta, transformou o dinheiro em mercadorias de grande aceitação aqui, como: caldeiras de cobre (sem alças para entrarem como produto semi-acabado), chapéus masculinos e femininos e mudas de árvores frutíferas (maçãs, cerejas, amêndoas, pêras e castanhas). Tinha já intenção de negócio. Adquire uma chácara com oito hectares na 7ª légua, onde passa a trabalhar. Com o alambique trazido, destilava aguardente de uva (cuja cultura começava a surgir) e produzia graspa. Propunha aos demais colonos destilar a graspa à meia indo, com o equipamento às “quintas”. Ano e meio após sua chegada adquire a pequena oficina de funileiro de Francisco Rossi (à Rua Sinimbú, nº 61), com a condição de que Rossi lhe ensinasse o ofício.

Sua esposa, Gigia Bandéra, aprendera também a cortar um fundo de caneco ou fechar uma lamparina (feral) de Folha de Flandres. Assim pôde prosseguir com a funilaria até que seu filho Abramo (que nascera em 1880), pudesse ajudá-la. Giuseppe volta para o pomar da 7ª légua. Com as economias do pomar e da funilaria, Giuseppe compra terras na Linha Feijó (terras particulares que foram também colonizadas). Abramo seria o representante do pai nesta propriedade, quando completasse 12 anos. Só em 1896 Abramo adquire do pai a funilaria, já com a vidraçaria, artigos de cobre e vasilhame de louça.

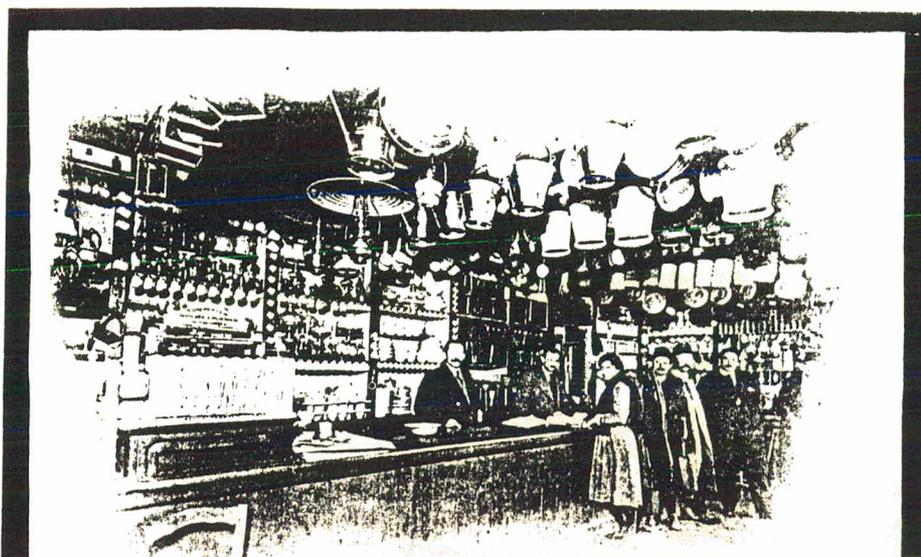


Foto nº 8. Casa comercial de Abramo Eberle. Mantinha para venda desde artigos de louça até talheres fabricados em sua metalúrgica. Vê-se também diversos modelos de lampiões e abajures, estes também de fabricação própria. Também “viandas” encontram-se em exposição. A máquina reistradora exhibe os seguintes dizeres: **O freguês verá no mostrador a importância de sua compra.** Do lado de dentro do balcão, vestido com roupa escura, o proprietário, Sr. Abramo Eberle.

No ano seguinte, Abramo já estabelece relações comerciais com os colonos produtores em forma de conta-corrente. Empréstava dinheiro e fornecia produtos, recebendo em troca, gêneros agrícolas.

*“Estes italianos que chegaram por volta de 1884-86, como Rossato, Eberle, etc, adquiriram terras na Linha Feijó, Colônia Sertorina, pagando a terra em dois anos e em meiaría com Feijó Júnior (amigo e compadre do presidente da Província João Sertório, e proprietário das terras): Trabalhavam quinze dias para si próprios e quinze dias para Feijó Júnior, durante dois anos. Nem Eberle nem ninguém pagava em dinheiro, nem ao governo, nem aos próprios colonos, pois nessa época, trabalhavam em regime de mutirão, uns auxiliando os outros em vários aspectos: caso de doença de algum colono, iam quase todos auxiliar aquele e vice-versa. A colônia tinha a dimensão de três léguas quadradas: Eberle ficou com mais terras que muitos, pois havia trazido economias da Itália, somadas às economias da Gigia na funilaria, do seu próprio alambique ( que circulava operando nas colônias vizinhas) e o seu ofício de barbeiro, especialmente nos fins de semana e ainda seu jovem pomar produzindo razoavelmente, davam um bom fundamento aos seus negócios. Como conseguiu comprar mais terras, era auxiliado no trabalho braçal pelos colonos que podiam ir trabalhar com ele”.*<sup>111</sup>

111. Entrevista de Alice Gasperin, autora de “Farroupilha: Ex-Colônia Particular Sertorina”. UCS. 1989

**Giuseppe Panceri:** chega ao Brasil em 1883 com esposa, dois filhos e os pais. Fixa-se na 6ª légua e traz consigo uma experiência de trabalho em tecelagem, já que na Itália dividia seu tempo entre a campanha e os teares manuais nas indústrias de fiação e tecelagem que surgiam lá. Deixa o trabalho agrícola com os pais e parte com a esposa para Rio Grande (RS), onde se empregam como operários na fábrica de tecidos Rheingantz, ele já como contramestre. Ao fim de dois anos, adquire lá mesmo a matéria-prima e confecciona os próprios teares, começando a produção artesanal de tecido de seda na 6ª légua, zona rural. Valeu-lhe a qualificação profissional e os recursos que, através do trabalho familiar, vinham da agricultura. Começou a fabricar *sobre-sincha*, usada para segurar os pelegos nas selas de montaria. Depois fabricava-as com as letras bordadas: **Rio-Grandense**. Mais tarde fabrica lenços de seda e palas de seda, vestuário do gaúcho. Instala-se na cidade em 1909, fabricando já com um tear, toalhas de linho. De 1914 a 1920, faz várias viagens à Europa, sempre pensando em modernizar a firma. Inicialmente fabricava e vendia para a loja do Eberle. Mais tarde, tem seus próprios viajantes. Seu neto Henrique<sup>112</sup>, afirma que a tecelagem no início era atividade complementar à agricultura. Com o aumento das encomendas, José deixou a lavoura e investiu somente na profissão de tecelão.

*“O próprio comprador apanhava a encomenda, porque o transporte era precário...toda a família vivia daquilo...quanto aos empregados, à medida que a firma crescia, diminuía a relação familiar com eles.”<sup>113</sup>*

**Aristides Germani:** chega em Caxias em 1885, sem pai e sem família e instala-se junto ao tio, que já residia aqui, na 13ª légua. Costumava andar bem vestido. Em P.Alegre dispensara a hospedagem no casarão dos imigrantes, preferindo ficar em hotel. Tinha experiência com trabalho em moinhos de trigo na Itália, onde já fora operário. Desde os primeiros ofícios em que atuou aqui, demonstrou exigências quanto à remuneração, deixando vários empregos porque julgava que ganhava pouco. Lançou-se a estimular o plantio do trigo instruindo os agricultores quanto à colheita. Também prometeu melhoramentos técnicos aos rudimentares moinhos existentes. Logo que pode, introduziu melhoramentos técnicos nos moinhos locais, importando de Montevidéo peneiras de seda. Dos três moinhos para moagem de milho e centeio que havia em Caxias (Giusué Vaccari, Antonio Corsetti e Giovanni Venzon), Aristides ofereceu-se para trabalhar no primeiro. Como Vaccari já possuía um ajudante, não concorda logo de início, mas, com insistência, Germani arrebatou o emprego. Em 1886 reformou o moinho Vaccari. Mudou também a medida usual para o trigo (saco de 64 Kg), como em outros países agrícolas. Em 1887, o padeiro Antonio Moro mandou vir do Uruguai toneladas de sementes, que distribuiu aos colonos. Aristides seguiu-lhe o caminho. Logo Caxias abastecia as padarias de Bento Gonçalves e S.Sebastião do Caí. Aristides deixou

112. Entrevista de Henrique Panceri. Arquivo Histórico Municipal (AHM) de Caxias do Sul

113. Idem, *Ibidem*

Vaccari para dirigir uma serraria e um moinho de Luiz Antonio Feijó Júnior em 1888. Com a abolição, seu negócio foi mal e seus operários precisaram receber como pagamento de salários, vales ao portador em casas comerciais da localidade.

Candidatou-se então ao moinho de Antonio Corsetti, cujo arrendamento, Paolo Otolini estava a devolver. Em 1891 adquire as terras e a cascata do Arroio Marquês do Herval; começa a cultivar a videira; produzir e vender vinho. Monta o seu moinho (ex-Corsetti), e faz do “Recreio Familiar” local de turismo do centro da vila até o moinho promovendo bailes, festas, aniversários, passeios.

Com os projetos de instalação da ferrovia, adquire numa exposição em P.Alegre uma turbina vertical para o moinho, com a qual teve força motriz e iluminação elétrica (o primeiro movido a energia elétrica em Caxias, ainda hoje operando).

Na qualidade de sócio efetivo do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, adquiriu em Turim (Itália) uma turbina horizontal, de maior potência, contando certo com a isenção de imposto alfandegário, o que não ocorreu.

Requereu e obteve do governo mais seis colônias com título definitivo de 1910 em Soledade e mandou vir da Itália famílias de parentes. Intensificou-se assim o plantio do trigo, especialmente nos novos núcleos coloniais como Erexim, Guaporé e região de Passo Fundo, de onde já em 1915-23, enviavam a produção de trigo para Caxias por meio dos comerciantes Saule Pagnoncelli(Erexim), Irmãos Busato e Luiz Lângaro, de Passo Fundo. Nesta época importa sementes selecionadas da Argentina, trocando-as com os agricultores pela produção.

Ainda em 1911 moderniza o moinho com maquinário ultra-moderno adquirido na Itália, na Fábrica Mecânica Lombarda de Monza. Em 1914 participa da Exposição Industrial de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com um vagão (trezentos sacos de farinha de trigo): Medalha de Ouro. Com este primeiro lugar, estendeu seu comércio regional e passou a abastecer a “exigente clientela da Padaria São Pedro de Santa Maria”<sup>114</sup>. Em meados da década de 20, nova viagem à Itália para renovação e aumento da produção de seu moinho. Só em 1928 inaugura o moinho junto à Estação da Viação Férrea, com 250 HP: A.Germani, Irmãos e Cia.

Ao final dos anos 20, Getúlio Vargas, presidente do Estado, cria vários campos experimentais e de instrução fitotécnica, favorecendo a produtividade das sementes que Germani importara neste mesmo ano: cinqüenta toneladas.

**Antonio De Antoni:** carpinteiro, chega à 3ª légua em 1889, com Alessandro, seu filho de 18 anos com certa experiência em trabalhos de ferreiro na Itália. É ele, Alessandro que, em 1894 funda a oficina de ferramentas e máquinas agrícolas na 3ª légua. Contava com o auxílio de dois

---

114. CAMPOS, Netto. O Cavaliere Aristides Germani. 3 ed. EST/EDUCS. 1978

grandes amigos: Xenofonte Parmegiani e Alexandre Picoli, considerados como da família. Inicia com ferramentas, carros de campanha, e ferraduras para animais. Depois seus trabalhos continuaram basicamente servindo de apoio à agricultura e à vitivinicultura que iniciava na região: bombas, esmagadeiras, prensas, desenganchadeiras, pulverizadores, etc. Fabricava também serras para corte e beneficiamento da madeira. Seu irmão Francisco, que ficara na Itália, já trabalhava no ramo em Vicenza (1900) com uma Officina Meccanica con fonderia, Smerigliatura e Rigatura Cilindri. Em constantes correspondências com Francisco<sup>115</sup>, a tecnologia é passada e em 1913 constrói seu primeiro pavilhão na sede urbana de Caxias, mesmo ano em que a oficina da Itália é ampliada para Officina Meccanica: Trebbiatrice, Sgranatrici.

Importa máquinas da Alemanha e abastece-se de matéria-prima na Eberle, a quem também pagava com trabalhos. Os De Antoni da 3ª légua recebiam gêneros agrícolas como milho, feijão, etc. em troca dos serviços prestados.

---

115. Muitas destas correspondências conservam-se registradas no AHM de Caxias

## 2.6 – A Colônia Caxias e a Província do Rio Grande de São Pedro

As safras de uva começam a ser colhidas em 1883 e com elas se inicia uma produção artesanal de vinho e de graspa. A produção de banha e derivados da carne suína já estavam sendo comercializados num sistema de trocas que relacionava a colônia Caxias com a imigração alemã, que comandava regionalmente a exportação e a importação através de seus caixeiros viajantes. É deste modo que Caxias se integra à economia gaúcha, como parte da produção colonial através da qual contribuía também para que Porto Alegre se afirmasse como entreposto comercial.

Durante o séc.XIX o Rio Grande do Sul se caracteriza como fornecedor ao mercado interno brasileiro de alimentos e matérias primas como charque e couros. No final deste século, surgem o feijão, o fumo e a banha de porco como produtos de exportação, oriundos da região de colonização alemã e mais tarde da italiana.

Produtos como a banha e a cerveja já eram comercializados nas colônias alemãs e a elas uniram-se os italianos com a sua produção. A banha, por exemplo, era refinada e comercializada pelo estabelecimento de F. Mentz e Cia. Instalado no Porto dos Guimarães, no Cahi, abre (1869) casa comercial para atender às colônias alemãs e italianas. Franz Peter Trein, natural da Alemanha (1816), chegou ao Brasil em 1847 como agricultor em São Leopoldo. Seu filho Christian Jacob Trein, após negociar como viajante pelo interior, adquire a casa do pai, juntamente com seu cunhado Henrique Ritter Filho e seus genros A.J.Renner e Frederic Mentz. Abre uma sucursal em Caxias e leva a administração geral da empresa para a capital.

A sua fábrica de depuração de banha trabalha com máquinas alemãs e produz 1.500 toneladas/ano; conta com secção de importação e exportação e uma equipe permanente de seis caixeiros-viajantes. Frederico mantinha também importante empresa de navegação no Rio Cahi; foi ele quem assumiu a Refinaria de Banha.

O estabelecimento de Adolfo Carlos Henrique Oderich mantinha também à época casa de importação e exportação. Sua clientela na Colônia Caxias era suficiente para justificar a publicação semanal nos jornais da colônia, do preço da carne e da banha de porco. Com a comercialização da produção colonial, via alemãs em S.Sebastião do Cai, Caxias foi se monetarizando, fato que permitiu seu acesso ao comércio de importação, também dominado no Rio Grande pelos alemães.

O ramo cervejeiro surge no Rio Grande do Sul com a primeira cervejaria em 1873, de Friedrich Christoffel. Sua filha Clotilde em 1873 casa-se com Alberto Bins, que trabalhava com importação e exportação no estabelecimento Bins e Friedrich. Ao final do século, esta empresa se une à Bromberg e

Daudt para constituir a “União de Ferros”, grande casa de importação, cuja atuação vai abastecer de matéria-prima as primeiras metalúrgicas de Caxias: Eberle, De Antoni, Amadeo Rossi.

Bins logo assumiria o posto de chefe da cervejaria de Christoffel. Mas, não fica por aí. As famílias Becker, Ritter, Sassen, todas ligadas ao ramo cervejeiro, unem-se por laços afetivos. O mesmo Henrique Ritter Filho, nascido em Rio Grande (1848), muda-se para São Lourenço com o ramo de transportes e comércio, mas mantém sociedade com o sogro, Franz Trein, na Refinaria de Banha de S. Sebastião do Cai.

No ano de 1882, Ambrósio Leonardelli inicia na Colônia Caxias uma cervejaria, ainda em moldes artesanais. A cevada que utilizava era produzida como subsistência pelo colono local; não era produto da lavoura especializada como aconteceria com a uva. Em 1899, Caxias contava com cinco cervejarias nestes moldes.

A cervejaria Leonardelli e a Fábrica de Gasosa e Água de Soda de Leonardelli e Irmão tinham em 1915 um lugar significativo no mercado gaúcho. Mas quando em 1924 fundiram-se as três maiores empresas gaúchas de cerveja (Bopp, Sassen e H. Ritter) e formaram a Continental (localizada à Rua Cristóvão Colombo, em P. Alegre), assumem o mercado maior e aniquilam todas as congêneres vizinhas.

O ingresso da produção colonial quer de alemães, quer de italianos, na economia gaúcha muda substancialmente as exportações sulinas e pode ser constatado nos números da exportação gaúcha ao mercado nacional:<sup>116</sup>

#### Exportações gaúchas antes e depois da inserção da economia colonial

Produto	1904	1914
Charque	13.259:788\$149	23.712:897\$190
Banha	4.037:746\$590	16.132:652\$270
Couros vacúns	15.284:333\$985	9.079:158\$290

Segundo Lageman<sup>117</sup>, no período que antecede à Proclamação da República, tem-se no Rio Grande do Sul um foco dinâmico de industrialização ao sul da província (Pelotas, Rio Grande, e P. Alegre), com predomínio de pequenas unidades, constituindo-se num núcleo basicamente de bens de consumo não duráveis com o aproveitamento de resíduos da atividade pastoril. Destaque para a têxtil, de Rheingantz, e outras de lã, as charqueadas e as fábricas de derivados da carne, como sabão e velas. Moinhos de trigo e farinha de mandioca espalhavam-se pelo Rio Grande. A produção da banha gaúcha, por exemplo, é significativa na serra, no planalto e no Vale dos Sinos.

116. PESAVENTO, Sandra Jatay. RS: Agropecuária Colonial e Industrialização. Mercado Aberto. 1983. p. 83

117. LAGEMAN, Eugênio. A Industrialização do Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa n. 4. URGs/IEPE. 1978

A colonização alemã, no entanto, refere o autor, consegue imprimir um dinamismo regional, atribuindo a Porto Alegre o papel de centro distribuidor da produção colonial para o centro do país e de fornecedor de gêneros manufaturados para o consumo das colônias. Esta economia colonial culminaria com a transferência da importância econômica do sul da província para o centro e o norte, fato também assinalado por Singer.<sup>118</sup>

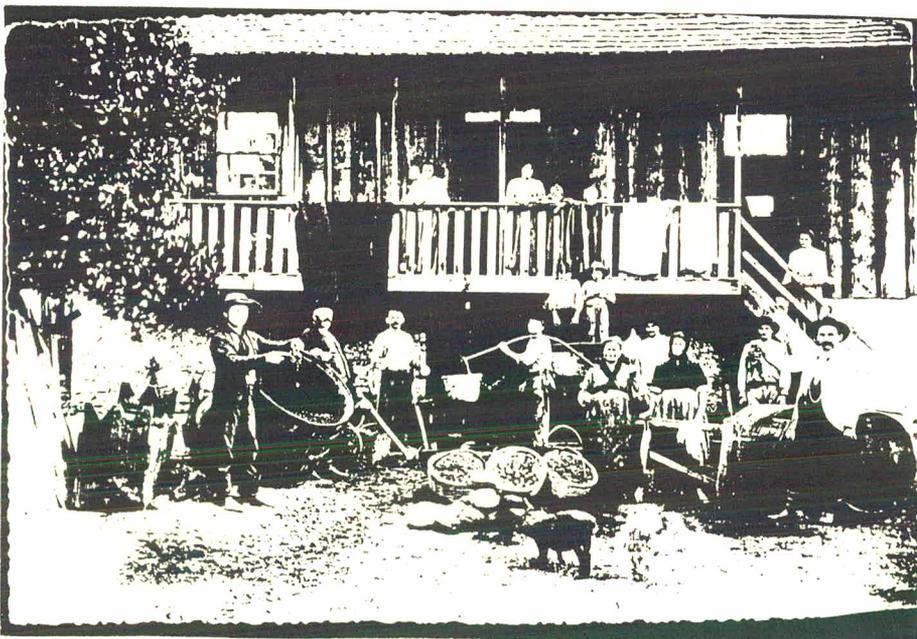
---

118. SINGER, Paul. *Desenv. Econ. e Evolução Urbana*, op. cit.

## Rumo à Industrialização (1890-1910)

### 3.1 – Passagem da economia baseada na pequena produção agrícola mercantil para a industrialização em bases capitalistas

O caráter monetário da economia local enquadrada dentro desta Pequena Produção Mercantil (PPM) já caracterizada permitiu a distinção de classes sociais. Uma produção de excedentes comercializada de forma capitalista, em que a competição se estabelece intra-grupo, leva alguns produtores a alcançarem o “status” de pequena burguesia. Com esta diferenciação de classes, há condições para o estabelecimento das relações burguesas de produção.<sup>119</sup>



A foto de número 9 ilustra o caráter mercantil da pequena produção de Caxias. Trata-se da Família Boff, de Ana Rech (1904), demonstrando sua produção agrícola. Aparecem os comerciantes ladeando a família, exibindo um cacho de uvas e vestidos à moda gaúcha. O “bigol” (vara em cujas extremidades era possível carregar cestos com os produtos coloniais) era muito utilizado na região.

119. DOBB, Maurice. Do Feudalismo para o Capitalismo. IN SWEEZY, Paul e outros. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Paz e Terra, 1983, p. 167

Alguns nomes se evidenciaram na pequena produção mercantil desta formação social: **André Viero, Giovanni Venzon, Benvenuto Ronca, Adelino Sassi, Amadeo Rossi, Ambrósio Leonardelli, Felice Veronese**, todos oriundos da agricultura, imigrantes ou descendentes das primeiras levas, pobres e subvencionados. Muitos outros nomes sem dúvida ficarão no anonimato, e em maior número certamente, porque na vivência da mesma PPM não foram bem sucedidos e tiveram sua situação arruinada, integrando o tipo rural de proletariado. Associando-se estas economias foi possível dar início a algumas manufaturas em Caxias. Exemplo: Venzon e Ronca financiaram as primeiras viagens de negócios que Abramo Eberle empreendeu para S.Paulo. Viero, mais tarde sogro de Gianella, financiou a instalação do Lanificio Gianella. Adelino Sassi, diversificando suas atividades, exportava erva-mate e madeiras, ingressando no ramo industrial químico, como Veronese, já citado.

Portanto, na fundação das pioneiras indústrias caxienses encontram-se estas figuras oriundas da PPM como financiadores da atividade industrial, embora as iniciativas de investimentos no novo setor e o dinamismo empreendido tenha sofrido impulso com o grupo de imigrantes não subvencionados e que chegou um pouco mais tarde à Colônia Caxias.<sup>120</sup>

Assim, verifica-se, no período de 1890-1910, uma significativa mudança na economia caxiense.

Há um crescimento da produção agrícola até o final dos anos 90, que faz surgir uma necessidade de incremento no transporte dos produtos, utilizando-se maior número de animais de carga e carroças. Ao lado desta atividade, se nota um aumento de ferrarias que passam a se ocupar com o suprimento de carretas, bem como de ferraduras e utensílios de montaria para os animais de carga. O artesanato intensifica-se, elevando o número de estabelecimentos. Os produtos comercializados são direcionados para o sul da vila (alemães). Com este comércio, os colonos se monetarizam; entram sempre mais em concorrência: é necessário produzir mais, para atender sempre mais ao mercado. (Fase “a” do 3º Kondratieff).

Examinando-se os registros constantes dos Livros de Impostos, a partir de 1893 verificam-se este crescimento e diversificação nas atividades econômicas locais, que, embora a literatura e os próprios registros apresentem como “fábricas”, são oficinas que transformam a matéria-prima com processo rudimentar de trabalho e de emprego de energia mecânica. O fator mais significativo é ainda a habilidade técnica do trabalhador. Sobressaem-se os estabelecimentos dos gêneros de consumo como os moinhos, as cervejarias, os alambiques e os têxteis; a extração da madeira e as casas de negócios.

Ao final do período começam a surgir em Caxias os depósitos de vinho, de banha, de gêneros coloniais e de madeira, tendo na condução destes negócios agentes capitalistas locais. (Ver **Anexo 1, tab. 24**)

---

120. Ver cap. II, 2.2.1. A Chegada de Novos Imigrantes a Caxias.

Este tipo de comércio já é a constatação do desaparecimento da produção doméstica, da auto-suficiência no interior das pequenas explorações familiares. A separação da agricultura e indústria se evidencia e também o processo de expropriação de muitos pequenos produtores. O caso do vinho parece ilustrar bem a situação: em 1899 é elevado o número de alambiques, o que significa que a produção artesanal de vinho e grapa toma vulto. Este número de alambiques cai violentamente nos anos de 1910 e 1911 e o vinho passa a ser produzido nas cooperativas. Esta transformação no processo de produção afeta e reduz os produtores artesanais de vinho.

As tabelas a seguir mostram o aumento do número de estabelecimentos comerciais verificado na década de 90, bem como a sua redução e modificação, aproximando-se do ano de 1910:

**Nº de estabelecimentos conforme o tipo de negócio - Caxias - década de 90:**

<b>Tipos/ estabel.</b>	<b>1893</b>	<b>1894</b>	<b>1895</b>	<b>1899</b>
negócios 2ª/afereição	18	—	—	14
moinhos	12	10	17	46
botequim	09	01	09	22
cervejaria	06	03	04	05
serrarias	05	04	12	23
negócio/afereição	05	11	21	03
alambique	05	02	17	26
carretas	04	05	10	50
fábrica/chapéus	03	-	03	03
tabernas	03	02	03	-
açougues	02	03	03	04
funilarias	02	02	02	03
ferrarias	-	02	04	11
matadouros	-	-	03	03
negócio 3ª/afereição	-	-	-	21
outros	14	06	30	54
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>51</b>	<b>138</b>	<b>288</b>

Fonte: Livro Registro Imposto sobre Indústrias e Profissões Intendência Municipal. AHM

Nº de estabelecimentos conforme o tipo de negócio - Caxias - até 1910:

Tipos/Estab.	1903	1904	1906	1907/8	1910
carretas	25	27	29	66	21
negócio e aferição	21	23	17	24	-
jogos lícitos	19	17	13	17	04
moinhos	12	17	08	08	10
botequim	16	11	08	-	-
vendedores ambulantes	14	04	-	-	-
alambiques	11	12	11	17	08
engenho de cana	10	-	-	07	-
serrarias	08	11	-	06	-
negociante gên.colon.	04	-	-	-	-
açougues	-	07	-	04	-
sapataria	-	04	-	-	03
negócio 5ª classe*	-	-	15	-	-
negócio 4ª classe	-	-	07	-	-
negócio 1ª classe	-	-	06	-	04
neg. 2ª classe/aferiç.	-	-	05	-	03
negócio 3ª/aferição	-	-	-	03	08
ourivesaria	-	-	-	-	03
cervejaria	-	-	-	-	02
outros	39	44	48	03	24
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>177</b>	<b>167</b>	<b>186</b>	<b>90</b>

\* Negócio de 5ª classe representa o estabelecimento comercial com maior capital e maior diversidade de produtos.  
 Fonte: Livro Registro Imposto sobre Indústrias e Profissões Intendência Municipal. AHM

Houve também mudança no tipo dos estabelecimentos: deixam de existir as pequenas oficinas e se fortalecem as manufaturas, surgindo as indústrias, como se pode ver na elevação do número das oficinas de pequeno porte que deixam de operar (ver tabela a seguir). Na realidade, constituem 22,56% dos estabelecimentos artesanais que são fechados no final dos anos 90 em Caxias. Este fato foi observado por Singer<sup>121</sup> ao analisar a urbanização de Porto Alegre, afirmando que

*“...Tudo leva a crer que a partir de 1890-1900 a agricultura colonial já está comercializada em grau significativo. Isto é confirmado pelo fato de que o artesanato atinge seu maior esplendor entre 1880-1900, verificando-se a partir daí sua decadência...”*

121. SINGER, Paul. Desenv. Econ. e Ev. Urbana. op. cit. p. 168

### Número de estabelecimentos que deixam de operar em Caxias no período:

Ano	Fecharam
1893	10
1894	07
1895	11
1899	65

Fonte: Livro Registro Imposto sobre Indústrias e Profissões Intendência Municipal. AHM

Roche<sup>122</sup> situa e afirma que

*“...o declínio do artesanato surge logo após o esplendor entre os anos 1880-1890.”*

Moure<sup>123</sup> reconhece que

*“com os meios de transporte e a figura do comerciante, o artesão tendeu a desaparecer”.*

Neste caso, as oficinas se fecham ao mesmo tempo em que é intensificado o comércio entre a Vila de Caxias e o mercado nacional, com intermediação do mercado regional. Este fato pode ser comprovado com o aumento do número de carretas e animais de carga em Caxias nesta época, o meio mais utilizado de transportes dos produtos coloniais. Passa de dez (10) carretas em 1895 para cinquenta (50) em 1899, alcançando 227 animais de carga registrados em 1903.

A tabela seguinte permite analisar o incremento no transporte de carga realizado na época analisada em Caxias do Sul:

#### Incremento no Transporte de Carga em Caxias do Sul

Tipo	Ano								
	1893	1894	1895	1899	1903	1904	1906	1907/8	1910
cavalar (unid.)	-	75	-	127	227	196	101	174*	-
carroçável (unid.)	04	05	10	50	25	27	29	66	21**

\* Neste ano 08 tropeiros (50%) avisam que não vão continuar com o serviço.

\*\* Neste ano é inaugurada a ferrovia.

Fonte: Livro Registro Imposto sobre Indústrias e Profissões Intendência Municipal. AHM

*“Em 1902 já era intenso o tráfego de carretas transportando produtos agrícolas; também sólidos carros de quatro rodas, cobertos de lona em que os comerciantes conduziam utilidades produzidas localmente ou não, e também eram inúmeros os caixeiros-viajantes (a cavalo). Os antigos cargueiros (mulas)*

122. ROCHE, Jean. op. cit. p. 489

123. MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: DACANAL, J.H. (org). RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. 1980, p. 99

*ainda se viam. A produção colonial já excedia em muito o consumo local.*”<sup>124</sup>

Há um decréscimo nos meios de transportes rudimentares( carretas, cavalos) a partir de 1910, com a instalação do ramal ferroviário.

Reduzindo-se o número de estabelecimentos, reforçam-se os que permanecem; ampliam-se e especializam-se, como no caso do preparo do vinho e da produção de banha e derivados de suínos. O comércio em mãos de agentes locais também é consolidado; a classe comerciante local se afirma como tal, mas os recursos para o capital mercantil provêm ainda da atividade agrícola da PPM. O pequeno proprietário rural torna-se assim, um produtor de matéria-prima para a indústria, que lhe determina o produto, o preço e o comércio.<sup>125</sup>

Entre os produtos agrícolas mais cultivados estão: o milho, cuja alta produtividade incentiva a atividade criatória; o trigo, que tendo exigido que o solo ficasse em pousio por mais tempo, levou os colonos ao

*“plantio consecutivo do milho durante seis até dez anos.”*<sup>126</sup>

O arroz, a cana de açúcar e o amendoim, o feijão e a batata encontravam mercado fácil. Linho e videira (da variedade americana - Isabel -, já cultivada pelos alemães) também se plantara. A erva-mate era nativa, mas muito comercializada, vendida para Porto Alegre e exportada daí para o Uruguai e Argentina. Havia ainda o pinhão, fruto da araucária, nativo, muito consumido como alimento.

Os produtos coloniais eram trocados por têxteis e ferramentas agrícolas, principalmente. Havia intercâmbio comercial também com os pecuaristas da região norte e leste, especialmente o trigo produzido na colônia, que era trocado ou negociado com rapaduras de açúcar mascavo e queijos, conforme depoimentos de Weiss e Ambrósio Leonardelli<sup>127</sup>. A intensidade e o tipo deste comércio entre a colônia e a zona do campo também é comprovada pela atividade da Casa de Negócios de Vicente Rovêa, imponente prédio de alvenaria construído em 1890, até hoje existente, em cuja fachada ainda se lê: **Casa de Negócios de Vicente Rovêa.1890.**

124. FRANCO, Alvaro. op. cit. p. 141

125. “Quando se generaliza a produção capitalista industrial, toda a produção tradicional de bens de produção e de bens de consumo que estava assegurada no quadro doméstico ou pelo artesanato camponês, é radicalmente destruída. Os bens correspondentes devem ser desde então adquiridos em dinheiro aos produtores e comerciantes capitalistas. Daí, ainda mais a necessidade do pequeno agricultor aumentar sua inserção na economia monetária.” SERVOLIN, Claude. op. cit. p. 53

126. VALVERDE, Orlando. Excursão à Região Colonial Antiga do RS. 1948. Álbum Comemorativo 75º Aniversário da Colonização Italiana no RGS. Globo. 1950. p. 278

127. Entrevistas de Afonso e Irene Pienegonda Weiss e Anbrósio Leonardelli à pesquisadora em 18/06/1992 e registradas no Arquivo Histórico Municipal de Caxias.



As fotos nºs 10 e 11 mostram respectivamente o exterior do referido ponto comercial com seus animais de montaria e carroças para transportes, tão típicos de seu tempo, e o interior da referida loja, onde se podem ver artigos expostos, como pelegos, baixeiros, palas, ponchos, etc; todos artigos de uso nas fazendas de criação de gado.

A vitivinicultura começa a aparecer na economia local a partir de 1883, afirmando-se sempre mais e o vinho torna-se seu mais forte produto de exportação. Celeste Gobbato<sup>128</sup>, talvez o maior estudioso da vitivinicultura local em seu tempo, afirma:

*“As operações comerciais, havia pouco, tinham substituído o processo da troca de mercadoria pelo pagamento em dinheiro. O agricultor, além do cultivo dos*

128. GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide e a Industrialização da Uva no Rio Grande do Sul. Álbum do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RGS. Globo. 1950. p. 406

*cereais e dos grãos leguminosos, destinava o milho à produção da banha de porco e cuidava do seu modesto vinhedo, transformando a uva em vinho num acanhado compartimento de sua moradia, que ainda não podia ser denominado cantina...*

Já em fins do século passado inicia-se o comércio intermunicipal do vinho que é levado em barrís por cargueiros a Montenegro e Caí, e de lá pela viação fluvial à capital do Estado de onde se consegue remetê-lo para São Paulo.”



Estabelecimento Vinícola de Antonio Pieruccini em 1915; situado à Rua Júlio de Castilhos, proximidades da Rua Angelina Michielon. Percebe-se o carregamento das tornas de uva transportadas em carretas, que vinham da área rural como matéria-prima para serem transformadas em vinho pelo processo de industrialização.

A banha, outro produto de especialização local, era preparada de modo simples na casa do agricultor e encaminhada às duas grandes refinarias que a processavam: a J. Trein e a Oderich e Cia, instaladas em S. Sebastião do Caí. Recebiam a banha e após o processamento, exportavam em grande escala para a Europa.

A banha era preparada no galpão da casa colonial pela família do produtor, “condicionada” e entregue ao comerciante ou à própria refinaria. Transportada em lombo de burro, acomodada em quatro latas por animal, ou mesmo em carretas, estimulava os pequenos produtores a manterem dezenas de leitões criados à solta. Para os colonos ela significava uma discreta fonte de renda. O frete até S. Sebastião tinha um custo de 600 réis (uma lira) cada arroba (15 Kg). Mas este mercado sofre as vicissitudes decorrentes de fatos externos à região, conforme o registro feito por Ancarini.<sup>129</sup> Ele informa que o motivo era a aceitação dos EUA da entrada do café brasileiro em seu território, exigindo

129. ANCARINI, Humberto. A Colônia Italiana de Caxias. RS. Brasil. Relatório de Visita. IN: DE BONI, Luis A. A Itália e o Rio Grande do Sul. IV EST/EDUCS. 1983

em troca a colocação de farinha e banha. O colono de Caxias que vendia a banha a 1.200 réis o Kg, é

*“hoje obrigado a vendê-la a 400 réis, dois terços mais barata que outrora. A produção anual de banha neste município varia entre 3 e 4 milhões de quilos, dos quais dois terços são exportados”.*

O comércio de importação consistia em tecidos, estofados, flanelas, miudezas, camisas, calças, lenços, ferramentas, vidros, louças, papel, café, açúcar, querosene, massas alimentícias, óleo, velas, fósforos, remédios, vinhos e licores estrangeiros. As importações somavam 1 a 1,5 milhões de liras, revela o Prof Ancarini.

Este comércio se faz presente através dos mascates-vendistas. Por meio deles a dominação do Modo de Produção Capitalista se torna concreta. As relações capitalistas estão postas claramente: as empresas importadoras e exportadoras instaladas em Porto Alegre e outros pontos do Rio Grande do Sul enviavam seus representantes para oferecer mercadorias, especialmente as importadas. Eram freqüentes as visitas destes comerciantes que, de S. Sebastião, passavam pela vila e alcançavam a zona do campo mais ao norte.

O pequeno produtor mercantil agrícola em Caxias transforma-se rapidamente em produtor de matéria-prima para a indústria, quando entrega sua produção ao comerciante intermediário, perdendo o controle sobre seu processo produtivo. Não dispõe mais livremente da sua produção nem decide o que cultivar. Atende simplesmente o mercado. Ocorre que

*“...esta relação através do mercado se apresenta como uma troca desigual, onde o sobreproduto da pequena produção mercantil é abandonado na esfera da circulação capitalista de mercadorias: enquanto o produto da pequena produção mercantil circula a um preço que permite sobretudo a renovação dos meios de produção e a reprodução do trabalhador e de sua família enquanto força de trabalho, os bens produzidos no quadro capitalista circulam com um preço que inclui o lucro médio.”<sup>130</sup>*

No caso concreto sob análise, os vitivinicultores são transformados em produtores de uva para as cooperativas industrializarem esta matéria prima e comercializarem o produto. São forçados a se agruparem em torno de uma organização que represente esta tecnologia que, embora apresentando a forma de cooperativa de produtores, continha muitos comerciantes em seus quadros. Em realidade, contribuirão para separar a agricultura e a indústria. Deste modo, os produtores

---

130. LINS, Hoyêdo Nunes. Considerations sur l'évolution de l'agriculture française. L'articulation des modes de production: un schéma d'analyse. Thèse de Docteur de L'université de Tours. France. 1988, p. 224

tornam-se cada vez mais submissos ao capital, que fornece os meios para esta industrialização, proletarizando-se como produtores de matéria-prima agrícola para a indústria.

O capital comercial que o “negociante” conseguiu acumular sobre o produtor agrícola, bem como a burguesia surgida da própria PPM, formou a base das primeiras indústrias caxienses. O que se quer ressaltar aqui é a presença e a própria desintegração da PPM no fundamento do processo industrial caxiense.

A literatura regional contém referências que esclarecem e testemunham a passagem da economia de base agrícola para a industrial no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul:

Roche <sup>131</sup> descreve as relações comerciais dos alemães com o seu *hinterland*: No Rio Grande do Sul pecuário era muito mais difícil comprar do que vender. Nas colônias ocorria o contrário: comprava-se mais facilmente do que se vendia.

*“Todavia nas colônias nunca houve mercados nem feiras; é a loja que faz parte integrante de sua paisagem. Por isso, o comerciante, único agente das trocas, tornou-se muito poderoso no seu feudo. Quando ele próprio não se punha à testa de uma grande casa, era sobre ele que se apoiavam os exportadores ou os importadores da capital...”*

E prossegue: todas as operações se fazem por trocas, como nas eras passadas quando não se conhecia o dinheiro. É uma das causas da surpreendente animação das lojas. O crédito começa com o sistema de contas-correntes das casas comerciais. O produtor leva milho, feijão, ovos e compra café, açúcar, sal, querosene. A base da operação é ainda a permuta, mesmo que em períodos determinados haja o acerto em que o devedor (comerciante ou produtor) desembolsa o que falta. A conta-corrente é o documento desta permuta. O colono quase nunca tem dinheiro líquido.

*“Se o ganhou, foi antes por seu trabalho nas estradas e nos caminhos. Ainda assim não se libertava da influência do comerciante. A própria administração, não pagava em espécies, mas em vales a descontar em mercadorias em casa dos comerciantes que, posteriormente, se faziam reembolsar pelo Estado.*

*O comerciante aceitava mesmo, algumas vezes, trocar o vale por moeda corrente, mas retirava uma comissão de 20% a 30%.*

*O comerciante controlava, pois, todas as operações possíveis numa zona determinada, e levantava, antecipadamente, a décima parte de cada uma delas. Era mais que o regulador da vida econômica de seu setor, era o seu verdadeiro*

---

131. ROCHE, Jean. op. cit. p. 403

*dono. Não se contentava com suspender as contas, também fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava, e dos gêneros ou objetos 'importados', que vendia ao colono.*" <sup>132</sup>

E, mais adiante, diz Roche:

*"...a partir de meados do século XIX, os mais ricos habitantes das colônias eram os comerciantes, e a superioridade de seu patrimônio em relação ao dos colonos não fez senão acentuar-se...Há pois uma grande diferença entre o valor da produção e o das vendas, e não existe nenhum termo de comparação entre os lucros que deixam aos interessados."* <sup>133</sup>

Singer assinala a supremacia da imigração alemã na economia gaúcha:

*"Os alemães dominam o mercado das colônias até o começo do século".*<sup>134</sup>

Moure<sup>135</sup>, diz:

*"...o comerciante controlava a produção do agricultor, fixava os preços, monopolizava o crédito. Chegou a instituir um sistema de trocas por permuta em conta-corrente, quando os transportes ainda eram deficitários. Este sistema baseava-se na exploração do agricultor pelo comerciante após realizada a venda no mercado de P.Alegre. Como acarretava longo período de tempo (às vezes um ano), o agricultor, ao receber o valor, tinha reduzida sua capacidade de compra, face os aumentos constantes dos produtos que necessitava adquirir do mesmo comerciante, gerando prejuízos com a descapitalização e, conseqüentemente, redução das possibilidades de desenvolvimento interno da produção da pequena propriedade."*

Encontramos também em Pesavento <sup>136</sup>, referências claras sobre o papel dos comerciantes na acumulação de capital e a conseqüente proletarização dos produtores agrícolas e artesãos:

*"As grandes casas comerciais da época desempenhavam o papel de centros de importação e exportação e de intermediárias entre os produtores e os consumidores...Assumindo os comerciantes uma função oligopólica/oligopsônica, controlando a venda dos artigos não-coloniais e a compra dos produtos da*

---

132. Idem, p. 416

133. Ibidem, p. 576, 7, 9

134. SINGER, Paul. Desenv. Econ. e Ev. Urbana. op. cit.

135. MOURE, Telmo. op. cit. p. 97

136. PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropec. Colonial e Industr. op. cit. p. 75, 6

*cima da diferença entre os preços de compra e venda e no custo do frete dos produtos até o mercado. Embora mantendo a propriedade da terra, o colono via-se, desta forma, progressivamente submetido ao capital comercial. Se for acrescentado a este processo o uso de uma técnica rudimentar e o crescente parcelamento do minifúndio familiar entre uma numerosa descendência, ter-se-á obtido o quadro completo da progressiva perda de produtividade da pequena propriedade e da pauperização crescente do colono de origem imigrante.”*

Muitas vezes a presença feminina nas atividades familiares demonstra o grau de dependência econômica do pequeno proprietário premido pela atuação do mercado controlador, como neste relato:

*“Na medida em que cresciam os filhos e as necessidades da família, o trabalho complementar da mulher adquire mais importância dentro da economia familiar...chegando ao ponto da manutenção da família depender exclusivamente das atividades complementares. Surgem as rocinhas, as costuras para fora, a elaboração de tranças para fazer chapéus e cestas. O rendimento proveniente da cultura principal foi com o tempo destinando-se exclusivamente para as necessidades da propriedade, quer seja no pagamento das dívidas, quer na compra de equipamentos e sementes, quer para compra de novas terras.”* <sup>137</sup>

A Pequena Produção Mercantil (PPM) ou o Quase Modo de Produção Doméstica (QMPD)<sup>138</sup> são, na realidade auxiliares do Modo de Produção Capitalista (MPC), funcionando como reserva de mão-de-obra e como mercado potencial de novos produtos. A articulação do modo de produção dominante não se evidenciou somente pela propriedade da terra que se mantinha pela tutela do Estado até a sua quitação total, prosseguindo depois através dos tributos - quer sobre a terra quer sobre a produção -, mas também através do comércio a longa distância, na dependência dos ramos não produzidos localmente. Além de se constituir num elo de ligação entre diferentes sociedades, também permitia a acumulação de capital em detrimento do pequeno produtor.<sup>139</sup>

O comerciante configura-se, então, no intermediário que recebe a produção agrícola e fornece em troca os bens que o agricultor não produz. De certa forma, a atividade do pequeno produtor fica a ele submetida. O comerciante acumula e acaba ampliando seus negócios ou evoluindo

137. GIRON, Loraine S. Cadernos de Pesquisa: Produção e Reprodução; A Mulher no Trabalho na Região Colonial Italiana do RS. UCS. 1992. p. 12

138. LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço, op. cit. p. 36

139. AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual. Forense. 1976. p. 12: “O comércio a longa distância não é um modo de produção, mas sim, o modo de articulação entre formações autônomas...relaciona sociedades que se ignoram, ou seja, produtos para os quais cada uma das sociedades ignora o custo de produção na outra...daí que os grupos sociais a que ele se dedicam ocupem uma posição de monopólio da qual tiram benefício. O seu papel é realizar a transferência do excedente de uma comunidade para outra. Tem o poder de promover um desenvolvimento mesmo sem que o nível das forças produtivas locais tenha progredido muito. Aliando-se a uma classe social local, apertuniza-lhe poder e domínio.”

fornece em troca os bens que o agricultor não produz. De certa forma, a atividade do pequeno produtor fica a ele submetida. O comerciante acumula e acaba ampliando seus negócios ou evoluindo para a indústria. Assim se pode dizer que o capital comercial concorre com a pequena produção mercantil, disputa-lhe os meios de produção, a mão de obra e os próprios mercados.

Nosso estudo empírico revela que muitos produtores agrícolas neste período, já com uma produção mais especializada (vinho e banha), têm recursos monetários para adquirir produtos estrangeiros em condições mais favoráveis. Isso ocorria através das contas-correntes, o que permitia que as dívidas fossem sendo amortizadas de acordo com a disponibilidade e a produção. Máquinas para sulfatar, para debulhar e triturar grãos passaram a ser adquiridas pelos produtores. Vasilhames para acondicionar a banha ou o vinho podiam ser “comprados”, fazendo surgir as tanoarias. As moradias podiam ser melhoradas com a utilização de vidros, telhas, mobiliário e utensílios como louças, lâmparinas e querosene. Eram comprados artigos usados nas lides campeiras como aparelhos para montaria, couros trançados, estribos, argolas, etc. Muitos outros agricultores, porém, perdem sua condição de pequeno produtor autônomo neste comércio desigual.

Os colonos italianos chegados mais tarde em relação às primeiras levas, mas sobretudo de condição sócio-econômica e cultural diferenciada, foram assumindo na sociedade local as funções-chave de comercialização, até então desempenhadas pelos viajantes-vendistas representantes das firmas importadoras e exportadoras. Passam a adquirir os produtos agrícolas, os derivados da atividade criatória, frutícula e artesanal. Estes produtos eram depositados em seus estabelecimentos e comercializados em troca dos produtos manufaturados, especialmente os importados.<sup>140</sup>

---

140. O jornal caxiense “O Brasil”, apresenta De Carli e Paganelli, como sucessores da sucursal de Caxias, de Frederico Mentz, com depósito de secos e molhados e compradores de produtos do país. Também agentes e depositários de petróleo e lubrificantes da Standart Oil Company, situados junto à Estação Ferroviária local, mais tarde, instalações ocupadas pela Cia. Vinícola Rio-Grandense que ainda hoje atua neste endereço.

## 3.2 – Origem do capital e formação do proletariado local: as classes sociais

Acentuando-se o processo de distinção de classes na estrutura social da Colônia Caxias, com a gradual separação de grande número de pequenos produtores dos seus respectivos meios de produção, percebe-se que a acumulação de recursos em mãos de uns possibilita agora condições para que estes adquiram a força de trabalho disponível.

O mercado da força de trabalho se constitui através do próprio processo de decomposição da PPM e de sua articulação com a forma capitalista de produzir, especialmente nas trocas junto ao mercado. Este mercado é facilitado nas condições locais não só pela limitação da propriedade rural na sucessão hereditária, mas também pela redução da fertilidade do solo.

Este fato é reconhecido por HERRLEIN <sup>141</sup>, ao descrever:

*“À medida que crescia os contingentes populacionais da zona colonial e diante da impossibilidade de ampliar sua extensão territorial ou proceder ao seu contínuo fracionamento e manter o nível de produtividade agrícola, estabelecia-se uma pressão para o êxodo rural. A parcela destes emigrantes da colônia que se destinou às cidades se proletarizou, dando início à formação de um mercado de trabalho no meio urbano ...”*

Léo Waibel <sup>142</sup>, também aponta a divisão da propriedade por herança e a queda da produtividade por esgotamento do solo como causas da proletarização do produtor rural,

*“ocasionando um empobrecimento econômico, físico e moral”.*

O capital a ser investido nas indústrias caxienses tem sua origem, portanto num primeiro momento, na acumulação de recursos provenientes da PPM, que deu origem à pequena burguesia rural local, formada dentre os imigrantes subvencionados pelo Estado, vindos nas primeiras levas. Num segundo momento, o capital se formou com a acumulação de recursos oriundos do comércio dos produtos agrícolas e coloniais, realizado principalmente pelos imigrantes “retardatários”. Estes imigrantes desempenharam o papel de manter ao nível de

---

141. HERRLEIN, Ronaldo Jr. e DIAS, Adriana. Trabalho e Indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do RGS e de SP. As Origens dos Mercados Regionais de Trabalho. Ensaios FEE. 1993. p. 257, 8

142. WAIBEL, Léo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. Trad. de Orlando Valverde. Revista Brasileira de Geografia n° 2. Ano XI. 1949

Caxias a acumulação dos recursos da PPM. Também contribuíram com estes investimentos nas indústrias próprias, para o aceleramento do processo de industrialização local e da conseqüente dissolução da pequena produção mercantil.

### 3.3 – A Società Operaia Principe di Nápoli

A associação de colonos que na nova pátria reverenciariam a raça, a cultura e a pátria de origem compunha a Società Operaia Principe di Nápoli. Foi fundada em Caxias do Sul em 1887 por imigrantes, artesãos e pequenos produtores rurais e perdura ainda hoje. Analisando a sua evolução, é possível destacar alguns fatos interessantes, como a **estrutura de classes** que se formara no decorrer do tempo. Dentre os objetivos fundamentais figuravam, como já foi dito, a valorização da comunidade e da cultura italianas e também uma ajuda mútua contra os infortúnios da vida, como doença, morte, invalidez, etc. Estes objetivos testemunham duas coisas: a distância da pátria-mãe e a igualdade de condições sociais de seus associados na pátria de adoção.

De 1890 a 1910 participaram, entre tantos, nomes como Giuseppe Sassi, Luigi Dal Canale, Primo Mussoi, Antonio Corsetti, Ernesto Marsiaj, Romano Lunardi, Abramo Pezzi, Ludovico Sartori, Rodolfo Braguirolli, Ângelo Manfro, Antonio Mengatto, Rodolfo Laner. Todos na condição de pequenos produtores agrícolas ou artesanais, em processo de diferenciação econômica na própria pequena produção. Em 1894, quando na sociedade local se evidencia uma diferenciação de classes sociais em razão da evolução econômica (mercantilização e monetarização da economia local), esta associação divide os seus sócios em duas categorias. Uns pagariam mensalmente a quantia de 1\$000 (um conto de réis) e outros, 500 (quinhentos réis). Os direitos seriam proporcionais em caso de enfermidade. Apenas dois anos após esta alteração estatutária, é adquirido um lote de terra para construir a sede própria da entidade. A sociedade passa a denominar-se “Società Italiana de Muttuo Soccorso Principe di Nápoli”. Persiste o objetivo de ajuda mútua, mas com escala de atendimento conforme a participação diferenciada dos sócios e perde da denominação inicial o termo “operaia”. É visível a diferenciação de classes no seu interior, o que reflete a ausência dos “operários” no seu quadro social.

Em 1901 surge a Associação dos Comerciantes, entidade representativa da elite econômica local, através de uma Comissão Provisória, na sede da Sociedade Operaia Principe di Nápoli, com a finalidade de representar os comerciantes na solução do atrito havido com a Intendência, por questões de impostos.

No Livro de Atas da Società Operaia Principe di Nápoli, encontram-se nomes como: Annuncio Ungaretti, Miguel Muratore, Guido Mondin, Alessandro De Antoni, Pietro Mocelin, Vittorio Sanvitto, Luiz Gasparetto e Abramo Eberle. A situação econômica destes membros já se distancia da condição à época da fundação de dita entidade. Atuantes também na Associação dos Comerciantes nesta data, nomes como: Adelino Sassi, Miguel Muratore, Giacomino Geremia, Mário Pezzi, Romano Lunardi, Annuncio Ungaretti, Abramo Eberle, Saturnino Ramos, Antonio Pieruccini,

Vicente Rovêa, Galeano Paganelli e Carlos Giesen. Giuseppe Panceri só se associa à Mútuo Socorro em 1916, embora seu estabelecimento surgido em moldes artesanais, desde 1887 estivesse atuante. Não se tem notícias da participação de Panceri na vida da cidade a não ser por meio de seu estabelecimento de característica familiar-artesanal.

Em 1919 os estatutos da entidade são novamente reformulados fazendo crer que a sociedade permanece nas mãos da elite sócio-econômica. Em 1929, com a visita de Getúlio Vargas, é elogiada por ele a “concordia entre as classes sociais”.

## 3.4 – O Estado

O Estado brasileiro posiciona-se ao lado da acumulação de capital quando para assegurar a continuidade do padrão acumulativo em vigor, define-se pela imigração estrangeira em substituição à mão-de-obra servil. Quando ao promover e executar a fundação do núcleo colonial “Fundos de Nova Palmira” (RS), o Estado manteve a propriedade do solo até a sua quitação pelo colono. Ao nível da Província, com uma atuação francamente favorável à industrialização, transferia recursos de um setor a outro através de medidas favorecedoras no comércio e na aplicação de tecnologias. Em escala local, extraiu através de taxas e tributos, toda a sorte de contribuição à sua estruturação, como se pode ver pelos levantamentos empíricos.

Ao adquirir seu pedaço de terra, o colono imigrante assumia para com o Estado uma dívida que incluía o valor do lote ou lotes e uma percentagem deste valor acrescida como “additamento”.<sup>143</sup> O valor do terreno era determinado pela Comissão de Terras, órgão encarregado do assentamento dos colonos e subordinado diretamente ao Governo Imperial, com aprovação do Governo da Província.

Quando a amortização desta dívida atingisse 20%, era-lhe concedido um Título Provisório de propriedade do terreno. Todo o colono que, findos dois anos, não houvesse construído sua moradia e realizado cultura efetiva no lote, perdia o direito à propriedade e o lote seria vendido em hasta pública. O valor de tal transação seria destinado ao ressarcimento do Estado. O que sobrasse seria concedido ao colono ou recolhido à Tesouraria da Província. O Título Definitivo de propriedade só lhe seria concedido depois de quitada toda a dívida. Portanto, com a propriedade da terra, o Estado brasileiro mantinha o colono a ele subordinado.

No ano de 1903 o Estado do Rio Grande do Sul instituiu o Imposto Territorial, atingindo novamente os pequenos proprietários rurais e constituindo-se num reforço para o êxodo rural. Além disso,

*“O positivismo foi, no Rio Grande do Sul, a matriz inspiradora da conduta política e administrativa do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que representou o situacionismo gaúcho ao longo dos 40 anos da República Velha.*

*Na elaboração de uma linha de conduta oficial para o Governo do Rio Grande, o PRR realizou um endosso seletivo do ideário positivista, de molde a promover o desenvolvimento econômico do estado de uma forma global, agregando as diferentes frações do capital e garantindo as condições de controle burguês sobre o trabalho...*

---

143. Additamento: suplemento da lei; No caso, consistia em um auxílio a título de alimentação, sementes e algumas ferramentas agrícolas; Additamento: Art. 6 do Regulamento de 1867: Colonos que compram os lotes a prazo teriam acrescidos 20% do valor do mesmo, e receberiam um título provisório; teriam cinco prestações iguais a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento. Quem pagar antes do vencimento terá um abatimento de 6% sobre o total da prestação.

*...a matriz positivista inspiradora da ação governamental estabelecia o primado da ciência sobre a prática dos homens e a subordinação dos processos produtivos aos recentes avanços da tecnologia, cujas maiores inovações se realizavam no campo industrial.”<sup>144</sup>*

Ao nível local, de 1875 a 1884, o núcleo foi administrado pela Comissão de Terras, representando diretamente o poder público central. Sua incumbência era medir e distribuir os lotes; realizar o assentamento dos colonos; orientá-los e remunerá-los quando da abertura de vias de comunicação. De 1884 a 1890, foi o núcleo anexado a São Sebastião do Caí, sendo pois, administrado por ele. A partir de 1890, organiza-se o poder público local e a Junta Governativa composta por Ernesto Marsiaj, Ângelo Chittolina e Salvador Sartori administra a vila por um ano, quando é destituída. Em 1892, outra junta se organiza, com duração de um mês apenas: Vicente Rovêa, Luiz Pieruccini e Domingos Maineri. Como as correntes locais não se entendiam, a Província interferiu e nomeou como Intendente Municipal, em 1892, o Sr. Antonio Xavier da Luz, natural de Santo Antônio da Patrulha. Em 1894, é nomeado o Sr. José Domingos de Almeida, natural de Taquari. Ele foi substituído em 1895 por Alorino Machado de Lucena, natural de São Francisco de Paula, pelo período de um ano. Somente depois desta data os imigrantes italianos de Caxias escolhem seu próprio Intendente.

Esta breve retrospectiva histórica nos permite entender que a atuação pública no nível local se efetiva a partir da Lei Orçamentária de 1897. A partir dela, sente-se a pressão pública sobre os pequenos produtores agrícolas, através de uma série de impostos aplicados exatamente no período em que a economia de base agrícola se desestrutura para dar lugar a uma economia de base industrial. Era assim a previsão de impostos sobre os colonos:

1. Imposto de Locomoção: por carreta puxada por mulas ou bois, empregada na importação e exportação de gêneros. Pela primeira 30.\$000 e para cada uma das demais 20.\$000. Empregada para o transporte interno: 12.\$000.
2. Imposto de Comércio.
3. Imposto sobre Indústrias e Profissões: fábrica de licor, gasosa, etc: 20.\$000; fábrica de pós-inseticidas: 20.\$000; fábrica de chapéus, sabão, velas, obras de vime e de barro: 10.\$000; engenho de cana: 16.\$000.
4. Décima Urbana: 10% sobre o valor locativo dos prédios urbanos.
5. Imposto Focolar: Todos os fogões existentes, menos os dos prédios sujeitos à Décima Urbana:

---

144. FAGUNDES, Lígia K. et al. Memória da Indústria Gaúcha. Das Origens a 1930. URGs/FEE 1987. p. 22 e 40

10.\$000

6. Imposto sobre a Produção: Todos os produtos por Kg., dúzia, litros, etc.

7. Aferição: por metro: 1.\$000, por balança de balcão e pesos correspondentes: 1.\$000; por balança decimal e pesos: 2.\$000; por terno de medidas para secos: 1.\$000; para líquidos: 1.\$000; por balança de qualquer feitio e uso: \$500.

Conforme verificou o Conde Pietro Antonelli<sup>145</sup>, a arrecadação anual de Caxias em 1898 foi de:

<b>ARRECAÇÃO ANUAL DE CAXIAS: 1898</b>		
	<b>réis</b>	<b>liras</b>
Impostos Municipais	99 994 000	145 000
Impostos Estaduais	70 000 000	105 000
Impostos Federais	16 000 000	24 000
<b>Total</b>	<b>185 994 000</b>	<b>274 000</b>

No orçamento feito pelo Intendente Alfredo Soares de Abreu, verifica-se toda a sorte de impostos, taxas, emolumentos e multas. Até mesmo para receber o Título Definitivo de posse do terreno (10.\$000) e por qualquer atestado fornecido pela Intendência (2.\$000), exceto o de miserabilidade. O Imposto de Produção era anual para todo o negociante ou particular que exportasse gêneros coloniais classificados em 5 tipos e respectivos valores em 1905. O Imposto sobre Conservação de Estradas era pago por todas as famílias que residiam na área rural, podendo pagá-lo através de seis dias de serviço na mesma, sob fiscalização. As taxas cobradas sobre os moinhos de trigo, curtumes, engenhos de cana, de beneficiar erva-mate e descascar grãos foram reduzidas em 1910,

*“a fim de auxiliar essas indústrias no seu desenvolvimento, principalmente a do trigo”*.<sup>146</sup>

O Estado tem se posicionado no decorrer do processo, ao lado do capital e de sua acumulação de forma capitalista. Isto é verificado através da propriedade do solo até a quitação, por meio do resgate permanente desta propriedade via impostos, por favorecer o emprego de tecnologia na PPM, e por forçar o produtor ao emprego desta tecnologia via cooperativas. Assim compromete-o com o setor industrial e transfere recursos do setor agrícola para o industrial.<sup>147</sup>

Por isso, durante o tempo em que deveriam saldar sua dívida com a aquisição do lote, os

145. ANTONELLI, Pietro. op. cit.

146. Relatório do Intendente Tancredo Appio Feijó, vice-intendente em exercício, 15/10/1910

147. KUZNETS, Simon. op. cit. Cap. VIII. Crecimiento económico y contribución de la agricultura al crecimiento. p. 291: Um setor empresta ou transfere recursos aos demais; uma maneira é através da carga fiscal imposta à agricultura quando é superior aos benefícios que esta obtém do Estado. “Sem dúvida pode-se afirmar que esta contribuição da agricultura aos fatores da produção foi muito elevada em alguns países durante as primeiras fases do desenvolvimento.”

colonos atendiam à produção das primeiras safras ou trabalhavam como jornaleiros para o próprio Estado abrindo estradas. Tinham, porém, sobre si, altas cargas tributárias, o que gerava muitos protestos.<sup>148</sup>

Sabe-se que

*“A tributação federal, estadual ou municipal pode “prestigiar” determinadas áreas e/ ou “dificultar” a localização industrial em outras ”.*<sup>149</sup>

Com um sistema tributário tão incisivo, verifica-se que a administração pública de Caxias se organiza e demonstra, na década de 20 deste século, uma arrecadação sempre a maior do que a previsão. A arrecadação pública de Caxias era a seguinte:

#### ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - CAXIAS (em mil contos de réis)

Receita	Anos					
	1920	1921	1922	1923	1924	1925
orçada	278	300	400	400	450	576
arrecadada	347	457	494	513	552	848

Fonte: Relatório de Celeste Gobbato - Intendente. 1924/5 AHM

No exercício de 1926 e de 1927, no Município de Caxias, os impostos sobre Comércio, Indústrias e Profissões e o da Décima Urbana responderam por grande parte da arrecadação.

Ano de 1926	
Imposto	% da receita
Imposto S/Ind. e Profissões	27,8
Imposto da Décima Urbana	11,9

Ano de 1927	
Imposto	%
Imposto s/Ind. e Profissões	26,1
Imposto sobre a Décima Urbana	10,6

Ainda na década de 20 deste século, Caxias recebe empréstimo estrangeiro. A melhoria no fornecimento de água à cidade foi o motivo encontrado para justificar esse

*“empréstimo público externo de 3.000 contos de réis contratados com a firma J.G. White & Comp. Ltda e em magníficas condições graças aos esforços e dedicação*

148. TORVES, Ten. Cel. Darcy da Rosa. História da Brigada Militar em Caxias do Sul, IN Caxias do Sul e Sua História. SMEC/PMC. 1987: “De 1881 a 1892...ocorreram em Caxias algumas revoltas de colonos devido à baixa contribuição diária que recebiam do Governo (quinhentos réis), julgada insuficiente para a sobrevivência e ainda serem obrigados a pagar altos impostos.”

149. ESTALL, R.C. e BUCHANAN, R. Ogilvie. Atividade Industrial e Geografia Econômica. (A Terra e o Homem). Zahar. 1971. p. 153

*de S.Excia. o Sr. Presidente do Estado, Dr. A.A. Borges de Medeiros.”* <sup>150</sup>

Com ele, o Resultado do Exercício de 1927 dá conta de 366:024\$182 de déficit financeiro.<sup>151</sup>

---

150. Relatório do Prefeito Municipal, Dr. Celeste Gobbato ao Conselho Municipal. Livraria Mendes. 1928  
151. Idem, Relatório da Prefeitura Municipal

## 3.5 – A Metalúrgica Abramo Eberle: um marco na vida local

A empresa Eberle em Caxias do Sul tem servido como exemplo do processo de industrialização local por ter sua origem ainda no período de imigração italiana à colônia (1875-1886). Nasceu e prosseguiu até os anos 80 deste século em mãos da própria família, apesar de o patriarca Giuseppe ter sido um dos imigrantes vindos mais tarde, já com recursos próprios. A casinha da primeira oficina, símbolo da ideologia do trabalho que permeou a sociedade local, ainda hoje é testemunha simbólica deste pensamento. Segundo Lênine, essa ideologia faz parte da transitoriedade na pequena produção mercantil, pela qual o produtor pode emergir à condição de capitalista, se não for reduzido a proletário.



Foto nº 13. Praça Dante Alighieri. Esquina da Rua Sinimbú com Marquês do Herval. Vê-se a funilaria de Abramo Eberle com o seu " Depósito de Machinas". Na esquina, o Hotel Grossi. À esquerda, a casa de madeira do Moinho Progresso, de Ângelo Corsetti, que em 1912 foi transferido para a Rua Cel. Flores. Época aproximada da foto: 1905-1910



A foto nº 14 repete o mesmo local e o mesmo ângulo da Praça Dante, porém, na década de 1980. O prédio da Eberle exibe a casinha primitiva, conservada como símbolo do progresso, e o relógio que orienta a vida urbana local.

Álvaro Franco, autor da biografia do fundador da empresa Eberle - obra com a qual os funcionários obsequiaram o chefe em 1943 -, escolheu como título uma frase que expressa o significado da fábrica na vida cotidiana da cidade de Caxias: “Abramo já tocou...” (A epopéia de um imigrante).

O toque da sirene com o qual a firma chamava os operários ao trabalho diário ou marcava o final do expediente, tinha o poder de assinalar o início e o término da vida produtiva na cidade toda. Este ritmo de vida impresso na cidade pela empresa perpetuou-se no relógio que, atualmente, ainda rege a vida local.

Abramo Eberle foi dos primeiros a ampliar a rede do comércio de produtos locais e dos primeiros a representar as firmas importadoras e exportadoras no seu estabelecimento comercial. Foi também inovador ao estabelecer relações de assalariamento com seus empregados e pioneiro ao instalar equipamento técnico na sua então oficina. Os registros documentais dos primórdios de sua empresa tornam-se ao pesquisador fontes de informações preciosas.

### 3.5.1 – Um pouco sobre a cronologia da empresa

Giuseppe Eberle adquiriu terras na 7ª légua de Caxias, onde se dedicou ao cultivo das frutíferas trazidas da Itália. Apenas dois anos depois de sua chegada em 1886, comprou a oficina de Francisco Rossi, na qual podia se produzir lamparinas que eram extremamente utilizadas pelos povoadores de Caxias. Como apreciava a vida rural, deixou a oficina da vila aos cuidados de Gigia, sua esposa. Ela aprendera o ofício e o executara tantas vezes que ficou conhecida como “Gigia Bandéra” (Luisa funileira).

*“Abramo Eberle, desde o início, conciliou a atividade de comerciante com a de funileiro e, posteriormente, industrial. Percebendo que a funilaria não lhe propiciava o acúmulo de capital desejado, em 1902 Abramo Eberle fez sua primeira viagem a São Paulo, levando consigo uma carga... As mercadorias foram levadas em consignação e pagas com a venda da graspera. Verificando a alta lucratividade daquele comércio, Abramo Eberle realizou viagens contínuas ao centro do país até 1918. Com o lucro conseguido pelo comércio, diversificou as atividades comerciais, além de adquirir máquinas, expandindo tanto sua loja como sua oficina. As viagens serviam, também para abrir mercado para os produtos que fabricava.”*

Franco<sup>154</sup> refere que o pagamento aos colonos era feito por Abramo quando do seu retorno (geralmente quatro meses depois), enquanto que o de seu pai era feito via Bank of London.

A dificuldade para o escoamento e o elevado preço dos transportes até o Caí impeliu os produtores a aceitar a condição de receber o pagamento certo tempo depois.

De 1901 a 1904, Abramo viajou exportando produtos coloniais e acumulando recursos monetários, enquanto seu estabelecimento fixo prosseguia no comércio e na oficina, sob orientação de sua esposa Elisa.

Algumas tabelas encontram-se relacionadas no Anexo 1 (tab. 1, 2, 3, 4, 5) especificando estas atividades; foram colhidas junto aos Livros de Registro da Empresa no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

O ano de 1904 parece indicar uma afirmação desta empresa no setor industrial: entram novos capitais. Luiz Gasparetto adquire novas máquinas e Pedro Mocelin participa com os conhecimentos técnicos. Ambos associam-se a Abramo, que pode então continuar viajando: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, S.Leopoldo, Novo Hamburgo, Taquara, então centros dinâmicos da economia gaúcha. Estas localidades serviam como pontos de abastecimento de matéria prima para Eberle e também como pontos de venda de seus produtos, especialmente os artigos de montaria.

---

154. FRANCO, Álvaro. op. cit.



Foto n ° 15. Estes grandes baús, confeccionados em couro vacum, eram utilizados para transportar as mercadorias dos caixeiros-viajantes da Metalúrgica Abramo Eberle. Os baús eram fixados sobre as “cangalhas” que por sua vez eram presas aos muares, animais resistentes a terrenos acidentados e a longos percursos.

Fotógrafo não identificado. Doação: Met. A. Eberle. Acervo: AHM de Caxias do Sul

A partir de 1907 os operários da Empresa são fichados e é incorporada a Metalúrgica Vitor Silva, de Porto Alegre, constando de Fábrica Metalúrgica a vapor, fundada em 1900 no Campo da Redenção. As oficinas compõem-se de três seções. A primeira, destinada a laminar, tornear, estampar, gravar, soldar, brunir. Na segunda, estão os aparelhos destinados à galvanização a eletricidade, pratear, dourar e niquelar todo objeto de ferro e latão. A terceira é reservada aos trabalhos de fundição. São quarenta e duas máquinas e sessenta operários.<sup>155</sup> Também a partir de 1907 surge a ourivesaria, e a razão social muda de Abramo Eberle e Cia, Importação de Máquinas, para Ourivesaria e Funuilaria Central de Abramo Eberle e Cia.

Por volta de 1911, a fábrica da Rua Sinimbú diversifica-se e especializa-se em artigos sacros: objetos utilizados em ritos religiosos, fundição e escultura em portas de templos, além dos já fabricados arreios e artigos para montaria em prata, metal branco e metal amarelo. Entre eles, produzia: chapas para serigotes, estribos, esporas, fivelas, serrilhas, argolas, bombas, passadores, florões, etc. Os ex-empregados Pedro Eberle e Eduardo Mosele tornam-se sócios. Eduardo entra com o capital que acumulou na extração e comércio de madeiras e na fabricação de recipientes para vinho. O capital da empresa agora é de 800.000.\$000 e o giro anual de mais de 12.000 contos. A matéria prima é importada da Inglaterra, Itália, França, América do Norte, Argentina e Uruguai. A empresa conta com muitos viajantes e racionaliza-se na escrita e na tecnologia. Em 1912, em decorrência

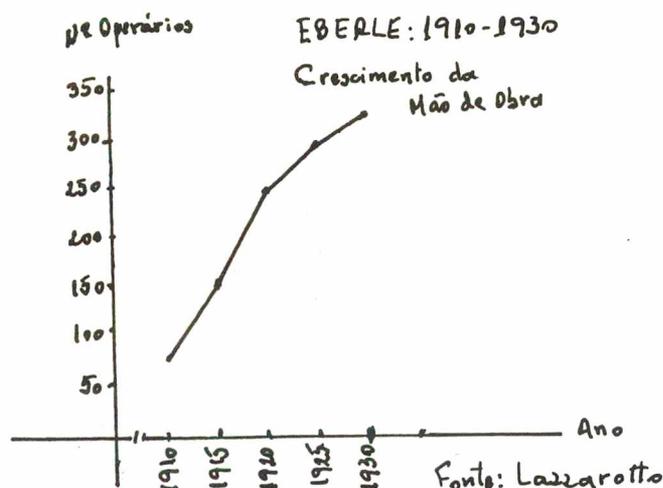
---

155. FAGUNDES, Lígia K. et al. Memória da Ind. Gaúcha. op. cit. p. 95

deste avanço na produção de artigos sacros, surge a **Eberle-Kochemborger e Cia. Ltda. Fábrica e Importação de Jóias**. Começou com cinco operários e foi das pioneiras no país a fabricar correntes à máquina, soldadas. O principal objetivo era complementar as peças sacras fabricadas pela metalúrgica. Tinha como sócios: Aristides Peroni, Jaime Moro, Reynaldo Kochemborger, Metalúrgica Abramo Eberle. Vendia para todo o estado, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os seus produtos estavam brincos, pulseiras, correntes, broches e rosários, em ouro, platina e prata.

De 1915 ao término do período em análise, se verifica um aumento acentuado no recrutamento da mão-de-obra, como ilustra o gráfico a seguir:

#### Eberle: crescimento da mão-de-obra



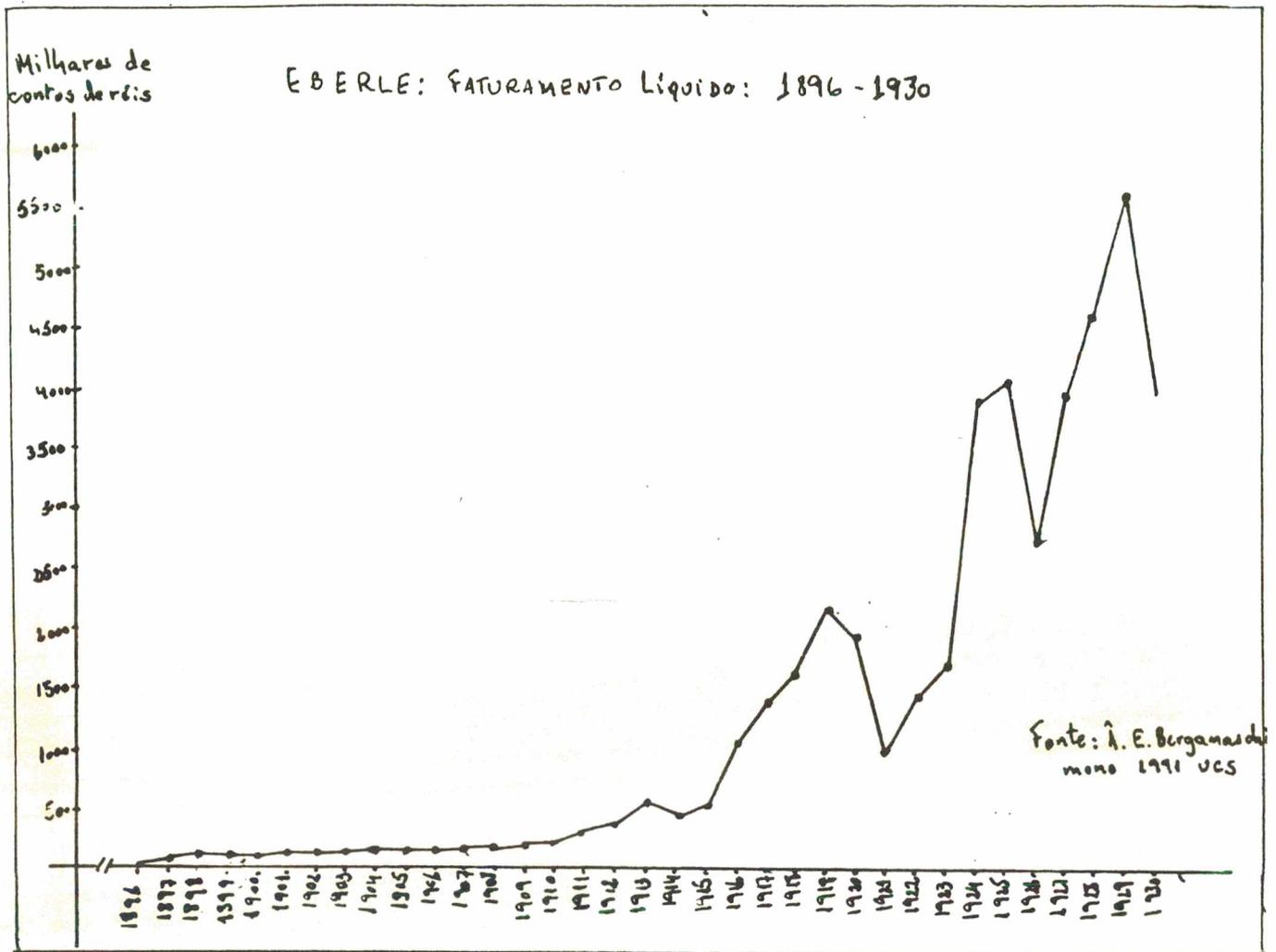
É também em 1915 que são introduzidos os primeiros motores elétricos e a primeira prensa manual, constituindo-se em melhoria tecnológica da empresa.

Em 1918 a Metalúrgica Eberle passa a fabricar talheres e, em 1921, Luiz Gasparetto assume a gerência de uma filial em São Paulo.

Na década de 20 a empresa dedica-se também à produção de artigos forjados.

Uma outra fonte de renda para a Metalúrgica Abramo Eberle era a proveniente do financiamento para aquisição de máquinas importadas para os mais diferentes usos, desde máquinas de costura até locomóvel, das quais a metalúrgica era representante.

Do faturamento da empresa constante da tabela 17, Anexo 1, elaborou-se o gráfico a seguir:



Lazarotto<sup>156</sup> identificou a percentagem do faturamento empregada nos investimentos, permitindo-nos visualizar da seguinte maneira:

156. LAZZAROTO, Valentim. Pobres Constructores de Riqueza. EDUCS. 1981

EBERLE: % do faturamento aplicada  
em investimentos  
1907-1930

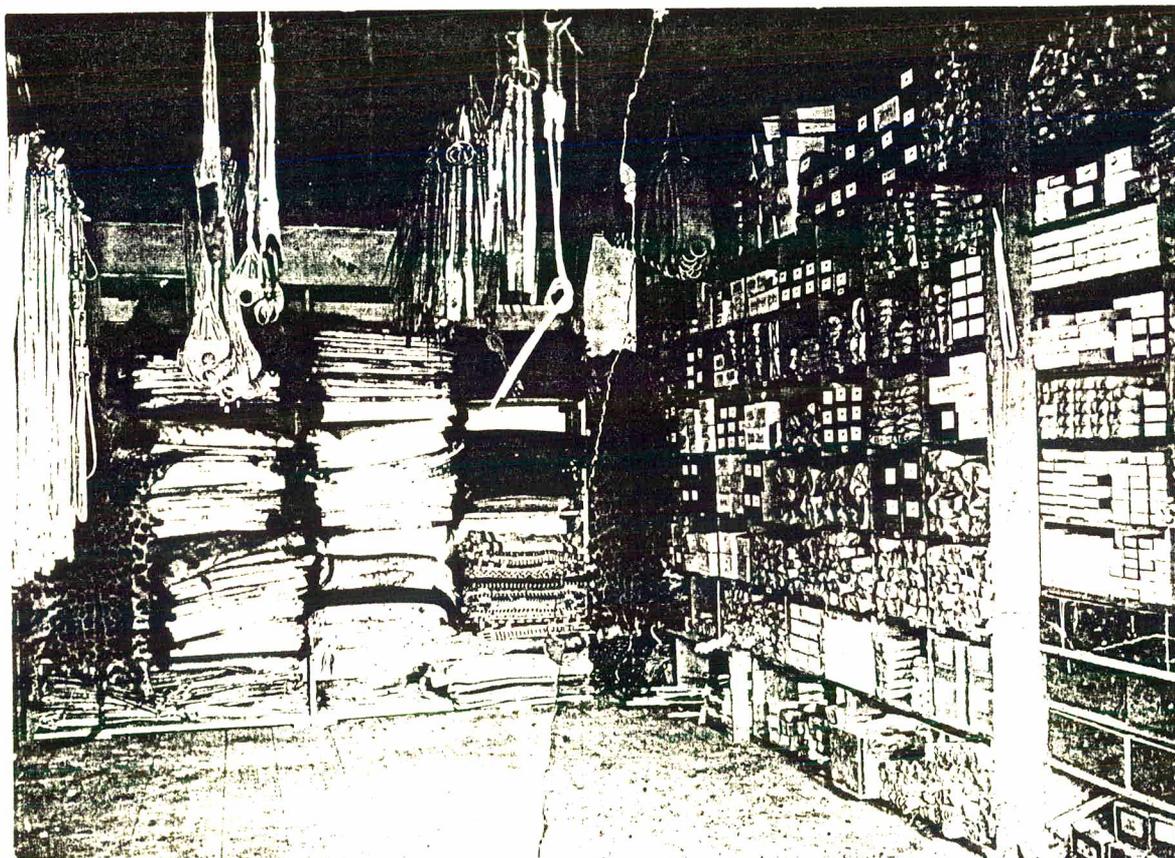
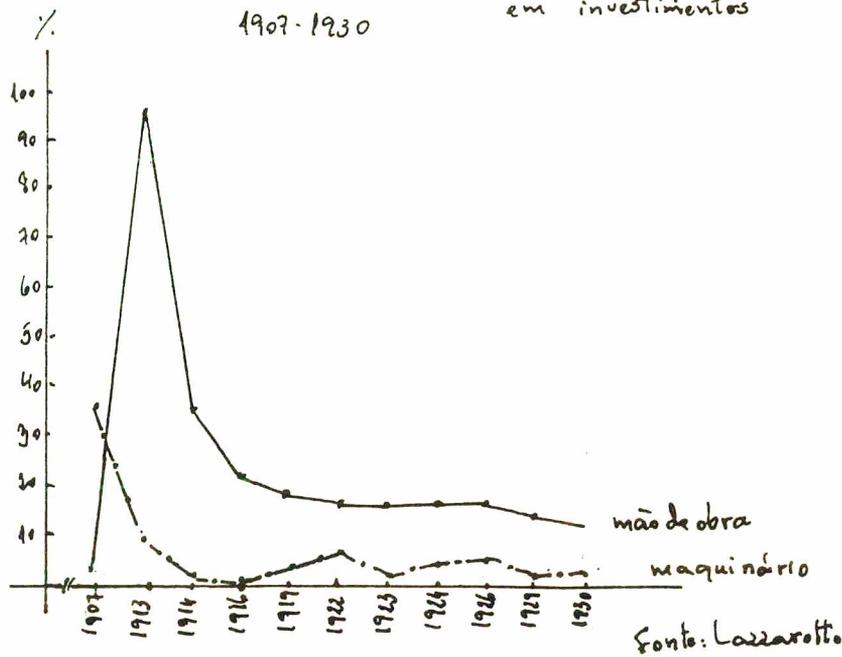
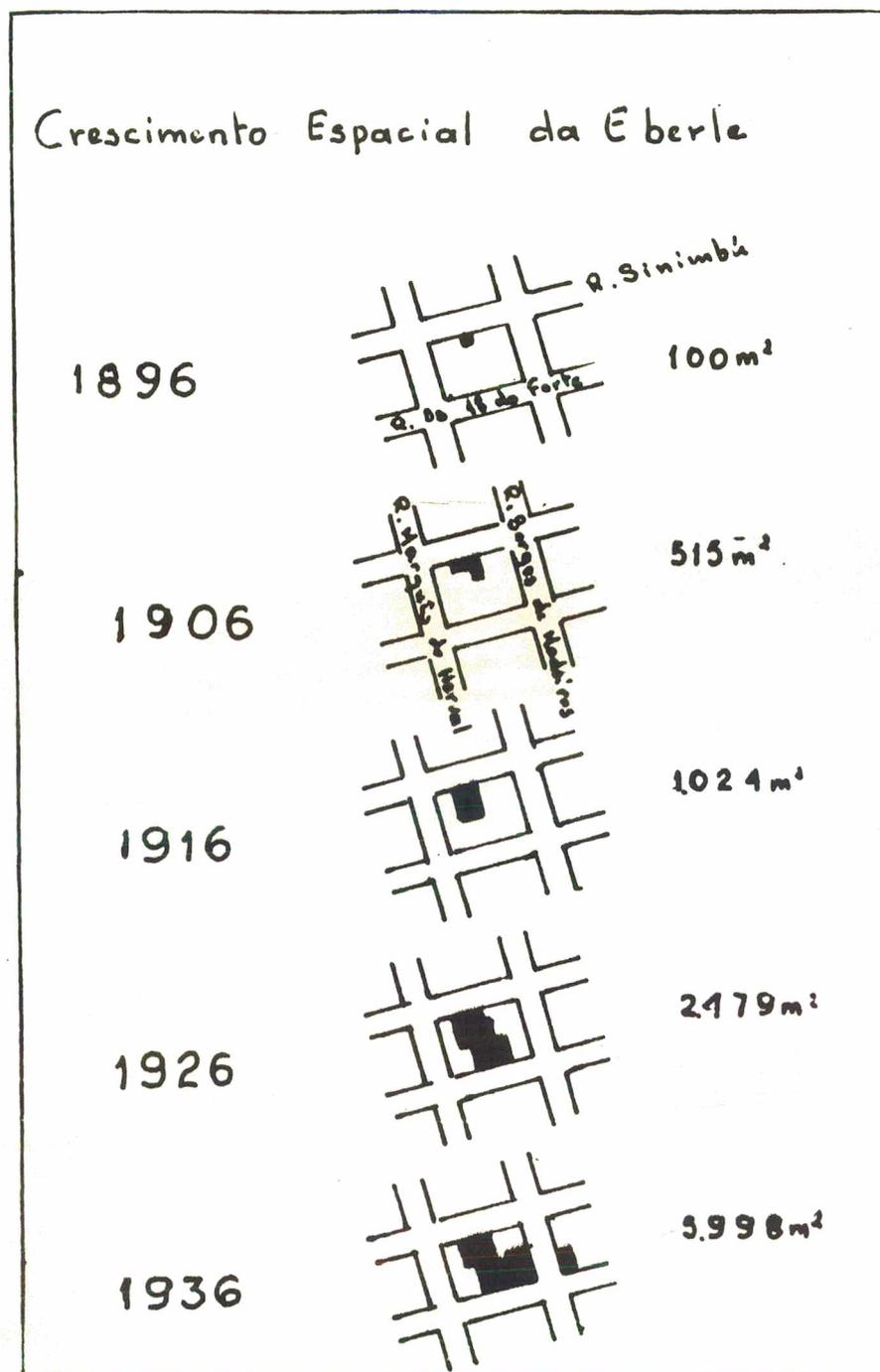


Foto nº 16. Almojarifado da Metalúrgica A. Eberle. Couros de animais selvagens, chicotes, sinchas, baixeiros, sobre-sinchas, relhos, rabos de tatu e peças de metalurgia. Estes produtos também testemunham a imbricação da atividade tradicional do setor pecuário com o setor industrial emergente.

Fotógrafo: G.Geremia. Doação: Met. A. Eberle. Acervo: AHM de Caxias do Sul

A afirmação do processo de industrialização da Eberle pode ser verificado confrontando-se as diferentes fases da vida da empresa com a espacialização das suas instalações no espaço urbano de Caxias:



### 3.5.2 – A estrutura de trabalho na Eberle

Sem perder de vista seus clientes compradores de produtos campeiros, Abramo mantinha muitos colonos artesãos que trabalhavam a domicílio com couraria. Nos registros da Eberle consta o fornecimento através da venda de matéria-prima (couro e peças metálicas feitas na oficina de Abramo)

a estes artesãos. Era um Livro de Contas-correntes, onde se registrava a aquisição da matéria-prima pelo artífice e a entrega ao comerciante de sua encomenda. O artesão era, assim, ao mesmo tempo trabalhador e cliente da empresa.

O Livro de Controle dos Salários dos Funcionários da MAE, (Metalúrgica Abramo Eberle) apresenta a relação de nomes no qual foi possível verificar que, de 1900 a 1903, aproximadamente 200 nomes figuravam como trabalhador-cliente. De 1906 a 1908, 119 nomes figuram em forma de conta-corrente<sup>157</sup>. Estas pessoas abasteciam-se de gêneros e utensílios domésticos na loja e forneciam à firma trabalhos artesanais em palha, tecidos (como a seda do Panceri, os baixeiros de lã da Viero-Gianella) ou trabalhos em couro, nos quais eram empregados argolas, florões, botões, presilhas, etc., fabricados na oficina-metalúrgica.

Quanto aos empregados efetivos na oficina, a relação da empresa era com operários, remunerados por jornada de trabalho. Também funcionava o sistema de contas-correntes: podiam receber o valor do seu trabalho através das mercadorias adquiridas na loja. Muitos destes empregados preferiam deixar de retirar o valor correspondente ao seu trabalho para assim “avanzar” na firma. Este fato era bastante freqüente, primeiro como medida de segurança e economia. Segundo, porque as oportunidades de consumo eram reduzidas em vista do padrão de vida da população ser muito baixo.

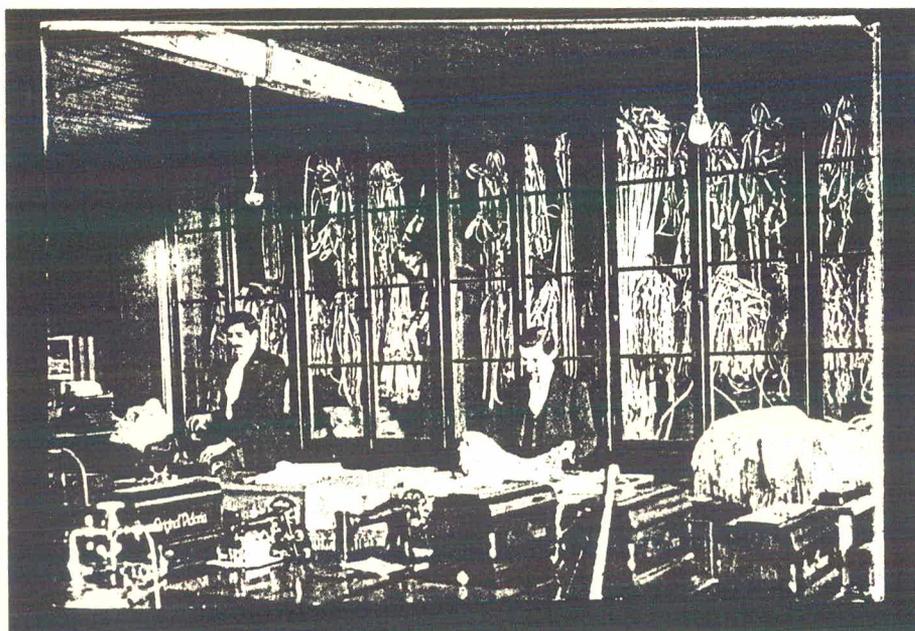


Foto nº 17. Almojarifado da Metalúrgica Abramo Eberle, onde se vê grande estoque de artigos de couro para montaria. Neles se conjugam a parte de couro confeccionada artesanalmente e argolas, fivelas, estribos, etc, fabricados pela metalúrgica. Também se vêem máquinas de costura e mantas franjadas.

Fotógrafo não identificado. Doação: Met.A.Eberle. Acervo: AHM de Caxias

Ainda diferente era a relação da empresa Eberle com os produtores agrícolas da área rural. Alguns deles entregavam a produção e retiravam da loja, conforme as necessidades, as

157. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, MAE 0045 L

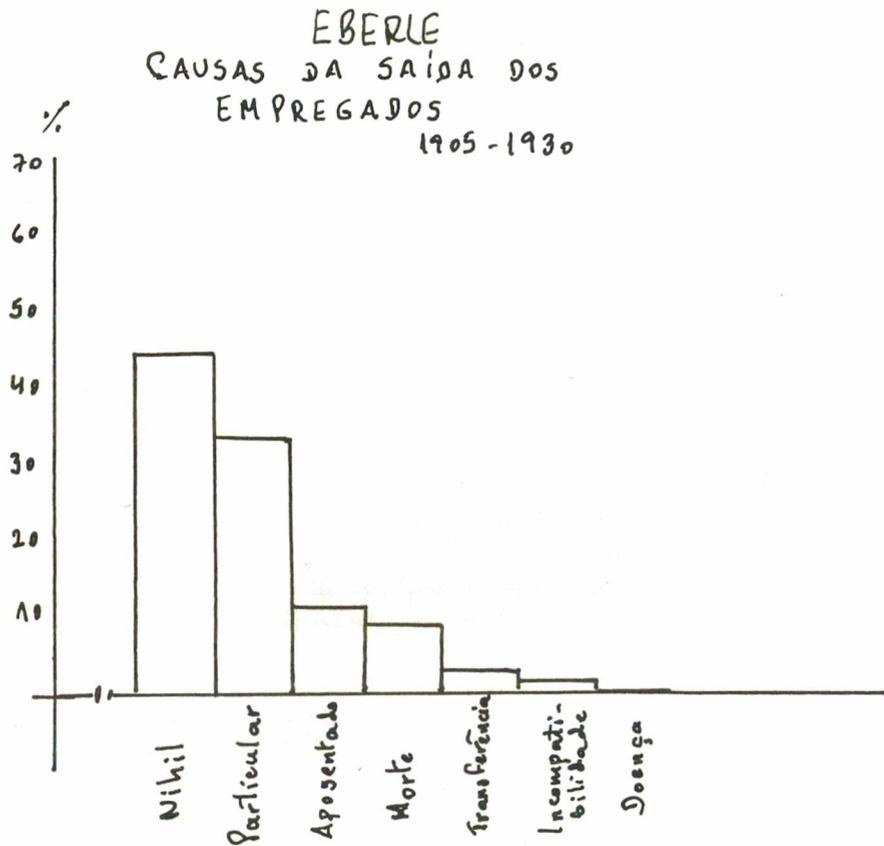
mercadorias. Vigorava um sistema de contas-correntes, com troca de mercadorias, mas, a relação era preço de produção, “versus” preço de produção mais lucro, isto é, opunham-se duas lógicas contrastadas pelo fator lucro. O acerto era feito muitas vezes por ocasião do balanço, como mostram as tabelas do Anexo 1 (tabelas nº 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15 e 16). Outros produtores, porém, preferiam entregar sua produção para ser comercializada no mercado interno brasileiro, em consignação.

Como havia entre os pequenos produtores rurais uma crença generalizada de que os homens que progrediam economicamente eram “mãos seguras”, não hesitavam em entregar a Eberle suas economias, pois ainda poderiam render-lhes juros conforme combinação prévia. Abramo, portanto, desempenhava funções de produtor, comerciante e banqueiro. Operações financeiras perfeitas se realizavam desde 1905, como o recebimento de dinheiro de colonos sobre o qual variavam juros de 5% a 8%. Para os atrasos nos pagamentos dos débitos para com a empresa, eram acrescidos ao valor, juros à taxa de 12%.

**Ver Anexo 1, tabelas 10, 11 e 13.**

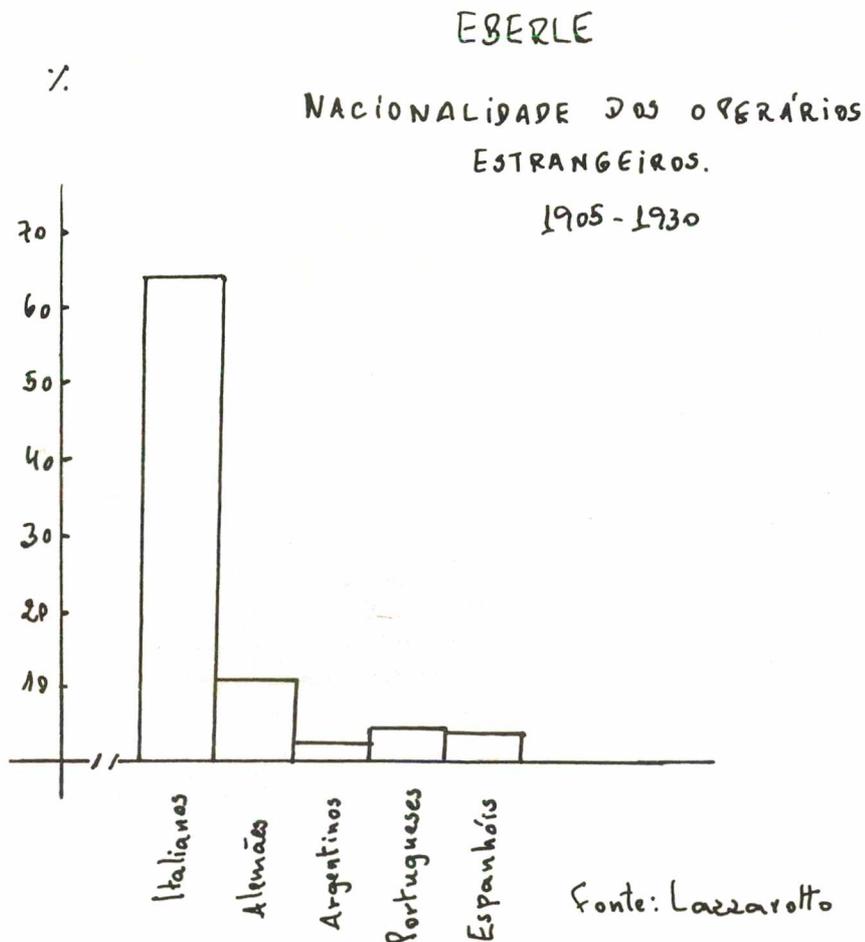
Em relação ao trabalho na empresa, verificou-se que nos primeiros anos deste século a jornada de trabalho era de nove horas/dia, antes da adoção do trabalho à noite. Até por volta de 1906, descontavam-se 2.000 réis por jornada não trabalhada (1.000 por meia falta) e remuneravam-se somente os dias efetivamente trabalhados, isto é, por jornada. De 1907 em diante, não se multavam mais as faltas e era permitido fazer algumas peças a domicílio. Já a partir de 1908, as contas eram feitas semanalmente, mas o dinheiro podia ainda ficar na firma. Neste caso o acerto era feito a espaços que variavam de três meses até o final do ano, por ocasião do balanço. Sobre ele não incidiam juros.

A respeito das demissões destes empregados, percebe-se que entre as causas que motivam sua saída da firma, preponderam as sem motivos justos, ou as que têm um motivo particular, conforma se pode ver no gráfico:



Fonte: Lazzarotto

Em relação à nacionalidade dos empregados estrangeiros da Eberle, no período compreendido entre 1905 e 1930, comprova-se que os italianos (imigrantes ou seus descendentes), eram em número mais elevado.



### 3.5.3 – O capital e o mito da Eberle

Portanto, a base da acumulação monetária e de capital da Metalúrgica Abramo Eberle estava na agricultura, no artesanato e no seu comércio. Ao mesmo tempo em que a PPM se desintegra, a agricultura, o artesanato e o comércio integram-se, cada vez mais, ao modo capitalista de produção. Assim, os recursos ampliavam-se sempre mais nas mãos do capitalista Abramo. Não se pode por isso afirmar que este filho de imigrante deu origem à sua metalúrgica evoluindo somente do artesanato familiar. Em vários momentos houve associações de recursos, de técnicas, de atividades comerciais.

Outro fato que merece destaque na história e na geografia da Metalúrgica Eberle é que todo este processo que se desenvolvia em escala local, mantinha-se atrelado ao processo em escala inter-regional e internacional. Isto ocorria através dos produtos industrializados oferecidos via casas

de importação situadas em P.Alegre ou em S.Paulo. Elas abasteciam Eberle de matéria-prima, como é o caso de Bromberg, Bins, União de Ferros em P.Alegre e Fracalanza em S.Paulo. Ao mesmo tempo, Eberle intermediava a produção colonial local com os produtos manufaturados nacional ou internacionalmente.

## 3.6 – Dimensão espacial da industrialização em Caxias

Das pioneiras indústrias caxienses, como os estabelecimentos de Germani, Eberle, De Antoni e Giuseppe Panceri, verifica-se que todos exerceram, exceto Panceri, nos primórdios o comércio dos produtos coloniais. Apenas Panceri evoluiu para a indústria de seda tendo como base o seu próprio artesanato familiar. Destes todos, o destaque é para Eberle, que viaja mais longe, atingindo o mercado paulista de forma direta. Germani, para incrementar o moinho, comercializa vinho, trigo, sementes e equipamento com o Uruguai e a Argentina, fornecendo as sementes aos colonos para plantio, a fim de favorecer a qualidade do seu produto, a farinha. Sassi fortalece-se com o comércio especialmente de madeiras e de erva-mate. Eberle e Germani neste tempo (começo do século) já mantêm relações de assalariamento com empregados na produção, quer do moinho, quer da oficina metalúrgica, respectivamente. Isto se dava através do pagamento de jornadas em sistema de contas-correntes do próprio estabelecimento comercial. Sassi instala-se (1902) no novo centro urbano em formação - Praça Dante Alighieri - com Quiosque de importação e exportação, enquanto também intermedia a exportação de erva-mate.



Foto nº 18. O depósito da Herva Barbaquá do Sr. Adelino Sassi situava-se à Rua Os Dezoito do Forte (onde hoje se situa a Ferragem Imigrante, ao lado do Moinho Corsetti) entre as atuais Ruas Garibaldi e Marechal Floriano. Esta foto é de 1919, mas Sassi exportava erva-mate para Argentina desde 1902.

Barbaquá era o sistema empregado no preparo (secagem e trituração da erva). A erva era nativa nesta região e os colonos chegavam a entregar-lhe até quarenta (40) sacos por família. Os produtores transportavam-na em sacos, sendo dois por animal.

Como maneira de assegurar a produção para o seu comércio, Sassi antecipava o pagamento através de um contrato que garantia ao produtor 1/5 do seu valor antes da colheita.

Conforme Duminiense Paranhos<sup>158</sup>, entre as principais cantinas de Caxias em 1901, estão as de José Andrezza, Caetano Costamilan, Felice Laner, Antonio e Paolo Rossato, Irmãos Antonello, Lino Sartori, Antonio Pieruccini, Ângelo Fachin, Aristides Germani, José Bisol, José Fontana, Luiz Baldessarini, João Marchioro, Antonio Ribeiro Mendes, Antonio Moro, Vanini Lorenzo, Ambrósio Bonalume.

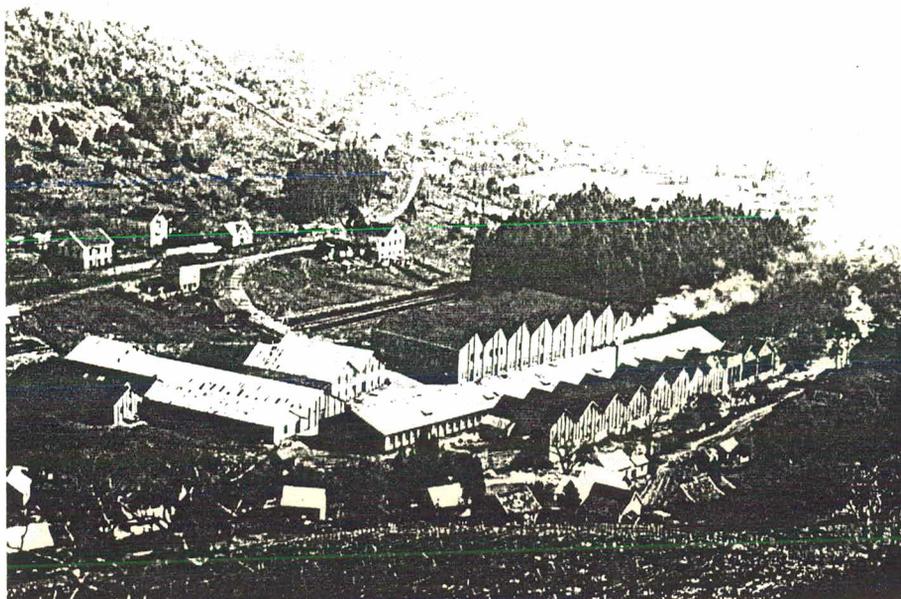


A foto nº 19 mostra a Adega Bisol e Cia que atuou desde o final do século XIX. Em 1906, tem também um negócio de 1ª classe na 5ª légua, e em 1907 acresce um alambique e quatro (4) carretas para transporte.

O Lanificio de Galópolis, que nasceu em 1898 com um grupo de artesãos imigrantes, ex-operários de tecelagem em Schio, Itália, perde suas características de cooperativa e é “adquirido” em 1905 por Ércole Galló, químico tintureiro com experiência no lanificio de seu pai em Valemosso (Itália). Imigrado para o Brasil por questões políticas, trabalhava na Cia. Fiação Porto Alegre. Imediatamente, importa teares da Europa, redimensionando a fábrica, tanto em capital fixo, quanto no processo de trabalho.

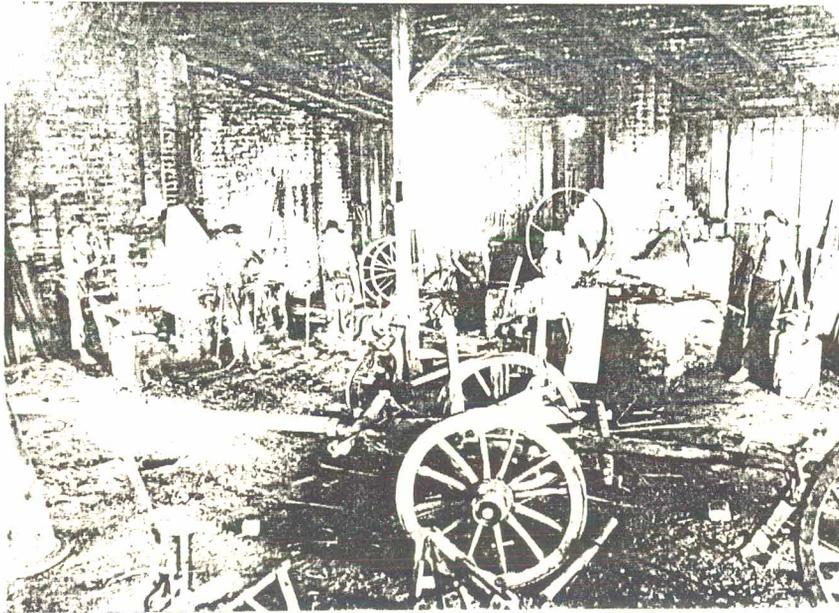
---

158. Álbum do 50º Aniversário da Colonização Italiana. Globo. 1925



A foto 20 mostra o Lanifício de Galópolis, comprado por Galló em 1905 e que em 1912 traz o técnico Matteo Gianella, da Argentina. Época aproximada da fotografia: 1910

Evoluindo do comércio ou do artesanato, sobre esta base de PPM, muitos destes empreendimentos transferem-se no período de 1890-1910, da zona rural para o centro urbano, permitindo ler no espaço as mudanças sociais ocorridas. É o caso, por exemplo, de Giuseppe Panceri que deixa a 6ª légua em 1909 e se instala à Rua Ernesto Alves. David Andreazza deixa a 13ª légua em 1910 e instala seu moinho de trigo à Rua Moreira Cesar. A Fábrica de Doces de Giesen vem em 1903. A Oficina De Antoni, em 1808 adquire terreno na área urbana (Zona Tupy) para em 1913 construir seu primeiro “barracão”. O Banco do Grande do Sul abre filial à Rua Júlio de Castilhos.



Interior da Manufatura De Antoni, já na cidade. O que mais valia era ainda a habilidade do trabalhador; este dominava todas as partes do processo de produção e contava com um “equipamento” que não passava de simples ferramentas. No primeiro plano se identifica a construção de um de seus modelos de “carro de campanha”.

A Casa de Amadeo Rossi, prosseguindo do artesanato associado também ao comércio, continuava localizada na cidade de Caxias, Av. Júlio de Castilhos (à época denominada Rua Silveira Martins), entre os números 1167 e 1175, hoje confrontados com as atuais Ruas do Guia Lopes e Andrade Neves, Zona Caipora.

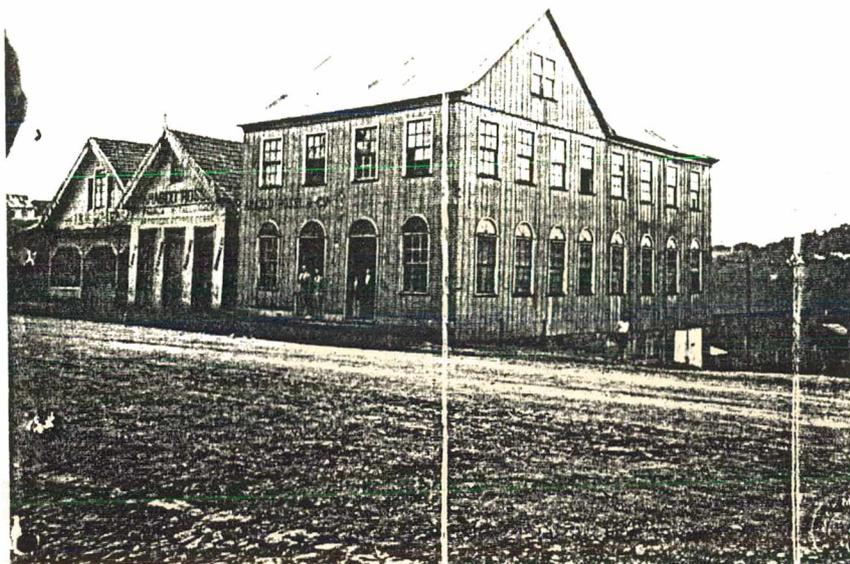
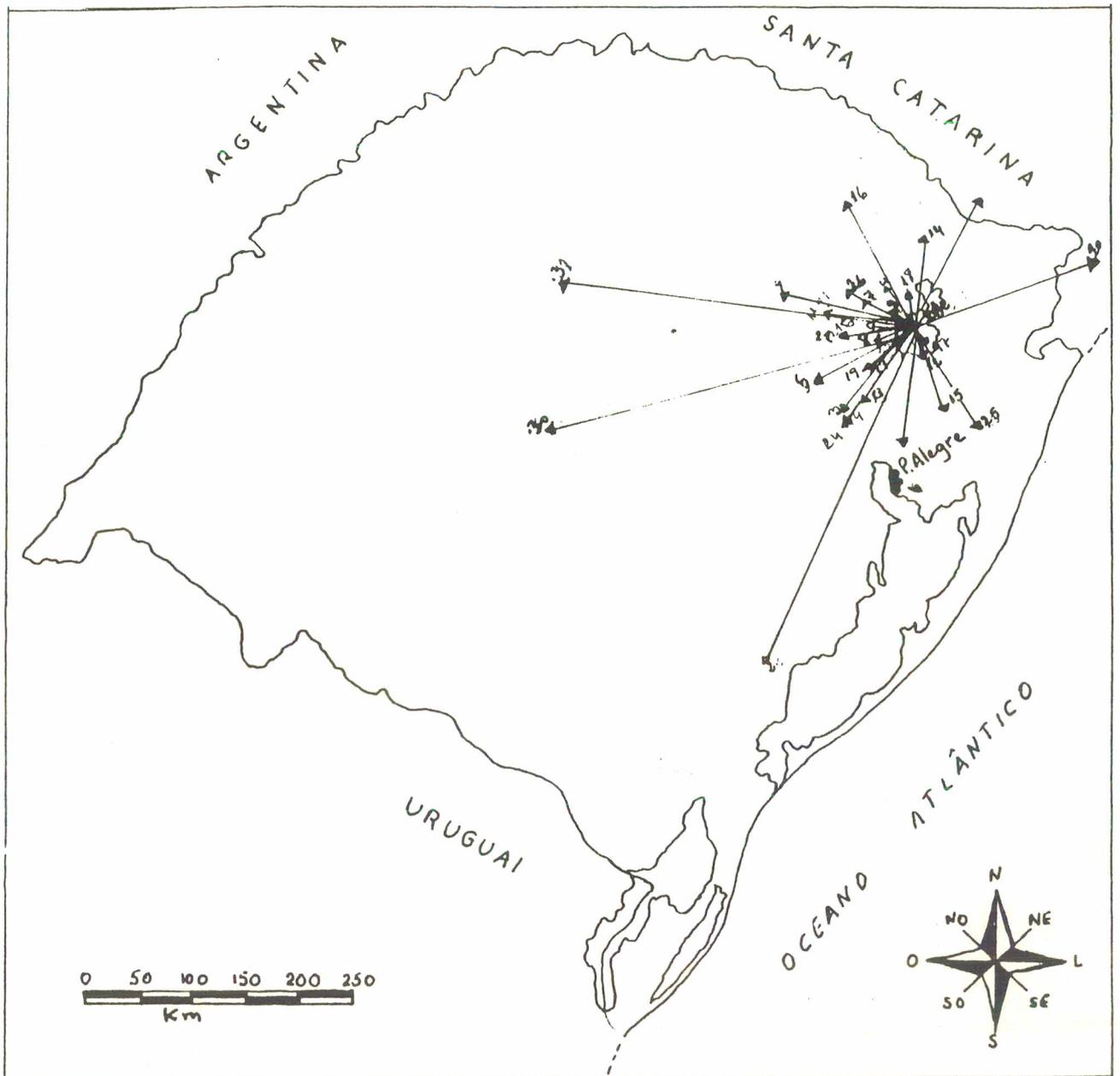


Foto nº 22. Os três prédios desta foto trazem escrito o nome de "Amadeo Rossi". O do centro diz também: "**Fábrica Metallurgica, Artigos de Ferro e Cobre**". Entre as portas, lê-se: "solda-se a oxygenio. Peças - Auto Machinas, etc." De frente ao primeiro prédio da esquerda, vê-se uma barra de ferro entre dois palanques, utilizado para amarrar os cavalos dos possíveis fregueses. O estabelecimento de Amadeo Rossi, 1ª metalúrgica de Caxias, consta do Livro de Registro de Impostos com o nome de Rossi e Irmãos, ainda em 1893, como situada à mesma rua e ocupada com sapataria, funilaria e cervejaria. Em 1895 e 1899, sob o nome de Amadeo Rossi, figura como funilaria e cervejaria. Em 1902, também com casa de secos e molhados, ferragens, louça, vidros, fábrica de chumbo. Em 1906, com fábrica de lombilhos; 1910, com ourivesaria, selaria, fundição, aferição, funilaria. Esta empresa, em 1920, foi vendida à Fracalanza e transferida para S.Paulo.  
Fotógrafo: não identificado. Doação: Delfino Prezzi. Acervo AHM de Caxias

A. Germani permanece na zona rural, contando com produção de energia própria, um problema para quem estava instalado no núcleo urbano.

A Metalúrgica Abramo Eberle, que já estava no centro urbano, tem aumentado seu capital com o ingresso de sócios e amplia sua planta. Importa já matéria prima do exterior e mantém um quadro regional de comércio, conforme o mapa:

## Eberle: Mercado Regional: 1907



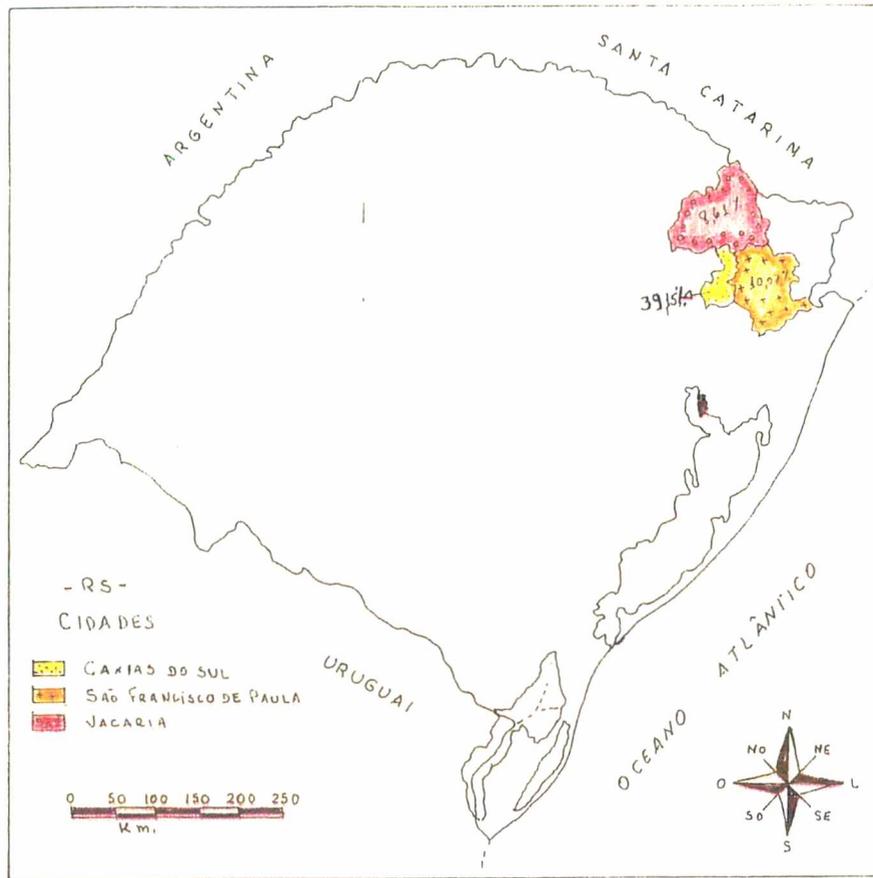
Ao examinar a procedência da mão-de-obra empregada na Metalúrgica A. Eberle, verificou-se que, se

*“nos primórdios da industrialização, em número superior a 80 % provinha da cidade [referência feita à Caxias em comparação com as outras cidades], declina com o passar do tempo.”<sup>159</sup>*

Dentre as três cidades que mais forneceram mão-de-obra para a Metalúrgica Eberle entre 1905 e 1930, estão Caxias do Sul, com 39,15 %, São Francisco de Paula, com 10,07 %, e Vacaria,

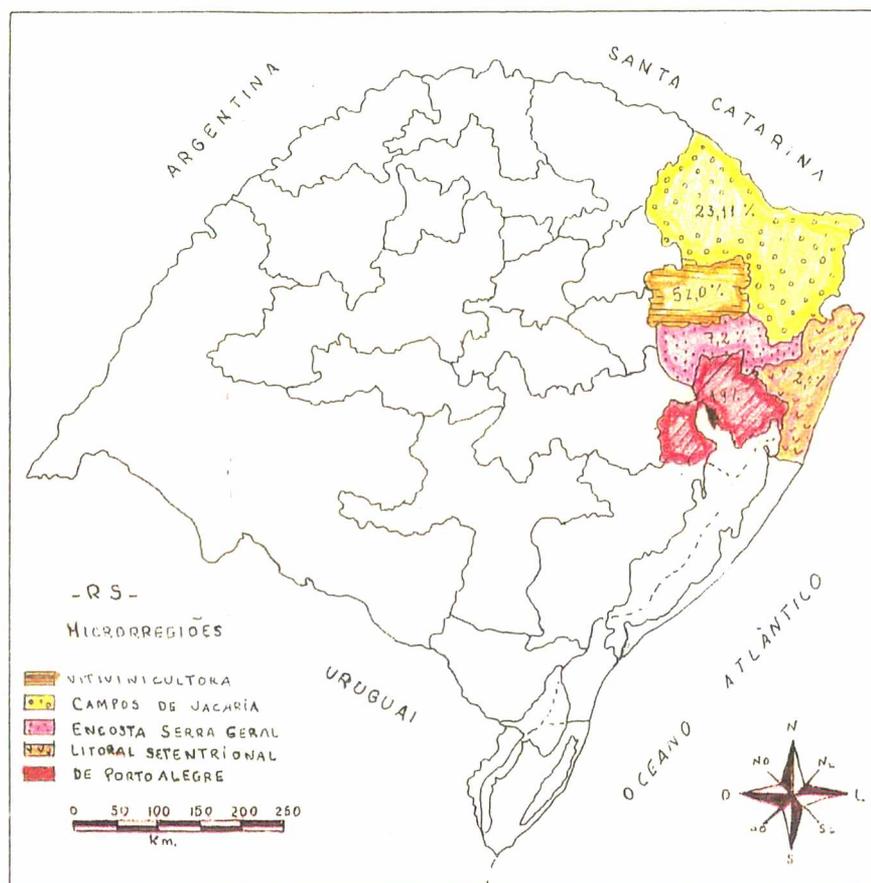
159. LAZZAROTTO, Valentim. op. cit.

com 8,61%. O mapa a seguir identifica as cidades apontadas.



No marco ainda das relações sócio-espaciais regionais, verifica-se que, em relação às Micro-regiões do estado do Rio Grande do Sul, a mão-de-obra empregada na Eberle, entre 1905 e 1970, tinha como principais áreas de procedência: a Micro-região Vitivinícola de Caxias, com 52,0 %; a Micro-região dos Campos de Vacaria, com 23,11 %; a Micro-região da Encosta da Serra Geral, com 7,2 %; a do Litoral Setentrional, com 2,0 % e a Micro-região de P. Alegre, com 1,9 %.

No mapa do Rio Grande a seguir, estão destacadas estas micro-regiões.

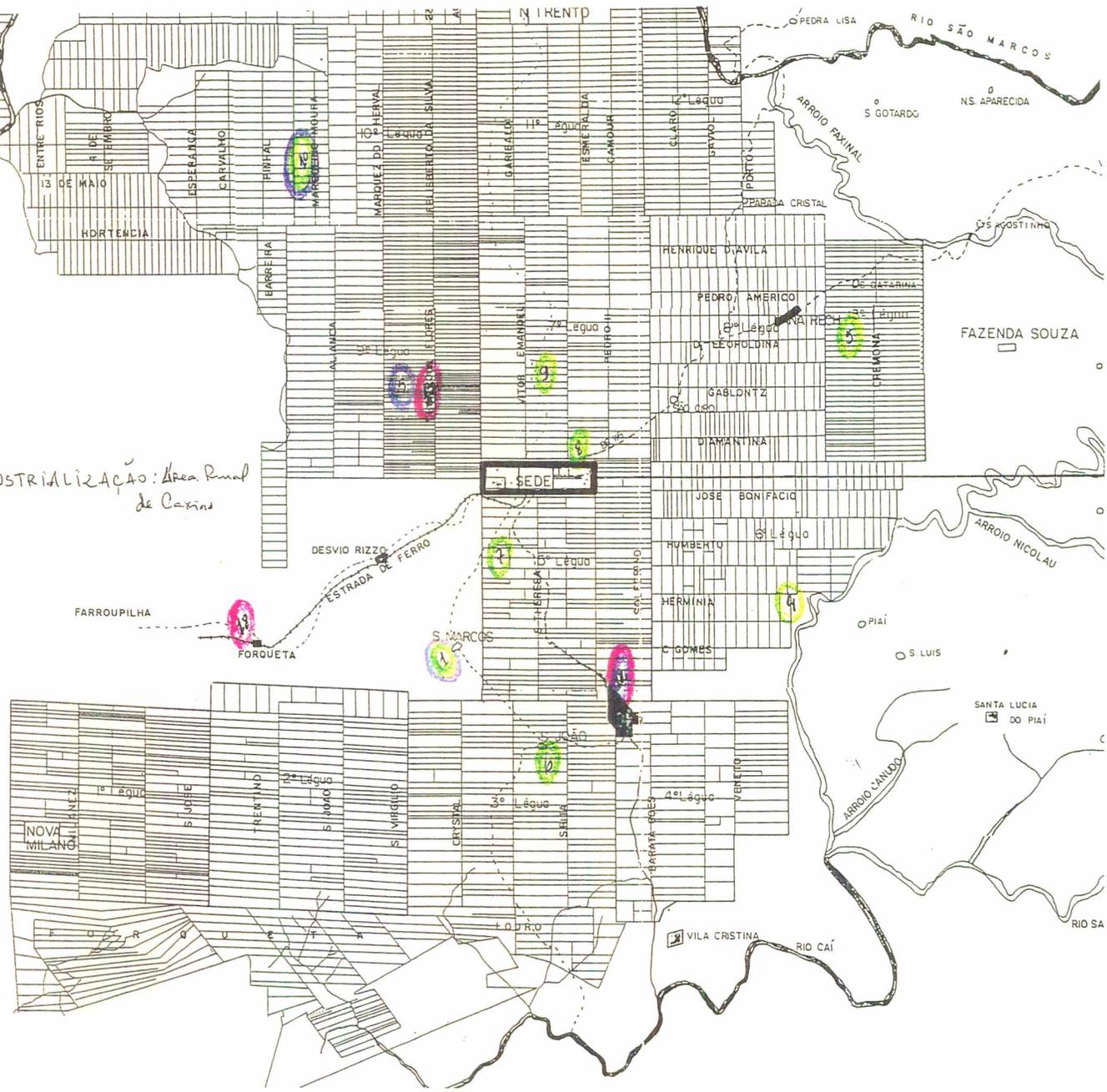


Estas mudanças traduzem uma ampliação da dimensão urbano-espacial de Caxias e da Região, que se pode constatar com os mapas a seguir:

Mapa nº 1: Área Rural de Caxias

CAXIAS DO SUL  
 ESPAÇO PLANEJADO  
 E  
 ESPAÇO PRODUZIDO

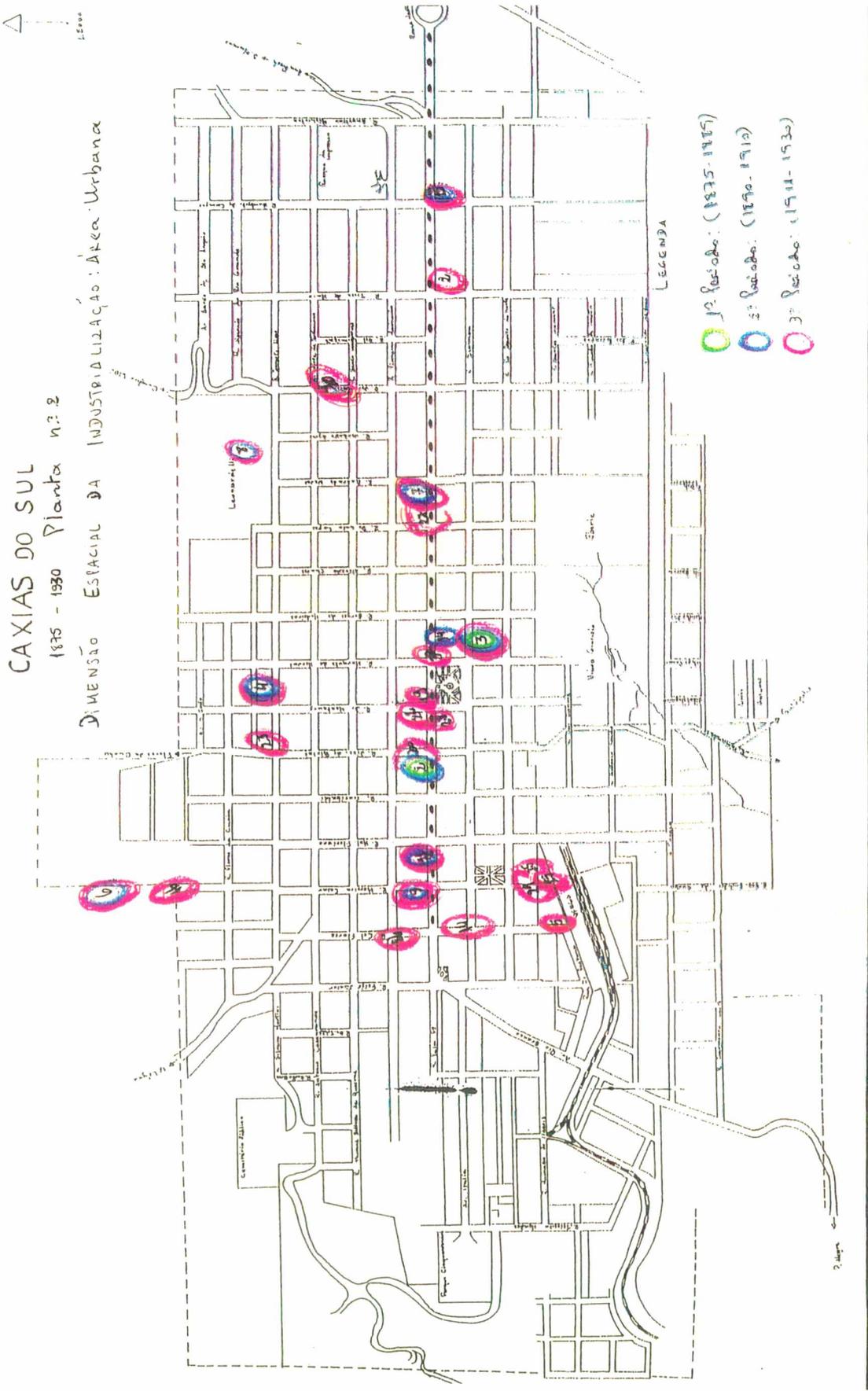
DIMENSÃO ESPACIAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO: Área Rural de Caxias  
 1875-1930  
 MAPA Nº 1



- CONVENÇÕES
- ▣ Ferrovias
  - ▣ Rodovia BR 116
  - ▣ Rodovia estadual
  - Sede colonial
  - Núcleos coloniais
  - Regiões/Administração Atual
  - ▣ Distritos Rurais

- 1º Período (1875-1889)
- 2º Período (1890-1910)
- 3º Período (1911-1930)

# Planta nº 2: Área Urbana de Caxias



## **Cor verde: 1º Período (1875-1889)**

### **Indústrias:**

- 1- **Irmãos Rossato** (1884-1886). Produzindo vinho desde 1889. Situada em Conceição da Linha Feijó. Lotes nº 6, 7 e 8.
- 2- **Antonio Pieruccini e Irmãos** (1883). Em 1898 alcança S. Simão, em S. Paulo transportando vinhos em lombo de burro. Localizada à sede Dante, quadra 13, lote nº 8 (meio lote). Profissão: negociante.
- 3- **Giuseppe Eberle** (1886). Sede Dante. Quadra 42, lote nº 3.
- 4- **Giuseppe Panceri** (1883). 6ª légua. Lote 27.
- 5- **Aristides Germani** (1885). 13ª légua.
- 6- **Antonio De Antoni** (1889). 3ª légua.
- 7- **Amadeo Rossi** (Giuseppe, 1878). 5ª légua. Lote 36.
- 8- **Ambrósio Leonardelli** (1878). 5ª légua. Lote 16 (1/4 de lote).
- 9- **Giuseppe Andreazza** (1884). 7ª légua.
- 10- **Felice Veronese** (1882). Travessão Marcolino Moura.

## **Cor azul: 2º Período (1890-1910)**

- 1- **Irmãos Rossato**. Cantina de Vinho. Conceição da Linha Feijó.
- 2- **Antonio Pieruccini**. Cantina de vinho e fábrica de salames. Sede Dante, quadra 13 lote 8.
- 3- **Giuseppe Eberle**. Metalúrgica. Sede Dante. Quadra 42, lotes 3 e 5..
- 4- **Giuseppe Panceri**. Fábrica de Sedas. Sede Dante. Quadra 106, lotes 6, 8 e 10. (Rua Ernesto Alves).
- 5- **Aristides Germani**. Moinho Germani. 9ª légua.
- 6- **Antonio De Antoni**. Oficina, Zona Tupy. Sede Dante.
- 7- **Amadeo Rossi**. Fábrica de Sellins e metalúrgica. Sede Dante, quadra 67, lotes 6, 8 e 10.
- 8- **Ambrósio Leonardelli**. Cervejaria Leonardelli. Sede Dante. Rua Ernesto Alves.
- 9- **David Andreazza**- Moinho Progresso. Sede Dante (Rua Moreira Cesar).
- 10- **Felice Veronese**. (Luigi) Fábrica de Produtos Químicos.
- 11- **Casa Comercial Giesen**. Fábrica de Doces. Sede Dante. Rua Júlio de castilhos, entre a Moreira Cesar e a Mal. Floriano.
- 12- **Lanificio de Galópolis**. 4ª légua.
- 13- **Adega Bisol**. 5ª légua.
- 14- **Moinho Corsetti**. (Ângelo Corsetti). Sede Dante. Rua Sinimbú.
- 15- **Casa Comercial de Vicente Rovêa**. Sede Dante. Rua Júlio de Castilhos.

## **Cor Vermelha: 3º Período (1911-1930)**

- 1- Não consta.
- 2- **Vinícola Pieruccini**. Sede Dante. Av. Júlio de Castilhos proximidades da Rua Angelina Michielon.
- 3- **Metalúrgica Abramo Eberle**. Sede Dante. Quadra 42. Lotes 3, 5 e 9.
- 4- **Tecelagem Panceri**. Sede Dante. Rua Ernesto Alves.
- 5- **Moinho Germani**. Sede Dante. Rua Cel. Flores com Augusto Pestana.
- 6- **Antonio De Antoni**. Sede Dante. Rua Moreira Cesar.
- 7- **Amadeo Rossi**. Sede Dante. Rua Júlio de Castilhos. Transfere-se para S. Leopoldo.

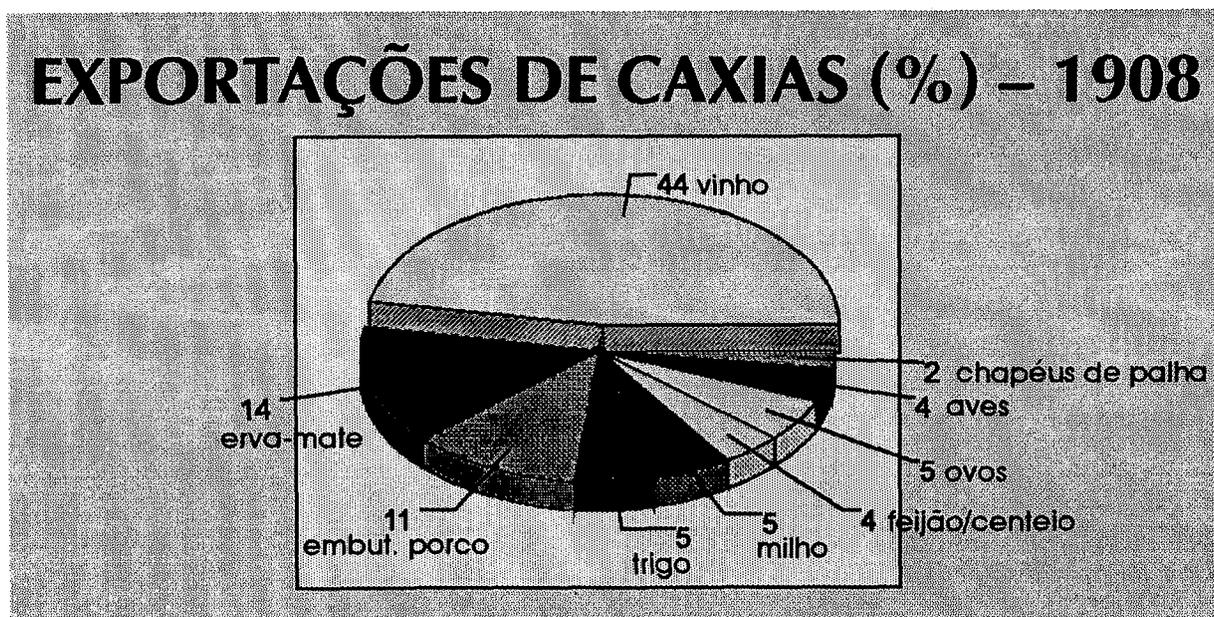
- 8-Cervejaria e Fábrica de Gazon Leonardelli e Irmãos. Sede Dante. Rua Ernesto Alves.
- 9-Moinho Progresso de David Andreazza. Sede Dante. Rua Moreira Cesar.
- 10-Fábrica de Produtos Químicos de Luiz Veronese. Sede Dante. Rua Vereador Mário Pezzi.
- 11- Casa Comercial Giesen. Rua Júlio de Castilhos entre a Mal. Floriano e a Moreira Cesar.
- 12-Lanificio São Pedro de Galópolis. Galópolis.
- 13-Adega Bisol. Cantina de Vinhos. Sede Dante. Bairro Cruzeiro.
- 14-Moinho Corsetti, de Ângelo Corsetti. Sede Dante. Rua Cel. Flores entre a Sinimbu e a Os 18 do Forte.
- 15- Casa Comercial de Vicente Rovêa. Sede Dante. Av. Júlio de Castilhos.
- 16-Curtume Social Caxiense. Sede Dante. Zona Tupy.
- 17-A Industrial. Lanificio Matteo Gianella. 9ª légua.
- 18-Cooperativa Vitivinícola Forqueta. Forqueta.
- 19-Cia. Vinícola Rio Grandense. Sede Dante. Rua Os 18 do Forte e Rua Augusto Pestana.
- 20-Farmácia Ramos. Sede Dante. Rua Visconde de pelotas.
- 21-De Carli e Paganelli . Sucessor de Frederico Mentz. Sede Dante. Rua Augusto Pestana (atuais instalações da Cia Vinícola Rio Grandense.)
- 22-Bragatti e Comandulli. Comércio de jóias. Av. Júlio de Castilhos com Dr. Montauray.
- 23-Fábrica de Balanças Dalle Mole. Rua Visconde de Pelotas, esquina com Rua Ernesto Alves.
- 24-Oficina Mecânica de Mansueto Dal Molin. Não localizada.
- 25-Galleano Zuardi. Sede Dante. Rua Augusto Pestana ( atuais instalações da Cia. Vinícola Rio Grandense).
- 26-Salvador e Cia. Oficina Mecânica. (Anteriormente, de Ettore Lazzarotto) Sede Dante. Rua Cel. Flores, entre a Júlio de Castilhos e a Pinheiro Machado.
- 27-Dalla Santa Fábrica de Máquinas Agrícolas e Industriais. Sede Dante. Av. Júlio de Castilhos, entre a Rua Andrade Neves e a Rua do Guia Lopes.
- 28-Banco Nacional do Comércio. Sede Dante. Av. Júlio de Castilhos, esquina com Rua Dr. Montauray.
- 29-Banco Francês e Italiano. Av. Júlio de Castilhos, junto à Praça Dante Alighieri.
- 30-Banrisul. Praça Dante Alighieri.

Verifica-se que a espacialização industrial de Caxias do Sul tende a voltar-se para o centro urbano com o passar do tempo. Este processo porém tem dois motivos: Muitas indústrias transferem suas instalações para a área urbana, mas, o perímetro urbano também é alargado ampliando-se à custa da área rural.

### 3.7 – Estrutura sócio-produtiva caxiense e sua inserção na economia do Rio Grande do Sul

Enquanto o sul do Rio Grande do Sul prosseguia com sua economia de criação extensiva e em grande escala, apesar dos tropeços da atividade charqueadora com a concorrência das “saladerias do Prata”, as regiões coloniais do centro e do norte do Estado continuavam com a produção em sistema de pequena propriedade agrícola, fortalecendo P.Alegre como entreposto comercial. A participação de Caxias nesta economia ocorreu desde os primeiros tempos através da produção oriunda da pequena propriedade agrícola orientada para o mercado. As colheitas de feijão eram boas e o mercado garantido. O milho, que encontrara problemas na comercialização, favoreceu o surgimento da suinocultura, cujos derivados tiveram grande aceitação no mercado gaúcho e na exportação, e o vinho logo se afirmaria como principal produto de Caxias.

Lassance<sup>160</sup>, em 1908, apresenta a produção caxiense neste ano já destacando o vinho como responsável por 44% da produção local, seguido da erva-mate, com 14%, e dos derivados da suinocultura, com 11%. Outros produtos agrícolas ou artesanais também figuram, embora com menor importância, conforme se verifica no gráfico:



Fonte: Lassance, op. cit.

Conforme Lageman,<sup>161</sup> este período registra a consolidação industrial no Rio Grande do Sul com uma produção de bens de consumo não duráveis, de beneficiamento dos produtos agropecuários e fabricação de máquinas para a agricultura. O investimento industrial já supõe uma

160. LASSANCE, Ernesto. O Rio Grande do Sul 1908. Imprensa Nacional. RJ. p. 207

161. LAGEMAN, Eugênio. op. cit. p. 23 e seguintes

acentuada acumulação anterior. O montante de capital e o número de operários indicam que

*“o processo de industrialização adquire ritmo definitivo.”*

Entre 1890 e 1909 foram fundadas no Rio Grande do Sul 487 das empresas registradas pelo Censo de 1920, contra 82 fundadas antes de 1889; e localizaram-se especialmente em P.Alegre, Pelotas, Rio Grande, S.Leopoldo, Santa Maria, Caxias e Santa Cruz.

*“O sub-período mais importante para a expansão industrial gaúcha parece ter sido o dos primeiros anos da república...A região italiana inicia a importação de máquinas para produção de tecidos (Caxias, Galópolis e Bento Gonçalves)...as fábricas de calçados superam em fins do século XIX e inícios do século XX, a fase artesanal...O crescimento na produção de fósforos possibilita complementar, praticamente, em 1910 a substituição de importações”.*<sup>162</sup>

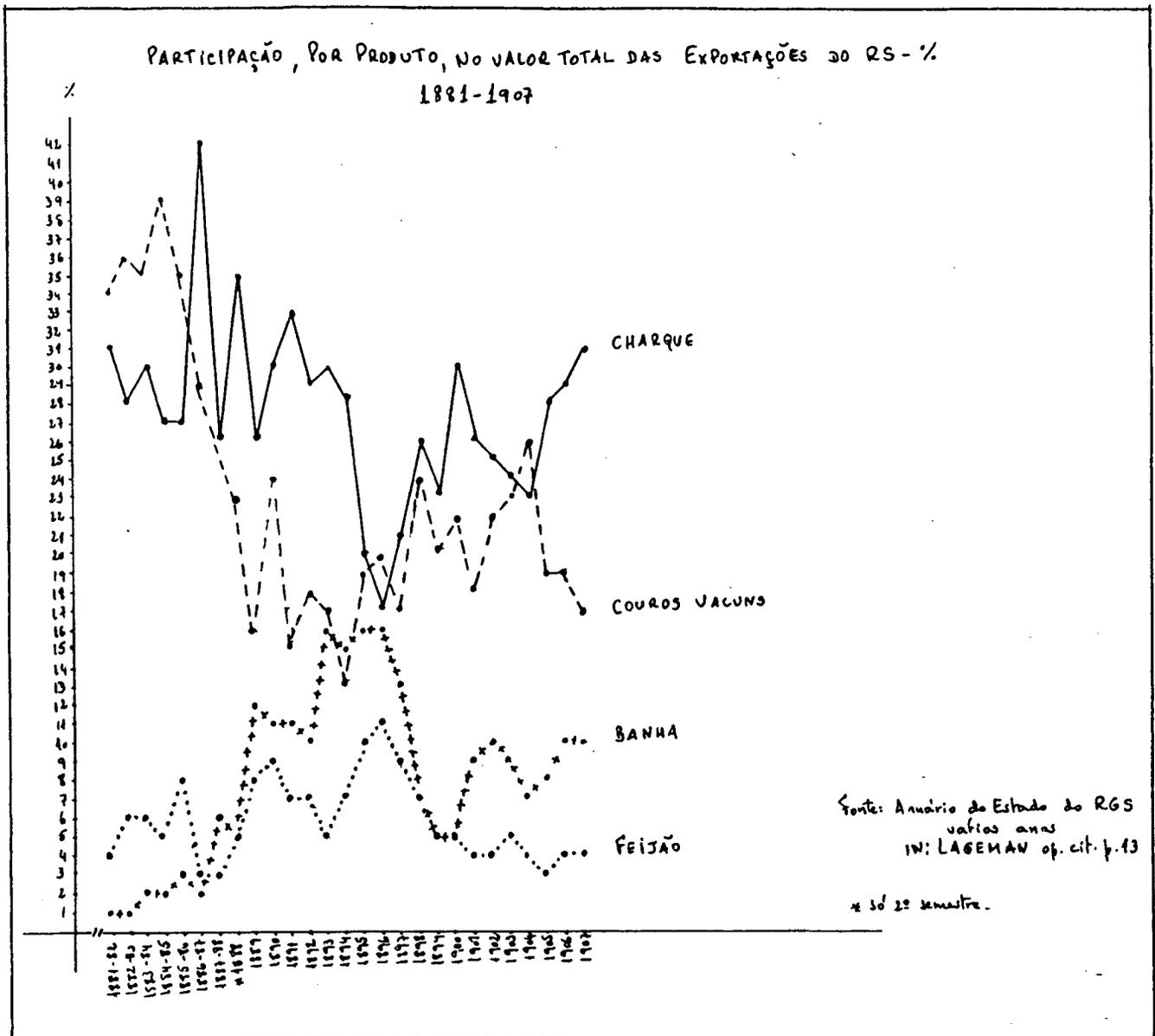
Dinamiza-se a economia sulina favorecida por medidas econômicas como a Reforma Bancária de 1890 (permitindo a emissão de moeda pelos bancos regionais), a desvalorização da moeda e a facilidade de crédito. Aumenta a produção interna de cerveja, massas, fósforos, velas, bem como surgem novos produtos que substituem os “encarecidos importados”. Estes fatos encontram no Rio Grande a economia regional em estágio de amadurecimento. Isto é, diversificando-se e substituindo as importações, fato constatado já na Exposição de 1901, em que aparecem sapatos, papel de embrulho, camisas, meias, fósforos, vidros, etc.. Cresce a produção de banha (em 1909 são 18 refinarias no Estado consideradas “grandes”, conforme Lageman) e são muitas as empresas que ultrapassam o mercado local/regional e buscam o mercado nacional.

Com base na **tabela 18, Anexo 1**, foi possível elaborar o gráfico representativo de alguns dos principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul desde 1881 até 1907. Nele se pode constatar o ingresso da produção caxiense e colonial na economia gaúcha. Especialmente feijão e banha, em ascensão a partir de 1889, quando decresce a exportação de couros e charque.

A banha, que tem grande crescimento nas exportações gaúchas entre 1880 e 1893, é o produto mais importante para a economia colonial. Já em Caxias, o vinho será o produto de maior peso nas exportações, porém os registros só são encontrados depois da efetivação do transporte ferroviário. Assim, tem-se que Caxias aparece na pauta de exportações do Rio Grande do Sul com os seus principais produtos: banha, feijão e vinho.

---

162. Idem, p. 24, 5

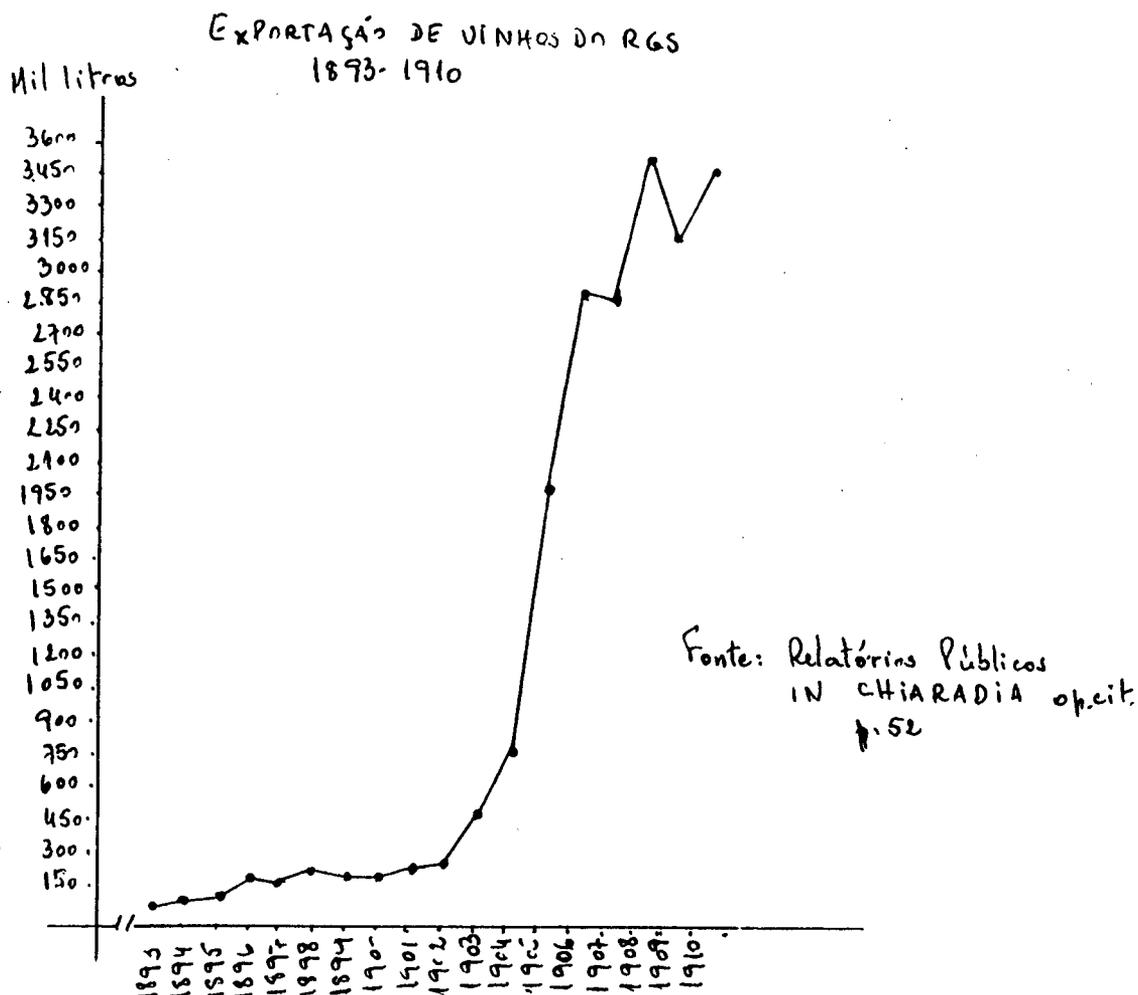


As refinarias de banha constituíram os pioneiros empreendimentos cujos excedentes foram aplicados na diversificação industrial no Rio Grande. Considerando a importância desse fato e a comercialização do vinho para fora do estado, avalia-se a participação caxiense no processo de industrialização gaúcho.

*“...Considera-se a economia colonial, responsável pela diversificação industrial, como a propulsora da indústria gaúcha. A política de colonização, tanto a alemã quanto a italiana, favorecera a instalação da pequena propriedade...como tendência contrária a esta pulverização de recursos, incentivado pelo sistema de pequena propriedade, tem-se a ação acumuladora do comércio, ao qual, como já foi frisado, estava subordinando econômica e politicamente o colono”.<sup>163</sup>*

163. Ibidem, p. 59

O gráfico a seguir apresenta as exportações de vinho do Rio Grande do Sul durante o período de 1893-1910, cuja tabela, número 19, encontra-se no Anexo 1. O período de grande atuação local dos “comerciantes-fabricantes” de vinho de Caxias (1900-1910), coincide com o ingresso e fortalecimento da economia caxiense nas exportações gaúchas:



Com relação aos destinos das exportações gaúchas durante este período de tempo, temos o quadro seguinte:

**DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO RS, EM VALOR - %**

Destino/Ano	1906	1907	1908	1909
“resto do Brasil”	71,6	75,5	77,5	71,5
exterior	28,4	24,5	22,5	28,5

Fonte: Anuário Estatístico do RGS, Apud Lageman, op.cit. p. 8

Quanto aos mercados nacionais, constam:

### Saída de P. Alegre (1886) para RJ

<b>Alimentos:</b>	279.400 Kg de charque; 943.321 Kg de banha; 166.447 sacos de feijão; 68.731 sacos de farinha de mandioca; 10.167 Kg carne conservada
<b>Matérias primas:</b>	730.774 Kg fumo em folha; 190.000 Kg couros secos
<b>Produtos industriais:</b>	9.860 Kg de sabonetes; 5.640 litros de cerveja

### Saída de P. Alegre para Pernambuco

<b>Alimentos:</b>	2.036.925 Kg de charque; 23.110 sacos farinha de mandioca;
-------------------	---

### Saída de P. Alegre para Bahia

<b>Alimentos:</b>	184.660 Kg de charque;
-------------------	------------------------

### Saída de P. Alegre para S. Paulo

<b>Alimentos:</b>	14.014 Kg de charque; 69.440 Kg de banha; 1.557 sacos de feijão 5.075 sacos de farinha de mandioca;
<b>Produtos industriais:</b>	1.950 Kg de sabonete; 1.460 litros de cerveja.

Os produtos enviados ao exterior são praticamente matéria-prima animal. (couros, chifres, cabelo, lã, cinza de ossos, sabugos de chifres, etc) e vegetal (fumo em folha).

A Alemanha destaca-se como parceira comercial do Estado do Rio Grande do Sul em igualdade com a Inglaterra, fato justificado pela presença de imigrantes alemães no Estado e também pela expansão industrial da Alemanha.

#### PRINCIPAIS MERCADOS DAS EXPORTAÇÕES DO RS - % (em valor de compra-venda)

Destino/Ano	1906	1907	1908	1909
Inglaterra	29	37	32	22
Alemanha	32	22	23	35
Uruguai	21	20	24	22
Argentina	12	09	08	09
Bélgica	02	09	07	06
França	01	01	02	03
EUA	02	01	02	03
Outros	01	01	02	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário Estatístico do RGS, IN Lageman, op. cit. p.11

O grande volume de exportações com Uruguai e Argentina pode ser atribuído à precariedade do porto de Rio Grande. O charque e os couros eram muitas vezes exportados via Montevideo ou Buenos Aires. Para Uruguai e Argentina, como mercados eram exportados: erva-mate, cebola, frutas e madeira.

Antes da Primeira Guerra Mundial é ainda pequena a participação dos EUA. As importações do RS provinham, em valor, principalmente do exterior, geralmente com déficit na relação RGS/exterior e um superavit compensador na relação RGS/"resto do Brasil".

Dois terços do valor dos importados estrangeiros eram manufaturados, como tecidos de algodão, viaturas, artigos de ferro e aço, máquinas, etc., sendo novamente a Alemanha e Inglaterra os maiores fornecedores. Para o "resto do Brasil", o Rio Grande do Sul exporta charque, banha, feijão, farinha de mandioca, fumo, couros, etc.; enquanto recebe açúcar, aguardente, café, madeira e manufaturados.

Até meados do século XIX, ingleses e franceses controlavam o comércio de importação no Rio Grande. Com a entrada de imigrantes, a influência alemã cresce. Em 1885, estima-se em 60% os artigos com origem alemã importados por P.Alegre, e em 1902 - 1903, ao redor de 40%.

Foi com esta estrutura industrial que o Rio Grande do Sul chegou a ocupar lugar de destaque na economia nacional,

*"desenvolvendo setores que aproveitaram suas riquezas agro-pecuárias como a lã, para a fabricação de tecidos, as frutas, o fumo, o couro... embora a política econômica da União até cerca da Primeira Guerra, favorecesse a industrialização regional, a política estadual de orientação positivista (PRR), procurava forçar uma integração do mercado nacional e dar significado e forma nacionais à indústria gaúcha."*<sup>164</sup>

---

164. REICHEL, Heloisa J. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. IN DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (orgs). RS: Economia e Política. Mercado Aberto. 1979. p. 260, 1

## CAPÍTULO 4

# Caxias do Sul: Núcleo Industrial (1911-1930)

As forças produtivas locais se consolidam e determinam à Caxias a função industrial que a tem caracterizado até hoje. Politicamente, passa a eleger seus próprios governantes e é elevada à categoria de cidade. No aspecto econômico, assume a gerência da sua própria economia integrando-se regionalmente. A urbanização avança no sentido oeste-leste, atribuindo à Praça Dante Alighieri importância crescente. O sonho do melhoramento nos transportes realiza-se com a inauguração da ferrovia.<sup>165</sup>

## 4.1 – Caxias e a ferrovia

Durante o tempo de realização desta pesquisa, foram freqüentes as manifestações dos entrevistados, e mesmo referências escritas, sobre a ferrovia como responsável pelo desenvolvimento econômico de Caxias do Sul. Este fato nos levou a uma reflexão específica e à busca de informações que permitissem uma avaliação mais adequada de tal importância. Como a pesquisa tem demonstrado, a passagem da economia agrícola para a industrial tem sido um processo complexo. O desenvolvimento das forças produtivas locais, do minifúndio agrícola às empresas industriais, dinamizado pelo comércio de produtos coloniais, foi ao que parece o fio condutor do processo sócio-econômico-espacial.

A construção da ferrovia foi conseqüência de tal desenvolvimento, já que o problema dos transportes da produção aos centros de consumo era alvo de reclamações por todos os segmentos produtivos: agricultores e comerciantes. É inegável, por outro lado, que o impulso que tal meio de comunicação promoveu à economia local, tenha sido significativo.

---

165. O jornal "O Brasil" em edição especial comemorativa à inauguração do ramal ferroviário ligando Caxias a P. Alegre, em 01/06/1910, e a elevação da vila à categoria de cidade, pelo Decreto 1607 do Governador do Estado, Dr. C.B.G. Protásio Alves, diz: "A vila faz hoje júz aos fóros de cidade. Na realidade do tempo, não existe, em nosso Estado, núcleo de população que se lhe possa comparar."

*“ A ferrovia reduz custos, portanto, favorece o aumento do lucro .*

O depoimento de João de Oliveira Viegas<sup>167</sup> aponta a influência da classe dominante da Vila de Caxias na solução do problema para o transporte das mercadorias:

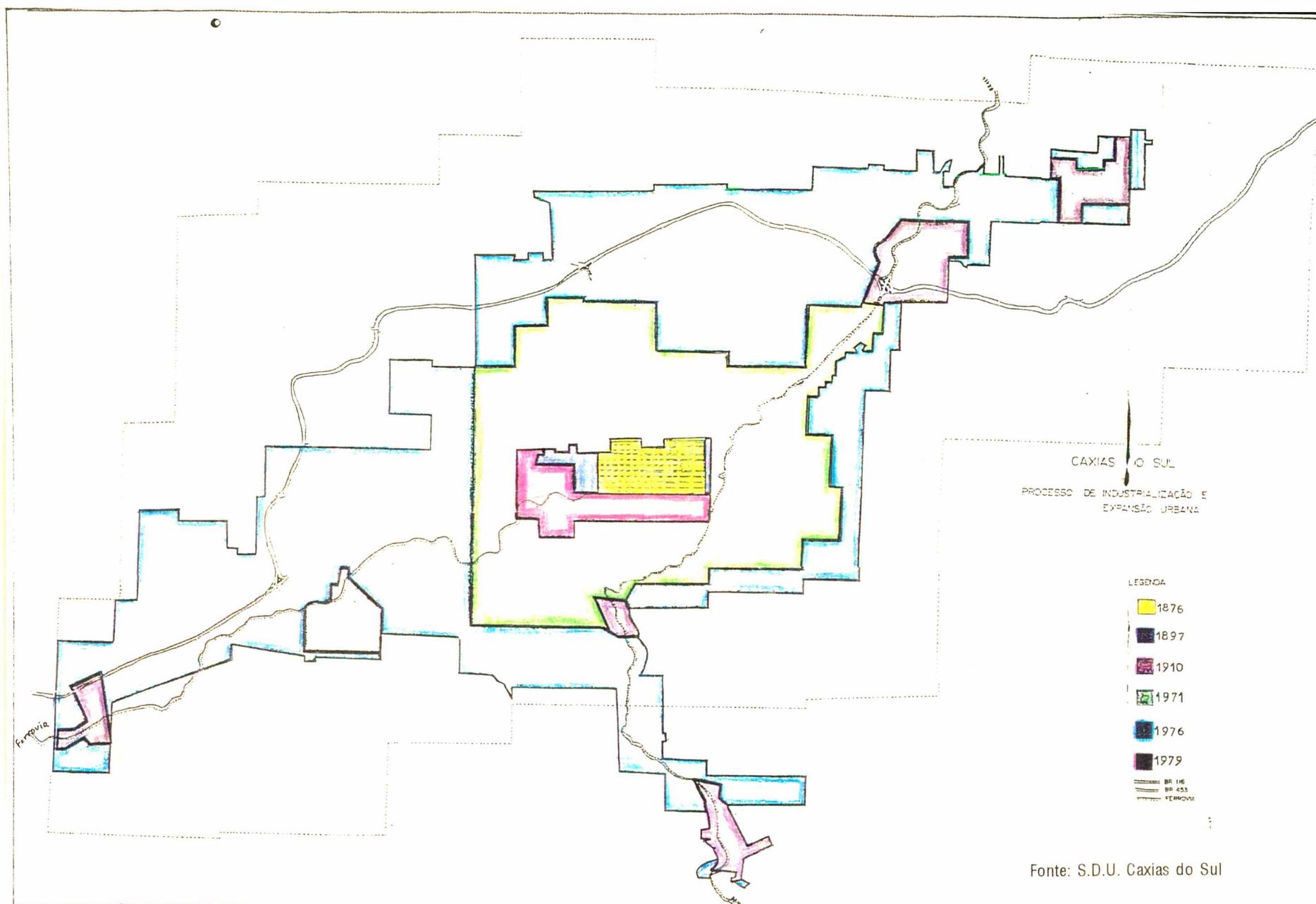
*“...A construção do ramal ferroviário de Caxias teve suas providências por parte do Governo do Estado em 1898, atendendo pedidos das classes conservadoras do município, já na época com muita influência política e econômica.”*

A ferrovia foi significativa para Caxias sob vários aspectos, pois além de permitir um transporte mais econômico, rápido e eficiente, contribuiu para que os produtos transportados alcançassem diretamente o porto de Porto Alegre, desviando a intermediação alemã de S. Sebastião do Caí. Favoreceu também a consolidação da divisão social entre produtores rurais e comerciantes ou industrialistas de Caxias. Estabelecia-se na área uma divisão espacial do trabalho destinando a área rural à produção de matéria-prima agrícola e a área urbana, ao comércio e à industrialização. A ferrovia ratificou, quando em operação, a organização do espaço urbano em torno do núcleo escolhido ainda nos primeiros tempos, o “Campo dos Bugres”, consolidado através do fluxo comercial com S. Sebastião do Caí. Este fato pode ser verificado examinando-se o contorno do perímetro urbano de Caxias à época da inauguração da ferrovia no mapa a seguir:

---

166. CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial. SP. Hucitec. 1990. 3 ed. p. 34

167. VIEGAS, João de Oliveira. A Estrada de Ferro e sua Importância na História da Caxias do Sul. 1980. Centro de Documentação. CEDOC-UCS. DE 1258. O depoente foi funcionário do ramal ferroviário em Caxias durante 30 anos.



Neste mapa se pode verificar que o núcleo urbano inicial (parte amarela no mapa) é ampliado em 1897 com uma estreita faixa no lado leste e com uma parte mais significativa a oeste (parte lilás no mapa) corroborando o movimento comercial com S.Leopoldo e P.Alegre, via S.Sebastião do Caí e Montenegro, pela Estrada Rio Branco. Nesta área seria instalado o terminal ferroviário um pouco mais tarde, em 1910, confirmando o forte vínculo comercial com a economia gaúcha.

A evolução do perímetro urbano se altera no sentido oeste-leste da cidade no processo de urbanização. A intensidade das ligações com o *hinterland* de Caxias (ao norte e a leste) e a implementação do transporte rodoviário, passariam a importância para a BR 116 (inaugurada em 1941). Também a inauguração do ramal ferroviário interligando Novo Hamburgo, São Leopoldo, Taquara e P.Alegre, desloca uma parte do fluxo comercial mais a leste de Caxias. Sobre isto, relata “O Cosmopolita” em 1903:

*“É desesperadora a situação do comércio em Caxias. A região de Taquara*

*agora com ferrovia atrai os consumidores da região da serra; a estrada Rio Branco afugentando os tropeiros e encarecendo os fretes. Um vendedor de firma de P.Alegre disse: em minha última viagem vendi só em Caxias 36.000.000 réis e agora, apenas 5.000.000 Rs.”*

Segundo Castro, <sup>168</sup>

*“...o ciclo ferroviário permitiria que o comércio internacional, que até então só envolvia as regiões litorâneas das nações e colônias extra-européias, estendesse sua influência à retaguarda de tais economias, intensificando o movimento de especialização na produção de artigos primários, já consolidado nas áreas acessíveis aos transportes marítimo e fluvial. “*

Muitos interesses estiveram em jogo desde as primeiras tratativas políticas até a viabilização da linha ferroviária ligando Caxias a Montenegro. A polêmica é verificada em vários periódicos locais, dos quais se procurou extrair alguns dados:

No Rio Grande do Sul, os ingleses empreitaram os primeiros 33.756 Km de estrada de ferro ligando P.Alegre à colônia alemã de S. Leopoldo. O empreiteiro John Mac Ginity, para construí-la, organizou em Londres a “The P.Alegre and N.Hamburgo Company”, abrangendo os municípios de Taquara, Gramado e Canela.<sup>169</sup> A 15 de abril de 1874 foi inaugurado pela companhia inglesa o tronco ferroviário P.A. a S. Leopoldo, prolongado até N.Hamburgo em maio de 1876. Os direitos de exploração do percurso foram dados por 60 anos, com a condição de que esse tronco fosse o início de uma grande ferrovia que unisse os núcleos coloniais entre si. Em 1896, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul enviou à Companhia contratada, em Londres, dados sobre a população, produção, exportação e importação do Rio Grande e enviou os levantamentos sobre uma nova linha entre N.Hamburgo e Caxias. No ano seguinte, Júlio de Castilhos assina o decreto autorizando o prolongamento da estrada de ferro até Caxias. Votado um crédito para este fim, a linha deveria passar por S.Sebastião do Cai, Conde D’Eu (Garibaldi) e D.Isabel (Bento Gonçalves).

Porém os ingleses não concluíram a tarefa da construção. Depois de muitas controvérsias, o Governo de Borges de Medeiros, em 1905, fechou contrato com a “Compagnie Auxiliaire des Chemins du Fér au Brésil, francesa, para, sob a supervisão do Eng. Henrique Gurching, construir a extensão Montenegro-Caxias.

168. CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaio sobre Economia Brasileira. Forense. 1988. vol. 1. p. 23

169. Memórias Pioneiro, AHM de Caxias do Sul

Estes fatos demonstram a polêmica nas relações sociais à escala internacional visando aspectos econômico-espaciais à escala regional. Em diferentes níveis de poder, a gama de benefícios movimentava interesses que se manifestam das mais diversas maneiras. Na escala internacional são conhecidos o cenário e os atores das decisões. Regionalmente, os interesses dos transportadores que dominavam a viação fluvial ligando Caxias a P.Alegre estavam ameaçados. Houve muitas tratativas sobre o traçado da nova linha. Deveria ser uma extensão do ramal Novo Hamburgo-Caxias ou um novo traçado Montenegro-Caxias? O governo do Estado tinha interesse também em favorecer com tal benefício as “suas” colônias Conde D ‘Eu e D. Isabel. O jornal local O Cosmopolita, de 02/11/1902, estampa a seguinte notícia:

*“...mesmo sem ter a menor noção de engenharia,*

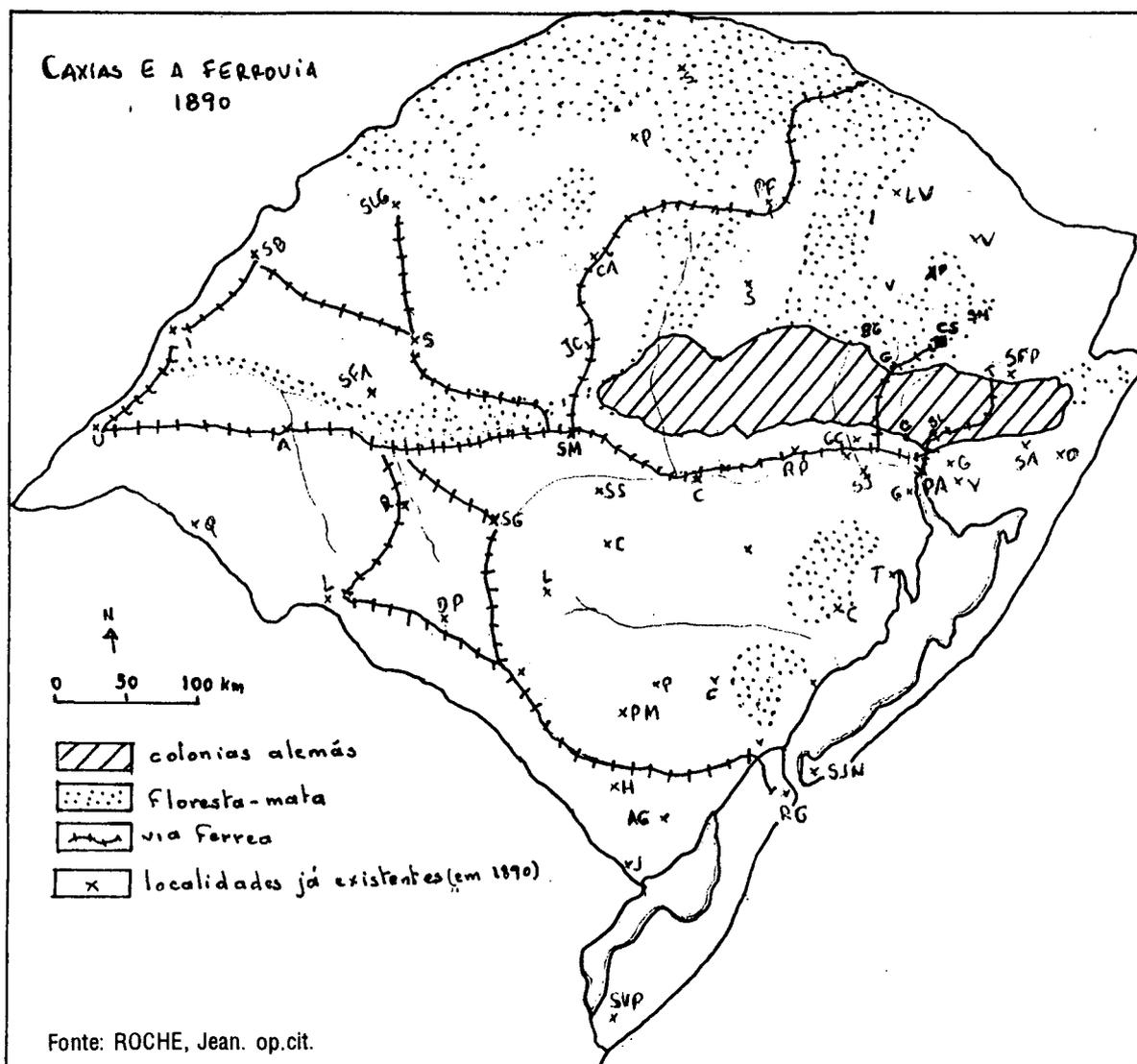
*só o trecho entre Bento Gonçalves e esta villa, passando por Alfredo Chaves e A. Prado, custaria muito mais, mas muito mais, do que a zona a percorrer pelo prolongamento que é em grande parte, povoado e que a parte toda cheia de serra - de ubérrimas terras de matta virgem, em vez de ser um mal é uma garantia segura e indestrutível para a sua manutenção; que Caxias exporta semanalmente, no mínimo, 200 toneladas de mercadorias, em sendo povoada toda essa parte de serra - poderá exportar o decuplo, duplicando ao mesmo tempo os seus 166 exportadores; que as mercadorias, daqui exportadas, dando um longo passeio por A.Prado, Alfredo Chaves, B.Gonçalves, Garibaldi e Montenegro, sem falar na baldeação, pagarão um frete muito maior do que o que actualmente pagão e que, os nossos 166 exportadores que vão vender suas mercadorias nos mercados do Estado e fóra delle, preferirão ir a cavallo ao Cahy ao em vez desse passeio forçado.*

*“Os senhores proprietários e acionistas de vapores empreguem sua actividade em outro mister, auxiliando mesmo, com seus capitães, o prolongamento, e não imaginem um mal onde nem por hypothese pode existir, mas sim um benefício evidente, porque Caxias, só Caxias, fornecerá os meios para vèdar o escoamento das rendas do Estado para os cofres insaciáveis dos inglezes, por meio da celebre concessão de juros a Estrada de Ferro de N.Hamburgo, monumento que perpetuará a ineptia e indole dos grandes dos tempos aureos.”*

Prossegue o jornal afirmando que o traçado do prolongamento foi feito após acurado e criterioso estudo e consta de promessa do Dr. Julio de Castilhos, de quem ninguém duvida.

O Correio do Município, de 23/11/1902, comenta a respeito da construção do prolongamento ferroviário de Novo Hamburgo à Villa de Caxias aludindo que

*“não trará benefício algum, por só poder contar com o auxilio desta laboriosa colonia e que uma estrada de ferro que ligue Montenegro a Caxias, passando por Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e A.Prado, é o meio de evitar a paralysação da navegação do Cahy; que a estrada de ferro (que o articulista imaginou) custaria menos que o prolongamento em projecto; que a zona a percorrer pelo prolongamento, está toda cheia de serras, onde nada existe de agricultura”.*



## 4.2 – O vinho: do alambique à indústria

A trajetória desenvolvida pela atividade produtora, distribuidora e consumidora do vinho da Região de Colonização Italiana de Caxias do Sul, permite avaliar de modo particular a atuação das classes sociais no processo de industrialização.

A produção do vinho entre os colonos de Caxias tinha caráter doméstico.

*“ Já em fins do século XIX inicia-se o comércio intermunicipal do vinho que é levado em barris por cargueiros a Montenegro e Cai e de lá pela viação fluvial à capital do Estado, de onde se consegue remetê-lo para S.Paulo...”<sup>170</sup>*

A cantina colonial, (porão da moradia) era o local do fabrico artesanal do vinho. O agricultor e os filhos esmagavam os grãos com os pés; o suco era levado em baldes para os barris e ali, depositado para envelhecer.

Em 1894, sobre o total dos estabelecimentos industriais e comerciais de Caxias<sup>171</sup>, os alambiques constituíam 3,92 % dos estabelecimentos. No ano seguinte, eles atingem 12,31 % dos estabelecimentos, isto é, triplicaram em percentagem. Muitos produtores de uva, na sua propriedade rural, eram ao mesmo tempo viticultores e vinicultores. Isso significa dizer que produziam a uva, transformavam-na artesanalmente em vinho, e o excedente era por eles mesmos levado ao mercado.

Fatores como o aumento no consumo, a produção excedente e a dificuldade no transporte (era preciso o colono deixar de trabalhar, e portanto de produzir por alguns dias, para realizar o transporte), contribuíram para o surgimento do intermediário e favoreceram a posição do comerciante. Este tornou-se também vinicultor<sup>172</sup> e “fabricante” de vinho<sup>173</sup>, uma vez que recolhia as pequenas quantidades do produto dos agricultores e as depositava em barris. Sua ação intervinha diretamente no produto porque muitas vezes, para regular e uniformizar padronizando em um tipo único, era preciso realizar “cortes”, isto é, a mistura de diferentes tipos de vinhos.<sup>174</sup>

A interferência dos negociantes no produto “vinho” acabou gerando muitos conflitos entre os pequenos produtores e os comerciantes do vinho. Ocorre que as misturas alteravam a qualidade e provocavam o descrédito do produto, bem como a queda do seu consumo. Os colonos

---

170. GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide...op. cit. p. 406

171. Anexo I. Tabela 25

172. CHIARADIA, A. Os Parceiros do Vinho. Dissertação de Mestrado Universidade do Paraná. 1989

173. PESAVENTO, Sandra J. RS: Agropecuária Col. e Industr. op. cit. p. 45

174. GOBBATO, Celeste. Manual do Viticultor Brasileiro. P.A. Escola de Engenharia. 1922. p. 263. IN CHIARADIA, A. op. cit. p. 51

acusavam os comerciantes de que, na busca do lucro imediato, estavam a prejudicar o comércio futuro. Os comerciantes, por sua vez, acusavam os colonos de diferenças na cor, na acidez e portanto na qualidade do produto.

Em 1898/99, o Estado cria a 1ª Estação Agronômica Experimental do RGS e o Laboratório Enológico Rio-Grandense. Deste modo, começa a introdução de castas nobres para melhorar a qualidade do produto, além de métodos científicos para a produção dos vinhos e tecnologia por meio de técnicos contratados. Gobatto<sup>175</sup> refere a alguns produtores que importavam cepas nobres, especialmente Antonio Pieruccini, de Caxias; Alberto Bins, de Canoas e Carlos Dreher Filho, de Bento Gonçalves.

Muitos produtores não tinham acesso aos melhoramentos. A produção da uva Isabel aumentava e surgiam em Caxias os depósitos de vinho. A chegada da ferrovia intensifica os negócios.

A revolta dos pequenos produtores iniciada na primeira década do séc. XX gerou uma denúncia formal ao Governo do Estado, feita em março de 1911. No pedido de providências que encaminharam, os colonos denunciavam comerciantes inescrupulosos, alguns de P. Alegre e outros da própria região colonial. Sugeriram eles, entre outras coisas:

*“...a abolição completa do monopólio dos vinhos na praça de P. Alegre; a proibição da baldeação do produto entre recipientes e a criação em Caxias de um Laboratório para análise de qualidade.”*

O Estado concordara com a necessidade de melhoria técnica na elaboração do vinho. Justificara o “transbarrilhamento” em vista da precariedade do vasilhame e sugerira a criação de cooperativas de venda como solução para a comercialização. A partir daí, o poder público estadual, conjuntamente com o Ministério da Agricultura, contrata e envia um emissário para divulgar e organizar cooperativas na região. Integrariam, assim, Sociedade Nacional de Agricultura, sediada no Rio de Janeiro.

O movimento cooperativista chegou a ser implantado em Caxias, mas não obteve sucesso. Encontrou uma classe comerciante já organizada em torno de sua entidade, disposta a aproveitar a idéia cooperativista no que se refere à qualificação técnica da produção, mas não disposta a retirar-se da etapa da comercialização. A classe comerciante local não só acabou por destituir o representante do governo e líder cooperativista Giuseppe D’Steffano Paternó, como o substituiu pelo Cel. José Penna de Moraes, Intendente Municipal, mais tarde comerciante de vinho. Em seu relatório de 15/11/1911, como representante do poder público local, assim se expressa:

---

175. GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide...op. cit. p. 406

*“...o produtor terá que abrir mão de parte de seu avultado lucro líquido a fim de dar margem a um resultado compensador para o exportador.”*

Conforme seu pensamento a respeito da produção e comercialização do principal produto da economia local, fica evidente sua representatividade junto à classe dominante. O Cel. Penna de Moraes foi intendente em Caxias por diversas vezes: 1912-14; 16-18; e 20-24.

Com a inauguração da ferrovia, o viticultor vê assegurada a colocação do seu produto, e

*“...dedica-se pois, com mais alento ao cultivo da vide, plantando-a nas derrubadas antigas, ao mesmo tempo que transforma outras parcelas de florestas em coivaras para o plantio do milho, do trigo e do feijão.”<sup>176</sup>*

O cooperativismo surge em 1911, logo após a maior safra de uvas e também a maior queda na comercialização.<sup>177</sup> Culpava-se a falsificação do produto e as cooperativas surgem com o objetivo de reunir a função do produtor e do comerciante do vinho. Na realidade, a cooperativa vai ajudar a separar a indústria da agricultura. O movimento cooperativista não obtém o êxito esperado, pois

*“a organização não assenta ainda sobre sólidos alicerces; falta-lhe o amparo econômico, aliás prometido, e baqueia. O viticultor é obrigado a retornar ao negociante para colocar seu vinho...que é despejado em grandes dornas, sem classificação; o agricultor sente-se desamparado e procura produzir, apenas, o maior volume...para fazer juz a uma maior recompensa. Surge então por parte do Estado (RS) a idéia de ministrar conhecimentos profissionais aos vinicultores por meio de técnicos especializados que também controlariam os produtos vinícolas por ocasião do embarque nas regiões de origem.”<sup>178</sup>*

Estas tratativas iniciadas ainda em 1914, desembocariam logo mais na criação do Campo Experimental Agrícola Municipal,

*“para apoio e orientação à agricultura, já que a extensiva falia, era importante desenvolver a intensiva, especialmente da vinha, evitando-se o êxodo imigratório que já ocorria.”<sup>179</sup>*

---

176. Idem, p. 406

177. CHIARADIA, A. op. cit.

178. GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide...op. cit. p. 407

179. Relatório do Intendente Penna de Moraes. 1911. p. 29. AHM de Caxias do Sul

Paternó conseguiu fundar dezesseis cooperativas na região de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi. Os comerciantes, porém, associando-se a elas, com a integralização de cotas, participavam ativamente em suas decisões, inclusive assumindo postos de Diretoria e beneficiando assim seus interesses particulares. Muitos nomes de comerciantes e cantineiros dirigiram as cooperativas: Antonio Rossato, Pietro Andrezza, Mansueto Pezzi, Abramo Eberle, Aristides Germani, Mario Pezzi.<sup>180</sup>

Observa-se no próprio Livro de Atas da Associação dos Comerciantes de Caxias, no ano de 1912, como a Cooperativa Agrícola de Caxias é considerada de forte atuação na mesma; Em 1913, a mesma Associação dos Comerciantes vai à Intendência reclamar do comércio ambulante<sup>181</sup>, fato que também expressa o desejo de suprimir os comerciantes de fora da praça, para o domínio dos comerciantes localmente estabelecidos.

Fica evidente a influência da classe dominante local, constituída pelos comerciantes e industriais. Portanto, capitalistas, na organização sócio-econômica de Caxias.

O declínio do Cooperativismo ocorreu após 1913, exceto a Cooperativa Agrícola de Caxias, que prosseguiu até a década de 20 quando foi substituída por órgãos públicos de apoio e tecnologia à vitivinicultura: o Laboratório de Enologia e o Campo Experimental Agrícola. Nesta época ocupava a Intendência o Cel. José Penna de Moraes, que adquire o vinhedo de Antonio Pieruccini para situar ali estes órgãos recém implantados. Oficialmente introduzida pelo Estado e apoiada pela classe dos comerciantes, a tecnologia no fabrico do vinho afasta o pequeno produtor agrícola, afirmando a posição do capitalista. O processo de separação da agricultura e da indústria no processamento do vinho já era fato consumado. O produtor de uva incumbe-se de cultivar e fornecer a matéria-prima (uva) para a indústria produzir (vinho).

Logo após o fim da Guerra, a pressão do produto similar externo leva à nova onda de falsificação do vinho gaúcho, desta vez em S.Paulo e no R. de Janeiro, devido a

*“Campanhas de Descrédito dos vinhos nacionais no mercado interno... O Governo do Estado intervem em 1918, enviando o Intendente de Caxias ao RJ e SP, em missão de seis meses, a fim de defender os vinhos riograndenses. Para evitar as falsificações dos intermediários, os produtores que têm melhores condições, realizam o engarrafamento nos mercados centrais.”*<sup>182</sup>

Em 1919 surge a Adega S. Luiz, mais tarde, uma das grandes empresas industriais de vinho de Caxias, a Luiz Antunes e Cia. Empenha-se em fornecer mudas de vides finas aos

180. CHIARADIA, A. op. cit.

181. GARDELIN, Mário. Sinalizador Empresarial. Ano I, n° 1, jul-ago. 1991. Edit. S. Miguel. p. 24

182. LAGEMAN, Eugênio. op. cit. p. 30

produtores, que, porém, não se entusiasmam mais. Uma nova tentativa de cooperativismo é realizada no final dos anos 20, mas, as cooperativas já obedecem a moldes capitalistas de produção e organização. A partir de 1927 surge no mercado brasileiro de vinho o Sindicato Vitivinícola do RS,<sup>183</sup> constituído por todos os cantineiros que comerciavam vinho. Com base neste sindicato, um ano depois é criada em Caxias do Sul a Sociedade Vinícola Rio Grandense, indústria de vinho que ainda hoje opera no parque fabril caxiense. Com ela fica oficializada a centralização dos capitais envolvidos na viticultura local e o alijamento definitivo dos pequenos produtores do comércio do vinho, sem dúvida uma outra etapa na integração da economia local ao Modo de Produção Capitalista, como atestam as palavras de Celeste Gobbato:<sup>184</sup>

*“As cantinas das cooperativas e as demais de caráter particular...se acham, hoje, ótimamente instaladas, com maquinaria e vasilhame de primeira ordem e dirigidas por pessoal habilitado...O melhoramento das cantinas contribuiu para o aperfeiçoamento da produção. Numerosos postos de vinificação foram construídos no interior dos municípios vitícolas, permitindo ao colono a entrega de sua produção a esses estabelecimentos auxiliares que se tornaram, assim, importantes centros de vinificação das uvas em seus arredores.*

*Deste modo, numerosos produtores que, apesar de não estarem convenientemente aparelhados, outrora transformavam sua vindima na própria adega, pondo, depois em circulação vinhos defeituosos, hoje se limitam a cultivar seus parreirais, levando a uva à cantina da cooperativa ou ao estabelecimento enotécnico auxiliar das empresas particulares.”*

Com isso, a atividade da pequena propriedade rural entra em grande dificuldade nos anos 20. Os solos esgotaram-se e não houve recuperação técnica. O sucessivo fracionamento da pequena propriedade a torna anti-econômica. Os colonos asseguram um mercado de mão-de-obra para a indústria ou são forçados a migrar em busca dos novos núcleos coloniais. A partir de 1929, os próprios caxienses organizam empresas colonizadoras, como é o caso de De Carli e Paganelli. A pequena propriedade rural é mantida pelos pais e, em geral, fica para o filho mais velho; enquanto os filhos mais jovens empregam-se na cidade para complementar o orçamento familiar e também para estudar.

*“Primeiro a colônia se desenvolveu com a indústria do vinho, depois a cidade. Os colonos maltrapilhos vinham para a cidade trabalhar. Não havia mais gente para plantar porque estavam trabalhando aqui na sede,”*

observa Júlio Sassi.<sup>185</sup>

183. O anexo 2 contém os objetivos da criação deste sindicato.

184. GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide...op. cit. p. 412, grifo da pesquisadora.

185. Sassi, Júlio, filho de Adelino e neto de Giuseppe, o imigrante, em entrevista à pesquisadora em 18/08/1992, registrada no AHM de Caxias.

## 4.3 – Consolidação do caráter industrial de Caxias

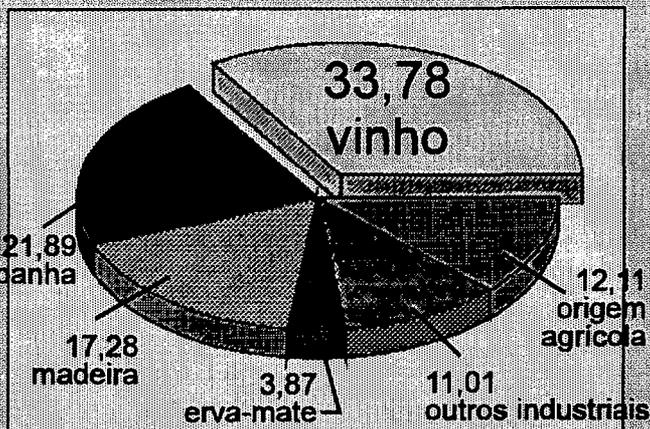
Para definir o caráter industrial de Caxias, utilizou-se aqui o rol de produtos industrializados constantes de sua pauta de exportações entre as décadas de 1910 a 1930, bem como o seu processo histórico antecedente. Entre os produtos de exportação de Caxias, classificou-se como de origem agrícola ou extrativa aqueles que até o momento de sua exportação não receberam processo de trabalho humano, além do de plantar e colher, ou mesmo recolher da natureza. Exemplos: feijão, milho, trigo, ovos, frutas, couros, toras de madeira, cera, linhaça e mel. Como produtos industrializados, elencamos os que, ainda em Caxias, sofreram algum processo de transformação. Isto é, os que possuem um germe de industrialização, desde o simples beneficiamento até os produzidos com alguma tecnologia. Assim, os produtos industrializados em Caxias crescem em quantidade e qualidade neste terceiro período da sócio-economia local. Passaram dos 87,85% das exportações caxienses em 1914 para 93,92% em 1915 e atingiram 97,86% em 1927. O quadro com as exportações de Caxias em 1914, 1915, 1916, 1922, 1927 e 1928, encontra-se no **Anexo 1 Tabela 23**.

No ano de 1914 destacam-se entre os industrializados o vinho, a banha e a madeira, enquanto que os produtos agrícolas ficam com 12,11 % das exportações.

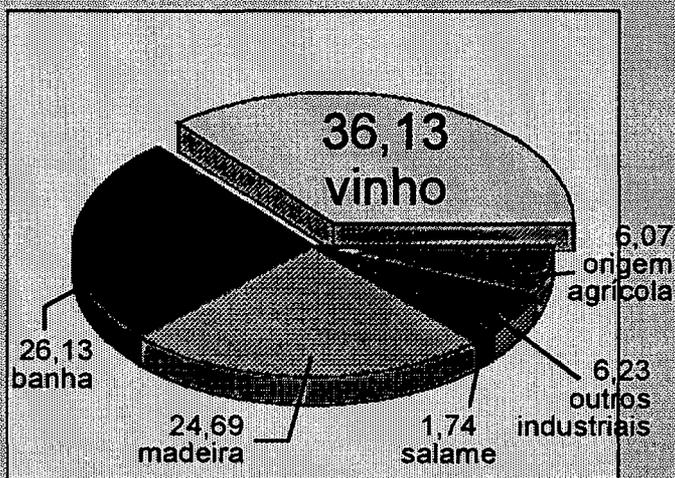
A exportação de 1915 destaca ainda o vinho (36,13%), a banha( 26,13 %) e a madeira (24,69 %) contra uma exportação de gêneros coloniais de apenas 6,07 %.

Em 1916 continua em destaque a produção do vinho, que fica com 51,46% das exportações; a madeira, com 17,40%; a banha com 13,70% e a farinha de trigo, com 2,79%. Os produtos de origem agrícola compõem neste ano 7,75% das exportações.

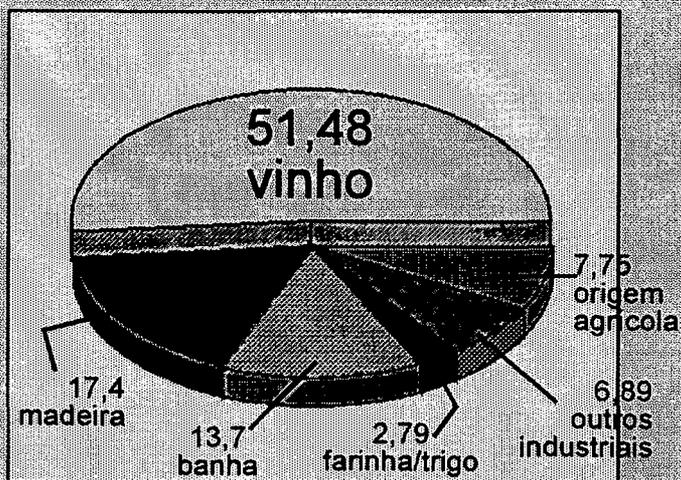
# EXPORTAÇÕES DE CAXIAS (%) 1914



# EXPORTAÇÕES DE CAXIAS (%) 1915

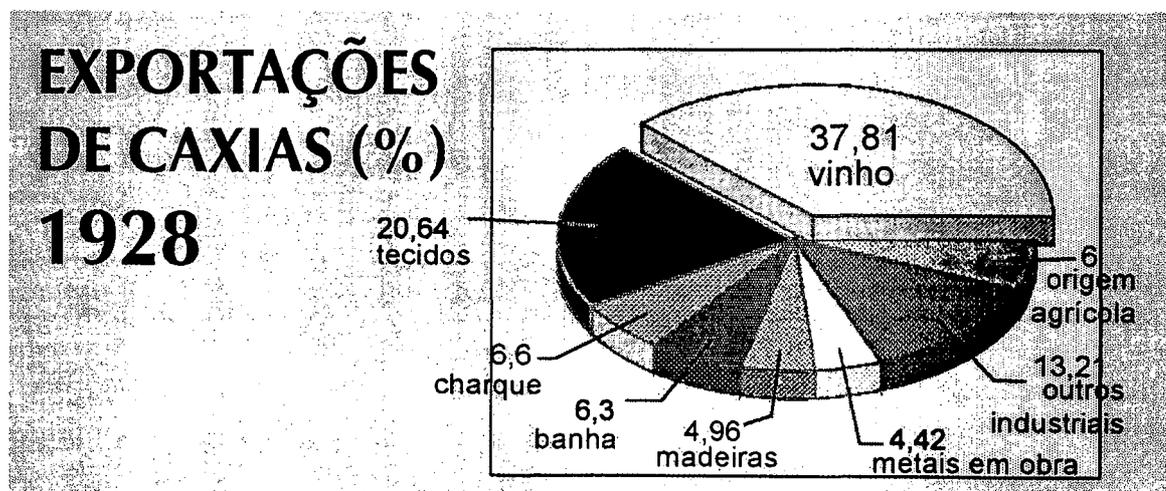
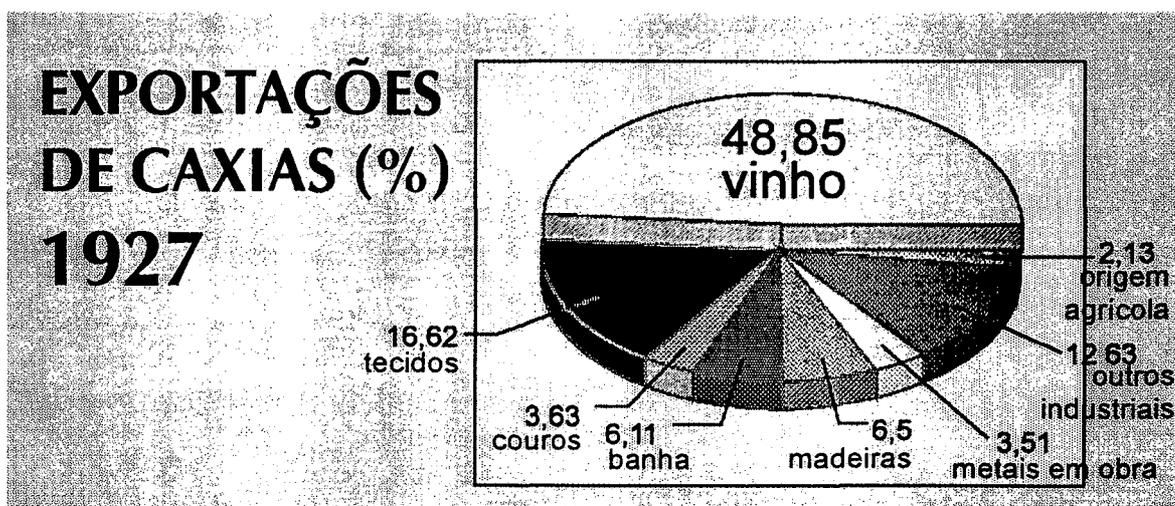
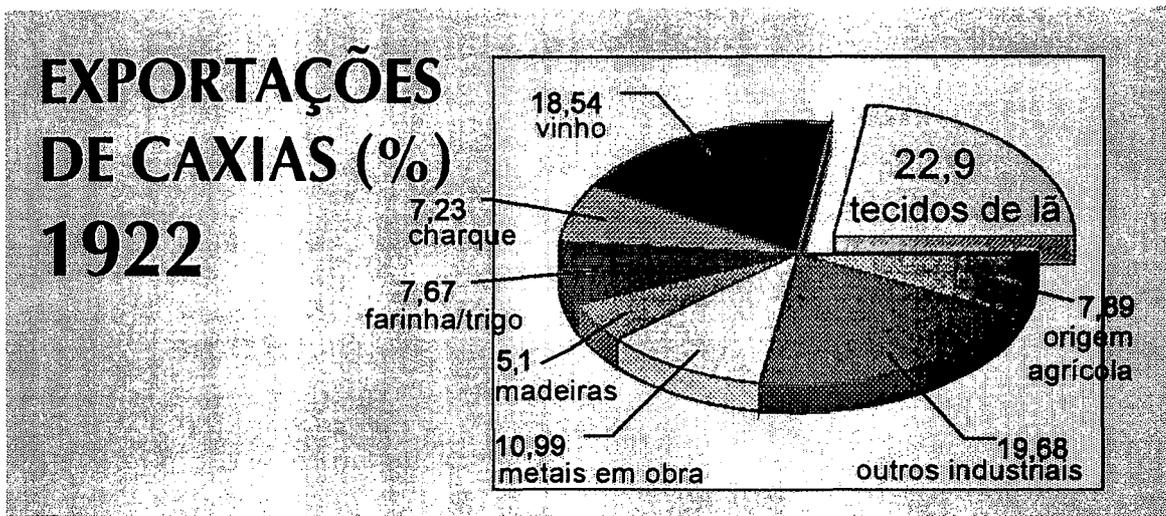


# EXPORTAÇÕES DE CAXIAS (%) 1916



Fonte: Relatórios dos Intendentes. AHM.

O processo tem continuidade na década de 20, ainda com a superioridade dos produtos industriais sobre a exportação dos gêneros agrícolas considerados “in natura”.



Em 1927 o vinho fica com 48,85%. Os tecidos, com 16,62%; a madeira com 6,50% e a banha, com redução acentuada, conta com 6,11% da exportação caxiense.

Exceção é o ano de 1922 quando os tecidos de lã obtiveram o primeiro lugar. O vinho, na série de anos demonstrada, alcançou sempre o primeiro lugar, o que confirma a especialização agrícola comercial. Esta especialização também demonstra que o mercado está interferindo violentamente na liberdade de produção tão característica da pequena exploração independente. Trata-se da sucessão de estágios e de intensidade na articulação desta com o MPC no decorrer do processo. Acentua-se a dominação do modo de produção capitalista até o grau de integração completa da PPM ao MPC.

É interessante assinalar também que, na década de 20, o processo de trabalho em Caxias sofre grandes alterações, influenciado pelo processo industrial em curso na Europa, com quem a imigração alemã e a italiana mantém vínculos comerciais. O uso da força mecânica, o emprego de máquinas, ferramentas e matérias-primas importadas já é frequente em Caxias e na região.

O Relatório do Intendente de 1917 apresenta no rol dos estabelecimentos industriais e comerciais, 79 fábricas diversas. As serrarias são apresentadas conforme a tecnologia empregada: 61 a vapor e 29 hidráulicas.

Já o Intendente Thomás Beltrão de Queiroz, em 1929, refere o comércio caxiense com função nitidamente regional. Caxias é o mercado “coletor” de todos os municípios do Nordeste do Estado e também intermediário entre estes e as praças do estado para aquisição de mercadorias com que comerciam. Estas operações mobilizam centenas de milhares de contos, tanto em exportação como em importação. Na relação de estabelecimentos comerciais apresentada constam 07 agências bancárias, com mais de 6.000 contos de réis em depósitos particulares. Surgem as tanoarias (vasilhame para vinho), em número de 36; agências de Automóveis (04); de máquinas de costura(02); para vendas de terras (04) e depósitos de gasolina (07).

Os produtos exportados pelo Rio Grande do Sul na década de 20, encontram resistências nos mercados do centro do país, com a entrada do Estado de Minas Gerais no circuito da produção e a afirmação do Estado de S.Paulo como centro dinâmico mais desenvolvido do país. Com esta realidade, o mercado gaúcho se restringe e se volta para a sua própria região<sup>186</sup>. Na concentração das indústrias no Rio Grande, as pequenas foram sendo absorvidas pelas maiores<sup>187</sup>. Com esta conjuntura, o processo de industrialização em Caxias diversifica os ramos industriais e aparecem outros produtos na sua exportação para um mercado mais regionalizado: os couros (3,63%) e os

186. LAGEMAN, Eugênio. op. cit.

187. PESAVENTO, Sandra J. História do Rio Grande do Sul. Mercado Aberto. 1990

metais em obra (3,51% das exportações de 1927); os têxteis, que alcançam 20,64% das exportações no ano de 1928. Reduzem-se ainda mais as exportações dos produtos agrícolas ou de origem extrativa, que alcançam em 1927 apenas 2,13% .

Os negócios se reforçam e se ampliam em escala internacional e o capital externo instala-se claramente. Dólares, sob forma de empréstimos públicos, são oferecidos aos governos e, através do Prefeito Municipal, Caxias contrai empréstimo de 3.043:436 \$140<sup>188</sup>. Há uma mudança no quadro das importações e exportações municipais:

Ano	Importações	Exportações
1908	3.000:000 \$000	7.000:000 \$000
1912	8.696:654 \$000	2.983:510 \$948

Fonte: Relatórios dos Intendentes.AHM

Os jornais locais publicam muitos anúncios de produtos estrangeiros e empresas estrangeiras estabelecem na cidade seus representantes oficiais.

Muitos dos capitalistas locais viajam à Europa e adquirem equipamentos mais modernos para melhorar a qualidade de suas indústrias e de seus produtos:

**Panceri** fez duas viagens à Europa (1914 e 1920), de onde trouxe novos teares mecânicos. Diz o jornal local "O Brasil" (20/11/1920):

*"Regressou da Europa o Sr. Giuseppe Panceri e filho, proprietário da grande fábrica de tecidos de seda. Adquiriu em Milão todo o material necessário para movimentar por meio de força motriz, substituindo a força animal, 4 máquinas de desfiar e matérias-primas no valor de 30:000 \$000."*

**Matteo Gianella**, vai à Itália em 1922 e traz equipamentos modernos levando sua empresa, **A Industrial**, a dar um salto tecnológico que permite iniciar a produção de tecidos e cobertores de lã, além da fição que já havia. Traz na bagagem, às ocultas, uma máquina com a qual dá origem às malharias na cidade de Caxias e na região.

**Major Abramo Eberle**,

*"...Acompanhado de sua exma. familia, seguiu para Buenos Ayres, onde*

---

188. "...Com as dívidas públicas nasceu um sistema de crédito internacional que muitas vezes esconde, num ou noutro país, uma das fontes da acumulação primitiva...Como a dívida pública se apoia na Renda do Estado, que deve fazer face a todos os pagamentos a serem efetuados durante o ano, o sistema moderno de impostos torna-se o complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos permitem ao governo cobrir as despesas extraordinárias sem que o contribuinte se ressinta imediatamente; mas eles implicam em seguida uma elevação dos impostos..." MARX, Karl. O Capital. A Chamada Acumulação Primitiva. Edição Resumida. Zahar. 1980. p. 187

*embarcará com destino à América do Norte e daí, para a Europa, o nosso amigo major Abramo Eberle, chefe da firma Abramo Eberle e Cia. de nossa praça.”* <sup>189</sup>

Em 1925, nova viagem à Europa: Abramo Eberle percorreu a Alemanha (Leipzig, conhecida como um centro das inovações em máquinas industriais, e onde deixou seu filho para estudar engenharia metalúrgica), a França e a Inglaterra.<sup>190</sup> Em 1928, Eberle torna-se acionário do Banco do Rio Grande do Sul e do Banco Francês e Italiano.<sup>191</sup>

A estrutura social no período 1911-1930 confirma a distinção entre as classes sociais locais: os proprietários de capital e os proprietários da força de trabalho, cada qual defendendo seus interesses. A Associação dos Comerciantes e Industriais é atuante na política, já que muitos de seus associados ocupam o cargo maior do poder público local. Abramo Eberle foi nomeado pelo Intendente Cel. Penna de Moraes, seu vice-intendente em 1921. Hércules Galló foi intendente no período 1914-15. O Conselho Municipal para o quadriênio 1920-24, era composto por: Miguel Muratore, Adelino Sassi, Samuel Alovise, João Crysóstomo Teixeira Gonçalves, Aristides Germani, Henrique Saldanha de Figueiredo e Alfredo Carvalho.

A classe dos trabalhadores, por sua vez, na década de 20 luta por melhores condições de trabalho e de remuneração. Os jornais da época noticiam reivindicações como oito horas de jornada operária e fechamento do comércio aos domingos( que é posto em prática em 1922).

Em “A Tribuna “ de 1920, encontra-se a manchete: **Greve Operária em Caxias**. A firma Oliva, Gavioli e Cia encontra-se fechada porque os seus operários, exigindo a substituição do contra-mestre, recusam-se a voltar ao trabalho. Esta firma reabriu depois de ter substituído todos os funcionários por novos empregados contratados. O jornal “O Brasil” (22/05/1920) refere-se à falta de casas para moradia na cidade:

*“Os aluguéis vêm sofrendo aumentos excessivos. Fase calamitosa que se atravessa.”*

---

189. O Brasil, 19/04/1920

190. FRANCO, Alvaro e FRANCO, Signorina Maria Ramos de. O Milagre da Montanha. Ramos, Franco Edit. SP. 1946

191. Jornal “O Regional” de 16/07/1928

## 4.4 – As empresas que caracterizam o núcleo industrial caxiense

Novas empresas se instalam em Caxias neste período, enquanto outras aperfeiçoam seus métodos e produtos:

**Andreazza, Bragagnolo e Cia.** instalam tanoaria para fabricar vasilhame de carvalho.

**Fábrica de Balanças Dalle Mole**(1920), com capacidade para pesar até 30 reses.

**Banco Nacional do Comércio**, que se instala na Praça Dante.

**Banco Francês e Italiano**, compra a Farmácia Central para construir ali sua sede própria (1922).

**De Carli e Paganelli**, sucessores da Filial F. Mentz em Caxias, tornam-se também agentes e depositários de petróleo da Standard Oil Company. Fabricam também caixas, barris e bordalesas, principalmente para exportação de banha refinada para a Inglaterra.(1920).

**Bragatti e Comandulli**, joalheria, em 1921.

**Abramo Eberle** abre filial de vendas em S.Paulo (1915).

**Galeano Zuardi e Cia**, representante das Cias. Seguradoras “Alliance Assurance Company, Limited” e “Commercial União Assurance Co. Ltd.” estabelecem-se com a revenda Ford (1922).

**Farmácia Ramos**, que também industrializa perfumaria (marca Kilda) e os inseticidas Rajá (1923).

**Dalla Santa Fábrica de Máquinas Agrícolas e Industriais** (1923), funde metais e ferro gusa. Fabrica aparelhos e alambiques, máquinas agrícolas e industriais, como: arrolhadeiras e enchedeiras, máquina para lavar garrafas, capsuladeiras rotativas, pasteurizadores para vinhos, auto-claves para hospitais, etc.

**Oficina Mecânica do Sr. Mansueto Dal Milin** (1924): ferros, vigamentos, armações, portões, frentes para edifícios, estufas, etc.

**Salvador e Cia.** (1926) Oficina Mecânica e fundição de ferro e bronze, de Ettore Lazzarotto. Mais tarde, em 1945, passa para seus ex-colaboradores, Alfredo Caberlon e André Salvador.

**Cooperativa Vitivinícola Forqueta Ltda.** (1929).

**Cooperativa Vitivinícola Caxiense Ltda.** (1929), que congrega 128 sócios. O capital social é de Rs. 153:250\$000. A produção dos associados é de aproximadamente 4 milhões de Kg de uvas, com média anual de exportações de 2 milhões e meio de litros de vinho. Situa-se no centro comercial da cidade, com desvio próprio para a Estação da Viação Férrea. Mais tarde transforma-se na Sociedade Vinícola Rio Grandense Ltda.

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul**, instala-se também na praça principal da cidade, em 1928.

**Metalúrgica Abramo Eberle:** Em 1925 tem um capital de 3.000:000\$000 na casa matriz e a produção anual de 6.000:000\$000. A área é de 4.000 m<sup>2</sup> e são 500 operários permanentes e diversas seções, como: fundição, estamparia, niquelagem, incisão, etc. Fabrica, em metal branco e latão, adornos e acabamentos para arreios, guarnições de móveis, malas, guarda-chuvas e objetos religiosos.

**Moinho Germani:** O moinho é transferido para o núcleo urbano em 1928, em palacete construído bem junto à Estação Ferroviária. Os novos equipamentos são trazidos da Itália após a viagem do fundador, em 1915.

**Moinho Corsetti:** Em 1926 é modernizado com máquinas importadas da Itália e os produtos puderam alcançar o mercado paulista.

**Lanificio Matteo Gianella e Fiação Ermelinda Gianella:** prossegue com a fiação da lã e introduz melhoramentos técnicos que permitem o fabrico de cobertores e tecidos de lã.

## 4.5 – Dimensão espacial de Caxias no período 1911-1930

A população de Caxias passa de 18.506 hab. em 1890, para 24.997 (aumento de 25,96%) em 1900. De 33.000 em 1920, cresce para 39.677 em 1940 (aumento de 16,82%).

O destaque maior é a alteração sofrida no número de ocupantes da zona urbana e da zona rural: Em 1920, há 4.500 pessoas na área urbana de Caxias e 28.500 na área rural e, em 1940 são 16.055 na área urbana, 4.068 na área sub-urbana e 17.554 na zona rural.<sup>192</sup>



Foto nº 23. Caxias em fins do século XIX. Ainda se vê a Igreja de Madeira que foi queimada em 1886. A foto foi feita do norte para o sul da vila.



Foto nº 24. Caxias do Sul, Vista parcial: 1905

192. FEE. Censo do RS: 1803 - 1950. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. P. Alegre. 1981

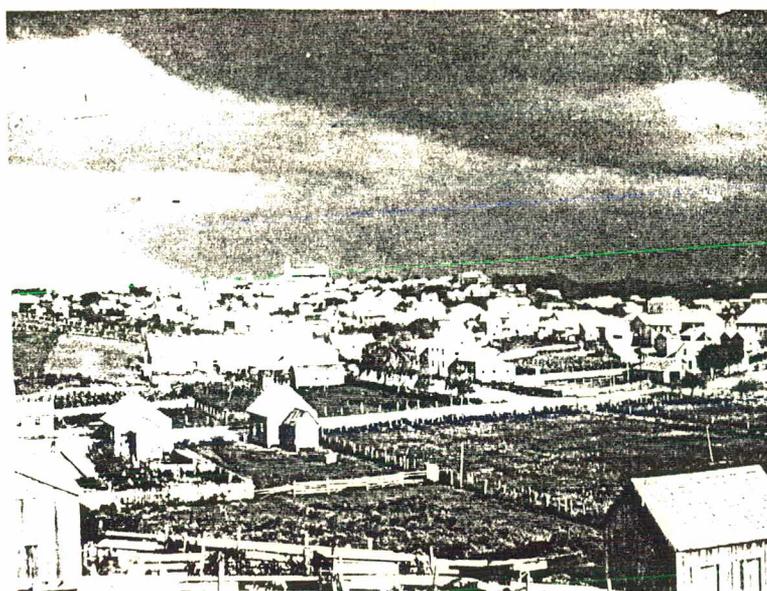


Foto nº 25. Caxias do Sul, vista parcial: 1925

Fotógrafo Mancuso

Ainda segundo o censo de 1920, enquanto 5.831 pessoas atuam na exploração do solo em Caxias, 25.162 vivem de rendas, dedicam-se aos serviços domésticos, mantêm profissões mal definidas ou profissões não declaradas e até mesmo não têm profissão.

A consolidação do caráter industrial de Caxias fez também aparecer no espaço construído alguns aspectos modernizadores da sociedade. A construção civil, por exemplo, em que alguns números interessantes mostram alterações quanto ao material com que foram erigidos os prédios.

A tabela a seguir facilita a comparação:

<b>1890:</b>	<b>Material</b>	<b>Madeira</b>	<b>Total</b>
Na vila	28	407	<b>435</b>
Nova Trento	2	49	<b>51</b>
Nas 16 léguas	251	3 729	<b>4 030</b>
Na Col. Sertorina	-	120	<b>120</b>

Em 1912, somente na cidade:

Casas de madeira: 535

“ “ material: 88

Velhas, desabitadas: 61

**Total de casas: 684**

Em 1914, na cidade:

Casas de madeira: 678

“ “ material: 236

**Total de casas: 914**

Em 1918, somente na cidade:

Casas de madeira: 775

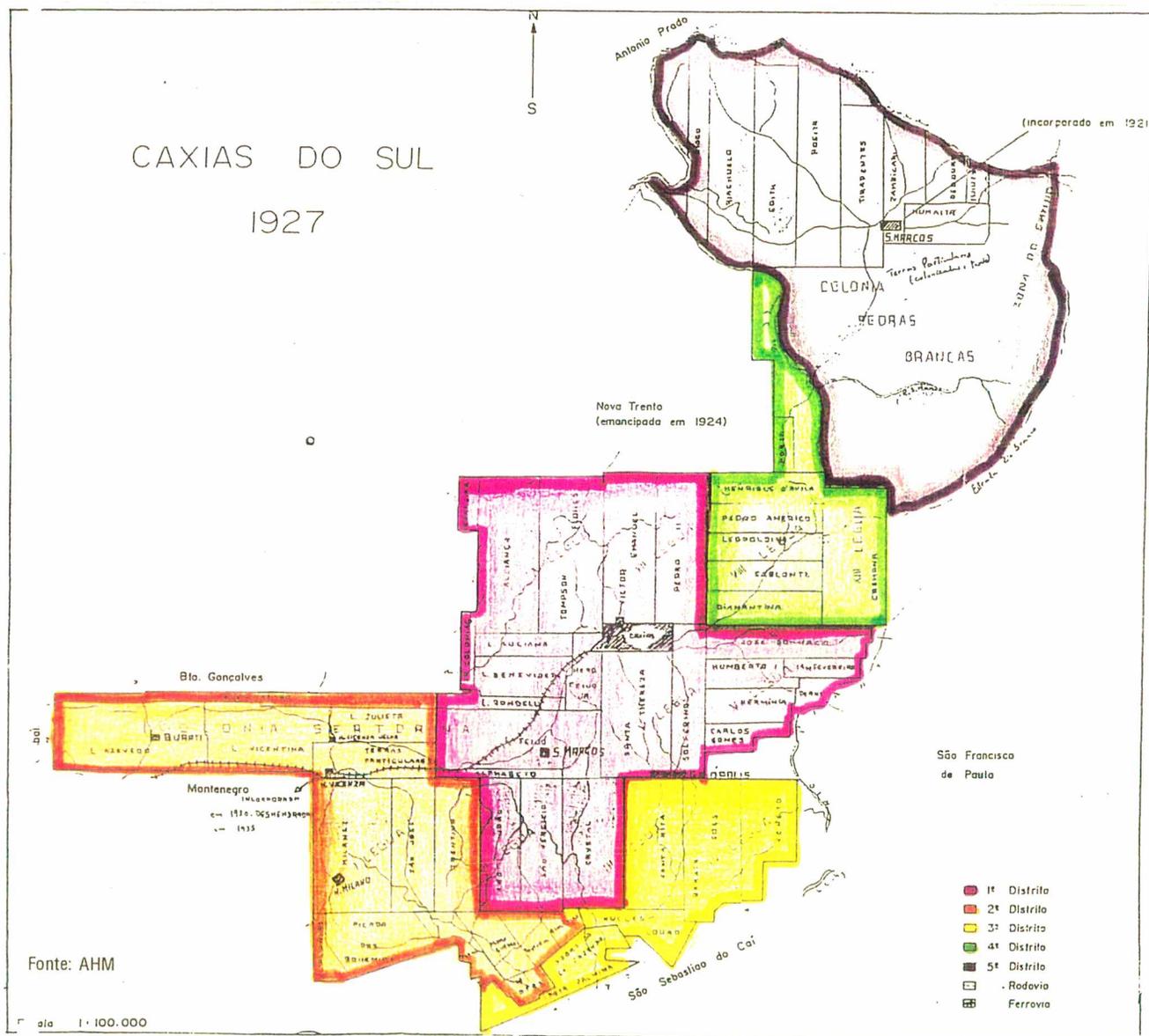
“ “ material: 337

**Total de casas: 1.112**

Na década de 20 deste século são construídas moradias requintadas na cidade, como informa “O Brasil” de 27/5/1922 e 24/6/1922: O Ten. Cel. Adelino Sassi constrói palacete na Júlio, esquina Dr. Montaury e o Dr. Carbone na Júlio, esquina Marechal Floriano. A Igreja Metodista, o Recreio da Juventude (na Visconde de pelotas, esquina Sinimbú) e as residências de Aristides Germani e Amadeo Rossi são outros exemplos

Há melhoramentos urbanos, especialmente neste período, como a construção da Hidráulica Municipal, sob orientação política do Prefeito Dante.

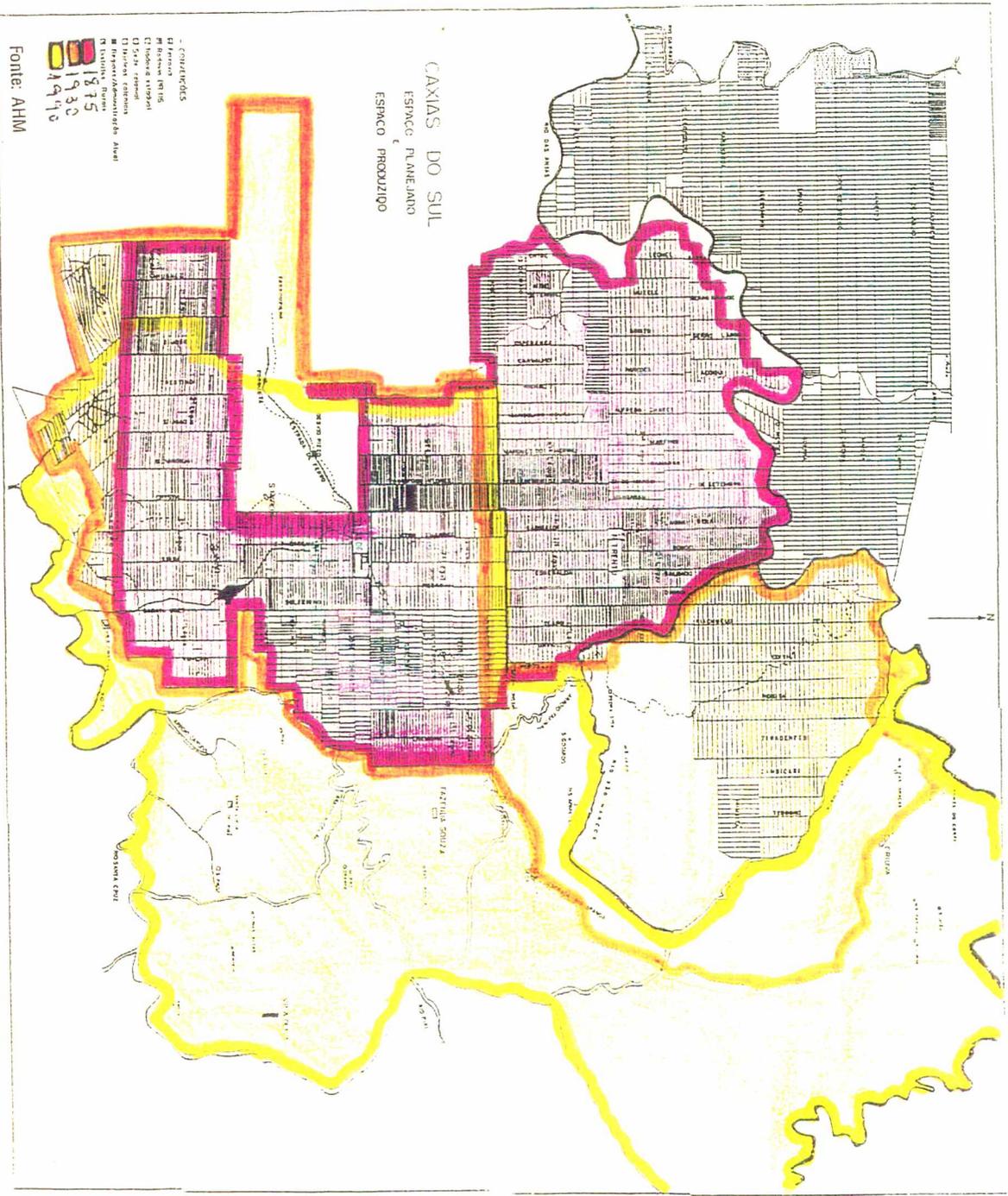
Era este o mapa municipal de Caxias em 1930:



## 4.6 – O espaço territorial de Caxias, da Colônia a 1930

Transformações territoriais importantes se verificam no Município na década de 20. Com o Decreto Estadual nº 2822, de 23 de junho de 1921, o município é acrescido do núcleo colonial de S.Marcos, que pertencia a S.Francisco de Paula. Pelo Decreto nº 3320 de 17/5/1924, Caxias perde Nova Trento, Nova Pádua e o povoado de Marcolino Moura, que formaram o Município de Nova Trento, hoje, Flores da Cunha.

O mapa a seguir apresenta estas alterações mostrando em cor de rosa o contorno do território destinado à colônia (1875), com a divisão própria em lotes coloniais. A parte colorida de alaranjado, mostra o formato do território caxiense à época determinada como o fim da presente pesquisa, isto é, 1930. Note-se o município de Nova Trento, hoje Flores da Cunha, já desmembrado e o território denominado de S.Marcos dos polacos, incorporado à Caxias. A parte em amarelo demonstra o território de Caxias do Sul hoje, 1995. Veja-se a Colônia Sertorina desmembrada, constituindo hoje o município de Farroupilha e S. Marcos, também emancipado. Caxias absorveu mais território no sentido leste e sul.



# CONCLUSÃO

Conforme manifestado na Introdução deste trabalho, esta pesquisa objetivava analisar a Geografia Econômica Caxiense desde sua origem, com a fundação do núcleo colonial “Fundos de Nova Palmira”, em 1875, até 1930. Este período permitiu verificar como se organizou localmente a economia agrícola e como se deu a passagem desta para uma economia de base industrial.

No seu conjunto, o trabalho mostrou que, com as particularidades próprias do grupo social envolvido e do espaço geográfico, a forma de produzir teve um caminhar característico do capitalismo quando articulado com outros modos de produção, para, sob sua dominação, impor-lhe sua unidade e sua lógica. Assim, a imigração italiana, a quem fora destinado o núcleo oficial de colonização ora enfocado, enquadrava-se no movimento espacial de força de trabalho que ocorria em escala internacional quando do estabelecimento das relações capitalistas de produção especialmente na Europa Ocidental. Aqui no Brasil, estabelecidos no espaço geográfico destinado, os imigrantes continuavam a fazer parte do movimento amplo de substituição da mão-de-obra servil pela mão-de-obra livre, também orientado por relações capitalistas de produção.

No processo de penetração das formas capitalistas de produzir, alguns fatos ocorrem caracterizando diferentes estágios articulados: é necessário romper o circuito da auto-suficiência promovido dentro da unidade produtiva entre a agricultura e o artesanato; após destruído completamente o artesanato, os pequenos produtores são forçados a se integrarem a uma economia mercantil, a fim de adquirir os produtos de que necessitam e não podem mais produzir. São assim obrigados a um consumo produtivo de bens fabricados de modo capitalista. O Estado geralmente se incumbem de manter a harmonia na coexistência destes modos de produção, muitas vezes favorecendo o domínio do modo capitalista. No caso em estudo, mantém-se a pequena produção mercantil (ppm) com sua força de trabalho e a propriedade das condições e dos meios de produzir, mas presa ao emprego da tecnologia do modo de produção capitalista (MPC). É favorecido o emprego da tecnologia na produção agrícola, na regularização dos preços dos produtos e na determinação do valor da força de trabalho. Através do Estado, são encaminhados valores do setor agrícola para o industrial.

O espaço participa do movimento dialético em que é produzido porque incorpora-se ao conteúdo social que permanentemente lhe dá forma. Daí porque a pesquisa apresenta as relações sociais como o agente dinamizador do conteúdo social que dá forma ao espaço e ao mesmo tempo

reconhece o espaço como fator condicionante ao movimento social.

Este trabalho empírico, num primeiro momento, analisou a constituição pelo Governo Brasileiro de um núcleo de colonização formado de pequenos proprietários localizado no nordeste do Rio Grande do Sul. Estes estabelecimentos não ofereceriam concorrência aos grandes proprietários de terras do Rio Grande do Sul porque o território a eles destinado era impróprio para a pecuária, atividade predominante até então. A propriedade da terra seria adquirida pelos imigrantes, que, quando da chegada, assumiriam a dívida da mesma com o Estado.

Ao se instalarem, organizaram-se em torno de uma pequena produção mercantil, com atividades artesanais e domésticas convivendo com a agricultura de subsistência e mercantil, articulada ao modo de produção capitalista. O abastecimento da sociedade em bens manufaturados também podia ser feito através de firmas importadoras e exportadoras localizadas no estado. As ligações regionais eram asseguradas principalmente por meio de São Sebastião do Caí, ponto de ligação com a economia regional, nacional e internacional. Também ocorriam, em menor escala no início e ampliando-se mais tarde, com a zona de campos do palnalto gaúcho.

Uma particularidade que merece destaque é a chegada de imigrantes não subvencionados, que dinamizam a economia local, orientando-a para a industrialização, com a participação da pequena produção mercantil como financiadora de tais empreendimentos.

As primeiras indústrias são têxteis, alimentares e de equipamento para transporte de mercadorias e também para beneficiamento de grãos e equipamento agrícola, semelhantemente ao que ocorria no Brasil todo nesta época.

O Rio Grande do Sul fornece ao mercado brasileiro, no início do século XIX, sobretudo charque e couros. Com a produção colonial, passa a fornecer banha, feijão e fumo, dinamizando a economia sulina e contribuindo para atribuir a Porto Alegre o papel de centro distribuidor e receptor de produtos. A antiga Colônia Caxias integra-se à economia colonial gaúcha quando se especializa na produção de banha, vinho e derivados da suinocultura. Também fornece ao mercado gaúcho produtos industrializados que compõem a vestimenta do gaúcho e a sua montaria.

Assim, através do trabalho empírico, verificou-se que o comércio à distância e a propriedade da terra em mãos do Estado, faziam a articulação entre o MPC e a ppm na Colônia Caxias.

Um segundo momento que a pesquisa aponta é o do surgimento, na própria ppm, de uma burguesia agrícola local e de um proletariado. Este fato conduz a mudanças significativas na economia em estudo. É neste momento que ocorre um primeiro impulso orientado para a industrialização. Há

uma fase de expansão no comércio internacional, correspondendo à fase “b” do 3º ciclo longo de Kondratieff, com procura maior por produtos agrícolas da periferia da economia mundial. Todos os esforços brasileiros são orientados nesta produção, abrindo possibilidades de um mercado interno necessário para atender às necessidades dos trabalhadores do setor exportador.

Caxias tem aumentado sua produção, necessitando de mais transportes, mais oficinas auxiliares dos transportes e das mercadorias. A produção caxiense se especializa, seperando-se a agricultura da indústria; desaparece a auto-suficiência no interior da unidade produtiva familiar e muitos pequenos produtores são expropriados de sua condição independente de produzir.

Também desaparecem muitas pequenas oficinas artesanais e reforçam-se as que permanecem. Ampliam-se e especializam-se. Reduzem-se os meios de transporte rudimentares (cavalos e carretas) e instala-se o ramal ferroviário. O proprietário rural caxiense transforma-se em produtor de matéria-prima (especialmente uva), para as cooperativas industrializarem e comercializarem o produto. O Estado participa quando induz ao sistema cooperativista, ao emprego da tecnologia e no estabelecimento dos preços do produto. A classe comerciante assume postos de diretoria das cooperativas enquanto os associados-produtores ficam na condição de fornecedores de matéria-prima (viticultores). Há aqui uma submissão concreta dos produtores ao capital.

O capital comercial acumulado pelo “negociante” sobre a pequena produção mercantil e a burguesia que dela emergiu, formaram a base das primeiras indústrias caxienses. Este capital portanto, é oriundo da ppm e de sua própria desintegração quando articulada ao MPC, em estágio próprio.

Um outro momento detectado pela pesquisa é o da ocasião da consolidação industrial de Caxias do Sul. Crescem os produtos industrializados em Caxias não só em quantidade mas também em qualidade. Evoluem de 87,85% das exportações em 1914 para 97,86% em 1927. Os produtos que classificamos como de origem agrícola exportados por Caxias, portanto sem envolvimento com processo transformativo e emprego de energia, vão reduzindo sua participação nas exportações anuais. Em 1914 compõem eles 12,11% da exportações, caindo para 6,07% em 1915.

Quando na década de 1920 iniciam-se as rupturas econômicas e políticas no nosso país, que culminarão com a Revolução de 1930 e a exportação gaúcha encontra resistências no centro do país, Caxias se ressentiu, mas sua economia diversifica-se em vários ramos industriais, voltando sua produção para o mercado regional. Os couros, os metais em obra e têxteis adquirem peso nas exportações caxienses em 1928 e reduzem-se ainda mais as exportações dos gêneros coloniais, que alcançam apenas 2,13% das suas exportações. Neste momento o capital externo financia obras públicas e muitos industriais locais viajam ao exterior para importar bens de produção e matéria-prima. Novos processos de trabalho são incorporados pelas empresas e a classe operária caxiense começa a manifestar-se exigindo melhores condições de trabalho.

A população não apresenta aumento significativo porque há alterações territoriais com o desmembramento e emancipação de dois municípios e a incorporação de “São Marcos do polacos”. Mas a constituição da população nos permite ver a alteração no número de ocupantes da zona urbana e da zona rural: em 1920, 4.500 habitantes ocupavam a zona urbana e 28.500 a área rural. Em 1940, 16.055, a zona urbana; 4.068, a área suburbana e 17.554 a zona rural.

Além disto, muitos melhoramentos ocorreram no espaço urbano, especialmente na área da construção civil, cuja “modernidade” é fruto do desenvolvimento industrial alcançado. Já na área rural prosseguia a mesma propriedade individual familiar, aos cuidados dos pais e/ou do filho mais velho, enquanto os demais já constituem o “exército industrial de reserva” para as indústrias nascentes.

Em relação ao debate sobre as ligações ou não da atividade industrial gaúcha com a pecuária sulina, este estudo mostra que muitas indústrias caxienses surgiram e se afirmaram na economia regional atendendo necessidades ligadas diretamente à atividade criatória. É o caso da Fábrica de Sedas Panceri, da Funilaria – Metalúrgica Abramo Eberle, da Fábrica de Implementos Agrícolas De Antoni, do Lanificio Gianella e do Lanificio São Pedro de Galópolis.

Também, destas pioneiras, nenhuma surgiu diretamente do primeiro grupo de imigrantes, pobre e subvencionado pelo Estado, que chegara à Colônia Caxias nos primeiros anos. Com exceção da Funilaria de Abramo Eberle que iniciou na área urbana, todas as demais surgiram na área rural o que comprova sua origem na pequena produção mercantil.

Resgatar o trabalho braçal dos primeiros imigrantes que produzindo milho, feijão, banha e uva, permitiram o surgimento do capital mercantil para as indústrias locais foi um ponto importante desta pesquisa. Também contribuir para um possível debate sobre o desenvolvimento de Caxias, afirmando que este não se deu apenas após a chegada da ferrovia – idéia que se generalizou simplesmente – mas o desenvolvimento de Caxias exigiu a presença de uma ferrovia, que depois de instalada constituiu-se em um novo impulso ao crescimento econômico de Caxias do Sul e de sua região.

Pode-se assim concluir que a industrialização de Caxias do Sul ocorreu englobada no contexto econômico nacional e do desenvolvimento do modo de produção capitalista em geral, influenciada por fatores sócio-espaciais locais e regionais que acabam por lhe conferir o caráter particular.

# **ANEXO 1**

**Primeiros negócios de Abramo Eberle fora de Caxias do Sul**

**Relações Sociais e Comerciais de Abramo Eberle com Colonos, com Empregados e com Comerciantes**

**Faturamento da Metalúrgica Eberle**

**Exportações de Caxias(vários anos)**

**Exportações Gaúchas(1881-1918)**

**Exportações Gaúchas de Vinho(1893-1918)**

**Empresas Gaúchas sujeitas ao Imposto de Consumo Federal (1920)**

**Composição das Exportações Caxienses**

**Principais Produtos Exportados**

**Estabelecimentos Industriais e Comerciais de Caxias**

# Negócios de A. Eberle fora de Caxias do Sul

## Relações Sociais e Comerciais de A. Eberle com Colonos, com Empregados, e, com Comerciantes.

### Faturamento da Met. Abramo Eberle.1896-1930

Nota: Foram mantidas a linguagem e a ortografia dos originais. Os valores são nominais.

Tabela 1

Despesas de uma das primeiras viagens de Abramo Eberle para S.Paulo com a finalidade de “negociar” gêneros coloniais

#### SPESA (DESPESA) DI VIAGIO DI GENERE

Trasporto reis	766\$000
Leilone reis	131:000
Altri guast	24:000
1 malla da viaggio	27:000
governato 2 pari de scarpe	3:000
50 invelope e 2 pene	1:200
1 paio (par) botino	20:000
careti dala stazione al deposito e al deposito e alla stazione	28:000
2 colarine	3:000
3 gravate	7:500
1 camicia	6:000
1 paio di tirache (suspensório)	3:500
1 camicia	7:500
1 colarino	1:400
20 casse di folha 22 500	451:000
1 capelo	10:000
10 pene	500
1 libro	1:000
1 spazolina	1:000
1 scartola (caixinha)	3:500
50 cartoni postal	2:500
	<u>1:498:600</u>
stampile	8:000
stampilie per il coreio	10:000
governato 1 paio scarpe	5:000
careti	28:000
2 fassoleti	1:000
2 camicie	13:000
42 quartole	126:000
per Meneguso	54:000
da Fracalanza	48:800
numere e alfabeto	18:000
stampilie	8:000
3 colarini	4:500
20 casse di folia	450:000
armasem	20:000
despaci in Santos e frete	660:300
telegrami	38:000
150 metri di bombasina	70:000
1 paio calseti	1:500
20 cartoni postali	1:000
1 fássia per i denaro	1:500
tinta	2:000
	<u>3:067.200</u>

Fonte: Livro-Caixa de Registro de venda de vinho e graspa. 1902. MAE 076 L AHM de Caxias

**Tabela 2**

**DISPEZA DI VIAGGIO E TRASPORTO DEI GENERI DA CAXIAS IN AVANTI:**

Pagato ai caretieri in S.Sebastiano.....	32:000
vaporino da S.Sebastiano a P.Alegre	78:000
a crivellaro di um dispacio del cabelo do Fracalanza	40:000
consegnato di bonamano a crivellaro	17:000
consegnato a Crivellaro per dispaciare il vino che a da venire	50:000
consegnato alla casa Uniao de Ferro di una factura	188:800
A Preiss Wiedermann e Cia di 2 dispaci uno di Andreoni e uno di Tegagno	218:800
dispacio del generi che io o conduto	156:000
frete del generi da P.Alegre a Santos.....	318:600
mandato in casa per Gigeto per pagare i salami passaggio da P.Alegre a Santos	57:800
Mandato in casa per Bonalume	400:000
comperato 10 metri goma	20:000
2 pari di sinele 1 per me e uno per la Lisa	9:000
1 papagaio	10:000
1 canevasa 2 fazoleti 2 libri	6:000
consegnato a Bedin	20:000
pagato di dispacio e careti in Santos e dispacianti	245:600
pagato a Pirola Marchiolati di 1 bordalesa de graspa	12:000
frete da Santos a S.Paulo	140:000
careti alla stazione	30:000
	<b>2.087:400</b>

Fonte: Livro-caixa de Registro de venda de vinho e graspa.1902 MAE 320 L AHM

**Tabela 3**

**CREDITI DA RICEVERE IN S.PAULO:16 DEZEMBRO 1903**

Garafoni e Filhos-Ribeirao Preto	
resta devendo a 90 dias	15\$000
1                                   90	15\$000
1 lata pomi(maçã) sechi	14\$200
Alesandro Davanso che remeteo a Tegagno Livi e Bertoldi em Ribeirao Preto	
1 quinta graspa	11\$000
Carlos Marcheti-Franca	
1 bordalesa de vinho que lhe remeteo	
Gaetano Mascaro de Casa Branca	
Alceste Morgantetti-Ribeirão Preto	
il 13-12 1 sella com shapas de metal	35\$000
il 18-12 3 sella a 35	105:000
frete	4 800
	<b>144\$800</b>

**Tabela 4**

**RELATÓRIO DE UMA DAS VIAGENS DE ABRAMO EBERLE: 1901 - 1904**

Partito di Caxias con	56:000
ricevuto di bagna in S.Sebastiano	99:000
ricevuto di 38 chili salami	76:000
ricevuto dal Bechis	100:000
ricevuto del Banco london per conto di Tegagno	480:000
ricevuto dal Banco london per conto di Andreoni	460:000
ricevuto da Crivellaro per conta di Fracalanza	648:000
	<b>1.919:000</b>

Fonte:MAE 320 L AHM

**Tabela 5**

**GENERI COMPERATI IN CAXIAS**

dal Snr.Veronesi 1169 medide di vino a 3 medide por 1000 R. Total réis		389:660
consegnato	70:000	
Rovea 430 chili formagio a 1100 al chilo		473:000
consegnato	150:000	
Silvio 400 medide di graspa a 800 réis alla medida Total		320:000
consegnato	220:000	
Basso 140 medide di graspa a 700 alla medida		98:000
consegnato	50:000	
Gasparin 380 medide di graspa Total réis		240:000
consegnato	40:000	
Gueno 50 chili salame a 1800 al chilo		90:000
consegnato	45:000	
	<u>575:000</u>	<u>1:610:660</u>
Bedin 12 dusie sporte a 6500 alla dusia.Total		78 000
consegnato	20:000	
Depaoli 44 chili fumo in corda a 1200		52.800
consegnato	30:000	
Maineri 150 chili formagio a 1000 al chilo		150:000
consegnato	70:000	
1 sella		30:000
Chittolina Angelo 67 chilli pessiuti a 1800		120.600
consegnato	120:600	
Bonotto 5 dusie sporte e 12 dusia capelli sortiti Tottal		120.000
consegnato	50:000	
Botaro di bordalese total		410:000
diverse altre bordalese e quinti total reis		120.000
consegnato	120:000	
	<u>985:600</u>	<u>2:692:060</u>
a Eberle soda spirito sale e colare e lavoro e 2 casse di legno(madeira)		
Tottale reis		115:000
consegnato	115:000	
a Casara 5 quinti graspa 150 medide a 900		135:000
Bianco 70 medide di graspa a 700		49:000
consegnato	49:000	
Eberle 70 medide graspa a 700		49:000
consegnato	49:000	
Eberle 288 medide graspa a 700 alla medida		216:000
consegnato	216:000	
Eberle 234 medide vino a 360 alla medida		84:240
consegnato	84:240	
Eberle 38 chili pomi sechi 800		30:400
consegnato	30:400	
	<u>1.529:240</u>	<u>3:370:700</u>
Corsetti 25 chili tabaco a 1800 al chilo		45:000
consegnato	45:000	
Eberle 30 chili marmelada a 1000 al chilo		30:000
consegnato	30:000	
Carleta 392 medide di graspa a 700 alla medida		274:400
consegnato	40:000	
frete di 12 carrete total		470:000
consegnato	230:000	
consegnato a Casara della graspa	195.000	
	<u>2:009:240</u>	<u>4:190:100</u>
250 medide di vino che arivare con		

9 quinti	totale	90:000
caretiere di frete		30:000
mandato al Snr Edimundo Dre.per conta		
di Rovea	250\$000	
mandato a Eberle	500\$000	
	<hr/>	<hr/>
mandato in casa	2:759:240	4:310:100
mandato in casa	500:000	
Pagato a Prais videma de frete di	800:000	
2 rimesi di graspa		218.000
consegnato	218:000	
	<hr/>	<hr/>
mandato a Angelo Crivellaro	4:267:240	4:528:100
" " "	600:000	
" " "	600:000	
" " "	500:000	

Fonte:Livro-Caixa de Registro de venda de vinho e graspa.Met.A.Eberle.1902 MAE 320- L e 076-L

### Tabela 06 (11)

## LOCALIDADES ATENDIDAS COM VIAJANTES OU REPRESENTANTES OU POR CARTAS: 1907

Guaporé	- L.Bonetti,Angelo Sassi,D.Sartori
S.Lourenço da Villa Boa	-P.Borguetti,Julio Valensan,
S.Joao de Montenegro	- Pedro Hortz,H.Fetore
S.Joao Poço das Antas	-Albino Heing
Teotônia	-Egídio Guiliardi ,Jacó Krieg
P.Alegre	-Carlos J.Becker,Ferreira C. Cia
Antonio Prado	-Luiz Grazziotim, Joao Grazziotin
Nova Milano	-Andrea Fossetti
Nova Trento	-Angelo Borguetti,B.Mascarello
Urussanga(S.Catarina)	-Antonio Bez Fontana
A.Chaves	-Gulielmo Junho
Monte Vêneto	-Serafino Joanini
Linha Imperial	-Franz Zimmermann
Vacaria	-Vitorio Celli
Taquara	-F. Petersen,G.Georg,J.Leitterstorf
Lagoa Vermelha	-Joaquim M.Ferreir Sta.Teresa
	-Guido Vignatti,Stringhini e Irmao
S.Marco	-Francisci Stawinski
Feliz	-Nicolau Ruschel
Capoeira	-J. Valmorbide,R.Cherubini,V.Perus
B.Gonçalves	-Guilherme Frose
6 légua	-Luiz Corsetti
1 légua	- Adolfo Conrat
S.Leopoldo	-Felippe Morh,Guilherme Moog
S.Ant.da Patrulha	-Clodoveo Castagna
Nova Roma	-Luiz Magnabosco
N.Treviso	- Angelo Barea
Alfredo Chaves	-Antonio Galeazzi
Gal.Osório	-José Lucianon
N.Bassano	-Primo Pedroni
Guaporé	-Busato Irmao,V.Andrighetti, Joao M.
"Linha 14	-Giacobbe Corso
" linha 11	-Luigi Bergamini
Guaporé	-Luigi Bonetti,Andrea Costi,Cornélio Menegotto
Cruz Alta	-Erasmus Bernardi

Fonte:Livro de Preços Registrador de Pedidos.MAE 1907-1908 MAE 019-L AHM

# Relações Sociais e Comerciais de A. Eberle com Colonos, com Empregados, com Comerciantes: 1906-1913

Tabela 7

## GARBIN VITORIO – 1906

Cominciato a lavorare il 3-9-1906 alle 9 ore antinuredi ane  
 il 1-2 ricevuto 3 giornate  
 pago al D.Boleman 14.000  
 2-2 consegnato 3.000  
 saldato il 7-4-1907 em conti fati il 20-7-907  
 avanza a saldo 192:000  
 de ora em diante 2 500 al giorno  
 Fonte: Livro de Controle de Operários MAE 045 - L

## GARBIN VITORIO – 1907

il 4-1 subscrição Machado			1:000
conts fati il 7-4-1907			
il 21-4 recebido g <sup>ta</sup> lavoro			9 <sup>1/2</sup>
28-4 " " "			5
5-5 " " "			6
12-5 " " "			5
19-5 " " "			6
2-6 "			9 <sup>1/2</sup>
" " 12 cabeçode (cabeçote)			
8-6 giornate			6
16-6 "			6
23-6 "			6
28-6 "			4
conts fati il 20-7-1907			
avanza a saldo			192:000
	<b>Deve</b>		<b>Haver</b>
il 4-8 consegnato	20:000	il 25-7 a saldo	192:000
10-8 "	90:000	28-7 recebido	g <sup>ta</sup> 6
17-8 "	5:000	4-8 "	" 6
25-8 1 fazoieto e			
1 anel	5:300	10-8 "	" 6
perso 1 sera	1:000	17-8 "	" 5
il 25-8 saldo			
a seu favor	133:700	25-8 "	" 5
		25-8	Total dias 28
		a 2:500	<u>63:000</u>
	<u>255\$000</u>		
il 1-9 consegnato	5 000	25-8 saldo a suo	
" <sup>1/2</sup> d <sup>us</sup> foguetes		favore	133:700
de mimil	1.600		
3-9 consegnato	10.000	1-9 recebido	5 <sup>1/1</sup> g <sup>te</sup>
14- <sup>o</sup> Dinheiro		8-9 "	6
entregue	5.000	out 14 "	5 <sup>1/4</sup>
out 1 <sup>o</sup> consegnato	20.000	" 21 "	6
		" 29 "	5 <sup>3/4</sup>
		out 1 <sup>o</sup> Total	
		g <sup>te</sup> 28 <sup>1/2</sup>	
		a 2.500	71:250
	41:600		
out 2 2 foto		out 1 <sup>o</sup> avanza	
grafias 1500	3:000	a saldo	163\$950
14 Dinheiro	5:000	" 5 fez dias	6
17 1 Dz.anéis e			
1 chicote	6.500	13 " " 5 <sup>1/4</sup>	
" Dinheiro	13.500	20 " " 4 <sup>1/4</sup>	
26 "	30 000	27 " "	6
out 1 <sup>o</sup> consegnato	<u>10 000</u>	nov 3 " " 4	

68 000	
saldo a suo favor	<u>158 100</u>
	226:100
nov 6 Dinheiro entregue	25 000
Dez 1ºsaldo a seu favor	190 600
	215.600
Dez 8 Dinheiro entregue	10 000
28 " "	10 000
" " "	8 000
31 " "	42.600
"saldo a seu favor	<u>200:000</u>
	270 600

nov 1ºTotal 25<sup>1/2</sup>  
a 2:500 62:750  
226:100

nov 1ºsaldo a suo favor  
158\$100

16 fez em 2  
semanas dias 11  
24 fez dias 6  
30 " " 6  
dez 1º Total  
dias 29 a 2500 57 500  
215:500

Dez 1º saldo a  
seu favor 190.600  
" 14 6<sup>1/2</sup> dias  
" "fez dias 6  
"22 " " 6  
"28 " " 5  
"21 " " 1<sup>1/2</sup>  
Total dias trabalho  
a 3.000 25  
75 000  
juro 5 000  
270:600

## 1908

Jan 8 1 alicate	4 500
10 dinh.entregue	5 000
18 metal	1 000
31 entregue por saldo	<u>58:500</u>
	<u>69:600</u>
Fev 15 dinheiro	29 000
22 " "	10 000
23 " "	60 000
28 " "	5 000
Março 4 " "	10 000
8 1 compasso de mula	2 500
" " 3 alicates de aço	4 800
" " 1 armação de serras	3 500
" " 1 alicate potente para cortar	4 000
" " alicate peq.	2 000
" " 1 torno de mão com cabo	2 500
" " 13 dinheiro entregue	10 000
" " 25 " "	10 000
" " 4 D <sup>as</sup> serras pequenas	1 500
" " 1 lamparina	<u>1 000</u>
Mar 31	146:800
" " pago por saldo	2:825 Rs.

saldo a seu  
favor a 6 % 200\$000

Jan 4 fez 3 dias  
10 " 4 "  
18 " 4 "  
24 " 6 "  
31 " 6 "  
31 Total 23  
a 3.000 69 000

fev 8 1 semana 5 dias  
15 1 " 6 "  
22 1 " 5 "  
29 1 " 6 "  
mar 7 1 " 3<sup>1/2</sup>  
14 1 " 5<sup>1/2</sup>  
21 1 " 5  
28 1 " 5  
31 1/2 " 1<sup>3/4</sup>  
31 Total  
dias 42<sup>3/4</sup> 149:626

Fonte: Livro de Registro de Controle dos Salários dos Funcionários MAE 045 - L AHM de Caxias

**Tabela 8**

**JACOB SPERANDIO**

	<b>Deve</b>		<b>Haver</b>
chapas em pares		avança	459:500
7-8 máquina de secar	254:000	3 serigotti	24:000
frete " " "	4:100	3 serigotti	23:000
consignato 39 pares de chapas chicote	7 500	3 seligotes chapeados número 1	39:000
aparelho para selim	19 000	12 sel.chap.nº 7	192:000
5 couros de porco	22 500	10 " " " 3	110:000
6 vidros	6 800	6 " " " 5	66:000
tubo	2 900	2 " " " 1	22:000
2 1/2 metros goma em cano	7 500	1 " " " 5	11:000
máquina para lamparina	700		<u>875:500</u>
chapas	39:000		
	<u>497\$500</u>		
19/12/1907 Saldo a seu favor	378\$000		
Saldato a 19/12/1907			
19/12/1907 Deve 6 pares chapas			
29 Entregamos para curtir 26 pelegos			
21/01/1908 Seu haver: 8 pelegos pretos 1000			8 000
18 " amarelos			21 600

Fonte: MAE 001 -L e 002 - L

**Tabela 9**

**GIUSEPPE ARIOLI**

Cominciato a lavorare il 29/4/905

il 8-5 perso um giorno de lavoro

14/5 consegnato (concedido)	2:000
15/ " "	1:000
16 " "	1:000
21 " "	5:000
3/6 " "	2:000
7 " "	1:000
9 " "	2:000
11 " "	2:000
25 " "	10:000
17 " "	2:000
29 " "	2:000
7/7 2 fivete de metal	800
15 " consegnato	5:000
" " 1 par di stivali (bota)	22:000
29 " consegnato	9:000
perso due giorni lavoro	
30 " consegnato	4:000
15/8 " "	2:000
18 " "	12:500
24 "3 metri casineta, 2 metri e 1/4 per braghe e 2 metri e 1/2 padron 3 metri e 1/4 2 careteli filo e 20 botoni	10\$300
il 7-9 lasciato di lavorare	
14-9 cominciato a lavorare	
7 " consegnato	20:000
14 " perso 1/2 giornata	
16 " consegnato	2:000
25 " "	2:000
	<u>113:600</u>

Fonte: MAE 002 -L

	<b>Haver</b>	<b>Deve</b>
il 30-9 consegnato		2:000
8-10 "		5:000
9-10 "		10:000
15 " "		2:000
30 " "		15:000
1 bareta (boné) seda		2:000
5-11 Consegnato		7:000
<u>Conti fati il 10-11-905</u>		
Resta a suo favore	45\$000	
il 12-11 consegnato		10:000
19 "		2:000
21 "		8:000
29		1:000
21 perso 2 giorni lavoro		
25 consegnato		5:000
26 "		2:000
perso 1 giorno lavoro		
3-12 consegnato		90:000
4- " "		10:000
8 "		2:000
10 " "		2:000
16 " "		3:000
17 " "		1:000
18 "perso 1/2 giornata		
24 " consegnato		5:000
30 " "		500
1°-1° "		5:000
6-° "		2:000
		<u>88:500</u>
<u>Conti fati il 19-1<sup>a</sup>-1906</u>		
deve		15\$000
il 7-1° consegnato		5:000
14- " "		5:000
perso 1 giornata		
a 15-1° consegnato		5:000
21 " "		5:000
28 " "		5:000
1°-2 "		5:000
4-2 "		5:000
11-2 "		5:000
18-2 "		5:000
perso 1 1/2 g <sup>ta</sup>		
24-2 consegnato		5:000
25 "		5:000
27 "		2:000
4-3 "		3:000
5 " "		5:000
<u>Conti fati il 16-3-1906</u>		
avanza Rs (réis)	45\$000	
11-3 consegnato		5:000
fazenda de Vicente per réis		14:000
15 " consegnato		1:000
17 " "		20:000
7-4 "		5:000
14 " "		5:000
15 "perso 1 giorno		
21 "lasciato da lavorare		
" " consegnato		15:000
25 " cominciato a lavorare dopo mezzogiorno		
29 " consegnato		1:000
<u>Conti fati il 29-4-906</u>		
avanza	69\$000	

Fonte: MAE 002- L.Livro C/Correntes 1904-1908

Comincia a lavorare il 30-4-906		
Nov 3 perso 1 1/2 giornata		
28 Consegnato		20:000
Dec 3 perso 5 giornate		
7 lasciato di lavorare dopo le 10 ore consegnato		20:000

2 alambique di 105 medide 84:000  
Conti fati il 17 decembre 1906  
 20 pago a João Gasparetto 13:350

**1907**

Jan 4 Devano a N<sup>a</sup> Machado 500  
 " 5 consegnato 20:000  
Conti fati 11-1<sup>a</sup>-1907  
 Out 6 fez dias 6  
 13 " " 6  
 " dinheiro entregue 25:000  
 18 "p/Ant.José Azevedo 1:000  
 20 fez dias 3 <sup>3/4</sup>  
 26 " " 5 <sup>1/2</sup>  
 31 " " 3 <sup>3/4</sup>  
 Nov 1 Horas de trabalho total  
 25 a 4 000 100:000  
 " " entregue por 10:000  
 " " " " 5:000  
 " " " aldo 59:000  
100:000  
 Nov 8 1/2 K de soda Rs 200  
 10 fez dias 5 <sup>3/4</sup> "  
 17 dinheiro 5:000  
 Dez 1 fez dias 2 <sup>3/4</sup>  
 " " Total dias 20 <sup>1/4</sup>  
 a 4 000 81:000  
 consegnato a saldo 75:800  
 81:000 81:000  
 Dez 7 fez dias 6  
 14 " " 6  
 22 " " 6  
 28 " " 5  
 31 " " 1 <sup>3/4</sup>  
 Total 24 <sup>3/4</sup> dias 99:000  
 Saldato il 31-12-1907

Fonte: MAE 002 - L Livro C/Correntes 1904-1908

**1908**

Jan 4 fez dias 2 <sup>3/4</sup>  
 11 dinheiro entregue 10:000  
 " fez dias 4 <sup>3/4</sup>  
 15 dinheiro entregue 40:000  
 18 fez dias 5 <sup>3/4</sup>  
 24 " " 1  
 Total dias 20  
 a 4 000 80:000  
 Fev 1<sup>o</sup> entregue por saldo 30:000  
 Mar 8 1 semana 5 dias  
 " 15 " " 4 <sup>3/4</sup>  
 22 " " 5 <sup>3/4</sup> dias  
 29 " " 5 <sup>3/4</sup> "  
 11 dinheiro 1:000  
 16 " 5:000  
 23 " 5:000  
 Mar 7 " 5:000  
 1 semana 3 <sup>1/4</sup>  
 14 " " 5 <sup>3/4</sup>  
 21 " " 2  
 25 dinheiro entregue 10:000  
 28 1 semana 4 <sup>3/4</sup>  
 31 <sup>1/2</sup> " 2  
 Total dias 39  
 a 4.000 156:000  
 4 oras trabalho 2:000  
 Entregamos por saldo 132:000  
 158:000  
158:000

Fonte: C/Correntes 1904-1908 . MAE 002 - L

**Tabela 10**

<b>GIULIA SAVAGNAGO-1910</b>			
	<b>Deve</b>		<b>Haver</b>
Fvto 1 a balanço	350\$000	Fevro 26 a 5 annos a 6%	350\$000
	350\$000		350\$000
	350\$000	Saldo a seu favor lançado no livronovo folha 47	

Fonte: Registro de Dinheiro Aplicado por Particulares MAE 082-L AHM

**Tabela 11**

<b>TOMASI GIUSEPPE-CAXIAS-1900</b>			
	<b>Deve</b>		<b>Haver</b>
		1909 set 11 sem data de vencimento a 5%	600:000
1910 junho 26 pagamos por sal do da letra	600\$000		
junho 26 pagamos de juro 23:700			
	600\$000		600\$000

Fonte: Livro de Registro do Dinheiro Aplicado por Particulares 1906-1910.MAE 082-L AHM

**Tabela 12**

<b>PEDIDO DO SR.VICENTE CAMBORGI-LAGES S.CATARINA 1907</b>	
5 pares esporas núm 69 chilena	
1 Dúz. argolas núm 48	
2 dúz argolas n/um 47	
3 rabichos chapas correados 2 núm 25,1 núm 23	
9 fiador de " "	
3 peitoral de " "	
2 par estribo núm 1002	
5 " " " 118,119	
9 passador louro 3,71;3,72;3,79	
1 chinela núm p\ selin	
6 jogos corrente para esporas núm 98	
1 Dúz fivelas núm. 116	
3 pares esporas núm. 59 c\corrente núm. 38	
4 cabessadas inteiriças	
2 frios núm 92	
8 pares rédeas de 4 bombas	
2 " " " 8 "	
1 peitoral de florao	
2 maneias c\bombas	
1 maneia dobrada	
3 cabessadas de 3 argolas	
9 " " " 5 "	
3 jogo corrente esporas núm 97	

Fonte: Livro de Preços e Registrador de Pedidos MAE 019-L AHM

Obs.: Em todas as tabelas,a ortografia foi preservada.

**Tabela 13**

<b>ALBERTO DONCATO 1913</b>		
	<b>Deve</b>	<b>Haver</b>
1913		
Set 12 Dinheiro que depositou		100 000
“ “ “ em 9 de junho, transportado fls 414		100 000
1914 jan.14 juros de 8% até hoje		<u>7 550</u>
“ “n/pagamento p/s	<u>207 550</u>	<u>207 550</u>

Fonte:C/Correntes 1910/1914 MAE 006-L

**Tabela 14**

<b>ETORE PEZZI 1908</b>		
	<b>Deve</b>	<b>Haver</b>
15-1 8 1/2K <sup>los</sup> de soda 400	3.400	
15 “ “ cal 180	2.700	
1 p. de louros	1.000	
16 “ 6 Kg.de breu	2.400	
25 1 chapéu de sol composto	400	
11-2 Dinheiro entregue	50.000	
10-3 seu haver de carne	101:800	
“ “pagamos por saldo	41:900	
		<u>101:800</u>
11-3 gto.2 ombrele	700	
19-3 “ 1 bandôn (balde grande)	500	
23 “ 1 par esporas compostas	500	
24 “ Dinheiro	50.000	
1 chapéu de sol composto	200	
27 “1 côgoma (escudela,tigela)	1.200	
2-5 seu haver de 312 1/2 K <sup>los</sup> carne a 360		112 500
“ “ saldo a seu favor	59.400	
	<u>112.500</u>	
saldo em 2-5-908		

Fonte:Contas Correntes 1904-1908. MAE 002 - L

**Tabela 15**

<b>MICHELON ANTONIO - 1910</b>		
	<b>Deve</b>	<b>Haver</b>
out 24 Importância que deposita		450 000
nov 27 Nosso pagamento p/s	<u>450 000</u>	
	450 000	450 000

Fonte:Contas Correntes 1908/1910 MAE 004 - L

**Tabela 16**

<b>BOSCATO FRANCESCO - 1910</b>		
	<b>Deve</b>	<b>Haver</b>
Dez 1º Do livro II C/corrente pag45 1913	32 700	
out.31 juros de 12 % da quantia supra até esta data a balanço	10 440	<u>43 140</u>
1914		
out 31 Tottal a n/favor	43 140	
mar 19 juros a n/favor de 12 % até esta data a balanço	2 080 <u>45.220</u>	
	<u>45.220</u>	<u>45.220</u>
“19 soma a n/favor c/c entregue maio 1ºseu pagamento p/s	45.220	<u>45 220</u>
	<u>45.220</u>	<u>45.220</u>

Fonte: Contas Correntes 1904-1908. MAE 002 - L AHM de Caxias

**Tabela 17**

<b>FATURAMENTO LÍQUIDO DA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE CAXIAS DO SUL - RS. VALORES REAIS À ÉPOCA. 1896 - 1930</b>	
<b>Ano</b>	<b>Valor em réis</b>
1896	5.890\$000
1897	9.630\$000
1898	10.860\$000
1899	16.540\$000
1900	26.780\$000
1901	38.210\$000
1902	45.320\$000
1903	54.740\$000
1904	66.865\$000
1905	78.150\$000
1906	88.221\$000
1907	102.770\$000
1908	124.973\$500
1909	144.423\$600
1910	222.056\$500
1911	285.861\$000
1912	406.794\$200
1913	605.471\$500
1914	437.141\$750
1915	533.918\$590
1916	1.026.756\$160
1917	1.461.278\$060
1918	1.692.354\$570
1919	2.228.182\$050
1920	1.982.020\$550
1921	981.547\$000
1922	1.407.177\$010
1923	2.111.953\$340
1924	3.993.652\$650
1925	4.187.421\$690
1926	2.796.934\$550
1927	3.822.796\$770
1928	4.622.509\$900
1929	5.609.376\$870
1930	3.883.157\$810

Fonte: Acervo Júlio João Eberle, in BERGAMASCHI, Ângela Eberle. Monografia UCS

## Exportações de Caxias (vários anos)

### Exportações gaúchas 1881-1907

### Exportações gaúchas de vinho. 1893-1918

### Empresas gaúchas sujeitas ao Imposto de Consumo Federal-1920

### Estabelecimentos Industriais de Caxias

Tabela 18

#### PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO RS

Ano	% sobre o total das export. do RS			
	charque	c.vacuns	banha	feijão
1881/82	31	34	1	4
1882/83	28	36	1	6
1883/84	30	35	2	2
1884/85	27	39	2	5
1885/86	27	35	3	8
1886/87	42	29	2	3
1887/88	26	26	6	3
1888*	35	23	5	5
1889	26	16	12	8
1890	30	24	11	9
1891	33	15	11	7
1892	29	18	10	7
1893	30	17	16	5
1894	28	13	15	7
1895	20	19	16	10
1896	17	20	16	11
1897	21	17	13	9
1898	26	24	7	7
1899	23	20	5	5
1900	30	22	5	5
1901	26	18	9	4
1902	25	22	10	4
1903	24	23	9	5
1904	23	26	7	4
1905	28	19	8	3
1906	29	19	10	4
1907	31	17	10	4

\* somente o 2º semestre

Fonte: Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, vários anos, in LAGEMAN.op. cit. p.13

Tabela 19

#### EXPORTAÇÕES DE VINHO – RS – 1893-1910

Ano	litros
1893	99 064
1894	103 718
1895	138 206
1896	195 945
1897	185 958
1898	195 945
1899	185 938
1900	187 096

1901	200 926
1902	288 265
1903	494 295
1904	875 383
1905	2 092 417
1906	2 984 345
1907	2 890 579
1908	3 556 853
1909	3 190 182
1910	3 552 723

Fonte: GIRON, Loraine S. O Cooperativismo no RS 1873- 1973. Manuscrito. Apud CHIARADIA, A. Os Parceiros do Vinho. Dissert. Univ. do Paraná. 1989 p. 52 e Relatórios do Tesouro do Estado, idem, ibidem.

**Tabela 20**

**NÚMERO DE EMPRESAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FEDERAL-RS- 1920**

<b>município</b>	<b>fabris</b>	<b>comerciais</b>	<b>Total</b>
Caxias	162	269	431
Pelotas	211	820	1 031
P. Alegre	420	1 940	2 360
Rio Grande	192	640	832
<b>Total estado</b>	<b>4 585</b>	<b>14 478</b>	<b>19 063</b>

Fonte: Relatório da Repartição Estatística-RS-1921

**Tabela 21**

**EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DE CAXIAS NO ANO DE 1917 (POR EXPORTADOR)**

Antonio Pieruccini: 13.500 quintos\* de vinho e 14.535 Kg de salame.  
 Angelo Mottin e Cia: 12.200 quintos de vinho  
 José Festugato: 9.500 Kg de salame  
 Antonio Ártico: 12.250 quintos de vinho  
 Ambrósio Bonalume: 10.200 quintos de vinho  
 Alberto Sartori: 11.500 quintos de vinho  
 F. Simon e Rizzo: 12.300 quintos de vinho  
 Rossato e Irmãos: 11.400 quintos de vinho  
 Cooperativa Agríc. Caxias: 14.645 quintos de vinho  
 Jacob Brunetta: 12.600 quintos de vinho  
 Domingos Tronca: 12.800 quintos de vinho  
 Guido D'Andrea: 10.200 quintos de vinho  
 Cesa e dalprá: 15.600 Kg de salame  
 Pedro Andreazza: 10.000 quintos de vinho  
 Adelino Sassi e Cia: 50.000 arrobas de erva-mate  
 Benvenuto Ronca: 3.000 sacos trigo, 2.000 sacos far. trigo, 50.000 Kg de banha, 20.000 Kg de mel  
 Filial Frederico Mentz: 155.000 Kg banha e 800 couros  
 Curtume Social caxiense: 15.000 meias solas  
 Ettore Pezzi: 10.250 quintos de vinho  
 Aristides Germani: 16.000 sacos far. trigo, 4.500 sacos de remoído, 6.400 sacos de farelo.  
 David Andreazza e filhos: 12.000 sacos far. trigo  
 União das Serrarias: 14. 840 dúzias de táboas  
 Dal Canali, Viero e Cia: 180.000 caixas vazias  
 Xarqueada Guerreiro e Cia: 37.889 arrobas charque  
 3.070 arrobas de miúdos, 174.755 Kg de gordura, 6.000 couros, 22.050 Kg chifres.  
 \* Denomina-se "quinto" de vinho, à medida que compreende 1/5 parte da Bordalesa. A bordalesa compreende 220 "medidas" ou, 880 garrafas, ou ainda, 52, 8 litros.

Fonte: Relatório do Intendente. 1917. AHM

**Tabela 22**

**PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1911**

Origem Agrícola-Extrativa:	
ovos	21 863 dúzias
mel	22 804 kg
frutas diversas	91 086 kg
cera	3 186 kg
feijão	4 659 sacos
milho	1 620 sacos
arroz	103 sacos
paus de vime	9 471 kg
aveia	295 sacos
cevada	69 sacos
Origem Industrial:	
banha	397 940 kg
toucinho	714 kg
carne de porco salgada	50 562 kg
tremoço	8 sacos
vinho	8 714 933 garrafas
erva barbaquá	1 077 301 kg
cestas de vime	694 unidades
salame/presunto	15 718 kg
chapas p/ serigotes	3 946 unidades
cadeiras	1 391 unidades
cabos/vassouras amarrados	470 unidades
cestas de palha	3 326 dúzias
madeira	_____ m <sup>3</sup>

**EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1912**

Origem Agrícola-Extrativa:		Origem Industrial:	
ovos	13 750 dúzias	carne de porco	49 707 kg
milho	5 587 sacos	toucinho	4 693 kg
feijão	9 911 sacos	banha	65 6601 kg
trigo	535 sacos	farelo	328 sacos
aveia	2 252 sacos	madeira	15 769,98 m <sup>3</sup>
centeio	483 sacos	cabos/vassoura	198 148 unidades
cabelo	10 367 kg	taboinhas amarradas	15 374 unidades
cera	7 924 kg	arroz beneficiado	4 sacos
couro	8 868 unidades	pó inseticida	470 kg
mel	24 356 kg	cestas/vime	155 unidades
palha	5 351 kg	cestas/palha	1 719 dúzias
chifres	4 270 unidades	caixas soltas	2 298 unidades
frutas	11 595 kg	salames	26 413 kg
pelegos	144 unidades	bolsas diversas	1 900 dúzias
fava	7 sacos	serigotes	144 unidades
linhaça	8 sacos	erva barbaquá	28 483 arrobas
pinhão	1 070 sacos	cadeiras	3 079 unidades
batatas	1 saco	queijo	10 062 kg
uva	2 300 kg	farinha/trigo	1 460 sacos
cevada	108 sacos	graspa	12 pipas + 430 garrafas
alho	240 résteas	vassouras	18 dúzias
paus de vime	16 605 kg	vinho	12 583 493 garrafas

Classificamos como industrializados os produtos que, ainda em Caxias sofreram algum processo de trabalho além do plantio e da colheita; desde o simples beneficiamento ou produção artesanal, até os produzidos com alguma tecnologia.

## EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1914

### Origem Agrícola-Extrativa:

produto	quantidade	valor unitário	valor total
aveia	467 sacos	7 \$000	3: 332 \$000
couros	3 051 unidades	1 \$430	7: 222 \$930
batatas	62 sacos	6 \$000	378 \$200
casacas/curtume	870 arrobas	1 \$900	1: 653 \$000
cera	3 926 kg	1 \$600	6: 281 \$600
centeio	30 sacos	11 \$000	3: 300 \$000
feijão	16 799 sacos	14 \$000	235: 186 \$000
frutas	55 897 kg	\$120	6: 707 \$640
favas	22 sacos	7 \$000	154 \$000
linhaça	130 sacos	10 \$400	1: 352 \$000
milho	309 sacos	5 \$700	35: 961 \$300
mel	21 800 kg	\$220	4: 796 \$000
ovos	22 290 dúzias	\$380	7: 570 \$200
pinhões	62 sacos	5 \$200	322 \$400
porcos	20 unidades	33 \$600	672 \$000
torros/pinheiro	1 835 unidades	4 \$000	7: 340 \$000
trigo	235 sacos	9 \$000	2: 115 \$000
uvas	11 358 kg	\$100	1: 135 \$000
vime	18 490 kg	\$100	1: 849 \$000
cabelo	3 723 kg	1 \$800	6: 701 \$400
palha	2 650 kg	\$100	265 \$000
chifres	390 centos	\$120	46 \$800
<b>Total</b>			<b>334: 342 \$270</b>

### Origem Industrial:

banha	717 550 kg	\$840	602: 724 \$000
carne salgada	72 076 kg	\$320	23: 064 \$320
carne/porco	2 650 kg	\$500	1: 325 \$000
farelo	2 553 sacos	1 \$500	3: 829 \$500
toucinho	1 341 kg	\$700	848 \$800
cabos/vassoura	142 240 unid.	45	6: 400 \$800
cadeiras	4 655 unidades	2 \$000	9: 330 \$000
cestas/vime	965 unidades	\$800	773 \$000
chapéus	420 dúzias	4 \$000	1: 680 \$000
caibros	1 715 dúzias	12 \$000	20: 580 \$000
caixas vazias	29 384 unid.	\$900	26: 445 \$600
bolsas/palha	5 684 dúzias	4 \$500	25: 056 \$300
armação camas	595 unidades	2 \$500	1: 485 \$000
farinha/trigo	4 264 sacos	12 \$000	51: 168 \$008
graspa	1 928 quintos	22 \$000	42: 416 \$000
metais em obras	4 818 kg	6 \$000	28: 908 \$000
manteiga	16 kg	1 \$800	28 \$800
pó inseticida	130 kg	5 \$000	450 \$000
pranchões	23 854 unid.	1 \$500	35: 781 \$000
queijo	7 360 kg	\$900	6: 624 \$000
ripas	226 dúzias	2 \$000	452 \$000
erva-mate	35 523 arrobas	3 \$000	106: 575 \$000
táboas/pinho/assoalho	1199 dúzias	15 \$000	17: 234 \$000
salame	43 156 kg	1 \$800	77: 680 \$800
táb/pinho/forro	13 421 dúzias	8 \$000	107: 368 \$000
táb/pinho/forrinho	2 464 dúzias	7 \$000	17: 249 \$750
táboas/cedro	17 dúzias	35 \$000	595 \$000
táboas/diversas	18 620 dúzias	12 \$000	223: 440 \$000
sola	663 (1/2)	20 \$000	13: 260 \$000
vassouras	82 dúzias	6 \$000	492 \$000
vinho	84 568 quintos	11 \$000	930: 248 \$000
caronas	376 unidades	8 \$000	3: 008 \$000
taboinhas	20 430 amarradas	1 \$500	30: 665 \$000
presunto	80 kg	2 \$000	160 \$000
sarrafos	178 dúzias	2 \$000	356 \$000
táboas p/ caixa	200 dúzias	6 \$500	1: 300 \$000
<b>Total</b>			<b>2: 149: 001 \$678</b>
madeiras			398: 659 \$750
<b>Total de produtos exportados no ano:</b>			<b>2: 753: 343 \$948</b>

---

**EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1915**


---

Origem Agrícola-Extrativa:			
produto	quantidade	valor unitário	valor total
aveia	545 sacos	7 \$000	3: 815 \$000
arroz	17 sacos	26 \$000	442 \$000
aves	65 unidades	1 \$200	78 \$000
lenha	40 centos	3 \$000	1: 200 \$000
batatas	129 sacos	8 \$000	972 \$000
favas	3 sacos	7 \$000	21 \$000
linhaça	45 sacos	18 \$000	810 \$000
couros	314 unidades	1 \$430	449 \$020
cascas/curtume	257 arrobas	1 \$900	488 \$300
centeio	13 sacos	11 \$000	143 \$090
mel	17 080 kg	220	3: 757 \$600
vime	36 747 kg	100	3: 674 \$700
cera	6 341 kg	1 \$600	10: 145 \$600
milho	5 888 sacos	5 \$700	33: 561 \$600
ovos	10 128 dúzias	380	3: 848 \$640
frutas	60 766 kg	120	7: 291 \$920
uvas	113 557 kg	100	11: 355 \$700
feijão	6 198 sacos	14 \$000	86: 772 \$00
trigo	92 sacos	9 \$000	828 \$00
Total			169: 654 \$170
Origem Industrial:			
toucinho	190 kg	\$800	152 \$000
farelo	702 sacos	4 \$000	2: 808 \$000
carne	45 900 kg	500	22: 950 \$000
banha	868 610 kg	840	729: 632 \$400
vinagre	2 quintos	15 \$000	30 \$000
manteiga	35 kg	1 \$800	63 \$000
cerveja	300 garrafas	300	90 \$000
pó inseticida	40 kg	5 \$000	200 \$000
vassouras	253 dúzias	6 \$000	1: 518 \$000
chapéus/palha	47 dúzias	4 \$000	188 \$000
sebo	400 kg	800	320 \$000
solas	541 (1/2)	20 \$000	10: 820 \$000
caronas	4 unidades	8 \$000	32 \$000
licores	1 956 garrafas	500	978 \$000
queijo	12 906 kg	900	11: 615 \$400
metais	1 605 kg	6 \$000	9: 630 \$000
graspa	253 quintos	22 \$000	5: 556 \$000
far.trigo	1 814 sacos	12 \$000	21: 768 \$000
cestas/palha	4 583 dúzias	7 \$000	32: 081 \$000
cestas/vime	3 341 dúzias	800	2: 672 \$800
salame	27 123 kg	1 \$800	48: 821 \$400
cabo/vassoura	133 290 unid.	45	5: 998 \$050
caixas vazias	17 801 unid.	900	15: 920 \$900
vinho	91 699 quintos	11 \$000	1: 008: 989 \$000
madeiras diversas			689: 485 \$750
Total			2: 622: 329 \$700
Total exportações do ano:			2: 791: 983 \$870

---

---

**EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1916**

---

Origem Agrícola-Extrativa:

produto	quantidade	valor unitário	valor total
aveia	994 sacos	7 \$500	7: 445 \$000
batatas	250 sacos	4 \$000	1: 000 \$000
couros	397 unidades	15 \$000	5: 955 \$000
centeio	122 sacos	8 \$000	1: 136 \$000
cera	5 763 kg	2.\$000	11: 526 \$000
frutas	75 752 kg	\$200	15: 150 \$400
feijão	15 462 sacos	11 \$000	169: 686 \$000
linhaça	962 sacos	12 \$500	12: 025 \$000
mel	21 570 kg	\$400	8: 628 \$000
milho	8 468 sacos	5 \$000	42: 340 \$000
ovos	1 215 dúzias	\$600	729 \$000
trigo	4 680 sacos	15 \$000	70: 200 \$000
uvas	41 775 kg	\$200	8: 355 \$000
pinhões	251 sacos	6 \$000	1: 506 \$000
aves	15 unidades	1 \$000	15 \$000
vime	18 361 kg	\$040	734 \$000
Total			356: 440 \$400

Origem Industrial:

carne	11 350 kg	\$400	4: 540 \$000
banha	629 943 kg	1 \$000	629: 943 \$000
farelo	1 225 sacos	4 \$000	4: 900 \$000
cerveja	1 000 garrafas	\$300	300 \$000
chapéus/palha	6 dúzias	4 \$000	24 \$000
cadeiras	4 754 unidades	2 \$000	9: 508 \$000
cestas/palha	3 821 dúzias	3 \$500	13: 373 \$500
cestas/vime	1 167 unidades	2 \$200	2: 567 \$400
cabo/vassoura	181 935 unidades	\$040	7: 277 \$400
caixas vazias	47 184 unidades	1 \$100	51: 902 \$400
far/trigo	7 561 sacos	17 \$000	128: 537 \$000
graspa	1 328 quintos	35 \$000	46: 480 \$000
licores	98 garrafas	1 \$300	127 \$400
metais	2 233 kg	10 \$000	22: 330 \$000
queijo	25 207 kg	1 \$200	30: 248 \$400
salames	41 334 kg	2 \$000	82: 668 \$000
taboinhas	24 458 amarradas	1 \$500	36: 687 \$000
vinho	107 560 quintos	22 \$000	2: 366: 320 \$000
sabão	8 000 kg	\$350	2: 800 \$000
canjica	51 sacos	10 \$000	510 \$000
madeiras diversas			800: 000 \$000
Total			241: 043 \$500
Total exportações do ano:			4: 597: 484 \$900

---

**EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1922**

---

Origem Agrícola-Extrativa:

produto	quantidade (kg)	valor
aveia	77 765	15: 553 \$000
arroz	9 300	6: 510 \$000
alho	1 772	2: 658 \$000
carvão vegetal	7 492	1: 123 \$800
cera bruta	6 940	17: 350 \$000
couros secos	145 954	408: 671 \$200
cavalares	200	400 \$000
cabelos	12 183	31: 057 \$500
chifres	10 000	5: 000 \$000
centeio	1 560	648 \$000
canjica	10 030	6: 018 \$000
cevada	4 990	1: 497 \$000
feijão	23 972	8: 390 \$100
favas	1 240	248 \$000
frutas secas	3 634	3: 634 \$000
frutas verdes	112 688	78: 920 \$000
fibras	770	770 \$000
lentilhas	60	30 \$000
mel	53 281	37: 296 \$800
milho	131 537	21: 045 \$920
marmelos secos	275	412 \$500
nozes	385	693 \$000

---

pinhão	72 140	14: 428 \$000
palhões	500	500 \$000
palhas/vassouras	1 460	2: 628 \$000
sementes/linhaça	1 000	200 \$000
trigo	1 778 556	711: 422 \$400
vime	35 819	14: 327 \$600
Total		1: 387: 010 \$820
Origem Industrial:		
águas de soda	3 670	2: 569 \$000
artigos/selaria	38 452	230: 712 \$000
balanças	21 280	53: 200 \$000
bebidas	19 565	78: 260 \$000
banha	421 583	632: 374 \$500
balaios	195	585 \$000
café	10 392	25: 980 \$000
calçados	8 138	14: 648 \$400
couros preparados	54 371	217: 484 \$000
cestas/palha (650 dz.)	16 173	97: 038 \$000
cestas/vime	1 729	1: 729 \$000
couros salgados	179 039	358: 678 \$000
cadeiras/vime	11 814	23: 628 \$000
cediras/pau (985 dz.)	41 373	24: 823 \$800
cigarros	20	16 \$000
confeitos	20	12 \$000
caramelos	20	50 \$000
chapéus/palha (50 dz.)	212	1: 060 \$000
estátuas	3 729	37: 290 \$000
espoletas	69	4: 140 \$000
erva-mate	445 825	222: 912 \$500
estribos	105	15: 750 \$000
far/trigo	1 689 610	1: 348: 880 \$000
far/mandioca	1 500	300 \$000
farelo/trigo	152 555	15: 255 \$500
far/linhaça	3 630	726 \$000
figado vacum	12 000	7: 200 \$000
ferragens	14 738	73: 690 \$000
fumo em corda	810	4: 050 \$000
graspa (871 quintos)	69 585	139: 170 \$000
latas vazias	660	396 \$000
línguas secas	2 900	5: 800 \$000
marmelada	4 080	6: 528 \$000
madeiras brutas	6 662 551	666: 255 \$100
mad. beneficiada	1 917 658	230: 118 \$960
metais em obra	77 247	1: 931: 175 \$000
massas alimentícias	2 344	3: 047 \$200
mantas/montaria	3 000	12: 000 \$000
máq.p.lavoura	8 385	25: 155 \$000
moldura	8 911	44: 555 \$000
ossos	101 000	5: 050 \$000
perneiras	415	3: 320 \$000
produtos suínos	29 731	89: 193 \$000
pro. químicos	18 442	27: 442 \$000
pipas (382 unidades)	15 300	2: 448 \$000
queijos	61 773	123: 546 \$000
retalhos/couro	14 134	21: 201 \$000
sola	22 419	89: 676 \$000
sebo	67 837	81: 404 \$400
sabão	65 752	32: 876 \$000
tecidos/lã	115 000	4: 025: 000 \$000
tecidos/seda	5 568	556: 800 \$000
tintas em pó	310	465 \$000
tripas	1 700	5: 100 \$000
tapeçarias	2 614	13: 070 \$000
tranças/palha	351	877 \$500
telhas de barro	71 200	4: 272 \$000
vinho (101 850 quintos)	8 146 762	3: 258: 704 \$800
cabo/vassoura	6 389	4: 472 \$300
velas de cera	1 366	4: 098 \$000
charque	635 200	1: 270: 400 \$000
Total		16: 184: 451 \$960
Total das exportações do ano:		17: 569: 686 \$780

---

**EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1927**


---

**Origem Agrícola-Extrativa:**

PRODUTO	QUANTIDADE (KG)	VALOR
alfafa	246	42 \$800
alho	145	120 \$000
aveias	36 322	11: 406 \$000
batatas	38 216	13: 280 \$000
cabelos	1 190	4: 710 \$500
cebola	100	50 \$000
centeio	2 962	1: 160 \$000
cera	203	58: 530 \$000
chifres	250	930 \$000
chumbo	288 780	15: 755 \$000
cevada	2 700	816 \$000
corda de linho	68 929	600 \$000
favas	14 532	40 \$000
feijão	7 507	138: 091 \$000
folhas de noqueira	2 700	4: 000 \$000
frutas	68 929	41: 497 \$000
lentilhas	14 532	4: 930 \$000
linhaça	7 507	4: 828 \$000
marmelo	360	700 \$000
mel	52 604	54: 360 \$000
milho	167 165	26: 662 \$000
nozes	18 238	2: 485 \$000
ovos (912 dz.)	143	2: 090 \$000
pinhão	87 241	23: 658 \$000
palha	110	500 \$000
palhões	47 933	80: 100 \$000
trigo	154 783	95: 350 \$000
uvas	198 384	81: 332 \$500
vimes	47 232	23: 195 \$000
Total		691: 219 \$000
<b>Origem Industrial</b>		
banha	935 657	1: 982: 895 \$000
balanças	65	1: 800 \$000
barris	39 121	21: 110 \$000
bebidas	3 547	5: 360 \$000
cabo/vassoura	5 010	1: 410 \$000
cadeiras	12 867	26: 409 \$000
café	2 661	7: 190 \$000
calçados	593	28: 997 \$000
corrêas	401	10: 270 \$000
cestas	18 559	75: 787 \$000
chapéus	11 053	58: 084 \$000
conservas	4 154	19: 220 \$000
couros	488 259	1: 179: 272 \$700
couros/porco	50	300 \$000
diversos	192 274	256: 485 \$500
drogas	16 140	29: 063 \$000
espanadores	197	3: 900 \$000
estatuetas	6 451	28: 492 \$400
farelo	6 095	2: 200 \$000
farinha	1 071 010	947: 268 \$000
feltro	299	2: 610 \$000
ferragens	24 538	93: 334 \$000
graspa	669 645 (litros)	163: 587 \$000
erva-mate	513 426	427: 297 \$000
lã	5 542	39: 365 \$000
línguas	2 498	1: 487 \$000
licores	391	1: 300 \$000
madeira bruta (16 287,52 m <sup>3</sup> ) 10000kg	*	
madeira benefic. (6 187,79 m <sup>3</sup> ) 10000 kg	*	
mantas	2 235	18: 851 \$000
marmelada	6 000	12: 000 \$000
metais	157 596	1: 139: 586 \$000
móveis	18 238	102: 780 \$000
obras de couro	27 807	39: 452 \$000
obras de palha	1 079	2: 915 \$000
obras de vime	24 117	146: 161 \$000
ossos	116 006	9: 468 \$700

---

pelegos	11 457	160: 985 \$000
presunto	4 130	19: 000 \$000
queijo	16 369	77: 056 \$000
raspa de porco	340	80 \$000
salame	5 527	25: 156 \$000
sabão	2 250	2: 820 \$000
sebo	125 263	128: 400 \$000
sola	26 844	131: 980 \$000
tapetes	21	150 \$000
tecidos	221 615	5: 392: 505 \$000
tripas	3 102	4: 295 \$000
toucinho	1 678	4: 272 \$000
velas	398	1: 475 \$000
vinagre	18 268 (litros)	10: 612 \$000
vinho	17 401 876	15: 850: 197 \$000
charque	555 076	948: 420 \$000
Total		31: 753: 566 \$000
Total exportações do ano:		32: 444: 785 \$300

\*madeiras: 1: 249: 137 \$000 (mad. bruta)  
+ 805: 748 \$000 (mad. benef.)  
+ 55: 571 \$000 (taboinha)  
2: 110: 456 \$000

## EXPORTAÇÕES DE CAXIAS: 1928

### Origem Agrícola-Extrativa:

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
aveia	54 040 kg	28: 354 \$000
batatas	13 624 kg	2: 835 \$000
centeio	22 390 kg	12: 520 \$000
cabelos	10 376 kg	56: 026 \$000
cera	42 341 kg	57: 774 \$000
chifre	140 kg	98 \$000
chumbo	1 393 kg	3: 548 \$000
cebolas	1000 kg	300 \$000
feijão	638 623 kg	334: 162 \$000
frutas	274 018 kg	143: 692 \$000
favas	174 kg	60 \$000
lã	44 702 kg	155: 882 \$000
linhaça	2 514 kg	1: 300 \$000
lentilha	2 290 kg	1: 085 \$000
marmelos	30 828 kg	19: 884 \$000
maçãs	12 080 kg	5: 370 \$000
mel	8 811 kg	7: 056 \$000
ovos	17 037 kg	5: 775 \$000
palhões	41 160 kg	26: 360 \$000
palha	14 011 kg	9: 280 \$000
paio	60 kg	250 \$000
trigo	426 218 kg	289: 454 \$000
uva	162 292 kg	208: 884 \$000
vime	31 352 kg	14: 203 \$000
<b>TOTAL</b>		<b>1: 384: 152 \$000</b>

### Origem Industrial:

banha	755 899 kg	1: 454: 380 \$000
balanças	1 246 kg	7: 200 \$000
bebidas	2 356 litros	2: 972 \$000
barris	25 730 kg	13: 900 \$000
bacon	3 420 kg	8: 450 \$000
café	4 657 kg	10: 561 \$000
calçados	2 565 pares	33: 136 \$000
cadeiras	91 411 kg	138: 521 \$000
cestas	9 838 kg	31: 600 \$000
couro	152 240 kg	271: 328 \$000
chapéus	6 421 kg	28: 146 \$000
caramelos	24 668 kg	12: 203 \$400
cabo/vassouras	2 960 kg	648 \$000
chopp	100 litros	100 \$000

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
drogas	25 072 kg	48: 679 \$000
diversos	55 520 kg	68: 779 \$000
estatuetas	3 492 kg	15: 157 \$000
farinha	899 097 kg	715: 385 \$000
feltro	297 kg	2: 070 \$000
ferragens	13 496 kg	49: 368 \$000
farelo	2 350 kg	2: 270 \$000
graspa	41 590 litros	57: 663 \$000
gelo	14 920 kg	5: 234 \$000
erva-mate	400 194 kg	228: 166 \$000
licores	812 litros	2: 350 \$000
madeira bruta	8 753,88 m <sup>3</sup>	507: 477 \$100*
madeira benef.	3 458, 19 m <sup>3</sup>	439: 494 \$000*
mantas	1 283 kg	3: 085 \$000
metais	136 267 kg	1: 018: 882 \$000
móveis	38 909 kg	111: 870 \$000
obras de couro	58 570 kg	163: 115 \$000
obras de vime	2 563 kg	7: 123 \$000
ossos	20 000 kg	2: 000 \$000
pelegos	9 265 kg	124: 901 \$000
prod. suínos	54 572 kg	212: 050 \$000
queijo	8 747 kg	69: 686 \$000
sola	80 988 kg	380: 357 \$000
sebo	192 343 kg	180: 944 \$000
salame	3 496 kg	7: 846 \$000
sabão	60 kg	30 \$000
tecidos	165 047 kg	4: 755 :500 \$000
tripas	3 174 kg	3: 350 \$000
tapetes	16 kg	150 \$000
toucinho	900 kg	1: 500 \$000
vinagre	8 800 litros	21: 485 \$000
velas	283 kg	1: 440 \$000
vinho	11 410 415 litros	8: 711: 075 \$000
charque	912 409 kg	1: 522: 075 \$000
<b>TOTAL</b>		<b>21: 649: 322 \$000</b>

Total exportações do ano: 23: 033: 474 \$300  
\*mad. bruta: 507: 477 \$100  
+mad. benef.: 439: 494 \$000  
+taboinhas: 195: 620 \$000  
1: 142: 591 \$100

**Tabela 23**

Produtos de origem agrícola ou extrativa e de origem industrial. 1914,1915,1916,1922,1927,1928.

<b>PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS</b>					
<b>1914</b>		<b>1915</b>		<b>1916</b>	
PRODUTO	%	PRODUTO	%	PRODUTO	%
vinho	33,78	vinho	36,13	vinho	51,46
banha	21,89	banha	26,13	madeira	17,40
madeira	17,28	madeira	24,69	banha	13,70
erva-mate	3,87	salame	1,74	far.trigo	2,79
outros industr.	11,0	outros industr.	5,23	outros industr.	6,89
or. agrícola	12,11	origem agríc	6,07	orig.agric	7,75
<b>1922</b>		<b>1927</b>		<b>1928</b>	
PRODUTO	%	PRODUTO	%	PRODUTO	%
tecidos de lã	22,90	vinho	48,85	vinho	37,81
vinho	18,54	tecidos	16,6	tecidos	20,64
metais em obra	10,99	madeira	6,50	charque	6,60
far. trigo	7,67	banha	6,11	banha	6,31
charque	7,23	couros	3,63	madeiras	4,96
madeira	5,10	metais em obra	3,51	metais em obra	4,42
outros industr.	19,68	outros industr.	12,63	outros industr.	13,21
orig. agríc	7,89	orig. agríc.	2,13	orig. agri	6,00

Fonte: Relatórios dos Intendentes/Prefeitos de Caxias do Sul. AHM

## Relação e Classificação dos Estabelecimentos Industriais de Caxias conforme Registro no Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões

**Tabela 24**

Com base no recolhimentos dos impostos pela intendência/prefeitura de Caxias,foi possível levantar o número e o tipo de estabelecimentos industriais e/ou comerciais existentes em Caxias ,nos anos de 1893 até 1915,exceto os anos de 1896,1897,1898,1900,1901,1902 e 1909

<b>TOTAL ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS</b>			
<b>1893</b>		<b>1894</b>	
Negócio de 2 e aferição	18	Negócio e aferição	11
moinhos	12	moinhos	10
botequim	9	carretas	5
cervejaria	6	serrarias	4
serrarias	5	cervejarias	3
negócio e aferição	5	açougues	3
alambique cana\graspa	5	alambiques	2
carretas	4	tabernas	2
fábricas chapéu palha	3	funilaria	2
tabernas	3	ferraria	2
outros	18	outros	7
TOTAL	88	TOTAL	51
<b>1895</b>		<b>1899</b>	
Negócio e aferição	21	carretas	50
alambiques	17	moinhos	46
moinhos	17	alambiques	26
serrarias	12	serrarias	23
carretas	10	botequim	22
botequim	9	negócio 3 e aferição	21

ferrarias	4	negócio	2	14
cervejarias	4	ferrarias		11
matadouros	3	cervejarias		5
outros	41	outros		70
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>TOTAL</b>		<b>288</b>
	<b>1903</b>		<b>1904</b>	
carretas	2	carretas		27
negócio e aferição	21	negócio e aferição		23
jogos lícitos	19	moinhos		17
botequim	16	jogos lícitos		17
vendedores ambulantes	14	alambiques		12
ninhos	12	serrarias		11
alambiques	11	botequins		11
engenhos de cana	10	açougues		7
serrarias	8	sapatarias		4
negociantes gên.coloniais	4	vended.ambul.vila		4
outros	39	outros		44
<b>TOTAL</b>	<b>179</b>	<b>TOTAL</b>		<b>177</b>
	<b>1906</b>		<b>1907\8</b>	
carretas	29	carretas		66
negócio e aferição	17	negóc.e aferição		24
negócio 5 classe	15	jogos lícitos		17
jogos lícitos	13	alambiques		17
alambiques	11	moinhos		8
moinhos	8	engenhos cana		7
botequins	8	serrarias		6
negócio 4 classe	7	ferrarias		5
negócio 1 classe	6	açogue		4
negócio 2 class/aferição	5	negóc 3 aferição		3
outros	48	outros		3
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>TOTAL</b>		<b>186</b>
	<b>1910</b>		<b>1911</b>	
carretas	21	carretas		10
moinhos	10	alambique		4
alambique	8	botequim		4
negóc.3 e aferição	8	jogos lícitos		2
jogos lícitos	4	alfaiataria		2
negócio 1 classe	4	selaria		2
ourivesaria	3	ferraria		2
sapataria	3	serraria		2
negócio 2 e aferição	3	sapataria		2
cervejaria	2	olarias		2
outros	24	outros		14
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>TOTAL</b>		<b>46</b>
	<b>1912</b>		<b>1913</b>	
carretas	4	carretas		4
açogue	2	secos e molhados		3
moinhos	2	alambiques		2
botequim	1	ourivesaria		1
fábrica de sellins	1	ferraria		1
curtume	1	carpintaria		1
sapataria	1	funilaria		1
funilaria	1	fábrica de sellins		1
serraria	1	botequim		1
ferraria	1	depósito de banha		1
outros	5	outros		3
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>TOTAL</b>		<b>19</b>
	<b>1914</b>		<b>1915</b>	
alambiques	2	alambiques		1
botequim	2	botequim		1
depósito de vinho	2	depósito de vinho		1
Negócio 3 e aferição	2	negócio 3 classe		1
jogos lícitos	2	jogos lícitos		1
fábrica de salames	2	fábrica de salames		1
metalúrgica	1	negócio 1 classe		1
depósito de banha	1	metalúrgica		1
fábrica fogos artificio	1	depósito de banha		1
outros	3	fábrica fog.artificio		1
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

Fonte: Livros de Registros do Imposto sobre Indústrias e Profissões AHM

Tabela 25

Estabelecimentos Industriais e Comerciais de Caxias do Sul: Evolução

ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CAXIAS DO SUL																																
Tipos de Estabelecimentos	1893		1894		1895		1899		1903		1904		1906		1907/8		1910		1911		1912		1913		1914		1915		1917		1929	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%												
Negócio de 1ª e a Ferição	18	20,45	-	-	-	-	14	4,06	-	-	5	2,59	-	-	3	3,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	43		
Moinhos	12	13,63	10	19,60	17	12,31	46	15,97	12	6,70	17	9,60	8	4,79	8	4,30	10	11,11	1	2,17	2	1,0	-	-	-	-	-	60	-	-		
botafume	9	10,22	1	1,96	9	6,53	21	7,63	16	8,93	11	6,21	8	4,79	2	1,07	4	8,67	1	5	1	5,26	2	11,11	1	-	10	14,3	-	-		
Cervejaria	6	6,81	3	5,88	4	2,89	3	1,03	2	1,11	1	0,56	1	0,59	-	-	2	2,22	1	2,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serrarias	5	5,68	4	7,84	12	8,69	23	7,98	8	4,46	11	6,21	5	2,99	6	3,22	-	-	2	4,34	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	90	
Negócio e a Ferição	5	5,68	11	21,56	21	15,21	3	1,04	11	6,33	23	12,99	17	10,77	14	14,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alambique	5	5,68	2	3,92	17	12,31	22	7,82	11	6,21	12	6,77	11	6,58	17	9,13	8	8,88	4	8,67	-	-	2	10,52	2	11,11	1	10	0,8	-	-	
Carretas	4	4,54	5	9,80	10	7,24	50	17,36	65	37,96	27	15,25	29	17,36	66	35,40	21	23,03	10	21,73	4	2,0	2	21,05	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrica chapéus palha	3	3,40	-	-	-	-	3	1,04	-	-	-	-	1	0,59	2	1,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tabernas	3	3,40	2	3,92	3	2,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
algouue	2	2,27	3	5,88	3	2,17	-	-	2	1,11	7	3,95	4	2,39	1	1,11	-	-	2	4,34	1	5	-	-	1	5,55	1	10	1,2	1,2		
Flunilarias	2	2,27	2	3,92	2	1,44	3	1,04	2	1,11	-	-	1	0,59	-	-	1	1,11	-	-	-	-	1	5,26	-	-	-	-	-	-	-	
Ferrarias	-	-	2	3,92	4	2,89	11	3,81	3	1,67	3	1,69	3	1,79	5	2,68	-	-	2	4,34	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mafadouros	-	-	3	2,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Negócio 3ª e a Ferição	-	-	-	-	-	-	21	7,29	-	-	1	0,56	1	0,59	3	1,61	3	8,58	1	2,17	1	5	-	-	1	11,11	-	-	-	-	46	25
Jogos licitos	-	-	-	-	-	-	-	-	19	10,41	17	9,60	13	7,78	17	9,13	4	4,44	2	4,34	-	-	-	-	2	11,11	1	10	-	-	-	-
vendedores ambulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	14	7,82	4	2,25	2	1,19	1	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenho de sawa	-	-	-	-	1	0,72	3	1,04	10	5,58	3	1,69	2	1,19	7	3,76	1	1,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Negociantes de Generos Coloniais	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2,23	1	0,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapatarias	6	6,81	-	-	2	1,44	3	1,04	1	0,55	4	2,25	4	2,39	-	-	3	3,33	2	4,34	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Negócio de 5ª classe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	8,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67
Negócio de 4ª classe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	
Negócio de 1ª classe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3,59	-	-	1	4,44	1	2,17	-	-	-	-	1	5,55	1	10	0,8	-	-	15	
Durivesaria	-	-	-	-	-	-	2	0,69	-	-	1	0,56	-	-	3	3,33	1	2,17	-	-	-	-	1	5,26	-	-	-	-	-	-	12	
Alfaiataria	-	-	-	-	-	-	-	1	0,55	1	0,59	-	-	1	1,11	1	1,11	2	4,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	
Salaria	-	-	-	-	1	0,72	3	1,04	1	0,55	-	-	2	1,19	3	1,61	-	-	2	4,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Olaria	3	2,27	-	-	1	0,72	1	0,34	-	-	1	0,56	-	-	-	-	-	-	2	4,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Fabrica de sellins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	14	
Curtume	1	1,13	1	1,96	2	1,44	-	-	3	1,67	1	0,56	-	-	2	1,07	-	-	1	2,17	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
secos e molhadas	-	-	-	-	2	1,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	15,78	-	-	-	-	-	-	26	
carpintaria/marcenaria	1	1,13	-	-	-	-	1	0,34	1	0,55	3	1,69	2	1,19	2	1,07	-	-	1	2,17	-	-	-	-	1	5,26	-	-	-	-	30	
Deposito de banana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,26	-	-	-	-	-	-	35	
Deposito de vinho	-	-	-	-	1	0,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Fabrica de salame	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,59	1	0,53	1	1,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Metalurgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Deposito de madeira	-	-	-	-	1	0,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,26	-	-	-	-	-	-	-	10	
Fabrica de Fogos de artifício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Negócio 3ª classe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,59	-	-	1	4,44	1	2,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
Padaria	2	2,27	-	-	-	-	3	1,04	1	0,55	-	-	1	0,59	1	0,53	1	1,11	1	2,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Hotel	-	-	1	1,96	-	-	2	1,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mafadouros	-	-	-	-	3	2,17	3	1,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrica de Gazeza	-	-	-	-	1	0,72	1	0,34	-	-	-	-	1	0,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deposito de farinha	-	-	-	-	1	0,72	1	0,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrica de vassoura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,56	1	0,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	5	5,68	2	3,92	15	10,86	27	12,94	26	14,77	27	15,25	14	8,08	13	6,78	16	-	5	10,86	8	15	2	10,52	1	5,55	-	-	-	-	372	236
TOTAL	88	100	51	-	138	-	288	-	177	-	177	-	147	-	186	-	90	-	46	-	20	-	19	-	48	-	10	-	744	551		

Fonte: Livros de Registro do Imposto sobre Indústrias e Profissões da Intendência/Prefeitura Municipal. Diversos anos.  
Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul (AHM)

# ANEXO 2

## Objetivos do Sindicato e da Sociedade Vinícola Rio Grandense, quando de sua criação, em 1929. Caxias do Sul

Objetivos e Organização do SINDICATO E SOCIEDADE VINÍCOLA RIOGRANDENSE:

Criado em Caxias do Sul, no ano de 1929.

Consta de 3 Departamentos:

1º) Departamento Produtor

2º) Departamento Técnico

3º) Departamento Industrial e Comercial

O Primeiro Departamento tem por fim:

- a) Congregar os viticultores para a defesa dos interesses peculiares à classe
- b) Colaborar com os viticultores na defesa dos interesses recíprocos
- c) "Propugnar" pelo engrandecimento do Sindicato e realização de seus fins.

O Segundo Departamento tem por fim:

- a) Promover a oficialização dos tipos dos vinhos rio-grandenses.
- b) Auxiliar os associados em todas as questões técnicas que dizem respeito à cultura da vinha, pugnano pelo seu aperfeiçoamento e barateamento da produção.
- c) Promover os meios para a instalação de um campo experimental para, praticamente, estudar os diversos sistemas de cultura de vinhas e adubação das terras, fornecendo bachelos aos associados, gratuitamente.

d) Colaborar com os poderes públicos na adoção de medidas de higiene, visando sempre, o beneficiamento da produção.

e) Combater a fraude, tomando para este fim todas as providências eficazes.

O Terceiro Departamento, tem por finalidade:

- a) Congregar os viticultores para a defesa dos interesses inerentes à classe.
- b) Colaborar com os viticultores no interesse recíproco.
- c) Propugnar pelo engrandecimento do Sindicato e a realização de seus fins.

d)Fixar os preços de compra e venda.

Sua primeira diretoria é composta de um Conselho Superior, integrado por:

Luiz Pieruccini, Dr. Guido D'Andréa, Pedro Maragno e Celeste Milani.

Fonte: Relatório do Intendente Thomás Beltrão de Queiroz. 1929. AHM de Caxias

## BIBLIOGRAFIA

### a) Questões de Ordem Teórica:

- 1) AMIN, Samir. A Questão Agrária e o Capitalismo. O Capitalismo e a Renda Fundiária. Paz e Terra. 1977. 179s.
- 2) \_\_\_\_\_ . O Desenvolvimento Desigual. Ensaio sobre as formações sociais do Capitalismo periférico. Forense. RJ 1976. 334p.
- 3) BREITBACH, Áurea C. de Miranda . Espaço e Sociedade: Uma abordagem Teórica. Ensaio FEE. P.A. I (1):45-61. 1986.
- 4) \_\_\_\_\_ . Estudo sobre o Conceito de Região. Teses FEE. P.A. nº 13. 1988.
- 5) CASTELLS, Manuel. La Cuestion Urbana. Siglo Veintiuno de España Editores S.A. 1976 2ª edição.
- 6) CAVAILLES, Jean. L'Analyse Léniniste de la decomposition de la paysannerie. Critiques de L'Economie Politique. 23. Travail et Emploi. Revue Trimestrielle. jan-mars. 1976. 110-142.
- 7) CHAYANOV, Alexander V. La Organización de la unidad Económica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires. Argentina. 1974.
- 8) CORÁGGIO, José Luis. Territórios en Transición. Crítica a la planificación regional en América Latina. Ciudad. 2ª edición. Quito. 1987. 281 ps.
- 9) CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano: Uma Interpretação. Conferência UFSC 30/8/1993
- 10) ESTALL, R.C. e BUCHANAN, R. Ogilvie. Atividade Industrial e Geografia Econômica. (A Terra e o Homem) Zahar. 1971.
- 11) FORMAN, Shepard. Camponeses: Sua Participação no Brasil. Paz e Terra. 1979.
- 12) GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital. Edit. Estampa. Lisboa. 1977. p.367-404
- 13) HARVEY, David. Urbanismo y Desigualdad Social. Siglo Veintiuno Ed. 1977.
- 14) HOBBSBAWN, Eric. Do Feudalismo para o Capitalismo. IN SWEEZY, Paul e outros. A Transição para o Capitalismo. Paz e Terra.
- 15) KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Proposta Ed.
- 16) KEMP, Tom. A Revolução Industrial na Europa do Século XIX. Edições 70. 1985.
- 17) KONDRATIEFF, Nikolai D. e GARVY, George. Las Ondas Largas de la Economía. Revista de Occidente. Madrid. 1946.
- 18) KUZNETS, Simon. Crecimiento Económico y Estructura Económica. Col. Ciencia Económica. Editorial Gustavo Gili S.A. Barcelona. 1970.
- 19) LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. Edit. Documentos Ltda. 1969. 133ps.
- 20) \_\_\_\_\_ . A Revolução Urbana. Alianza Edit. 1983. Madrid.
- 21) LÉNINE, V.I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Trad. de José Lain Entralgo. Edit. Ariel. Barcelona. 1974. 581 ps.
- 22) LINS, Hoyêdo Nunes. Considerations sur l'évolution de l'agriculture française. L'articulation des modes de production: un schéma d'analyse. IN: Reestruaturation du Capital, industrialization périphérique et changement régional: Essai sur l'évolution contemporaine des structures économiques de l'Ouest de la France. THESE de Docteur de L'université de Tours. France. 1988.
- 23) LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. Trad. Manoel F.G. Seabra. S.P. Nobel, 1988, 209 p. (Col. Espaços)

- 24) \_\_\_\_\_ . Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Trad. de M. Adélia A. de Souza. Espaço e Debates. Edit. Cortez 7 S.Paulo. 1982.
- 25) Le Tribut Foncier Urbain. Paris, François Maspero 1974.
- 26) MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a Industrialização. Texto Inédito.
- 27) \_\_\_\_\_ . Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. GEOSUL, nº 3. Ed. UFSC. 63-71. 1987.
- 28) MANDEL, Ernest. Introdução ao Marxismo. 4ª edição. Movimento. 1982. 127 ps.
- 29) \_\_\_\_\_ . Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. Economia Marxista. Ed. Era. México. 1969. Tomo II cap. XIII.
- 30) MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Paz e Terra. 1975.
- 31) \_\_\_\_\_ . O Capital. A Chamada Acumulação Primitiva Edição Resumida. Zahar. 1980.
- 32) \_\_\_\_\_ . O Capital. Bertrand do Brasil. Livro I. vol I e II. 12ª edição. 1989.
- 33) MASSEY, Doreen. Regionalismo: Alguns Problemas Atuais. Espaço e Debates.
- 34) MELO, André B.C. de. Regimes de Acumulação. Estado e Articulação de interesses na produção do espaço construído. Reestruturação Urbana. Tendências e Desafios. Nobel. 1990.
- 35) RACINE,, Jean Bernard. Discours géographique et discours idéologique: perspectives épistémologiques et critiques. Hérodote, nº 6. 105-159. avril-jun 1977.
- 36) RANGEL, Ignácio. Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Publicação da Universidade da Bahia. II 1. 1957. 125 ps.
- 37) REY, Pierre-Philippe. Sur l'articulation des modes de production", dans Les Alliances de Classes. Paris. Maspero, 1973, 221 p. (p.9-167).
- 38) SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia (orgs). A Construção do Espaço. Nobel. 1986.
- 39) SANTOS, Milton. Espaço e Método. Nobel. 3ª edição 1985.
- 40) \_\_\_\_\_ . Espaço e Sociedade. Vozes 2ª edição. 1979
- 41) \_\_\_\_\_ . O Espaço Dividido. Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1979. Trad. de Myrna T. Rego Viana. 345 ps.
- 42) \_\_\_\_\_ . O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. IN O Espaço em Questão. (Terra Livre, 5) AGB/Marco Zero. SP. p. 9-20. 1988 sem.
- 43) \_\_\_\_\_ . Objetos e Ações: Dinâmica Espacial e Dinâmica Social. GEOSUL, 14 Ano VII 1992 Edit. UFSC (p. 49-59).
- 44) SERRA, José. Ciclos e Mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. IN: BELUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R.(org). Desenvolvimento capitalista no Brasil. S.P. Brasiliense. 1981, nº 1 pp. 56- 121.
- 45) SHANIN, Teodor. Naturaleza y lógica de la Economía Campesina. Anagrama.
- 46) \_\_\_\_\_ . A Definição de Camponês: Conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP. Vozes. nº 26 RJ 1980.
- 47) \_\_\_\_\_ . La classe incómoda. Sociología política del campesinato en uma sociedad en desarrollo. Rusia 1910-1925. Alianza Edit. Madrid España 1972.
- 48) SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Bertrand do Brasil. 1988.
- 49) SWEEZY, Paul e outros. A Transição do feudalismo para o capitalismo. Paz e Terra. 1983.
- 50) SOJA, Edward. The Socio-Spatial Dialectic. Annals of the Association of American Geographers. vol. 70 nº 2. U.S.A. p. 207-225. June 1980
- 51) TAVERNER, Yves; GERVAIS, Michel, SERVOLIN, Claude (sous la direction de). L'univers politiques des paysans dans la France Contemporaine. Cahiers de la fondation nationale des sciences politiques. 184. Paris. Armand Colin. 1972. 651 p.

- 52) VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme. (O Caso da Agricultura no Capitalismo) IN: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Paz e Terra. 1977.
- 53) WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Camponês: Um Trabalhador para o capital. Mimeo. Campinas. S.Paulo.

**b)Textos de Embasamento da Análise Empírica:**

- 54) ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul Tomo I 1864- 1970. Edições Paulinas. 1971.
- 55) ANCARINI, Humberto. A Colônia Italiana de Caxias.RS.Brasil. Relatório de visita, IN DE BONI, Luis A. A Itália e o RS. IV EST/EDUCS 1983.
- 56) ARAÚJO, Luiz Coelho de. A Evolução Industrial no Brasil e suas alternativas no período 1808-1950. Planejamento. Salvador 5(2):5-22 abril/junho 1977.
- 57) AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos. A NAÇÃO/DAC/SEC. 1975.
- 58) BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A Formação Sócio-Econômica do Rio Grande do Sul e a caracterização de seu processo inicial de Industrialização. Veritas nº 111. Ano XXIII P.A. p. 307-312. set. 1983.
- 59) BRASIL. Documentos e Leis do Império. O.R. Biblioteca da UFSC.
- 60) BRASIL. Relatório de João Lins Vieira de Cansação Sinimbu, Ministro e Secretário de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. RJ. 1879. Arquivo Histórico do R.G.S.
- 61) BERGAMASCHI, Ângela Eberle. A Metalúrgica Abramo Eberle e sua Importância. Monografia. UCS. 1991.
- 62) BRUGALLI, Alvin Melquides. Caxias Grande do Sul. Dados e Números do Primeiro Pólo Econômico do Interior do Rio Grande. De Zorzi Ed. Caxias do Sul. 1988. 184 p.
- 63) CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Edit. Landes 1970
- 64) CAMPOS NETTO. O Cavaliere Aristides Germani. EST/EDUCS. 1978 3 ed. 112 p.
- 65) CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em S.Paulo. Hucitec. 1990. 3 ed. 318 p.
- 66) CASTRO, Antonio Barros de. 7 Ensaio sobre Economia Brasileira. Forense. 1988 vol I e II.
- 67) CAXIAS DO SUL E SUA HISTÓRIA. SMEC/PMC. 1987
- 68) CAXIAS DO SUL. Álbum do 50º Aniversário da Colonização Italiana. Globo. 1925.
- 69) CAXIAS DO SUL. Álbum do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RGS. Globo. 1950.
- 70) CAXIAS DO SUL. Anais do I e II Forum de Estudos Ítalo-Brasileiros. ISBIEP. 1975 e 1976.
- 71) CAXIAS DO SUL. Relatórios dos Intendentes. (vários anos). Arquivo Histórico Municipal (AHM).
- 72) CESAR, Guilhermino. Ocupação e Diferenciação do Espaço. IN: DACANAL, J.H. e Gonzaga, S.(orgs).RS: Economia e Política. Mercado Aberto. P.A. 1979. 424 ps.
- 73) CHIARADIA, A. Os Parceiros do Vinho. Dissertação de Mestrado. Universidade do Paraná. 1989.
- 74) DACANAL, José H. (org) RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. P.A. 1980. 280 p.
- 75) DACANAL, J.H. (org) RS: ECONOMIA E POLÍTICA. Mercado Aberto. P.A. 1979.
- 76) DEAN, Warren. A Industrialização de S.Paulo.(1880-1945). Difel
- 77) DE BONI, Luis A. A Itália e o Rio Grande do Sul. IV EST/EDUCS 1983
- 78) \_\_\_\_\_. La Mérica. Escritos dos Primeiros Imigrantes. UCS/EST. 1977.
- 79) DELHAES-GÜENTHER, Dietrich Von. A Fundação das Primeiras Colônias Italianas vista pelos alemães. Contributo alla storia della presenza Italiana in Brasile. Roma. Inst. Italo-Latino Americano. 1975
- 80) DOUGLAS, Grahah. “Imigração Estrangeira e a Questão da Oferta de Mão de Obra no Crescimento Econômico Brasileiro ( 1880- 1930)”. Estudos Econômicos S.Paulo IPE/USP. vol 3 nº 1 p. 7- 64. 1973.

- 81) FAGUNDES, Lígia K. KUMMER, Lizete, STEPHANOV, Maria e PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória da Indústria Gaúcha. Das Origens a 1930. Documentos. URGs/FEE. 1987. 343 ps.
- 82) FAUSTO, Boris. “Estado e Burguesia Agro- Exportadora na Primeira República” Novos Estudos CEBRAP n°27 p. 120- 127. julho 1990.
- 83) \_\_\_\_\_ . História Geral da Civilização Brasileira(período Republicano) Difel.
- 84) FEE. (Fundação de Economia e Estatística) Agregados Econômicos RS (série: valor agregado), vol I n° 2 P.A. out. 1986. 352 p.
- 85) FEE. (Fundação de Econ. e Estat.) P.A. Censos do RGS: 1803-1950. De Província de S.Pedro a Estado do RGS. 1981.
- 86) FRANCO, Álvaro. Abramo Já Tocou... A Epopéia de um Imigrante. S.P. 1943.
- 87) FRANCO, Álvaro e FRANCO, Signorina Maria Ramos de. OMilagre da Montanha. Ramos, Franco Edit. SP 1946.
- 88) FRANCO, Sérgio da Costa. A Política de Colonização do Rio Grande do Sul. Revista Brasiliense. S.Paulo. n°25 . p. 74- 89. 1959.
- 89) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 21ª edição 1986 Cia. Edit. Nacional 248 ps.
- 90) GARDELIN, Mário. Sinalizador Empresarial. Caxias do Sul. Ano I . Edit. S.Miguel. 1991.
- 91) GARNEIRO, José Fernando. O Império e a Colonização no Sul do Brasil. IN: Fundamentos da Cultura Riograndense.P.A. F.F.da URGs. IV série p. 61 a 96. 1960.
- 92) GASPERIN, Alice. Farroupilha: Ex-Colônia Particular Sertorina Edit. UCS. 1989. 353 p.
- 93) GIRON, Loraine Slomp. Caxias do Sul, Evolução Histórica. UCS/EST 1977
- 94) \_\_\_\_\_ . A Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. IN: DACANAL, J.H. (org). RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. 1980
- 95) \_\_\_\_\_ . Produção e Reprodução; A Mulher no Trabalho na Região Colonial Italiana do RS. Cadernos de Pesquisa. UCS. 1992.
- 96) GOBBATO, Celeste. O Cultivo da Vide e a Industrialização da Uva no Rio Grande do Sul. Álbum do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Globo. 1950.
- 97) GRAHAN, Douglas H. Migração Estrangeira e a Questão da Oferta de Mão de Obra no Crescimento Econômico Brasileiro. 1880-1930. (Estudos Econômicos) IPE-USP\_ v.3 n° 1. p. 7-64. abr. 1973.
- 98) GROSSELLI, Renzo M. Dove Cresce l’ Araucária. Edizione a cura della provincia autonoma di Trento (198-) Parte III. Paraná 1874-1940. 337 p.
- 99) HERRLEIN, Ronaldo Jr. e DIAS, Adriana. Trabalho e Indústria na 1ª República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de S.Paulo. As Origens dos Mercados Regionais de Trabalho. Ensaio FEE. P.A. 1993. 14: 255-298.
- 100) HALL, Michael M. Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. Revista de História. vol VIII n° 105 1976 S.Paulo.
- 101) \_\_\_\_\_ . The Origins of Mass Immigration in Brasil (1871-1914). University Microfilm, 1972
- 102) HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Difel S.P. 1960-72. sete volumes: especialmente T. 3 vol 1 A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Estruturas de Poder e Economia (1889- 1930)
- 103) HÖRMEYER, Joseph. O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Trad. Heinrich 1986. 128 p.
- 104) IANNI, O. Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana. Caxias do Sul ISBIEP. Forum de Estudos Italo-Brasileiro 1975 e 1976.
- 105) IGLESIAS, Francisco. A Industrialização Brasileira. Brasiliense.
- 106) KLEIN, Herbert S. A Oferta de Mueares no Brasil Central. O Mercado de Sorocaba, 1825-1980. (Estudos Econômicos.) USP. vol. 19 n° 2. 1989.

- 107) LAGEMAN, Eugênio. A Industrialização no Rio Grande do Sul. Um Estudo Histórico. Relatório de Pesquisa nº 4 URG/IEPE 1978.
- 108) \_\_\_\_\_. Imigração e Industrialização. IN DACANAL, J.H. (org) RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. P.A. p. 114-133. 1980.
- 109) LASSANCE, Ernesto. O Rio Grande do Sul 1908. Imprensa Nacional. RJ.
- 110) LAZZARI, Beatriz Maria. Imigração-Ideologia. EST/UCS. 1980
- 111) LAZZAROTTO, Valentim. Pobres Construtores de Riqueza. EDUCS 1981
- 112) MACIEL, Vera Lúcia. A Formação Sócio-Econômica do RS e a Caracterização de seu processo inicial de industrialização. Veritas.
- 113) MAMIGONIAN, Armen. O Processo de Industrialização em S. Paulo. Bol. Paulista de Geografia. mar. nº 50. p. 83-99. 1976.
- 114) \_\_\_\_\_. A Industrialização da América Latina. O Caso Brasileiro. Texto inédito.
- 115) \_\_\_\_\_. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia e Estatística IBGE. RJ. nº 3. 1965
- 116) \_\_\_\_\_. Brusque: Estudo de Geografia Urbana e Econômica. Fac. Catarinense de Filosofia.
- 117) MANCHESTER, Alain K. Preeminência Inglesa no Brasil. 1973. 290 ps.
- 118) MARTINS, José de Souza. A Questão Política no Campo. Hucitec SP 1982 2ª edição.
- 119) \_\_\_\_\_. Empresários e Trabalhadores de Origem Italiana no Desenvolvimento Brasileiro entre 1880 e 1914: O Caso de S. Paulo. Dados. Revista de Ciências Sociais. Edit. Campus Inst. Universitário de Pesquisa do RJ. vol 24 nº 2 ps 237 a 264. 1981.
- 120) \_\_\_\_\_. Os Camponeses e a Política no Brasil. Vozes. 1986 3ª edição
- 121) \_\_\_\_\_. A Imigração e a Questão do Brasil Agrário. Pioneira.
- 122) MASCIA, Nelli Veronese. De um Imigrante Nasce um Químico. UCS. 1987.
- 123) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. 7 ed. Brasiliense. 1988.
- 124) MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. IN DACANAL, J.H. (org) RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. P.A. p. 91-112. 1980.
- 125) OLIVEIRA, Francisco. A Economia da Dependência Imperfeita. Graal.
- 126) \_\_\_\_\_. Elegia para uma Re(li)gião. 5ª edição. Paz e Terra. 1987.
- 127) PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Mercado Aberto. 5ª edição. 1990
- 128) \_\_\_\_\_. RS: Agropecuária Colonial e Industrialização. Mercado Aberto. 1983.
- 129) \_\_\_\_\_. Os Industriais da República Velha. Instituto Estadual do Livro P.A. 1991
- 130) \_\_\_\_\_. Pecuária e Indústria. Formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Edit. Movimento. 1986.
- 131) \_\_\_\_\_. A Burguesia Gaúcha: Dominação e Disciplina do Trabalho. Mercado Aberto. 1987.
- 132) PETRONE, Maria Thereza Schorer. O Imigrante e a Pequena Propriedade. Brasiliense. SP. 1959. (Col. Tudo é História). 89 p.
- 133) PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 37 ed. Brasiliense. 364 p.
- 134) \_\_\_\_\_. A Formação do Brasil Contemporâneo. Colonia. 5 ed. 1957. 390 p.
- 135) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Edit. UFSC/Lunardelli. 1983.
- 136) \_\_\_\_\_. A Colonização Italiana em Santa Catarina. Edição do Estado de S. Catarina. 1976.
- 137) RECH, Roberto F. Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias. Fase Colonial. 1875-1884. Monografia. UCS.

- 138) REICHEL, Heloisa Jochims. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. IN: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (orgs). RS: Economia e Política. Mercado Aberto. P.A. 424 ps. 1979.
- 139) ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Globo 1969. 2 v.
- 140) SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. Hucitec. SP. 1978. 182 ps.
- 141) SANTOS, Roselys Isabel Corrêa dos. Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim. Tese UFSC 1979
- 142) SILVA, Lenyra Rique da. O Espaço da Pequena Produção em Maxaranguape (RN). Tese de Doutorado USP 1986
- 143) SILVA, Elmar Manique da. Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736- 1890) IN DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (orgs) RS: Economia e Política. Mercado Aberto. P.A.
- 144) SIMONSEN, Roberto Cochrane. História Econômica do Brasil. 1500 a 1820. Cia. Edit. Nac.
- 145) \_\_\_\_\_ . Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. Cia. Edit. Nac.
- 146) SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Cia. Edit. Nacional. 2 edição 1977
- 147) SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil, Radiografia de um Modelo. 7ª edição. Bertrand do Brasil 1987
- 148) TAUNNAY, Visconde de. O Encilhamento. Ed. Melhoramentos. 1983.
- 149) VALVERDE, Orlando. Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul. Álbum Comemorativo do 75 Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Globo. P.A. p. 206-291. 1950.
- 150) \_\_\_\_\_ . A Velha Imigração Italiana e sua Influência na Agricultura e na Economia do Brasil. IN Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Vozes. 1985. 268 p.
- 151) WAIBEL, Léo. Princípios da Colonização Européia no sul do Brasil. Trad. de Orlando Valverde. Revista Brasileira de Geografia nº 2 Ano XI . p. 225-277. 1949.